Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul
Programa de Pós-Graduação em Administração

Alexandre Zawaki Pazetto

A Inovação Social por meio das Práticas de Igualdade e Equidade de Duas Organizações da Sociedade Civil: Benefícios Mútuos na Relação Humano-Animal

Palhoça, SC
2023

Alexandre Zawaki Pazetto

A Inovação Social por meio das Práticas de Igualdade e Equidade de Duas Organizações da Sociedade Civil: Benefícios Mútuos na Relação Humano-Animal

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina – PPGA/Unisul – como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Nei Antonio Nunes

Palhoça, SC
2023

Alexandre Zawaki Pazetto

A Inovação Social por meio das Práticas de Igualdade e Equidade de Duas Organizações da Sociedade Civil: Benefícios Mútuos na Relação Humano-Animal

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina – PPGA/Unisul – como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Aprovado em: 22/08/2023.

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Nei Antonio Nunes – Orientador
Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

_____
Profa. Dra. Ana Regina de Aguiar Dutra
Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

_____
Profa. Dra. Clarissa Carneiro Mussi
Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

_____
Prof. Dr. André Luis da Silva Leite
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

_____
Prof. Dr. Renê Birochi
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

P18 Pazetto, Alexandre Zawaki, 1984-
A inovação social por meio das práticas de igualdade e equidade de duas organizações da sociedade civil : benefícios mútuos na relação humano-animal / Alexandre Zawaki Pazetto. – 2023.
295 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (Doutorado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Administração.
Orientação: Prof. Dr. Nei Antonio Nunes

1. Inovação social. 2. Organizações da Sociedade Civil. 3. Práticas de igualdade e equidade. 4. Preceitos ético-políticos. 5. Benefícios mútuos. I. Nunes, Nei Antonio. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 303.484

Ficha catalográfica elaborada por Carolini da Rocha CRB 14/1215

“Fist in the air in the land of hypocrisy”
(Rage Against the Machine)

AGRADECIMENTOS

Escrever sobre aqueles que, de alguma forma, nos ajudaram nas jornadas da vida é algo que considero belo e, ao mesmo tempo, desafiador. Belo por si mesmo, porque penso que as escolhas são sempre permeadas pelas luzes e sombras dos que cruzam nossos caminhos; contudo, é desafiador, pois corremos o risco de inadvertidamente deixar alguém excluído. Entretanto, visto que o aspecto desafiador estará sempre presente e que não tenho controle sobre ele, contentar-me-ei com o belo. A propósito, as palavras a seguir não pretendem possuir uma ordem de importância, apenas buscam agradecer sincera e igualmente a cada um dos que fizeram, cada qual a seu modo, parte desse percurso.

Sempre que reflito sobre o meu gosto pelos estudos, penso prontamente em meu pai (*in memoriam*) que, apesar de ter tido oportunidade de cursar somente o ensino básico, muito me estimulou. “O conhecimento não ocupa lugar”, dizia ele. Inclusive, lembro exatamente da última frase que pude ouvi-lo dizer, no dia anterior à sua partida, como se ele soubesse que aquilo era uma despedida. Disse ele: “estuda, cabeludo”. Eu entendi, naqueles dias, que não poderia fazer de outro modo.

Minha amada mãe, a “Dona Nena”, que mesmo sem entender muito bem o que significa um mestrado ou um doutorado, mostra-se, aos seus quase 84 anos de vida, muito orgulhosa e parece querer sempre me manter firme na caminhada. Meus irmãos e irmãs, cada um à sua maneira e dentro de suas possibilidades, fizeram o mesmo.

A “Tita”, minha amada companheira de longuíssima data, esteve sempre ao meu lado, apoiando-me incondicionalmente. Ouviu de perto sobre todas as angústias e alegrias que pude experimentar nesse percurso acadêmico, e a fala que mais a escutei dizer foi: “vai dar tudo certo”. Vamos em frente, juntos!

O professor Nei, um querido amigo (agora também de longa dada) que a vida trouxe, foi muito mais que um orientador. Embora tivesse uma bagagem inestimável de leituras e uma formação acadêmica de excelência, tratou-me com respeito desde a primeira conversa, sem aquele olhar “de cima para baixo”. Ao longo dos anos, teve a paciência de me apresentar à Filosofia, permitindo que, mesmo de modo bastante rudimentar, eu pudesse apreciar escritos que transformaram minha visão de mundo em diversos sentidos.

Por fim, para tentar mitigar o lado ingrato mencionado inicialmente, quero agradecer a todos os amigos, familiares, professores e colegas que, de alguma forma, mesmo que singela e despretensiosa, contribuíram para que eu pudesse caminhar até aqui. Sintam-se todos incluídos.

Se hoje posso escrever essas palavras em um texto que marca o encerramento de um curso de doutorado – uma experiência que jamais pensei ter oportunidade de vivenciar, é graças a cada um de vocês. Portanto, meus queridos e minhas queridas, muitíssimo obrigado!

RESUMO

A presente investigação buscou analisar como duas organizações da sociedade civil (OSC) podem gerar inovações sociais (IS) a partir de práticas de igualdade e equidade. Utilizando os preceitos ético-políticos de Bentham, Rawls e Singer como base teórico-epistemológica, este estudo de caso múltiplo interpretativista analisou, a partir de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante, as práticas constitutivas da Organização Bem-Animal (OBA) e da Ecopet, duas OSC que visam promover o bem-estar de animais não humanos. De um lado, a OBA visita semanalmente aldeias indígenas para prestar cuidados preventivos e emergenciais aos animais que vivem nessas comunidades. Por outro lado, a Ecopet promove, a partir do recolhimento e venda de tampas plásticas para a reciclagem, o bem-estar animal a partir da castração de cães e gatos de rua ou sob tutela de famílias carentes. Embora estas OSC busquem, em primeira instância, promover o bem-estar de animais em situação de vulnerabilidade, um olhar mais atendo aponta para relações humano-animais complexas, com potencial para gerar inovações sociais transformadoras no âmbito da sociedade. Os resultados geraram subsídios no sentido de que, embora possuam limites, as ações investigadas são socialmente inovadoras porque, ao se materializam em igualdade e equidade, geram o questionamento ético em relação aos paradigmas instrumental/especista/economicista, mudando a mentalidade dos atores envolvidos em relação aos humanos mais vulneráveis e animais não humanos, gerando benefícios mútuos e, assim, fomentando uma coexistência mais inclusiva, empática, saudável e sustentável. Com base nessas análises, este estudo busca contribuir em alguma medida para a compreensão das potencialidades das OSC na geração de inovações sociais e destaca a importância de práticas que promovam a igualdade e a equidade que valorizem a vida de modo integral e o meio ambiente.

Palavras-chave: Inovação Social. Organizações da Sociedade Civil. Práticas de Igualdade e Equidade. Preceitos Ético-Políticos. Benefícios Mútuos.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how two civil society organizations can generate social innovations through practices of equality and equity. Using the ethical-political principles of Bentham, Rawls, and Singer as a theoretical-epistemological basis, this interpretive multiple case study analyzed, through documentary research, semi-structured interviews, and participant observation, the constitutive practices of the Organização Bem-Animal (OBA) and Ecopet, two CSOs that aim to promote the well-being of non-human animals. On one hand, OBA visits indigenous villages weekly to provide preventive and emergency care to the animals living in these communities. On the other hand, Ecopet promotes animal welfare through the collection and sale of plastic caps for recycling, using the proceeds to spay/neuter street dogs and cats or those belonging to low-income families. Although these CSOs seek, in the first instance, to promote the well-being of animals in vulnerable situations, a closer look reveals complex human-animal relationships, with the potential to generate transformative social innovations within society. The results provided evidence that, despite their limitations, the investigated actions are socially innovative because, by embodying principles of equality and equity, they raise ethical questions regarding instrumental/speciesist/economistic paradigms, shifting the mindset of the actors involved towards both vulnerable humans and non-human animals, resulting in mutual benefits and fostering a more inclusive, empathetic, healthy and sustainable coexistence. Based on these analyses, this study seeks to contribute, to some extent, to the understanding of the potential of civil society organizations (OSC) in generating social innovations. It emphasizes the importance of practices that promote equality and equity, while valuing life in its entirety and the environment.

Keywords: Social Innovation. Civil Society Organizations. Equality and Equity Practices. Ethical-Political Precepts. Mutual Benefits.

Lista de Figuras

Figura 1. Síntese da pesquisa 20

Figura 2. Número de publicações por ano 21

Figura 3. Número de publicações por país ou região 22

Figura 4. Cinco dimensões da inovação social de Tardif e Harrison (2005) 50

Figura 5. Três níveis da inovação social de Nicholls et al. (2015) 52

Figura 6. Categorias analíticas *a priori* 113

Figura 7. Aldeias atendidas pela OBA em Santa Catarina 130

Figura 8. Resultados obtidos pela Ecopet 136

Figura 9. Cidades com pontos de coleta da Ecopet em Santa Catarina 137

Figura 10. Relação entre roteiro de entrevista e estrutura teórica da pesquisa 145

Figura 11. Protocolo de pesquisa 149

Figura 12. *Design* da pesquisa 152

Figura 13. Entrega de documento solicitando políticas públicas em aldeias indígenas 160

Figura 14. Parceria entre OBA e Ecopet 168

Figura 15. Participação indígena nas ações da OBA 169

Figura 16. Conexões entre as práticas da OBA e as inovações sociais 178

Figura 17. Relações entre as ações da OBA e os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade 193

Figura 18. Benefícios mútuos na relação humano-animal promovida pela OBA 199

Figura 19. Parceria entre Ecopet e outras organizações da sociedade civil 215

Figura 20. Conexões entre as práticas da Ecopet e as inovações sociais 221

Figura 21. Relações entre as ações da Ecopet e os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade 234

Figura 22. Benefícios mútuos na relação humano-animal promovida pela Ecopet.....241

Lista de Siglas

ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CBEO – Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPIN – Conselho Estadual dos Povos Indígenas

DIBEA – Diretoria de Bem-Estar Animal

ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente

FEA/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IS – Inovação (ões) social (ais)

OBA – Organização Bem-Animal

OMS – Organização Mundial da Saúde

OSC – Organização (ões) da sociedade civil

SBEO – Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais

TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido

Sumário

1 INTRODUÇÃO 14

1.1 Tema 14

1.2 Contextualização e Identificação do Problema de Pesquisa 20

1.3 Objetivos da Pesquisa 28

1.3.1 Objetivo Geral 28

1.3.2 Objetivos Específicos 28

1.4 Justificativa e Relevância do Estudo 29

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 36

2.1 Dimensões da Inovação Social 38

2.2 Sociedade Civil Organizada 55

2.3 Preceitos Ético-políticos de Igualdade e Equidade 71

2.4 Comunidade Moral Inclusiva: Benefícios Mútuos 93

2.5 Estrutura Teórica e Pressupostos do Estudo 109

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 115

3.1 Revisão da literatura 115

3.2 Delineamento da Pesquisa 117

3.3 Contexto da Pesquisa 123

3.3.1 Organização Bem-Animal 124

3.3.2 Ecopet 133

3.4 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados 140

3.5 Técnica de Análise dos Dados 146

3.6 Critérios de Inclusão e Exclusão dos Participantes da Pesquisa 149

3.7 Design da Pesquisa 150

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS 153

4.1 Análise dos dados relacionados ao projeto Mutirão Mata-Fome da Organização Bem-Animal..... 154

4.1.1 Conexões entre as práticas da Organização Bem-Animal e as inovações sociais 154

4.1.2 Relações entre as ações da Organização Bem-Animal e os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade..... 180

4.1.3 Benefícios mútuos contidos na relação humano-animal promovida pela Organização Bem-Animal..... 194

4.2 Análise dos dados relacionados à Ecopet 201

4.2.1 Conexões entre as práticas da Ecopet e as inovações sociais..... 201

4.2.2 Relações entre as ações da Ecopet e os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade..... 223

4.2.3 Benefícios mútuos contidos na relação humano-animal promovida pela Ecopet 235

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 242

REFERÊNCIAS..... 260

APÊNDICES 291

Apêndice A – Roteiro de Entrevista (Organização Bem-Animal)..... 292

Apêndice B – Roteiro de Entrevista (Ecopet)..... 293

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 294

1 Introdução

Esta pesquisa busca analisar ações de duas organizações da sociedade civil (OSC) que visam, em primeira instância, o bem-estar de animais em situação de vulnerabilidade. Entretanto, um olhar mais atendo aponta para relações humano-animais que podem gerar inovações sociais (IS) transformadoras no âmbito da sociedade.

No intuito de contextualizar esse cenário, o presente capítulo apresenta, inicialmente, o tema de estudo. Em seguida, trabalhos anteriores são analisados, a fim de identificar a lacuna literária e, consequentemente, a pergunta que norteia esta pesquisa. Posteriormente, apresentam-se os objetivos geral e específicos da investigação e, por fim, discorre-se acerca da justificativa e relevância da análise aqui proposta.

1.1 Tema

Diversas ações humanas, não necessariamente comprometidas com valores que visam à sustentabilidade social e do mundo natural, têm criado situações perversas de vulnerabilidade, tanto para as pessoas – em especial às pertencentes a grupos sociais minoritários – quanto para os demais seres vivos (Singer, 2018). Nessa direção, há escritos do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925 – 2017) que alertam para uma certa miopia ética no âmbito da sociedade, no sentido de que, frequentemente, a insensibilidade com relação ao sofrimento alheio é banalizada, do mesmo modo que a violência e as constantes agressões ao planeta também o são (Bauman & Donskis, 2014).

Ao refletir sobre esse contexto, torna-se possível vislumbrar alternativas. Entretanto, para pensar os desafios sociais contemporâneos e propor soluções transformadoras, é preciso ir além do que a inovação tradicional – comumente desenvolvida a partir de uma

perspectiva mercadológica – pode oferecer. Isso não pressupõe demonizar o mercado ou as relações produzidas por ele, mas questionar sua lógica e seus excessos. Em outras palavras, a resolução para algumas das grandes mazelas sociais aponta, sobretudo, para mudanças mais profundas na sociedade, que busquem garantir uma vida minimamente digna aos seres humanos e demais animais não humanos em situação de vulnerabilidade (Avelino, Dumitru, Cipolla, Kunze & Wittmayer, 2019).

Frente a esse cenário, as inovações sociais emergem como saberes e práticas essenciais para a renovação dos serviços de bem-estar, promovendo processos de inclusão no contexto social (Gregoire, 2016). Do mesmo modo, a ética pode se manifestar como um saber propositivo que problematiza, valora e indica alternativas a algumas das múltiplas dificuldades enfrentadas pelos humanos e não humanos nos mais diferentes espaços (Singer, 2018).

Nesse espectro, surgem organizações constituídas na sociedade civil que, primordialmente, buscam promover o bem-estar de grupos sociais minoritários e animais não humanos desamparados. Entretanto, um olhar mais atento leva a pensar na possibilidade de que tais práticas possam abrigar características mais complexas, no sentido de mudar a mentalidade dos atores envolvidos no processo, e rompendo com a lógica instrumental/especista/economicista dominante – que, de muitas maneiras, subjuga a vida e os direitos básicos de humanos fragilizados e demais animais.

Sugere-se, assim, que a mudança da visão de mundo, quando calcada em preceitos ético-políticos fundamentados nas ideias de igualdade e equidade, pode gerar inovação social na medida em que os sujeitos passam a orientar suas práticas sociais na alteridade, na sustentabilidade e na consolidação de direitos aos humanos e outros seres vivos. Desse

modo, é possível vislumbrar a possibilidade de que práticas de igualdade e equidade podem gerar inovação social inclusiva e promotora de melhor qualidade de vida no planeta.

O ponto de partida para compreender essa proposição se encontra no século XVIII, quando Jeremy Bentham (1748 – 1832) escreve *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (Uma introdução aos princípios da moral e da legislação), texto seminal para a filosofia moral utilitarista. Em resumo, na referida obra, o filósofo inglês transcende o antropocentrismo, indicando que os valores éticos ultrapassam os limites do mundo humano e reconhecendo a responsabilidade da sociedade com relação aos demais animais (Bentham, 2017/1789).

Já no século XX, John Rawls (1921 – 2002) apresenta a ideia de justiça como equidade. Esse pensamento busca garantir condições mínimas para habitar o planeta e conviver em sociedade, de modo que a liberdade e a igualdade de oportunidades sejam garantidas a todos. Dessa forma, na visão do filósofo estadunidense, o conceito de igualdade deve ser refinado a partir da equidade, ou seja, o reconhecimento de necessidades diferentes, de sujeitos diferentes, que devem ter direitos básicos assegurados (Rawls, 2021).

Por fim, Peter Singer resgata certos pontos contidos nos pensamentos de Bentham e Rawls e os aplica no campo da bioética. Dessa maneira, o filósofo contemporâneo apresenta o princípio da igual consideração de interesses, destacando a igualdade como um princípio ético fundamental. Esse princípio pressupõe que um interesse é um interesse, não importa de quem o seja. Com isso, Singer propõe uma ética ampla e unificada, onde um princípio de igualdade e equidade se aplica a humanos e não humanos (Singer, 2018).

Propõe-se, assim, investigar ações de organizações da sociedade civil que possuem potencial socialmente inovador, a partir da confluência dessas três vertentes do pensamento: a ética que pensa o direito dos animais (Bentham); a ideia de justiça como

equidade (Rawls); e como isso dialoga com uma ética inclusiva, que confere status moral não somente aos seres humanos – em especial àqueles pertencentes a grupos sociais vulneráveis, mas também aos animais não humanos (Singer).

Nesses termos, Moulaert, MacCallum & Hillier (2013, p. 16, tradução nossa) oferecem uma perspectiva interessante para a proposição desta pesquisa, uma vez que os autores afirmam que a inovação social "refere-se explicitamente a uma posição ética de justiça social". A inovação social estaria, segundo os autores, relacionada a buscar soluções para promover a inclusão, o bem-estar e a concessão de direitos. Partindo desse princípio, considera-se plausível propor que práticas de igualdade e equidade podem se materializar em inovação social nas ações cotidianas de organizações da sociedade civil.

Com isso em mente, destacam-se duas organizações que promovem ações aderentes ao tema aqui proposto e, por esse motivo, constituem o objeto de investigação do presente estudo, a saber: Organização Bem-Animal (OBA) e Ecopet.

A Organização Bem-Animal é uma organização da sociedade civil sediada em Florianópolis (SC) que, por meio do projeto Mutirão Mata-Fome, visita semanalmente 10 aldeias indígenas carentes da região metropolitana da capital catarinense, a fim de alimentar e melhorar a qualidade de vida de mais de 500 cães e gatos famintos e doentes. No entanto, o objetivo maior da instituição é educar e conscientizar as pessoas a respeito do abandono de animais e sobre o compromisso e as responsabilidades de ter a guarda de animais domésticos. Busca, ainda, envolver distintos setores da sociedade na busca por soluções para algumas questões inerentes a esse cenário, aproximando as comunidades urbana e indígena (Organização Bem-Animal, 2021; 2023j).

Tendo em conta as interações entre sociedade civil organizada, aldeias indígenas e animais não humanos contidas nessa experiência, admite-se a possibilidade de que as ações

promovidas pela Organização Bem-Animal resultem em inovação social, constituindo práticas de igualdade e equidade que fomentam a inclusão, a valorização da vida e a transformação humana por meio da mudança de mentalidade e valores em relação aos grupos sociais minoritários e demais seres vivos (Moulaert et al., 2013; Gregoire, 2016).

Sugere-se que tais práticas possam mudar a visão de mundo dos atores envolvidos com relação a seus semelhantes, uma vez que promovem a interação entre a sociedade civil organizada e grupos que são, muitas vezes, desrespeitados, discriminados e fragilizados, a exemplo dos povos indígenas. Sobretudo, esse processo pode transformar as relações previamente constituídas entre OSC, voluntários, aldeias indígenas e os animais que lá vivem. Como será evidenciado, os povos indígenas constituem um grupo social fragilizado e oprimido desde o período colonial, sistematicamente destituído de seu protagonismo cultural, social, político e econômico. Os animais não humanos, por sua vez, são frequentemente tratados de forma instrumental, isto é, vistos como objetos ou meios para que os humanos atinjam seus objetivos. Em certo sentido, ambos são – cada qual a seu modo – excluídos da comunidade moral por parte da sociedade.

A Ecopet, por sua vez, é uma entidade sem fins lucrativos fundada em abril de 2017 que atua na região metropolitana de Florianópolis (SC). Esta organização da sociedade civil arrecada tampinhas plásticas descartáveis, vende os resíduos para reciclagem e reverte o dinheiro obtido em castrações de animais de rua e de famílias carentes (Ecopet, 2023a).

Segundo a Ecopet, cada castração custa em média R$ 90,00 (noventa reais), portanto, para que o referido valor seja arrecadado, faz-se necessária a coleta de cerca de 120 quilos de tampinhas. As tampas podem ser de tipos e tamanhos variados e não apenas as de garrafa pet, que são as mais populares. Desse modo, o projeto arrecada resíduos

plásticos como tampas de shampoo, leite, amaciante, sabão líquido, embalagens de remédios etc. (Ecopet, 2023a).

A definição do animal que será beneficiado com a castração ocorre por intermédio de um sistema de listas com critérios adotados para priorização dos casos. Os animais em situação de rua têm prioridade, principalmente as fêmeas, e frequentemente ficam com protetores até sua recuperação e adoção. Essas listagens são administradas por voluntários da Ecopet, cujos quais são responsáveis por avaliar a concessão do benefício da castração. As especificações para o cadastramento permeiam entre dados do responsável, assim como informações do próprio animal, comprovante de renda da família, caso seja de família carente e foto do cão ou gato (Ecopet, 2023a).

Por meio dessa iniciativa, de acordo com o levantamento realizado em maio de 2023 por membros da Ecopet, já são 10.134 animais contemplados e 367 toneladas de plásticos retirados do meio ambiente e aterros sanitários, garantido o destino adequado à reciclagem (Ecopet, 2023a).

Atualmente, a Ecopet conta com 42 voluntários e as ações desenvolvidas pela OSC são de total incumbência desses membros. O projeto também tem o apoio de algumas empresas, que servem como pontos de coleta. São 497 pontos de arrecadação distribuídos em diversas cidades Catarinenses, como Florianópolis (capital do Estado), São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Brusque, Itapema, Paulo Lopes, Penha, Rancho Queimado, Rio do Sul, Tijucas e Tubarão (Ecopet, 2023a).

Dado o exposto, propõe-se pensar que, nas experiências efetivadas nessas organizações da sociedade civil, as inovações sociais podem se dar por meio de práticas de igualdade e equidade, gerando processos inclusivos que se contrapõem a lógica

segregacionista de orientação e organização da vida de modo integral. Isto é, sugere-se que essas organizações promovem mais do que ações meramente paliativas, na medida em que potencialmente rompem com as relações instrumentais, dando, assim, um passo relevante rumo à construção de um mundo mais digno e sustentável para todas as formas de vida.

Por fim, destaca-se que ambas as organizações que integram o objeto deste estudo, OBA e Ecopet, serão descritas com maior nível de detalhamento no tópico 3.3 (contexto da pesquisa).

Apresenta-se, na Figura 1, o diagrama que busca sistematizar a investigação aqui proposta:

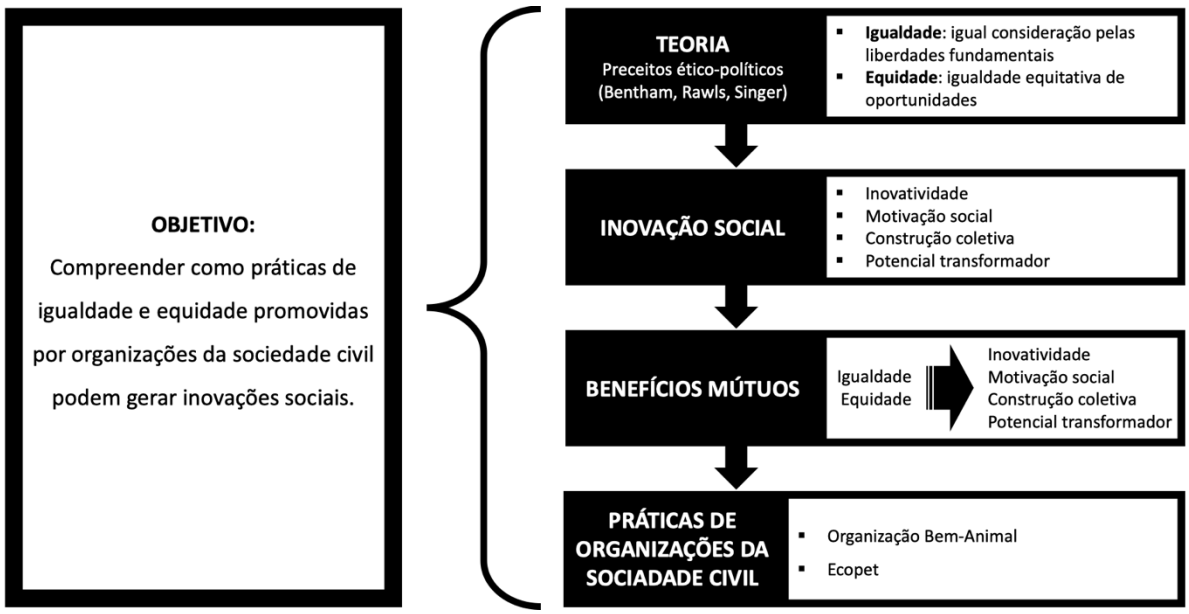

Figura 1. Síntese da pesquisa
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

1.2 Contextualização e Identificação do Problema de Pesquisa

A problemática que norteia os esforços desta investigação foi extraída a partir de pesquisas bibliográficas, detalhadamente descritas no capítulo referente aos procedimentos

metodológicos. Com isso, foi possível compreender o estado da arte dos temas relacionados às inovações sociais e às organizações da sociedade civil.

O levantamento inicial desvelou, de imediato, o interesse do campo das Ciências Sociais pelos referidos temas de pesquisa, representando 36,2% dos resultados (4.955 documentos); seguido da área de Negócios, Gestão e Contabilidade, com 12,9% (1.771 documentos); e da Economia, Econometria e Finanças, com 8,6% (1.172 documentos).

Os resultados também apontam para o crescimento do número de investigações que abordam o tema das inovações sociais ou das organizações da sociedade civil, como mostra a Figura 2:

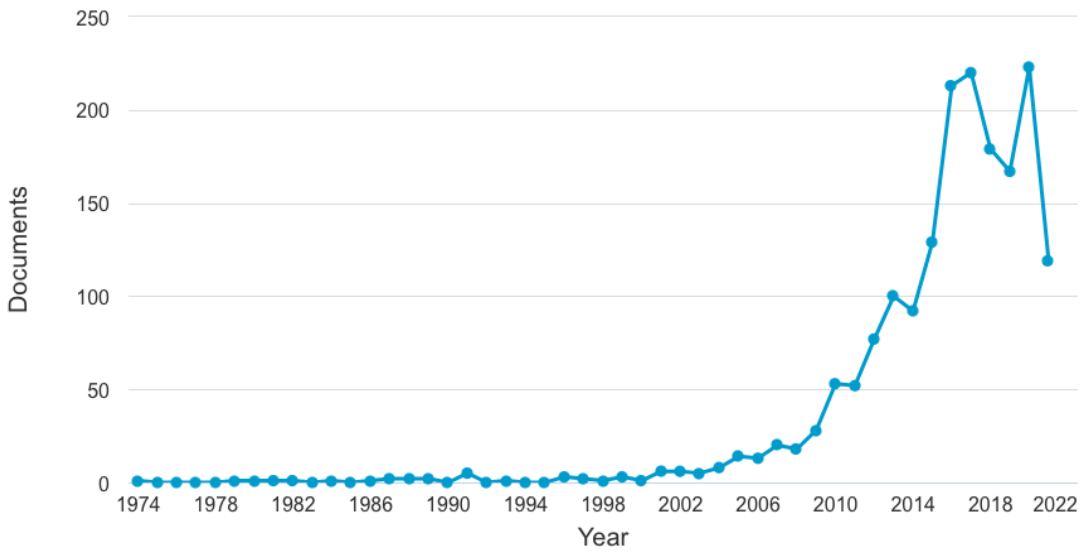

Figura 2. Número de publicações por ano
Nota Fonte: Scopus (2021)

Observa-se, assim, que o primeiro estudo foi publicado no ano de 1974. Até o final do ano de 1999, as ocorrências de publicações contabilizaram um total de 28 documentos, ou seja, uma média de 1,08 publicação ao ano. Percebe-se um crescimento do número de

publicações partir do ano 2000, de maneira que, daquele ano até o momento dessa busca, somam-se 1.743 pesquisas, resultando em uma média anual de 79,22 publicações.

É importante, ainda, destacar que a pesquisa bibliográfica ocorreu próximo a metade do ano de 2021, justificando o ponto baixo para o referido ano no gráfico. Entretanto, ao observar que o ano de 2020 obteve 223 documentos, é possível notar o potencial de publicações até o final de 2021, uma vez que, em seis meses, há 119 trabalhos publicados, representando 53,36% do total do ano anterior.

Na Figura 3, nota-se a concentração de estudos realizados por pesquisadores de países economicamente robustos dos continentes Europeu e Norte Americano:

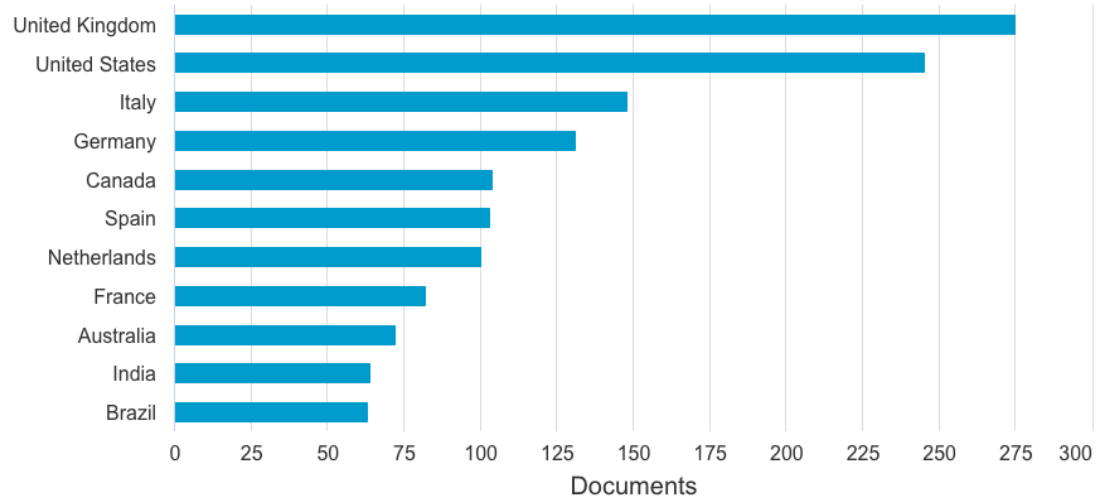

Figura 3. Número de publicações por país ou região
Nota Fonte: Scopus (2021)

Destacam-se Reino Unido, Estados Unidos e Itália, com 275, 245 e 148 documentos publicados, respectivamente. O Brasil, por sua vez, encontra-se na décima primeira posição, com 63 publicações, de modo que não há país Latino Americano com maior

número de pesquisas. Apenas para constar, a Colômbia é o segundo país da América Latina em número de publicações, com um total de 28.

Dessa maneira, a busca inicial parece demonstrar que a discussão acerca da inovação social e das organizações da sociedade civil possui relevância e representatividade nas discussões acadêmico-científicas. Destaca-se que esses resultados vão ao encontro dos achados de Farinha, Sebastião, Sampaio e Lopes (2020). Os autores, por meio de um bibliométrico, identificaram que estudos que abordam a estrutura conceitual da inovação no âmbito das organizações sem fins lucrativos conquistaram espaço no meio científico, com crescente número de publicações em periódicos nas últimas décadas. Com isso, pesquisas com foco no tema das inovações sociais também ganharam destaque, emergindo em diversos campos do conhecimento.

Com o objetivo de averiguar se a proposta da presente investigação pertence a uma lacuna de pesquisa que necessita de maior exploração, realizou-se um segundo levantamento bibliográfico. Essa busca, por sua vez, evidenciou que são diversas as perspectivas de análise da inovação social no âmbito das organizações da sociedade civil.

Há estudos anteriores que abordam o tema por meio de revisões de literatura (Turpin & Shier, 2020; Farinha et al., 2020), com vistas a revelar a centralidade e a densidade do espectro científico/literário. No mesmo sentido, há autores que buscam analisar os papéis das instituições públicas de pesquisa no que tange à inovação social (Noor, Ng & Hamid, 2020).

Considerando a noção de que a inovação social é, em certa medida, um conceito guarda-chuva (Lindberg & Hylander, 2016; Casini, Bensliman, Fossati, Degavre & Mahieu, 2018), outras investigações buscam escrutinar práticas com potenciais socialmente inovadores, a fim de legitimá-las como inovações sociais a partir de *frameworks* propostos

por estudos pregressos. Vale citar os trabalhos de Kumasaka, Cruz, dos Santos e Cabral (2020) e Elias e Barbero (2021), que analisaram a IS a partir do modelo proposto por Tardif e Harrisson (2005). Além desses, destaca-se a pesquisa de Lee, Lee, Kee, Kwan e Ng (2021), que utilizou como perspectiva teórica os três níveis de inovação social indicados por Nicholls, Gabriel e Simon (2015).

Outras investigações exploram as relações entre a inovação social e outros fenômenos organizacionais e sociais. Nessa direção, ressalta-se a pesquisa de Lombardi e Costantino (2020), que analisou a relação entre IS e redes comunitárias. Hinna e Monteduro (2017) e Shier e Handy (2020), por usa vez, contribuíram com a literatura acerca das inovações sociais cotejando esse fenômeno com a governança, liderança e criação de valor em organizações da sociedade civil.

Por fim, há pesquisadores que buscam investigar a inovação social a partir de lentes teóricas diversas, como por exemplo: Teoria Institucional (Lindberg & Hylander, 2016; Bozic, 2020); Abordagem nas Capacidades, de Amartya Sen (White, 2018; Molnár, 2017); Teoria Ator-Rede (Webb, Richelieu & Cloutier, 2019); Abordagem Interacionista (Molloy, Bankins, Kriz & Barnes, 2020); Modelo de Conteúdo Esteriótipo (Crisafulli, Dimitriu & Singh, 2020); Teoria de Efetuação Emergente (Courtney, 2018); Pensamento Configuracional (Taylor & Arundel, 2020), Teoria Decomposta do Comportamento Planejado (Hansen, Fuglsang, Gallouj & Scupola, 2021); e Capacidade de Absorção do Conhecimento (Unceta, Castro-Spila & Garcia Fronti, 2017).

As investigações também assinalam a relevância do tema em questão para além do campo acadêmico, uma vez que não raro discutem algumas das grandes questões sociais do nosso tempo. Nesse contexto, há pesquisas que abordam temas variados, tais como: fome e desperdício de alimentos (Baglioni, De Pieri & Tallarico, 2017; Rovati, 2017; Lombardi &

Costantino, 2020); microcrédito para o empoderamento de pessoas e grupos socialmente excluídos (Molnár, 2017); acesso a banheiros públicos e saneamento para comunidades carentes (Vijay & Ghosh, 2018); habitabilidade urbana (Garrone, Groppi & Nardi, 2018); parceria entre pesquisadores e agricultores (Noor et al., 2020); políticas públicas que estimulam a pesca sustentável e alternativas de subsistência (Lee et al., 2021); e educação como ferramenta de mudança cultural em contextos caracterizados pela crise gerada pela violência (Meijs, Handy, Simons & Roza, 2020).

Como é possível observar, os estudos pregressos indicam, por um lado, tanto a representatividade das pesquisas científicas acerca das inovações sociais geradas pelas organizações da sociedade civil, quanto a relevância da discussão desse tema no contexto social contemporâneo. Por outro lado, revelam a diversidade de perspectivas com que as investigações podem ser conduzidas.

Não obstante, observa-se que ainda há lacunas teóricas que demandam análises mais aprofundadas. Prova disso é a ausência de trabalhos que abordem a inovação social a partir de valores ético-políticos como igualdade e/ou equidade. Trabalhos anteriores relacionados às inovações sociais e às organizações da sociedade civil revelam certo silêncio no que tange à exploração de dimensões éticas inerentes a esses temas. De fato, há pesquisas que enriquecem os estudos organizacionais trazendo considerações acerca da ética, entretanto, no portfólio analisado, nenhuma delas centraliza a igualdade e/ou a equidade como pano de fundo para as inovações sociais em suas investigações.

Nesse sentido, destaca-se as pesquisas de Mannarini, Talò, D'Aprile e Ingusci (2018) e Nandan, Singh e Mandayam (2019). O primeiro buscou desenvolver uma escala para medir "valor social agregado", um conceito que se refere a certos benefícios psicossociais que organizações da economia social geram aos indivíduos e às comunidades

em que atuam. O segundo, por sua vez, investigou a natureza do valor social criado por organizações da sociedade civil. Em seus achados, ambas as pesquisas sugerem que o compartilhamento de valores éticos como equidade, solidariedade, compaixão e liberdade estão correlacionados à geração de valor social para pessoas e organizações ligadas à economia social.

Outro exemplo de pesquisa que, em certa medida, aborda o tema da ética no âmbito das organizações da sociedade civil é o estudo de caso de Hossein (2020). A autora explorou o trabalho de líderes feministas antirracistas que consideram que a chave para fazer economias comunitárias éticas é avançar em direção à solidariedade econômica politizada. As considerações indicam que a criação de organizações da sociedade civil implica a manutenção da moralidade nas ações, de modo que os empreendimentos sociais não sejam negócios comuns disfarçados – o que, segundo a autora, legitimaria a corporatização da economia social.

A partir de um *survey* com 439 respostas válidas, Tsai, Hung e Yang (2020) buscaram analisar as intenções comportamentais dos consumidores quando estão adquirindo produtos ou serviços de organizações da economia social. Seus resultados apontam que quando, por meio de determinado produto ou serviço, as empresas sociais acionam a cognição moral (percepção da moralidade) dos consumidores, estes se tornam mais inclinados a consumi-los. Em outras palavras, a percepção do valor moral contido no consumo de produtos ou serviços de natureza social estimula sua aquisição.

Por último, a revisão de literatura elaborada por Roundy e Bonnal (2017) examinou se os empreendedores sociais representam uma nova categoria de ator de mercado. Ao responder positivamente à questão, os autores propõem que trabalhos futuros sejam

realizados a fim de comparar as bases éticas contidas no empreendedorismo convencional e no empreendedorismo social.

É possível observar que há investigações anteriores que assinalam um certo interesse de pesquisadores do campo dos estudos organizacionais em analisar, no contexto das organizações da sociedade civil, as conexões entre inovação social e valores éticos. Contudo, como já dito, dentre os trabalhos que integram a revisão de literatura aqui realizada, nenhum deles utilizou dimensões éticas como lente analítica. Mais especificamente, não foram encontrados estudos anteriores que analisaram como práticas de igualdade e equidade podem gerar inovação social. Evidencia-se, assim, uma perspectiva de pesquisa que pode ser explorada para avançar na fronteira do conhecimento.

Além disso, vale lembrar que esta investigação tem o objetivo de analisar inovações sociais que, embora possam beneficiar mutuamente seres humanos e animais não humanos, são geradas a partir de ações voltadas ao bem-estar de cães e gatos. No âmbito das organizações que empregam esforços para a promoção do bem-estar e direitos dos animais não humanos, observa-se um certo silêncio por parte dos estudos pregressos, de modo que não foi identificado nenhuma pesquisa nessa direção. Isso revela uma área que pode ser melhor explorada, sendo que, ao investigar organizações da sociedade civil que possuem objetivos sociais não restritos ao espectro humano, pode-se contribuir com uma compreensão mais ampla das inovações sociais.

Considerando a referida perspectiva teórica de pesquisa e a representatividade, diversidade e relevância das discussões acerca das inovações sociais nos estudos organizacionais (e para além deles), propõe-se investigar, a partir de teorias ético-políticas, se é possível, em práticas de organizações da sociedade civil, que inovações sociais sejam geradas a partir de ações de igualdade e equidade. Mais especificamente, sugere-se analisar,

a partir das perspectivas de Bentham, Rawls e Singer, ações sociais de duas organizações da sociedade civil com potencial para gerar inovações sociais inclusivas por intermédio de práticas de igualdade e equidade. Dito isso, apresenta-se o problema desta pesquisa: Como práticas de igualdade e equidade promovidas por organizações da sociedade civil podem gerar inovações sociais?

1.3 Objetivos da Pesquisa

1.3.1 Objetivo Geral

Para que a problemática desta investigação seja devidamente respondida, apresenta-se o objetivo geral do presente estudo: Compreender como práticas de igualdade e equidade promovidas por organizações da sociedade civil podem gerar inovações sociais.

1.3.2 Objetivos Específicos

Como visto, a pergunta de pesquisa foi identificada e, a partir dela, o objetivo geral do estudo foi apresentado. Entretanto, a fim guiar o objetivo proposto, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever as ações promovidas pela Organização Bem-Animal e pela Ecopet;

- Analisar como essas práticas podem se conectar com as inovações sociais;

- Analisar como as ações promovidas pela OBA e pela Ecopet podem se materializar em práticas de igualdade e equidade; e

- Analisar como as práticas constitutivas das organizações estudadas podem gerar inovações sociais como benefícios mútuos a humanos e animais não humanos.

1.4 Justificativa e Relevância do Estudo

No campo da administração, os estudos organizacionais possuem um espectro temático variado, assim como são diversas as modalidades institucionais pesquisadas. Nesse sentido, embora parte da comunidade científica esteja concentrada em investigar práticas de organizações "tradicionais" (por exemplo: corporações que visam, de uma forma ou de outra, seu espaço no mercado), destaca-se que há entidades que se concentram em atuar de outro modo. Isto é, trata-se de organizações, muitas vezes constituídas na sociedade civil, que promovem práticas com objetivos não necessariamente econômicos, mas sociais.

Considera-se que tais instituições possuam sua importância não somente no campo prático, mas também teórico. Por este motivo, o presente estudo se propõe a investigar dois casos de organizações da sociedade civil que têm objetivos sociais. Como indicado, busca-se pesquisar práticas organizacionais que podem ser socialmente inovadoras, isto é, ações que potencialmente geram inovações sociais.

Destaca-se que o tema da inovação social vem sendo discutido no contexto brasileiro dos estudos organizacionais, de modo que eventos científicos importantes da administração não apenas aceitam artigos sobre IS, mas possuem grupos de trabalho ou eixos temáticos explicitamente voltados a este assunto. Isto indica a relevância do fenômeno da inovação social, sobretudo quando promovida por organizações da sociedade civil, para os estudos em administração.

Como exemplo, pode-se apontar o ENGEMA (Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente), promovido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). No ano de 2023, ocorrerá a

vigésima quinta edição deste evento, que desde 2018 conta com um grupo de trabalho atualmente denominado “Inovação Para a Sustentabilidade”, cujo qual debate, dentre outros temas, a inovação social (ENGEMA, 2023).

Há também o Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), que atualmente abre espaço para a discussão acerca das inovações sociais em seu grupo de trabalho denominado “Redes, Inovações e Organizações” (CBEO, 2023a). O evento possui sete edições, sendo que a inovação social possui seu espaço de discussão desde o IV CBEO, edição na qual foi realizada uma mesa redonda sobre o tema, dentro de um grupo de trabalho denominado “Estudos Organizacionais no Contexto do Terceiro Setor” (CBEO, 2023b).

Por fim, destaca-se o EnANPAD, um dos mais relevantes eventos do campo da administração no Brasil, promovido desde o ano de 1997 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). O evento abarca a inovação social como assunto de interesse desde 2015, de modo que atualmente conta com o tema “Inovação Social e Ecossistemas de Inovação Social”, alocado junto ao grupo de discussões denominado “Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo” (EnANPAD, 2023a). Salienta-se, ainda, que o EnANPAD possui 102 artigos publicados nos anais dos eventos realizados até 2022 (EnANPAD, 2023b; EnANPAD, 2023c).

Entretanto, como pode ser observado no capítulo introdutório desta pesquisa, os estudos organizacionais sobre inovação social no contexto das organizações da sociedade civil não se limitam aos eventos da área da administração. Fica evidente, como indicado no tópico denominado “Contextualização e Identificação do Problema de Pesquisa” da presente investigação, que as discussões acerca da inovação social e das organizações da

sociedade civil possuem relevância e representatividade nas discussões acadêmico-científicas, refletindo em um crescente número de publicações de alto impacto.

A recorrência das pesquisas sobre inovação social em eventos e periódicos relevantes relacionados aos estudos organizacionais denotam a pertinência do tema da IS na referida área. E mais, revelam a importância das organizações da sociedade civil no campo da administração, uma vez que, como será indicado no capítulo teórico, frequentemente as inovações sociais são promovidas por instituições dessa natureza. Dito isto, sublinha-se o alinhamento e a pertinência da presente investigação em relação aos estudos organizacionais no campo da administração, de modo que, a partir disso, é possível justificá-la cientificamente.

Com o objetivo de identificar um problema de pesquisa que possa, em certa medida, contribuir com o avanço da fronteira do conhecimento, diversos trabalhos pregressos foram analisados. Como pôde ser observado no tópico "Contextualização e Identificação do Problema de Pesquisa", os estudos anteriores observaram o fenômeno da inovação social sob variadas lentes, de forma que cada qual, a seu modo, integra o estado da arte referente ao tema.

Viu-se, portanto (tópico "1.2 Contextualização e Identificação do Problema de Pesquisa"), que muitas são as abordagens teóricas utilizadas nas análises de inovações sociais, de maneira que vão da Teoria Institucional (Lindberg & Hylander, 2016; Bozic, 2020) ao Pensamento Configuracional (Taylor & Arundel, 2020). Da mesma forma, alguns trabalhos indicaram certas conexões entre a ética e as inovações sociais (Roundy e Bonnal, 2017; Mannarini et al., 2018; Nandan et al., 2019; Hossein, 2020; Tsai et al., 2020). Contudo, ressalta-se que nenhuma das pesquisas anteriores observadas analisou como, nas ações de organizações da sociedade civil, práticas de igualdade e equidade podem gerar IS.

Em outras palavras, as pesquisas pregressas, embora tragam suas contribuições aos estudos organizacionais a partir de perspectivas teóricas diversas, não investigam como a inovação social pode se constituir a partir da promoção de práticas ético-políticas de igualdade e equidade. Explicando melhor, a pesquisa bibliográfica realizada revela que o fenômeno das organizações da sociedade civil que, a partir de práticas de igualdade e equidade, geram benefícios mútuos como inovação social ainda não foi explorado nos estudos organizacionais e mesmo nos estudos críticos em administração.

Esta lacuna aponta para a justificativa teórica desta investigação, que visa, em certa medida, avançar na fronteira do conhecimento a partir da exploração de novas perspectivas de pesquisa. Ou seja, busca-se colaborar com os estudos acerca das inovações sociais e das organizações da sociedade civil, apresentando experiências de duas instituições que promovem práticas de igualdade e equidade com potencial socialmente inovador para gerar benefícios mútuos a humanos e animais não humanos, analisadas de forma inédita por meio das teorias ético-políticas de Bentham, Rawls e Singer. Isto é: trata-se de investigar ações de inovação social de organizações da sociedade civil a partir de práticas de igualdade e equidade que geram benefícios mútuos.

Ademais, no campo das inovações sociais e das organizações da sociedade civil, são habitualmente empreendidas investigações que analisam a salvaguarda da dignidade e dos direitos no âmbito social/humano. Contudo, observa-se certo silêncio no que tange a abordar as adversidades (quase sempre em decorrência das ações humanas) enfrentadas por outras formas de vida, a exemplo de cães, gatos e outros animais em situação de vulnerabilidade. Como já mencionado, dentre as pesquisas analisadas no levantamento bibliográfico aqui realizado, nenhuma o fez.

Assim, sob o ponto de vista teórico e epistemológico, há uma pertinente contribuição para os estudos organizacionais em relação às analises previamente empreendidas. Isto porque o presente estudo, além de incidir sobre contextos sociais fragilizados, aborda também o tema dos animais não humanos sob uma perspectiva inovadora, utilizando constructos teóricos que permitem um deslocamento na análise das inovações sociais que possibilita analisar ações de organizações da sociedade civil.

Como apontado, as investigações anteriores assinalam a relevância social das pesquisas em inovação social no âmbito das organizações da sociedade civil, uma vez que frequentemente discutem temas urgentes como a fome (Baglioni et al., 2017; Rovati, 2017; Lombardi & Costantino, 2020), acesso ao microcrédito (Molnár, 2017), saneamento básico (Vijay & Ghosh, 2018), dentre outros. Analisando práticas relacionadas ao bem-estar animal que podem gerar inovações sociais em aldeias indígenas e outras comunidades carentes (beneficiando humanos e animais não humanos), este estudo implica também questões como discriminação, indiferença e exclusão (mazelas sofridas tanto por grupos socialmente vulneráveis quanto pelos animais não humanos). A manutenção desses e outros temas sociais urgentes na pauta de discussões do meio acadêmico pode auxiliar na busca por soluções práticas por parte da sociedade civil organizada. Isso porque produz análises críticas com rigor científico a partir da confluência entre teoria e pesquisa de campo.

Nesse sentido, o presente estudo pode colaborar com as organizações investigadas e tantas outras no sentido de apontar, a partir da análise de suas ações, dimensões ainda não identificadas, bem como possíveis barreiras que possam dificultar o alcance de seus objetivos sociais. Isso permite, dentre diversas possibilidades, que essas e outras instituições possam vislumbrar de maneira mais clara os caminhos para obterem êxito em

suas práticas. Além disso, viabiliza que determinadas práticas organizacionais sejam replicadas, potencializando o impacto social.

Da mesma maneira, esta pesquisa se justifica praticamente pelo fato de evidenciar o impacto social gerado por organizações da sociedade civil. Nesse sentido, trata-se de investigar instituições constituídas por atores sociais que geram inovações sociais com benefícios mútuos a humanos e animais não humanos. Mais especificamente, são duas OSC que atuam em questões relacionadas à saúde pública, buscando contribuir, por exemplo, com a reciclagem de lixo e com a mitigação de inúmeras doenças causadas por animais em más condições de saúde – zoonoses que podem ser graves à saúde e atingir tanto humanos quanto animais não humanos.

Para além disso, são organizações que visam uma convivência mais sustentável entre humanos e animais não humanos e em relação ao meio ambiente. Isto porque atuam na educação e conscientização de indígenas e pessoas carentes do meio urbano sobre questões relacionadas aos animais, à reciclagem de lixo etc. Assim, em certa medida, transformam as visões de mundo em relação aos animais não humanos e, com isto, geram benefícios mútuos que melhoram a qualidade de vida (humana e não humana) e contribuem para a sustentabilidade da vida no planeta.

Destaca-se, assim, que este estudo possui justificativa prática e social, uma vez que busca investigar ações que transformam as visões de mundo, valores e a qualidade de vida de comunidades, pessoas que vivem à margem da sociedade e, ao mesmo tempo, geram bem-estar aos animais não humanos. Tal análise permite compreender a inovação social em um nível mais profundo, uma vez que, além de abordar questões sociais importantes, os limites do mundo humano, que frequentemente delimitam os estudos organizacionais, são extrapolados. Dessa maneira, não apenas os humanos podem se beneficiar, mas também os

demais animais, pois os efeitos da conturbada relação entre sociedade e mundo natural são evidenciados. Propõe-se, em todos os níveis (político, social, ambiental, organizacional...), um convívio mais sustentável.

Nesse sentido, sem a pretensão de esgotar o assunto, a presente pesquisa pode contribuir, em certa medida, com um avanço na fronteira do conhecimento. Isto porque debate um tema relevante para os estudos organizacionais (inovação social) de modo inédito, ou seja, distinto dos estudos pregressos aqui analisados. Isto é, a partir da confluência das teorias ético-políticas de Bentham, Rawls e Singer, busca-se explorar ações de inovação social promovidas por organizações da sociedade civil a partir de práticas de igualdade e equidade que geram benefícios mútuos a humanos e animais não humanos. Tais benefícios podem ser traduzidos em bem-estar e qualidade de vida para pessoas e animais que vivem em situação de vulnerabilidade em comunidades carentes e aldeias indígenas.

A originalidade, portanto, constitui-se a partir da trajetória de análise, que passa pelos fundamentos teóricos da inovação social, da igualdade e equidade (constructo da IS e teorias ético-políticas de Bentham, Rawls e Singer) e do contexto onde se conduz a pesquisa (organizações da sociedade civil brasileiras que promovem o bem-estar de cães e gatos em comunidades carentes e indígenas e podem gerar benefícios a humanos e animais não humanos). Isso posto, ressalta-se o ineditismo deste estudo, a saber, que inovações sociais geradas por meio de práticas de igualdade e equidade promovidas por organizações da sociedade civil podem beneficiar mutuamente humanos e animais não humanos.

Este capítulo introdutório apresentou o tema da presente pesquisa e a contextualizou, propondo um caminho teórico distinto para a análise de ações socialmente inovadoras, o qual se compõe na confluência de três vertentes do pensamento (Jeremy Bentham, John Rawls e Peter Singer). Além disso, o objeto de estudo foi identificado,

sendo este integrado por duas organizações da sociedade civil (Organização Bem-Animal e Ecopet) que atuam em prol do bem-estar de animais não humanos em aldeias indígenas e outras comunidades socialmente fragilizadas. Em seguida, apontou-se o problema de pesquisa, fundamentando-o a partir de uma revisão sistemática de literatura, cuja qual possibilitou observar a relevância e representatividade do tema em questão, bem como uma perspectiva teórica que pode contribuir com o avanço na fronteira do conhecimento. A pergunta de pesquisa, então, culminou no objetivo geral, que foi posteriormente fracionado entre quatro objetivos específicos. Por fim, este tópico justificou o empreendimento desta investigação, expondo sua relevância teórica e prática, além de seu ineditismo e originalidade.

O próximo capítulo discutirá os aspectos teóricos do tema aqui observado, de modo a fundamentá-lo a partir de obras clássicas e outros estudos que compõem o estado da arte acerca das inovações sociais nas organizações da sociedade civil que visam o bem-estar de humanos e animais não humanos.

2 Fundamentação Teórica

No presente capítulo, discutir-se-ão, sem a pretensão de esgotar o assunto, os fundamentos que sustentam teoricamente a tese de que as inovações sociais podem ser geradas por meio de práticas de igualdade e equidade. Em outras palavras, buscar-se-á identificar e relacionar, à luz da teoria, os principais aspectos que vinculam práticas de igualdade e equidade às inovações sociais.

Esta fundamentação teórica tem seu conteúdo distribuído entre quatro tópicos, quais sejam: “dimensões da inovação social”, “sociedade civil organizada”, “preceitos ético-

políticos de igualdade e equidade" e "comunidade moral inclusiva: benefícios mútuos". Julga-se que tais discussões são essenciais para a compreensão do fenômeno aqui pesquisado, bem como do seu contexto, representado pelas experiências contidas no objeto de estudo.

Uma vez que se propõe analisar inovações sociais promovidas por organizações da sociedade civil, considera-se que seria insuficiente fazê-lo sem um aprofundamento teórico dos respectivos temas. Dessa forma, o primeiro ponto de discussão (dimensões da inovação social) diz respeito ao próprio fenômeno investigado e suas características primordiais. O segundo ponto (sociedade civil organizada), por sua vez, justifica-se por conta da natureza do objeto de estudo.

Como esta pesquisa busca compreender a inovação social a partir de práticas de igualdade e equidade promovidas por instituições que visam o bem-estar de animais não humanos em comunidades socialmente vulneráveis, considera-se imprescindível apresentar e discutir os aspectos teóricos acerca da igualdade e equidade, bem como das fronteiras da comunidade moral e como ela pode ser mais inclusiva, gerando benefícios mútuos a humanos e não humanos. Destarte, o terceiro ponto de discussão – preceitos ético-políticos de igualdade e equidade – aborda não somente os aspectos da perspectiva teórica aqui adotada para interpretar o fenômeno da inovação social, mas também trata de como as noções sobre a ética auxiliam, em certa medida, no entendimento de determinadas características da sociedade. Por fim, admite-se que a compreensão das experiências aqui examinadas pressupõe algumas noções acerca da comunidade moral e como ela pode ser mais inclusiva (beneficiando humanos e animais não humanos), de modo que será esse o último tópico a ser discutido neste capítulo.

Assim, este capítulo busca, sobretudo, abordar os conceitos primordiais para a compreensão da inovação social aqui investigada, de forma que, mais adiante, ao relacioná-los com os resultados obtidos na pesquisa empírica, seja possível empreender uma análise aprofundada e cientificamente rigorosa.

2.1 Dimensões da Inovação Social

A degradação social e ambiental se intensifica de muitas maneiras na contemporaneidade, a exemplo do aquecimento global, o aumento da desigualdade social e a crescente insensibilidade com que parte da sociedade lida com essas questões. As possíveis soluções para esses problemas exigem novas abordagens, capazes de gerar, de forma criativa, mudanças no longo prazo. Nesse contexto, a inovação social pode ser uma importante ferramenta para enfrentar esses e outros desafios que estão por vir (Mildenberger, Schimpf & Streicher, 2020).

Embora a inovação social não seja um fenômeno novo, sua consolidação como campo de estudo e sua conceituação são, de certa forma, recentes (Elias & Barbero, 2021). Assim, as investigações organizacionais que têm abordado o tema das inovações sociais são cada vez mais frequentes, especialmente nas duas últimas décadas (Vassallo, Prabhu, Banerjee & Voola, 2019; Farinha et al., 2020). Para além disso, esse tema vem conquistando o interesse de indivíduos e organizações que estão atentos aos variados problemas sociais do nosso tempo (Hernández-Ascanio, Valle, López & Viruel, 2021).

Partindo da premissa básica de Taylor (1970), que se refere às inovações sociais como novos meios de fazer as coisas, são múltiplas as definições e observações elaboradas sobre esse assunto (Tracey & Stott, 2017). Entretanto, mesmo com o crescente debate, os

estudos empreendidos por Unceta, Castro-Spila e Garcia Fronti (2017), Hernández-Ascanio e Rich-Ruiz (2020) e Svensson, Andersson, Mahoney e Há (2020) destacam que a concepção teórica acerca desse tipo de inovação ainda não é unânime entre os pesquisadores.

Molloy et al. (2020) consideram que os processos pelos quais a inovação social é moldada e gerada ainda não foram explorados a contento. Do mesmo modo, os efeitos de longo prazo das inovações sociais ainda constituem um tópico relativamente recente, que vem atraindo crescente interesse por parte dos pesquisadores do tema (Mildenberger et al., 2020).

Observa-se, assim, que a inovação social é um fenômeno caracterizado por sua constante evolução (García-Flores & Martos, 2019). Portanto, para que seja possível compreender no que consiste a IS, considera-se indispensável levantar algumas características previamente exploradas em estudos sobre o tema, de modo a identificar os principais aspectos que lhe são inerentes. Antes de tudo, vale ressaltar que a ideia em torno da inovação, no seu sentido amplo, possui importantes diferenças em relação à inovação social, de maneira que é possível iniciar essa discussão abordando a distinção entre esses dois conceitos.

A inovação tradicional está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos que visam destacar as organizações no cenário competitivo. Contudo, esse tipo de inovação nem sempre possui a capacidade ou a intenção de direcionar o foco para os problemas sociais (Justen, Morais-da-Silva, Takahashi & Segatto, 2020).

A inovação social, por sua vez, ascende como meio para enfrentar certos desafios da sociedade (Pel, Wittmayer, Dorland & Søgaard Jørgensen, 2020). Nessa direção, em uma

reconstituição histórica acerca do conceito de inovação social, Dandurand (2005) identificou três fases na sua evolução: limitação, generalização e especiação.

Na primeira fase, a noção de inovação se constitui dentro da lógica de mercado, aproximando-se sobremaneira da ideia de inovação tecnológica (Dandurand, 2005). A visão schumpeteriana – frequentemente associada à inovação no seu sentido amplo – é exemplo disso, uma vez que possui um tom mercadológico, sendo um ponto de vista que não dissocia o processo inovativo da motivação pelo lucro. Essa perspectiva econômica argumenta que se, por um lado, a inovação é a essência do empreendedorismo, por outro, a inovação social, além de buscar metas financeiras, possui um papel social (Schumpeter, 1942; Vrontis, Morea, Basile, Bonacci & Mazzitelli, 2021).

Trata-se, portanto, de uma das noções embrionárias acerca da inovação no âmbito da sociedade, contida na teoria da "destruição criativa" do economista Joseph Schumpeter (1883 – 1950). Em linhas gerais, essa concepção disruptiva da década de 1940 visa desafiar os paradigmas existentes, pensando formas inéditas e criativas para desenvolver a inovação. O autor compreende a inovação na sociedade como um processo constituído a partir da criatividade de empreendedores que buscam novas combinações para ascender economicamente e, ao mesmo tempo, atender a certas demandas sociais (Schumpeter, 1942; Colombelli, Grilli, Minola & Mrkajic, 2020; Ozdemir & Gupta, 2021). Em resumo, para Schumpeter, inovação na sociedade seria, em certa medida, a própria "destruição criativa" (Perlik, 2021).

Apesar de suas teses possuírem um viés claramente mercadológico e, portanto, estarem relativamente distantes dos conceitos contemporâneos de inovação social, a ideia de solucionar problemas de forma criativa oferece, em certo sentido, uma pista importante sobre o entendimento das práticas socialmente inovadoras. Isto porque, embora seja

evidente (uma vez que a discussão aqui proposta aborda um tipo de inovação), as primeiras noções acerca da "inovação social" de Schumpeter já indicam uma característica primordial desse conceito: a inovatividade.

A fase de generalização paulatinamente ganhou terreno no final da década de 1990, quando o termo inovação social foi, de certa forma, popularizado entre as orientações de pesquisa e as discussões a respeito do desenvolvimento social e econômico. Esse período de ampliação do debate acerca da IS revelou que os desafios enfrentados pelo mundo contemporâneo apontam, em certo sentido, para a necessidade de sobrelevar o papel social do processo inovativo em relação à sua função meramente mercadológica (Dandurand, 2005). Nessa perspectiva, emerge uma das distinções primordiais entre inovação tradicional e inovação social, de modo que a última é, antes de tudo, um fenômeno social, que extrapola a razão econômica e/ou tecnológica da primeira. A necessidade de responder aos desafios sociais é, portanto, a motivação primeira da inovação social. Em outras palavras, a IS visa, sobretudo, responder a questões contidas no âmbito social (Fridhi, 2021). As ideias em torno da inovação social passaram, a partir de então, a abrigar características singulares, afastando-a definitivamente da perspectiva schumpeteriana (Avelino et al., 2019).

Na última fase, denominada especiação, Dandurand (2005) assevera que o próprio conceito de inovação social sofreu, em diversos campos de pesquisa ou intervenção social, uma série de fragmentações. Entretanto, na visão da autora, não fica claro se tais subdivisões enfraquecem ou enriquecem a noção de inovação social.

Esse breve panorama cronológico, por si só, não dá conta de consolidar um consenso acerca do termo inovação social, tampouco define seus contornos e abrangência. Contudo, revela algumas características substanciais do fenômeno. Nesse sentido, como indicado, a IS não pressupõe uma perspectiva mercadológica, mas visa, sobretudo, atender

a uma demanda social de maneira inovadora. Destarte, as inovações sociais podem ser compreendidas como novas combinações de práticas sociais que objetivam satisfazer necessidades sociais (Ayob, Teasdale & Fagan, 2016).

A primazia pela dimensão social em detrimento da mercadológica passa, então, a ser indispensável nos constructos mais atuais de inovação social. Exemplo disso é o texto de Moulaert, Martinelli, Swyngedouw & Gonzalez (2005). Em sua análise, os autores indicam que a inovação social deve ser composta por três principais elementos: satisfazer as necessidades sociais cujas quais não estão sendo plenamente contempladas; mudar as relações sociais vigentes, de modo a aumentar os níveis de participação, especialmente dos grupos mais excluídos; e incrementar as capacidades sociopolíticas dos beneficiários, empoderando-os e oportunizando o acesso a novos recursos.

O texto de Phills, Deiglmeier e Miller (2008) traz uma noção acerca da inovação social que não somente assinala seu viés social, mas também destaca sua natureza inovativa. Na visão dos autores, inovação social pode ser entendida como:

> Qualquer solução nova e útil para uma necessidade ou problema social, que seja melhor do que as abordagens existentes (ou seja, mais eficaz, eficiente, sustentável ou justa) e para a qual o valor criado (benefícios) se acumula principalmente para a sociedade como um todo, e não para os indivíduos. (p. 11, tradução nossa)

Há também os estudos de Mulgan, Tucker, Ali e Sanders (2007) e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010). Para Mulgan et al. (2007, p. 8, tradução nossa), inovações sociais são "atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por meio de organizações cujos objetivos principais são sociais". Murray et al. (2010, p. 3, tradução nossa), por sua vez, definem inovação social como "novas ideias (produtos, serviços e

modelos) que simultaneamente atendem às necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que são boas para a sociedade e aumentam sua capacidade de ação".

Além de atribuir certo peso ao aspecto social dessa forma de inovação, é possível observar que esses conceitos sinalizam para uma dimensão coletiva da inovação social. Os três elementos indicados como essenciais para a inovação social por Moulaert et al. (2005), por exemplo, apontam para a ideia de idealização coletiva em prol do bem comum. Na mesma direção, Phills et al. (2008) destacam os benefícios que esse fenômeno traz para a sociedade. Por fim, os textos de Mulgan et al., (2007) e Murray et al. (2010) atribuem o desenvolvimento de atividades socialmente inovadoras às organizações sociais e às colaborações sociais, respectivamente.

Elementos como idealização coletiva, organizações sociais e colaborações sociais, indicam a mobilização de atores sociais, ou seja, uma construção coletiva com vistas a buscar soluções para determinado problema social. Nesse sentido, a inovação social é frequentemente observada como um fenômeno que exige um esforço colaborativo (Nicholls e Murdock, 2012; Krlev & Lund, 2020), ou seja, membros da comunidade desempenham papel significativo no desenvolvimento de ações socialmente inovadoras (Goi & Tan, 2021).

Há, ainda, pesquisadores que sustentam que a viabilidade e sustentabilidade da inovação social residem na própria construção coletiva (Boughzala, 2020; Fridhi, 2021). Nessa direção, o estudo de caso elaborado por Lombardi e Costantino (2020) aponta para a importância da construção do senso de comunidade e do desenvolvimento do capital social. Isso situa a IS como um tipo distinto de inovação, que se constitui a partir dos esforços de indivíduos e organizações com o objetivo de criar oportunidades com impacto ampliado em

um determinado sistema social e/ou nas experiências de grupos sociais vulneráveis (Shier, Handy & Jennings, 2019). Isto é, a inovação social é inerentemente relacional (Hansen et al., 2021), uma vez que busca enfrentar as adversidades sociais e promover o desenvolvimento local a partir da articulação de diversos atores (Justen et al., 2020).

No contexto brasileiro de pesquisa, destaca-se o conceito apresentado por Bignetti (2011, p. 4). Para o autor, a inovação social é "definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral". Nessa proposição, observa-se a explicitação do envolvimento dos atores sociais, reforçando o já mencionado caráter de construção coletiva da inovação social.

Vale, ainda, ressaltar que o conceito de Murray et al. (2010) considera a inovação social como meio para aumentar a capacidade de ação da sociedade frente aos seus problemas. Bignetti (2011), por sua vez, aborda a inovação social como geradora de soluções duradouras. Assim sendo, não parece exagero considerar que essas proposições apontam para uma dimensão transformadora da IS. Essa conjectura corrobora, por exemplo, com os estudos de Howaldt, Domanski e Kaletka (2016) e Courtney (2018), em que os autores assinalam o potencial de mudança social como aspecto essencial da inovação social.

Dessa maneira, a inovação social pode ser definida como produtos ou serviços inovadores que visam atender a uma necessidade social, viabilizando novas colaborações sociais (Ahmed, Tinne, Al-Amin & Rahanaz, 2018). Na visão de Elias e Barbero (2021), a

ideia em torno da inovação social está ligada em gerar soluções que criam valor social[1]. Em outras palavras, o conceito IS está explicitamente ligado a processos inovativos em que as relações são transformadas, permitindo novas e duradouras formas de acesso a recursos e poder (Teasdale et al., 2020; Hansen et al., 2021).

Seguindo essa linha de raciocínio, e considerando que a presente pesquisa invoca preceitos éticos e políticos como igualdade e equidade para analisar ações socialmente inovadoras, julga-se relevante citar o conceito de inovação social proposto por Moulaert et al. (2013). Isso porque esses investigadores atribuem à IS uma natureza ética e de justiça social. Dirão os autores:

> Inovação social significa promover a inclusão e o bem-estar através da melhoria das relações sociais e processos de empoderamento: imaginando e perseguindo um mundo, uma nação, uma região, uma localidade, uma comunidade que concederia direitos universais e seria mais socialmente inclusiva. (p. 16, tradução nossa)

Essa visão indica que a inovação social está relacionada a buscar soluções progressivas aceitáveis para promover, dentre outros, a inclusão e a concessão de direitos. Nessa direção, ao investigar qualitativamente a relação entre as empresas da economia social e o empreendedorismo de base tecnológica a partir da visão dos principais atores envolvidos, Martínez, Guilló & Santero (2019) apontam que a capacidade de proporcionar o crescimento inclusivo é uma característica inerente à inovação social. Do mesmo modo, Dalla Torre et al. (2020) asseveram, a partir de seu estudo de caso em áreas rurais da Itália

[1] Conforme aponta Mulgan (2010), não há uma definição única de "valor social", mas é possível dizer que se refere a impactos não financeiros mais amplos de programas, organizações e intervenções, incluindo o bem-estar de indivíduos e comunidades, capital social e meio ambiente.

e Holanda, que a IS é considerada relevante para promover um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável.

Cabe destaque, a promoção da equidade também parece ser uma capacidade inerente à inovação social. Nesse sentido, Nicholls et al. (2015) asseveram que a IS acarreta um processo de recontextualização dentro de normas socialmente reconstruídas de bem público, justiça e equidade. No mesmo sentido, ao analisar 19 estudos de caso de organizações da sociedade civil que operam no âmbito da habitabilidade em grandes cidades italianas, Garrone et al. (2018) identificaram que, além da acessibilidade, a equidade se constitui como um dos principais efeitos das inovações sociais investigadas.

A partir dos conceitos e observações até então apresentados, não parece equivocado assumir que a inovação social, além da premissa básica da inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970), possui, pelo menos, três outras características fundamentais: a motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008); a construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010); e o potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016). Propõe-se, no presente estudo, denominar essas categorias analíticas como "quatro aspectos primordiais da inovação social".

Contudo, a extração das referidas categorias de análise se baseou em uma pequena fração de estudos, dentre inúmeros outros que conceituam a inovação social. Vale mencionar que apresentá-los todos constituiria uma tarefa hercúlea (e talvez inapropriada). Ainda assim, há revisões de literatura recentes que permitem, em certa medida, vislumbrar um quadro geral desse cenário, de modo a colaborar com a identificação das principais características que permitem analisar a inovação social.

Nesse sentido, destaca-se a revisão sistemática de literatura elaborada por Edwards-Schachter e Wallace (2017). O estudo examinou a evolução da conceituação de inovação

social, visando elucidar a multiplicação dos usos do termo ao longo dos últimos 60 anos. Os autores extraíram 252 definições de IS a partir de uma amostra de 2.339 documentos, contendo artigos científicos, livros, capítulos de livros, dentre outros. Os resultados mostram que a inovação social foi introduzida como um conceito analítico por comunidades acadêmicas e se espalhou nas últimas décadas como um conceito normativo alimentado por políticas de desenvolvimento e inovação. Nesse cenário, o conceito de inovação social está associado a um conjunto de elementos centrais comuns que sustentam três pontos distintos e inter-relacionados: processos de mudança social, desenvolvimento sustentável e setor de serviços. Por fim, a pesquisa aponta que a IS varia de acordo com os setores e com a interação com o desenvolvimento tecnológico.

Ressalta-se que os três elementos da IS identificados no estudo de Edwards-Schachter e Wallace (2017) possuem certa relação com as categorias analíticas contidas nos "quatro aspectos primordiais da inovação social". Mais especificamente, os processos de mudança social e o desenvolvimento sustentável se conectam com o potencial transformador para a sociedade. A área referente ao setor de serviços, por sua vez, pode ser alusiva à motivação social da IS.

Embora viabilize uma certa noção da natureza da inovação social, o espectro apresentado ainda não dá conta de esclarecer por completo os processos complexos e dinâmicos pelos quais esse fenômeno se constitui. Buscando compreender o tema em maior profundidade, pesquisas anteriores propuseram *frameworks* para o estudo da inovação social, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de novas investigações. Exemplos dessas proposições são os já mencionados (no capítulo introdutório) modelos de Tardif e Harrisson (2005) e de Nicholls et al. (2015). Considera-se, na presente pesquisa,

que a exposição de tais propostas seja fundamental para a compreensão de algumas das características fundamentais da IS.

O relatório de Tardif e Harrisson (2005) identificou, a partir da síntese (identificação de pontos em comum) de 49 pesquisas sobre inovação e transformações sociais elaboradas por membros do grupo de estudos canadense CRISES (*Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales*), cinco categorias que podem ser detectadas na inovação social. São elas: transformações, caráter inovador, inovação, atores e processos. Destaca-se que, no decorrer da descrição das referidas dimensões, suas respectivas relações com os "quatro aspectos primordiais da inovação social" serão observadas, a fim de reforçar as referidas categorias de análise.

A primeira categoria proposta é denominada pelos autores de "transformações", e diz respeito ao contexto em que a inovação social é desenvolvida, a exemplo de crises que levam os atores sociais a buscarem soluções; às mudanças na estrutura econômica que alterem a produção, o consumo ou as relações de trabalho; e às transformações sociais, no sentido de promover práticas que busquem solucionar problemas como exclusão e marginalização (Tardif & Harrisson, 2005; Kumasaka et al., 2020; Elias e Barbero, 2021). Destaca-se que essa dimensão possui conexão com a motivação social da IS (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008), especialmente no âmbito das transformações sociais.

O caráter inovador de uma inovação social se refere, sobretudo, às respostas inovadoras frente aos problemas sociais. Desenvolvidas primordialmente pelos atores sociais, tais soluções podem exigir, por exemplo, novos arranjos institucionais. Além disso, destaca-se que experiências socialmente inovadoras exitosas tendem a seguir um processo de institucionalização (Tardif & Harrisson, 2005; Kumasaka et al., 2020; Elias e Barbero,

2021). Essa dimensão, por sua vez, relaciona-se com o caráter inovativo da inovação social (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970).

A terceira dimensão das inovações sociais aborda a inovação propriamente dita. Isto é, trata-se do objetivo da inovação, bem como sua abrangência. São citados cinco tipos de inovações sociais, a saber: técnicas, sociotécnicas, sociais, organizacionais e institucionais. No caso das IS com objetivos sociais, por exemplo, a finalidade se constitui no bem coletivo e na cooperação entre os atores. Com relação à abrangência, ressalta-se a natureza local da inovação social (Tardif & Harrisson, 2005; Kumasaka et al., 2020; Elias e Barbero, 2021). Tal qual a primeira dimensão, essa pode ser associada à motivação social da IS (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008), em especial no contexto das IS com objetivos puramente sociais.

Os atores envolvidos no processo de inovação social e suas múltiplas formas de interação constituem a quarta dimensão desse *framework*. Assinala-se que tais atores podem possuir diferentes tipologias, tais como: sociais (movimentos comunitários), organizacionais (organizações da sociedade civil), institucionais (poder público) e intermediários (redes sociais). Além disso, destaca-se que a inovação social é um processo de aprendizado coletivo, em que uma governança adequada deve resultar na participação de todos os envolvidos (Tardif & Harrisson, 2005; Kumasaka et al., 2020; Elias e Barbero, 2021). Dentre os "quatro aspectos primordiais da inovação social", destaca-se a construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010) como correlata à quarta dimensão proposta por Tardif e Harrisson.

O último aspecto relacionado às inovações sociais se refere aos processos de desenvolvimento, implantação e difusão. Assim, essa dimensão considera as barreiras que podem inibir o potencial da inovação social, incluindo a resistência dos atores à mudança,

tensões em determinadas localidades, dentre outros (Tardif & Harrisson, 2005; Kumasaka et al., 2020; Elias & Barbero, 2021). Essa dimensão, por fim, pode ser relacionada ao potencial transformador da inovação social, uma vez que ele depende das barreiras e aspectos facilitadores para o desenvolvimento da IS.

Observa-se, a partir do exposto, que as cinco dimensões da inovação social propostas por Tardif e Harrisson (2005) estão relacionadas, em certa medida, aos "quatro aspectos primordiais da inovação social" sugeridos no presente estudo.

A fim de sintetizar as cinco dimensões da inovação social propostas no *framework* de Tardif e Harrison (2005), destaca-se a Figura 4:

Transformações	Caráter Inovador	Inovação	Atores	Processos
- Contexto macro / micro - Econômicas - Sociais	- Modelo - Economia - Ação social	- Escala - Tipos - Finalidade	- Sociais - Organizações - Institucionais - Intermediários	- Modo de coordenação - Meios - Restrições

Figura 4. Cinco dimensões da inovação social de Tardif e Harrison (2005)
Nota Fonte: Adaptado de Tardif e Harrison (2005)

No que se refere ao raio de ação das inovações sociais, uma importante contribuição é a estrutura analítica de Nicholls et al. (2015). Os autores propõem que o processo da IS se dá em três níveis, quais sejam: inovação incremental, inovação institucional e inovação disruptiva (Nicholls & Murdock, 2012; Lee et al., 2021).

No primeiro nível, encontra-se a inovação incremental, referindo-se a bens e serviços desenvolvidos por indivíduos ou organizações (com ou sem fins lucrativos) que visam atender demandas sociais. Nesse estágio, a inovação social frequentemente é iniciada

com um porte modesto e pode compreender experimentos formais ou informais (Nicholls & Murdock, 2012; Nicholls et al., 2015; Lee et al., 2021).

No nível institucional, busca-se repensar as estruturas sociais e econômicas vigentes para renovar e melhorar os resultados e valores sociais. Isso implica na mudança da estrutura social ou mercadológica. Frequentemente, nessa fase, a inovação social é impulsionada por objetivos menos econômico e mais social, embora não pressuponha uma dissociação entre eles (Nicholls & Murdock, 2012; Nicholls et al., 2015; Lee et al., 2021).

A inovação disruptiva, por sua vez, visa sobretudo a transformação nas relações de poder. É nesse nível que operam os movimentos sociais, atores, redes e políticas públicas que buscam alterar a estrutura hierárquica e de poder da sociedade, beneficiando indivíduos e grupos excluídos ou marginalizados. A inovação social disruptiva pode, portanto, caracterizar-se pela participação massificada estruturada, seja em partidos políticos e movimentos sociais, seja por atores sociais unidos por interesses comuns (Nicholls & Murdock, 2012; Nicholls et al., 2015; Lee et al., 2021).

É possível observar similitudes entre os três níveis de inovação social indicados por Nicholls et al. (2015) e os "quatro aspectos primordiais da inovação social" aqui propostos. No nível incremental, por exemplo, embora a IS possua menor impacto, é motivada por objetivos sociais (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008). Esse impulso social também é observado no nível institucional. Além disso, no segundo nível, a ideia de repensar o ordenamento social remete a algum grau de criatividade e inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970). Finalmente, no nível disruptivo, observa-se conexões entre a operação de movimentos sociais, atores, redes e políticas públicas e a ideia de construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010) da inovação social. Ademais, nesse nível, o

potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016) parece estar contido na noção de alteração da estrutura social.

Com o objetivo de resumir os três níveis de inovação social sugeridos por Nicholls et al. (2015), designa-se a Figura 5:

Nível	Objetivo	Foco
Incremental	Identificar e abordar falhas de mercado de forma mais eficaz	Produtos e serviços
Institucional	Reconfigurar estruturas e padrões de mercado existentes para criar um novo valor social	Mercados
Disruptiva	Mudar os quadros de referência cognitivos em torno dos mercados e questões para alterar sistemas e estruturas sociais	Política (movimentos sociais)

Figura 5. Três níveis da inovação social de Nicholls et al. (2015)
Nota Fonte: Adaptado de Nicholls et al. (2015)

Além dos três níveis apresentados, Nicholls et al. (2015) destacam que também é possível definir a inovação social em termos de ação ou impacto. Para os autores, essa análise pode ser realizada nos níveis micro (indivíduos), mezo (organizações ou redes/movimentos) ou macro (sistemas) (Nicholls & Murdock, 2012; Nicholls et al., 2015; Lee et al., 2021).

Por fim, Nicholls et al. (2015, p. 5) reconhecem que a inovação social não deve ser compreendida como um fenômeno socialmente positivo em si mesmo, ou seja, pode possuir o que os autores denominam de "lado obscuro". Nesse sentido, a inovação social pode abrigar (não necessariamente de maneira explícita) objetivos destrutivos e/ou divisores, a exemplo de partidos políticos ou movimentos com concepções extremistas. Podem também alcançar efeitos sociais negativos, como a exclusão de grupos que deveriam, em tese, ser beneficiados pela IS. Além disso, em certos casos, as inovações

sociais podem sofrer algum tipo de falha operacional ou desvio de missão (intencional ou não intencional) por um agente externo.

Na mesma direção, Mens, van Bueren, Vrijhoef & Heurkens (2021) alertam para o contexto neoliberal onde as inovações sociais ocorrem. Para os autores, como a inovação social se constitui em um cenário majoritariamente econômico, é possível que ela seja condicionada, ativa ou passivamente, por Estados e mercados. Nas palavras de Leonidas Donskis, "o Estado serve tacitamente ao capital global e realiza as funções de uma empresa de segurança, ao mesmo tempo que finge estar interessado na moralidade pública, no corpo, na memória e na privacidade dos homens" (Bauman & Donskis, 2014, p. 202).

Vale, ainda, citar a pesquisa de Gregoire (2016). O autor concorda que, em muitos casos, a inovação social emerge como alternativa à lógica exorbitantemente consumista e individualista. Entretanto, uma vez que soluções para certos excessos do sistema dominante são encontradas, a possibilidade paradoxal de que isso sirva para a perpetuação do próprio sistema não deve ser desconsiderada.

Esses alertas apontam, em certo sentido, para algumas das possíveis barreiras para o desenvolvimento de inovações sociais. Nessa direção, Suchá et al. (2021), em um estudo que analisou a inovação social no âmbito das bibliotecas, dividiram os fatores limitantes em quatro níveis, a saber: estrutural (legislação, condições financeiras e cultura profissional); local/comunitário (relacionamento e interação com diferentes atores ou instituições); organizacional (regras institucionais, equipe, forma de gerenciamento e regras formais e informais); e pessoal (motivação, conhecimento, habilidades e visões).

Apesar dos alertas mencionados e das possíveis barreiras, há estudos que assinalam uma natureza de resistência e adaptabilidade das inovações sociais em relação aos contextos em que são desenvolvidas. Exemplo disso é a pesquisa de Baglioni et al. (2017),

que explora o papel do setor público e das organizações da sociedade civil no combate à pobreza e ao desperdício de alimentos na Itália e Alemanha. A análise fornece evidências de que, mesmo com meios limitados e em cenários desfavoráveis nos âmbitos político e/ou jurídico, o desenvolvimento da inovação social é, em muitos casos, possível.

Isso indica que a inovação social tem a capacidade de interagir com diferentes atores e em diversos níveis, possibilitando moldar soluções em contextos específicos (Montgomery & Mazzei, 2021), de modo que o êxito em promover benefícios de longo prazo depende dos níveis de cooperação, inclusão e confiança envolvidos (Soma, van den Burg, Hoefnagel, Stuiver & van der Heide, 2018).

Assim, indo na direção oposta à apatia social em relação ao sofrimento alheio, denunciada por Bauman e Donskis (2014), a inovação social implica na mudança de percepções, valores e normas que conduzem a sociedade (Aoo, Abe & Kano, 2019). No presente estudo, mais especificamente, trata-se da busca por uma cultura mais inclusiva e sustentável, em que humanos e não humanos vulneráveis tenham o valor intrínseco de suas vidas reconhecido e respeitado.

Este tópico apresentou algumas pesquisas no intuito de elencar noções acerca da inovação social. Assim, foi possível observar que esse fenômeno possui dimensões diversas, implicando, dentre outros, em desenvolvimento sustentável, inclusão, equidade e concessão de direitos (Moulaert et al., 2013; Nicholls et al., 2015; Garrone et al., 2018; Martínez et al., 2019; Dalla Torre et al., 2020).

A partir dos conceitos apresentados, destaca-se que, na presente pesquisa, considerar-se-á que há “quatro aspectos primordiais da inovação social”, quais sejam: inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970); motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008); construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010); e

potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016). A partir da apresentação dos tópicos 2.3 (preceitos ético-políticos de igualdade e equidade) e 2.4 (comunidade moral inclusiva: benefícios mútuos), será possível observar que a inovação social possui certas conexões com os preceitos presentes nas teorias éticas e políticas de Bentham, Rawls e Singer.

Para a compreensão do contexto no qual se constitui o presente estudo, considera-se fundamental explorar conceitualmente as organizações da sociedade civil. Isso porque, além de ser essa a natureza dos objetos de análise desta pesquisa, é no âmbito das OSC que as inovações sociais são frequentemente desenvolvidas e difundidas (Phills et al., 2008). Assim, destaca-se o próximo tópico para discutir alguns traços e conceitos constitutivos do campo das organizações da sociedade civil.

2.2 Sociedade Civil Organizada

Embora o objetivo do presente tópico seja apresentar algumas noções acerca das organizações da sociedade civil, julga-se adequada uma discussão preliminar sobre o conceito de sociedade civil. Entende-se que, assim, fiquem mais claros os aspectos que constituem a sociedade civil organizada, bem como as complexas relações para com outras esferas sociais e políticas.

Originalmente, o conceito de sociedade civil denota certa contraposição à sociedade natural, assemelhando-se à ideia de Estado ou de sociedade política. Isto é, a ideia de sociedade civil nasce associada a um poder político comum que busca garantir aos integrantes direitos fundamentais como liberdade, paz e segurança. Em uma situação social

de exclusiva autotutela, ou seja, sem a mediação do Estado, tais direitos poderiam estar ameaçados (Bobbio, 2008).

Entretanto, ao longo da história o pensamento político concedeu outros significados ao termo, de modo que seu entendimento foi frequentemente atrelado à dicotomia entre a sociedade civil e o Estado (Bobbio, 2008). Em outras palavras, os componentes não abrigados pela esfera do Estado eram automaticamente atribuídos ao campo da sociedade civil. Esse enfoque colaborou para que o termo sociedade civil fosse muitas vezes definido com base na sua relação com o Estado, em vez de assumir um status próprio (Andion & Serva, 2004).

Nessa visão dicotômica, compreende-se a sociedade civil como a esfera que abriga as relações (entre indivíduos, grupos e classes sociais) que se constituem fora das instituições estatais. Isto é, a sociedade civil é entendida como o campo onde ocorrem os conflitos de natureza econômica, religiosa, social, etc.; cujos quais o Estado tem a função de mediar ou suprimir (Bobbio, 2008). Esse ponto de vista privilegia a liberdade e os benefícios do indivíduo, separando-o da estrutura exterior e tida como opressora do Estado, sendo este necessário para regular os excessos dos interesses privados (Semeraro, 1999).

Essa é, ainda, a perspectiva predominante na linguagem política e na literatura social (Andion & Serva, 2004), de modo que a contraposição entre sociedade civil e Estado tem sido por vezes utilizada como meio para justificar discursos polêmicos. Exemplos disso são as afirmações de que a sociedade civil possui uma capacidade inata de agir de forma mais rápida e sensível que o Estado. Sem os devidos cuidados, poder-se-ia entender, a partir desse enunciado, que a sociedade civil é a panaceia para todos os problemas que ameaçam a sociedade e/ou o próprio Estado (Bobbio, 2008).

Esse debate remete à discussão levantada por Bobbio (2007) em relação à dicotomia público-privado. O autor ressalta que frequentemente há o entendimento de que o limite da esfera pública vai até onde se inicia o âmbito privado e vice-versa. Isto é, a constatação – muitas vezes acompanhada por juízos de valor contrapostos – de que, ao ampliar a esfera do público, reduz-se a esfera do privado, e o contrário.

A ideia de que o acréscimo de direitos públicos pressupõe a subtração de direitos privados pode levar a um preocupante fenômeno social da "modernidade líquida", alertado por Bauman e Donskis (2014): a sobreposição dos valores meramente privados em relação aos valores públicos. Os autores indicam que a fragmentação social, a perda do senso de comunidade e o individualismo levado ao paroxismo são peças-chave para a crescente banalização do sofrimento alheio e insensibilidade em relação aos interesses não privados.

Em direção diametralmente oposta, destaca-se a perspectiva proposta por Antonio Gramsci[2] (1891 – 1937) que, mesmo distinguindo a sociedade civil do Estado, faz importantes avanços em relação aos pensadores que o precederam. Ao contrário da visão que contrapõe sociedade civil e Estado, Gramsci observa a sociedade civil como o campo onde os indivíduos podem construir uma subjetividade geral. Isto é, a proposição gramsciana indica um percurso que vai do ser privado ao ser social. O sujeito, sem abdicar de sua autonomia, nunca é entendido como um ser isolado e solipsista, mas sempre observado como um ser social interativo que faz parte de um contexto social e que, de certo modo, depende dele. Nessa trama, por meio de instituições como partidos políticos, empresas e organizações da sociedade civil, a vida em sociedade é construída

[2] Ressalta-se que a inserção do pensamento gramsciano na presente pesquisa tem o objetivo de auxiliar na compreensão acerca das organizações da sociedade civil, de modo que não se pretende aborda-lo exaustivamente gerando implicações e desvios epistemológicos na tese.

coletivamente. Nesse sentido, para Gramsci, a liberdade pressupõe a expansão social, de forma que a liberdade individual se desenvolve a partir da interação com as liberdades dos outros membros da comunidade. Só assim, na visão gramsciana, seria possível alcançar uma sociedade, de fato, civil (Semeraro, 1999).

O pensamento gramsciano volta parcialmente à concepção original, segundo a qual a ideia de sociedade civil assemelha-se à de Estado (Bobbio, 2008). Não obstante, Gramsci propõe que a sociedade civil não pertence à estrutura regida pelo Estado, mas à "superestrutura", numa relação dinâmica, tensa e com limites pouco definidos (Bezerra, Pereira & Braga, 2021). Nesse caso, tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, com suas relações complexas e contraditórias entre si, constituem espaços superestruturais. Essa abordagem indica que Estado e sociedade civil, embora possuam funções distintas, podem ter objetivos comuns (Fernández, 2019).

Barros e Taylor (2020) apontam que Gramsci oferece uma importante chave para a compreensão das disputas ideológicas e ético-políticas empreendidas pelos diversos atores sociais (civis, estatais, econômicos e políticos) nos níveis macro e micro. Nessa perspectiva, a hegemonia resultante dessas lutas é ética, política e também econômica, uma vez que a economia e a distribuição de renda são debates centrais na organização das democracias hodiernas.

Reconhece-se, portanto, a importância do constructo teórico de Gramsci, não somente para compreender os processos políticos e sociais decorrentes da sociedade capitalista, mas também para propor novas perspectivas e caminhos que reforcem o papel da sociedade civil organizada em direção à inclusão e emancipação (Bezerra et al., 2021). Tais avanços requerem mobilizações sociais e organizações que operem para além da lógica de mercado, buscando gerar benefícios sociais. Nessa direção, as organizações da

sociedade civil têm colaborado com a sociedade no sentido de ajudá-la a se desenvolver em diversos âmbitos (Bhattacharyya & Verma, 2020).

Entretanto, a análise de Evelina Dagnino (2002, 2004) no contexto latino-americano alerta para um diagnóstico de "confluência perversa" entre a política democratizante / participativa e o neoliberalismo, em que ambos os projetos, embora dissonantes, demandariam uma sociedade civil ativamente participativa. Ainda que a constituição dos espaços públicos reflita o resultado da luta pela democratização, o encolhimento do Estado e a crescente transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil seriam processos que dariam uma dimensão perversa a essas experiências. Em outros termos, a perda da potência da esfera pública e a naturalização e o aprimoramento do campo do mercado teriam vários efeitos, como a eliminação da cidadania e da autonomia político-social. Assim, a perversidade é, portanto, compreendida como um "fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar" (Dagnino, 2004, p. 96).

Na visão de Dagnino (2004), a partir de proposições desenvolvidas no seio da sociedade civil e da apropriação de termos como "descentralização" e "cidadania", é possível ocultar divergências profundas entre esses dois projetos políticos, fazendo com que movimentos sociais e organizações da sociedade civil questionem seu próprio papel político. Dessa maneira, o desenvolvimento das instituições democráticas e suas normas formais não assegurariam, de fato, a participação e incorporação dos segmentos sociais representativos e seus atores, uma vez que seriam pressionados pelo movimento macro de globalização sustentado pelas diretrizes econômicas neoliberais. Em última análise, os movimentos e organizações sociais, ao invés de exercer pressão, poderiam servir aos propósitos do projeto neoliberal.

Cabe destacar que, embora utilize autores da tradição liberal moderna e contemporânea em sua base epistemológica, esta pesquisa não busca defender quaisquer preceitos identificados com o neoliberalismo. Como será evidenciado, Bentham, Rawls e Singer não se coadunam com o individualismo possessivo, bem como não embasam suas teses a partir das premissas neoliberais meramente economicistas, em que as relações são reduzidas ao espectro do *homo economicus* e, assim, ao ideal de absolutização da propriedade e do mercado. Dessa forma, esses autores encontram-se muito mais próximos do liberalismo político e social (sustentado também por teóricos como Leonard Hobhouse e John Stuart Mill) do que do liberalismo econômico (Merquior, 1983; Anderson, 1995; Matteucci, 2008; Dortier, 2010; Merquior, 2016; Dardot & Laval, 2017)[3].

No mesmo sentido, como será visto, embora se encontrem dentro do contexto da sociedade capitalista e, portanto, serem permeadas pelo sistema econômico vigente, as práticas constitutivas das organizações aqui investigadas apontam para a possibilidade de servirem como meios de resistência aos excessos do neoliberalismo. Isto pois, as ações sociais analisadas nesta pesquisa não se explicam simplesmente pelo descarte de animais, ou seja, não se reduzem ao paradigma neoliberal de consumo ou das relações fundamentadas na instrumentalização do outro (Merquior, 1983; Anderson, 1995; Matteucci, 2008; Dortier, 2010; Merquior, 2016; Dardot & Laval, 2017). Em resumo, não parecem se tratar de experiências que retroalimentam e aperfeiçoam a agenda neoliberal de consumo e exploração da vida.

À visto disso, em muitos casos, o direcionamento de ações socialmente inovadoras para o enfrentamento das questões sociais e para a salvaguarda de direitos se constitui a

[3] Sublinha-se que estes autores são estritamente citados como comentadores, com o objetivo de explicitar conceitualmente alguns aspectos acerca do pensamento neoliberal.

partir da mobilização das capacidades de organizações constituídas na sociedade civil (Zainol, Zainol, Ibrahim & Afthanorhan, 2019). Tais instituições são plataformas sociais importantes para que as demandas sejam transmitidas de baixo para cima, ou seja, da sociedade civil para o poder público. Nesse sentido, as organizações da sociedade civil constituem um fenômeno democrático indispensável, uma vez que desempenham um importante papel para que indivíduos de diferentes culturas, crenças, opiniões e condições econômicas se tornem visíveis no contexto social (Öze & Soyer, 2021).

Em certos casos, organizações da sociedade civil promovem práticas que se traduzem em conceitos ético-políticos como igualdade e equidade, a fim de beneficiar humanos e animais não humanos vulneráveis. Assim, embora as duas próximas seções abordem as perspectivas éticas e políticas de Bentham, Rawls e Singer de maneira mais aprofundada, vale destacar que as visões desses pensadores também se aplicam às OSC.

O princípio da utilidade de Bentham (2017/1789), por exemplo, assevera que ações moralmente justificáveis devem aumentar a felicidade ou diminuir o sofrimento daqueles cujos interesses estão em jogo (indivíduo e/ou comunidade). Uma vez que a premissa benthamiana se estende ao âmbito social, isto é, visa o bem comum, é possível inferir que vai ao encontro dos objetivos das organizações da sociedade civil. Em outras palavras, tanto para Bentham quanto para as OSC, os fins não são somente individuais, mas sobretudo sociais.

A teoria rawlsiana, por sua vez, defende reparações sociais e oportunidades equitativas como meios para alcançar um certo nível de igualdade social (Rawls, 2021). Em paralelo, não raro as organizações da sociedade civil empregam esforços para mitigar as desigualdades sociais por meio da luta pela concessão de direitos equitativos e da inclusão.

Por fim, em *Practical Ethics* (Ética prática), Singer (2018) questiona a obediência cega às leis e justifica a desobediência civil, ou seja, o uso de meios não legais como extensões dos meios legais, a fim de assegurar a aplicação do princípio da igualdade de forma genuinamente democrática. Assim, as inferências de Singer se conectam com as organizações da sociedade civil, em especial àquelas que operam em ambientes críticos, onde a salvaguarda de uma ou mais vidas depende de ações que violam certos códigos legais.

Por conta dessas e outras características, o papel socialmente inovador exercido pelas organizações da sociedade civil tem, em certo sentido, atraído a atenção de pesquisadores. É o que indica o estudo de Littlewood & Khan (2018), que investigou onde e como os conceitos de rede, teorias e perspectivas, redes organizacionais e práticas de rede estão sendo estudados e implantados nas investigações acerca de empresas sociais. A partir da análise de padrões em publicações, os resultados apontam que a pesquisa sobre organizações da sociedade civil está crescendo globalmente e que perspectivas, metodologias, conceitos e teorias variadas estão sendo implantados.

Assim, estudos recentes têm abordado diferentes aspectos relacionados às organizações da sociedade civil, revelando características e potencialidades. Um traço que chama a atenção em relação a essas instituições está na pluralidade de contextos em que as organizações da sociedade civil atuam. Nesse sentido, alguns exemplos podem ser citados. A pesquisa de Rovati (2017) investigou organizações de caridade que distribuem ajuda alimentar na Itália e, assim, desempenham um papel ativo e fundamental na corrida contra a fome e a miséria. O trabalho de William e Cunningham (2018), por sua vez, explorou o papel das OSC na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, contribuindo para mitigar os efeitos perversos da discriminação. Por fim, Mohan et al.

(2021) destacaram o papel significativo que os programas de florestamento e reflorestamento – liderados por organizações da sociedade civil – desempenham para o alcance das metas da política climática global. Além disso, essas instituições colaboram para que nações de baixa renda consigam cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU).

Esses estudos permitem observar que as organizações da sociedade civil tendem a buscar novas alternativas para criar valor em suas comunidades-alvo. De acordo com a pesquisa de Dwivedi e Weerawardena (2018), que investigou 507 organizações da sociedade civil sediadas nos Estados Unidos, esse esforço é impulsionado, sobretudo, pela missão social dessas instituições. Os autores identificaram cinco dimensões das OSC, a saber: inovação, proatividade, gestão de risco, orientação eficaz e orientação para a missão social. Ademais, observaram uma influência positiva das organizações da sociedade civil na inovação social.

Na mesma direção, Mogollón, Eisele e Paschou (2021) analisam as configurações de condições operacionais que respondem por níveis mais elevados de atividades de solidariedade por parte de organizações da sociedade civil na Alemanha e na Grécia. Os autores indicam que, do mesmo modo que outros tipos de organização, as organizações da sociedade civil se configuram como estruturas racionalizadas que perseguem um objetivo concreto e, para tanto, contam com diferentes recursos e estratégias. Os resultados do estudo assinalam que as OSC são, ao lado do Estado e da família, importantes provedores de serviços de solidariedade, atuando de forma significativa na defesa de grupos vulneráveis.

São diversos os estudos que assinalam a capacidade que as organizações da sociedade civil têm de transformar o contexto social. Uma investigação empreendida no

Chile, por exemplo, ressalta que essas instituições contribuem para implementar e catalisar mudanças sociais, com papel preponderante na dimensão de processos e empoderamento (Vergara d'Alençon, 2020). A pesquisa etnográfica de Meinema (2021), por sua vez, identificou que organizações da sociedade civil lideradas por muçulmanos são importantes veículos para desafiar certos estigmas e o sentimento generalizado de marginalização entre muçulmanos quenianos.

Também na África, o estudo de Fraser et al. (2021) avaliou o papel, as necessidades e as capacidades de 35 organizações da sociedade civil que atuam em 37 países daquele continente no apoio à prevenção e controle de doenças causadas pela resistência antibiótica (micróbios que desenvolvem mecanismos que os protegem dos efeitos dos antimicrobianos). Seus resultados indicam que as organizações da sociedade civil envolvidas atuam em diversas dimensões, destacando-se a defesa de direitos, prestação de contas e prestação de serviços sociais. Além disso, os autores ressaltam que a prevenção e o controle da resistência antibiótica requerem coordenação entre vários setores do governo e parceiros da sociedade civil. Nesse sentido, Rigoni, Tammi, van der Gouwe e Schat (2021) asseveram que as OSC são fundamentais para monitorar e avaliar programas e políticas de melhorias socais.

O potencial das organizações da sociedade civil como impulsionadoras da mudança social é reconhecido por Parekh e Klintman (2021), em um estudo que examinou o trabalho das organizações da sociedade civil para tornar o consumo de alimentos mais sustentável na Suécia. Os resultados sugerem que as mudanças sociais necessárias, em última análise, requerem integração e coordenação de atividades práticas e políticas, não apenas entre as OSC, mas em todas as esferas da sociedade.

O papel das parcerias é também enfatizado em políticas globais que visam a sustentabilidade. Exemplos disso são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Dentre suas dezessete metas, destaca-se a última, intitulada “Parcerias e meios de implementação”. Mais especificamente, o ODS 17 pede que a comunidade internacional fortaleça os meios de implementação e revitalize a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, enfatiza o papel das parcerias com múltiplas partes interessadas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Sondermann & Ulbert, 2021).

Isso aponta para a importância do trabalho conjunto pela transformação social, corroborando com os achados de Arslan, Kamara, Golgeci e Tarba (2021). Em um estudo de caso múltiplo com quatro organizações da sociedade civil que operam na Libéria e Serra Leoa, os autores asseveram que a gestão e integração das múltiplas partes interessadas desempenham um papel importante na criação de valor social naquele contexto.

Outro exemplo que vai na mesma direção é a investigação de Elias e Barbero (2021) sobre como um projeto abrangente surge a partir da mobilização entre as partes interessadas (cidadãos, organizações da sociedade civil, setor público e privado) e uma política pública que o promove. Mais especificamente, esse estudo de caso analisou a resolução de um impasse no uso de uma praia na Argentina, onde, de um lado, há os turistas que gostam de banhos de sol e, de outro, há os pescadores artesanais que utilizam o litoral como espaço de circulação de tratores e barcos, além da comercialização da sua produção em condições informais. Nesse âmbito conflituoso, os resultados indicam que mecanismos de governança para promover a pesca sustentável, criar métodos de gestão cooperativa e apoiar programas alternativos de subsistência são essenciais para prevenir conflitos e mitigar seus impactos nas comunidades pesqueiras.

Reconhece-se a capacidade do setor sem fins lucrativos, em especial por parte das organizações da sociedade civil, para criar novos relacionamentos entre diferentes atores (privado com fins lucrativos, sem fins lucrativos, poder público) ao responder às diversas necessidades sociais (Baglioni et al., 2017). Entretanto, Martel, Reilly-King e Baruah (2021) alertam que trabalhar de forma eficaz em colaboração requer confiança entre os parceiros envolvidos. Nesse sentido, seu estudo sobre a colaboração entre acadêmicos e organizações da sociedade civil no Canadá aponta que construir confiança requer tempo, além de estruturas de parceria adequadas.

Na visão de Mens et al. (2021), as organizações da sociedade civil podem ser consideradas a personificação da sociedade em rede, na qual a governança não é mais um pré-requisito do governo, mas o resultado da interação das ações de governança de instituições pertencentes à múltiplas esferas. Nesse sentido, as organizações da sociedade civil são entidades criadas por atores sociais ativos que trabalham em conjunto para um bem social comum (Krajewska & Makowski, 2017).

No âmbito das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, é necessário, muitas vezes, contar com o envolvimento de voluntários[4], isto é, trabalhadores que não recebem retornos financeiros por seus esforços. Atrair, motivar e manter voluntários dispostos a realizar as tarefas necessárias e participar ativamente das atividades da organização pode ser bastante desafiador (Vretenar, Antonić & Gulam, 2020).

4 De passagem, vale ressaltar que estudos sobre voluntariado formal, doações de caridade e comportamento altruísta sugerem que as características fisiológicas humanas estão relacionadas ao voluntariado, incluindo genes específicos que estimulam a produção de hormônios associados aos sentimentos de amor e à felicidade, tais como oxitocina e dopamina (Bekkers, Konrath & Smith, 2016). No mesmo sentido, o estudo de Poulin e Holman (2013) sugere que a função da oxitocina pode afetar significativamente a saúde e pode ajudar a explicar as associações entre o comportamento pró-social e a saúde. Contudo, isso não deve indicar a consolidação de um determinismo genético.

O estudo de Rondeau, Stricker, Kozachenko e Parizeau (2020) buscou compreender por que voluntários optaram por oferecer sua força de trabalho em um projeto sem fins lucrativos que busca combater a insegurança alimentar no Canadá. Altruísmo, autodesenvolvimento e melhoria da vida social foram apontados como principais motivações para o voluntariado. Segundo os autores, o combate à insegurança alimentar e a redução do impacto ambiental por conta do desperdício de alimentos são valores que influenciaram positivamente na disposição dos voluntários.

O artigo de Faletehan, van Burg, Thompson e Wempe (2021) analisou a literatura sobre o voluntariado sem fins lucrativos a fim de compreender, por intermédio do conceito de "chamado para o trabalho", os aspectos relacionados à motivação e retenção de voluntários no âmbito das organizações da sociedade civil. Esse conceito é geralmente usado para explicar como os indivíduos satisfazem o seu "chamado" fazendo um trabalho significativo, ao passo que as teorias atuais explicam a motivação e retenção do voluntário com foco em fatores individuais (comprometimento e satisfação no trabalho) e fatores organizacionais (práticas de gestão, tarefas voluntárias e reputação organizacional). Segundo os autores, os achados indicam dois principais resultados: os indivíduos optam pelo voluntariado para experimentar a autossatisfação e uma vida significativa; e o conceito de "chamado para o trabalho" incrementa as teorias atuais de motivação e retenção do voluntariado, tanto no nível individual quanto no organizacional.

Outras investigações encontraram indícios que vão na mesma direção. Dentre elas, destaca-se a pesquisa de Gil-Lacruz, Gil-Lacruz e Saz-Gil (2020), realizada em nove países europeus, apontando que voluntariado de pessoas da terceira idade está associado à melhoria do bem-estar, além de contribuir para o desenvolvimento social. Han, Ariza-Montes, Tirado-Valencia e Lee (2020), por sua vez, exploraram como se constitui a

lealdade de viajantes voluntários para uma organização religiosa sem fins lucrativos. Os resultados mostraram que a atitude e o bem-estar mental são mediadores vitais para a formação da lealdade entre os voluntários.

Por fim, Miller, Ong, Choi, Shibanuma e Jimba (2020) estudaram o bem-estar mental de migrantes internacionais residentes em Tóquio, Japão, que participaram ou não do voluntariado formal. Seus resultados indicam que o status de voluntário, por si só, não foi significativamente associado ao bem-estar mental. Segundo os autores, além do voluntariado, ter conexões sociais mais profundas com a comunidade japonesa é a chave para promover o bem-estar mental dos migrantes.

Esses estudos corroboram, em certa medida, ou pelo menos em alguns aspectos, com a perspectiva gramsciana, uma vez que a motivação para colaborar com ações promovidas por organizações da sociedade civil não parece estar restrita à esfera mais privada da vida (saúde mental do indivíduo, autodesenvolvimento, bem-estar individual, etc.), mas aponta para algum nível de senso de comunidade (altruísmo, melhoria da vida social, atitude coletiva, conexões sociais profundas, etc.), e participação política ativa. Nesse sentido, a troca voluntária e a promoção da dignidade e da emancipação dos beneficiários denotam o potencial transformador da sociedade civil organizada (Parekh & Klintman, 2021).

As organizações da sociedade civil buscam, em muitos casos, abordar a causa raiz dos problemas, a fim de implementar mudanças de longo prazo. Em contrapartida, é importante ressaltar que há também as ações de curto prazo, com abordagem paliativa, que têm o objetivo de satisfazer as necessidades diárias mais básicas. Não obstante, ambos os tipos de iniciativas são necessários (Roundy e Bonnal, 2017). Isso porque as organizações da sociedade civil, de modo geral, agem solidariamente em contextos locais com

características bastante específicas. Tais especificidades podem demandar ações emergenciais em um primeiro momento para que, posteriormente, os esforços que visam resultados no longo prazo sejam mais frutíferos (Mogollón et al., 2021).

As ações de nível local das organizações da sociedade civil também foram foco da investigação de Perera, Agnihotri, Seidou e Djalante (2020). A referida pesquisa discute a contribuição dessas entidades para enfrentar os desafios identificados e fortalecer localmente os sistemas de alerta precoce de enchentes ao redor do globo. Os resultados indicam que as organizações da sociedade civil agem positivamente nos desafios de nível local e contribuem significativamente para abordá-los por meio de soluções personalizadas para as preocupações de cada comunidade.

Em determinados contextos sociais, as crises aumentaram a necessidade de encontrar maneiras diferentes de alcançar os resultados desejados e compensar a redução dos programas de bem-estar causada pelas políticas de austeridade. Essas soluções "sob medida" demandam, em muitos casos, certa flexibilidade e capacidade de adaptação por parte das organizações da sociedade civil. A esse respeito, o estudo de Mogollón et al. (2021) indica que, em condições estáveis, as organizações da sociedade civil tendem para a profissionalização e a racionalização. Por outro lado, contextos voláteis e instáveis podem levar as instituições a serem reativas e mais flexíveis. Assim, segundo os autores, a atuação da sociedade civil organizada possui papel significativo no espírito criativo dos países, mas está vinculada às configurações institucionais, culturais e políticas em nível nacional.

Na mesma direção, aponta-se o estudo de Schmid (2021), que analisou as relações entre o governo e as organizações da sociedade civil durante a pandemia de COVID-19 em Israel. Atenção especial é dedicada ao mal-entendido por parte do governo sobre a missão e os papéis das OSC na sociedade contemporânea, especialmente em tempos de crise e

desastres nacionais. Nesse contexto, os autores indicam que as relações entre as organizações da sociedade civil e Estado devem ser baseadas em mais confiança, mutualidade e compreensão por parte de ambos os atores, a fim de transformar as relações de poder. Além disso, identificou-se a necessidade de estabelecer mais parcerias entre as diversas esferas para que o bem-estar dos cidadãos não seja comprometido.

Por fim, destaca-se novamente o estudo de Arslan et al. (2021), que analisou a atuação das organizações da sociedade civil na Libéria e em Serra Leoa durante a crise causada pela pandemia de COVID-19. Os autores concluíram que a resposta à pandemia foi rápida em ambos os países, de modo que as instituições envolvidas ajustaram suas rotinas de trabalho, sempre que possível, para a modalidade *online* e redirecionaram suas estratégias de gestão. Além disso, os resultados indicam que, em contextos sociais voláteis, as organizações da sociedade civil aparentam ter mais legitimidade que o Estado, devido às suas capacidades em lidar com pressões políticas e sensibilidades de conflito. Esse achado parece apontar para o alerta de Bobbio (2008) com relação à dicotomia entre sociedade civil e Estado (citada previamente), na medida em que, em certos casos, a sociedade civil organizada é percebida como a detentora dos meios mais adequados para resolver determinados problemas sociais.

A partir das pesquisas e observações apresentados, é possível ter em conta algumas noções sobre a sociedade civil organizada. Sem o intuito de esgotar a discussão, este tópico trabalhou o conceito de sociedade civil, com ênfase para a perspectiva acerca da relação entre essa esfera e o Estado. Além disso, foram citados alguns estudos a partir dos quais importantes características das organizações da sociedade civil foram evidenciadas. Dentre tais aspectos, destaca-se: a importância das OSC para a mudança nos papéis sociais; interações entre organizações da sociedade civil e outras esferas na busca por resultados

sociais de impacto; voluntariado; ação a nível local; e flexibilidade para operar em contextos de crise.

Destaca-se, por fim, que as organizações da sociedade civil são espaços favoráveis ao desenvolvimento de inovações sociais, de modo que é no contexto das OSC que as IS são frequentemente geradas e difundidas. Isto é, são organizações que possuem potencial para inovar socialmente, colaborando com a mudança nos papéis sociais em diversos níveis (Phills et al., 2008; Dwivedi & Weerawardena, 2018).

O próximo tópico, por sua vez, abordará algumas noções acerca da igualdade e equidade, preceitos éticos que fundamentarão as inovações sociais investigadas neste estudo. Dessa forma, serão evidencias as teorias éticas de Jeremy Bentham (princípio da utilidade), John Rawls (teoria da justiça como equidade) e Peter Singer (princípio da igual consideração de interesses).

2.3 Preceitos Ético-políticos de Igualdade e Equidade

Os campos da ética e da política são vastos, de modo que questões ético-políticas relevantes habitam em grande parte dos confrontos relacionais do cotidiano. Os problemas da ética prática são diversos e podem partir de questões simples, tal como escolher entre cumprir ou não uma promessa feita a um amigo. Entretanto, há questões éticas mais complexas, a exemplo do aborto, da eutanásia e do uso deliberado de animais como meios para finalidades humanas (Singer, 2018). No contexto do presente estudo, a ética e o comportamento moral estão conectados, dentre outros aspectos, às consequências da cultura instrumental, consumista e especista que, em muitos casos, exclui da comunidade moral pessoas e animais não humanos vulneráveis, subjugando-os.

Dada a sua relevância, a ética e o comportamento moral compõem as bases da sociedade civilizada, e sua discussão é primordial em diversos campos do conhecimento. Ainda que seja frequentemente associada às áreas da filosofia, medicina, finanças ou direito, a ética tem precedência sobre a maior parte das coisas que possam afetar indivíduos, comunidades humanas ou outras criaturas vivas (Sivasubramaniam, Dlabolová, Kralikova & Khan, 2021).

Na vida real, indivíduos se defrontam com inúmeros problemas práticos, cujas resoluções são pautadas em regras que são aceitas intimamente e indicam agir dessa ou daquela maneira. Nessas situações, os indivíduos pautam seu comportamento em normas que julgam ser mais apropriadas. Considera-se, assim, que o sujeito age moralmente. Coincidindo com o início do pensamento filosófico, a reflexão sobre o comportamento prático-moral marca a passagem do âmbito da prática moral para o plano da teoria moral. Isto é, o campo da ética. Diferentemente dos problemas prático-morais, que variam entre sociedades e períodos históricos, as questões éticas são caracterizadas por certa generalidade. Assim, enquanto questões concretas devem ser resolvidas pelos próprios indivíduos a partir dos seus julgamentos morais, a ética servirá para indicar o que é um comportamento pautado em normas, ou em que consiste a finalidade – o bom – de determinada conduta moral. Em outras palavras, a ética se relaciona com a moral, tal como uma ciência e seu objeto (Vázquez, 2018). Nessa direção, Bauman (2018/1997, p. 36) define a ética como "um código moral, que pretende ser *o* [grifo do autor] código moral, o único conjunto de preceitos harmonicamente coerentes ao qual deve obediência toda pessoal moral".

Diferentes correntes filosóficas têm, desde a antiguidade, expressado a ideia de que o comportamento ético aceitável é, de alguma forma, universal. Os Estoicos, por exemplo,

defendiam que a ética decorre de uma lei natural universal. Kant (1724 – 1804), por sua vez, desenvolveu essa ideia em sua fórmula: "Age apenas segundo as máximas que possas ao mesmo tempo querer que se tornem leis universais". A perspectiva utilitarista de Jeremy Bentham e John Stuart Mill (1806 – 1873) considera que, ao decidir sobre questões morais, "cada qual vale por um e ninguém por mais de um". Embora crítico ao utilitarismo, John Rawls incorpora essencialmente a mesma premissa em sua teoria, indicando princípios éticos fundamentais a partir de uma escolha imaginária, na qual aqueles que escolhem não sabem se serão beneficiados ou prejudicados pelos princípios eleitos (Singer, 2018).

Essa dimensão universalizante da ética contribuiu para que, ao longo do tempo, a definição do que é "bom" fosse visada por distintas teorias éticas. Uma vez determinado no que consiste o bom, saber-se-ia o que deveria ou não ser feito no plano prático-moral. Assim, as respostas sobre o que é o bom são distintas, de modo que, para uns, o bom é a felicidade ou o prazer; para outros, bom diz respeito ao útil, ao dever, ao poder, etc. (Vázquez, 2018).

Nas primeiras frases da obra *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, o filósofo Jeremy Bentham indica o protagonismo das sensações de dor e prazer na orientação do comportamento moral humano[5]. O desejo de prazer e a aversão à dor eram, para o autor, os únicos motivos para qualquer conduta. Isso significa que, na visão benthamiana, toda ação realizada por um ser senciente (que possua a capacidade de sentir dor ou prazer) é motivada pelo desejo de experimentar algum prazer ou de evitar alguma dor. Com isso em mente, Bentham argumenta que, em vez de confiar na intuição ou

5 Embora não tenha sido o primeiro filósofo a estabelecer a importância dessas duas sensações na prescrição de conduta moral (tais ideias remontam a Epicuro [341 a.C. – 270 a.C.] e Francis Hutcheson [1694 – 1746]), Bentham é frequentemente creditado por isso (Martin et al., 2021).

nas crenças para determinar a adequação moral de uma ação, deve-se empregar a razão (Martin, Kusev, Teal, Baranova & Rigal, 2021).

Nesse sentido, Bentham (2017/1789, p. 143, tradução nossa) afirma que, "em sentido amplo, a ética pode definir-se como a arte de dirigir as ações do homem para a produção da maior quantidade possível de felicidade em benefício daqueles cujos interesses estão em jogo". Como será visto com mais detalhes no próximo tópico, Bentham percebe que os valores éticos ultrapassam os limites do mundo humano, ou seja, também devem resguardar os animais não humanos que possuam a capacidade de experimentar dor ou prazer (Felipe, 2019).

O autor inglês propõe que uma ação moralmente admissível é aquela que produz a maior quantidade de felicidade ao maior número de indivíduos, ou seja, aquela que reduz a dor e aumenta o prazer dos afetados pelo ato. Ao indicar a dor e o prazer como indicadores únicos para avaliar se determinada conduta é moralmente aceitável, Bentham sugere que o prazer possa ser medido em termos de utilidade e a dor medida em termos de desutilidade (Bentham, 2017/1789).

A filosofia moral benthamiana, portanto, considera prazeres e dores em termos quantitativos[6]. Contudo, uma vez que esses não são indicadores fáceis de mensurar, Bentham propôs um algoritmo conhecido como "cálculo felicífico" (*felicific calculus*). Esse método de medição é baseado em sete dimensões da dor e do prazer, a saber: intensidade (quão forte é a dor ou o prazer?); duração (quanto tempo dura a dor ou o prazer?); certeza

6 Expandindo a proposição benthamiana, John Stuart Mill considerou a dimensão qualitativa do prazer. Isto é, na visão de Mill, os prazeres se distinguem uns dos outros com base em diferenças qualitativas. Nesse sentido, alguns prazeres são considerados maiores do que outros com base nessas distinções qualitativas. Por fim, na visão de Mill, a dimensão qualitativa indica se os prazeres requerem faculdades humanas ou animais para serem experimentados – para o autor, os prazeres mentais são superiores aos prazeres corporais, e os animais podem experimentar somente os prazerem inferiores (Martin et al., 2021).

ou incerteza (quão provável ou improvável é que a dor o prazer vai ocorrer?); proximidade ou afastamento (quão logo a dor ou o prazer ocorre?); fecundidade (probabilidade de a dor ou o prazer ser acompanhada por sensações de mesmo tipo); pureza (probabilidade de a dor ou o prazer não ser seguida por uma sensação de natureza oposta); e extensão (número de indivíduos afetados) (Martin et al., 2021).

Nesse contexto, o filósofo inglês designa o "princípio da utilidade" como aquele "que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo". O mesmo princípio é estendido ao âmbito social, ou seja, o interesse passa a ser a soma dos interesses dos diversos membros que integram a comunidade. Portanto, se uma ação tende a proporcionar mais dor do que prazer aos afetados, seja no nível individual, seja na esfera da sociedade, é melhor não o praticar (Bentham, 2017/1789, p. 7, tradução nossa).

Bentham institui, a partir do "cálculo felicífico" e do "princípio da utilidade", as bases do utilitarismo hedonista. Essa doutrina moral é frequentemente apresentada como uma corrente de pensamento inspirada por Bentham, Mill e alguns outros pensadores da Europa Ocidental, e eventualmente difundida em outras partes do mundo (Stanziani, 2021). Trata-se de uma teoria ética influente que, por meio de princípios operacionais claros, afirma que a ação correta é aquela que se espera que produza o maior bem (Savulescu, Persson & Wilkinson, 2020).

Em resumo, a tese hedonista é composta a partir de duas premissas: antes de tudo, considera-se que o prazer é intrinsecamente bom e que a dor é intrinsecamente má; em segundo lugar, entende-se que somente o prazer é intrinsecamente bom e somente a dor é intrinsecamente má. Assim, em linhas gerais, os utilitaristas hedonistas sustentam que a única obrigação moral humana é a de maximizar a felicidade, sendo esta compreendida em

termos de prazer e de ausência de dor (Pontara, 2008). Para Bentham, portanto, o prazer é considerado sinônimo de bem, enquanto que a dor é sinônimo de mal. Contudo, salienta-se que o prazer não se refere às sensações imediatas ou passageiras, mas às mais duradouras e superiores (Bentham, 2017/1789; Vázquez, 2018).

A despeito de possuir bases forjadas no século XVIII, o utilitarismo de Bentham teve um impacto duradouro na ciência comportamental e na economia (Martin et al., 2021). Nessa direção, a pesquisa de Häyry (2021) aponta que o utilitarismo ainda se mantém como uma teoria moral e política viável. Do mesmo modo que outras grandes doutrinas éticas, o utilitarismo não oferece soluções universalmente aceitáveis para todos os problemas ou casos difíceis. Contudo, trata-se de uma perspectiva que pode oferecer uma orientação na busca pela salvaguarda da dignidade e dos direitos de seres humanos pertencentes a grupos fragilizados (como é o caso dos indígenas) e dos animais não humanos. Dirá o autor:

> Poderíamos aliviar o sofrimento dos animais não humanos reduzindo o consumo de carne. Poderíamos mitigar as mudanças climáticas e seus efeitos prejudiciais escolhendo melhores formas de vida. Isso implicaria que a satisfação dos desejos da maioria das pessoas seria parcialmente frustrada, mas o utilitarismo liberal sustenta que isso seria justificado pela satisfação das necessidades básicas de outras pessoas e animais não humanos. (p. 343, tradução nossa)

O pensamento de Mill, por exemplo, indica que o utilitarismo remete a uma combinação entre uma "teoria da vida" e uma reivindicação moral. Isto é, apenas prazer e liberdade da dor são desejáveis como fins, e a promoção da felicidade é o único objetivo da ação moral (Fox, 2021). Nessa direção, o estudo de Koh (2019) assinala que o princípio da utilidade proposto por Bentham seria um princípio político que poderia consistentemente evitar a crueldade e resultar em beneficência. Como será visto mais adiante, Bentham foi

um dos poucos filósofos a perceberem que os valores éticos podem valer para além do mundo humano (Bentham, 2017/1789; Singer, 2018).

O utilitarismo é considerado uma teoria consequencialista, e parece ser a mais conhecida delas. Os consequencialistas não partem de regras morais, mas de objetivos (Singer, 2018), isto é, partem da lógica de que os fins (quando visam a maximização da utilidade), justificam os meios. Contudo, há uma importante diferença entre o utilitarismo e outras teorias morais consequencialistas. Em contraposição ao consequencialismo egoísta (caracterizado pela maximização da utilidade para o interesse próprio) e ao consequencialismo altruísta (que visa maximizar a utilidade para os outros), o objetivo do consequencialismo utilitarista é maximizar a utilidade para o maior número de indivíduos. Nesse sentido, para empregar o utilitarismo em sua forma pura, o tomador de decisão deve ser imparcial (Martin et al., 2021). O bom como útil, portanto, não é concebido no utilitarismo no sentido egoísta ou altruísta, mas sim no sentido de bom para o maior número de indivíduos, distinguindo-se, por exemplo, do ideário neoliberal individualista e concorrencial e do hedonismo meramente consumista (Dardot & Laval, 2017; Vázquez, 2018).

Em “Uma Teoria da Justiça”, John Rawls (2021, p. 19) reconhece o utilitarismo como a teoria ética dominante, e aponta que isso se deve, em certa medida, ao fato de que essa doutrina foi adotada por uma “longa linhagem de brilhantes autores, os quais construíram um corpus de pensamento que é, pelo seu objeto e sofisticação, verdadeiramente impressionante”. Contudo, o filósofo estadunidense ressalta que o utilitarismo não considera adequadamente a pluralidade de desejos. Nesse sentido, uma minoria poderia sofrer para que, de acordo com a máxima utilitarista, o prazer de uma maioria fosse maximizado.

Uma vez discordando de certos aspectos da concepção moral utilitarista, Rawls busca generalizar e levar a teoria do contrato social (representada por Hobbes [1588 – 1679], Locke [1632 – 1704], Rousseau [1712 – 1778] e Kant) a um nível mais elevado (Rawls, 2021). Com isso em mente, Rawls argumenta que a maneira pela qual podemos entender a justiça é perguntando a nós mesmos com quais princípios de justiça concordaríamos em uma situação inicial de equidade (Sandel, 2020).

Na teoria de Rawls, a concepção razoável de justiça como equidade encontra-se nos limites da "estrutura básica da sociedade". Em outras palavras, está na esfera da justiça social. Assim, para Rawls, a justiça tem a "estrutura básica da sociedade" como seu principal objeto (Fortes, 2019). Essa concepção embasa a objeção do autor em relação à justificação utilitarista dada às instituições sociais. Isso porque, além de constituir um princípio de justificação moral do agir individual, o utilitarismo também é proposto como princípio de justificação da ação política e das instituições que caracterizam uma determinada sociedade. Em termos gerais, na visão utilitarista, a criação e manutenção de uma determinada instituição é moralmente justificada somente se sua existência maximizar a utilidade (Pontara, 2008).

Na perspectiva rawlsiana, as instituições sociais mais importantes favorecem determinadas posições iniciais, ou seja, afetam as possibilidades iniciais de vida dos indivíduos – por esse motivo, não devem ser justificadas unicamente por mérito ou valor, como propõe a concepção moral utilitarista. O autor entende por instituições mais importantes a constituição política e as principais estruturas econômicas e sociais. Vistas como um sistema único, formam a "estrutura básica da sociedade", definindo os direitos e deveres de todos e influenciando as perspectivas de vida de cada pessoa (Rawls, 2021).

A concepção política de pessoa, para Rawls, refere-se a um cidadão livre e igual, portador dos direitos e deveres da cidadania, que se relaciona politicamente com outros cidadãos. Essa noção admite que a vida de cada pessoa possui valor e dignidade inerentes (Fortes, 2019). Nesse sentido, contrapondo-se à ideia de maximização da utilidade, o autor assevera que "cada pessoa beneficia de uma inviolabilidade que decorre da justiça, a qual nem sequer em benefício do bem-estar da sociedade como um todo poderá ser eliminada" (Rawls, 2021, p. 27).

A ideia central da teoria da justiça como equidade consiste, sobretudo, na proposição de que cidadãos livres e iguais concordariam em viver sob a tutela de princípios sólidos de justiça social decididos em conjunto (contrato social). Tais princípios seriam escolhidos imparcialmente em uma situação inicial de equidade, e garantiriam os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos (Rawls, 2021; Merquior, 2016).

Para ilustrar como se daria o processo de escolha dos princípios de justiça em uma situação inicial de equidade, Rawls propõe uma situação hipotética denominada de "posição original". Nesse exercício mental, supõe-se que, ao se reunirem para definir os princípios de justiça que conduziriam a sociedade, as pessoas não teriam conhecimento da sua posição na sociedade (Rawls, 2021). Isto é, Rawls impõe um "véu de ignorância", a fim de privar as partes de informações mais específicas sobre si mesmas (Fortes, 2019). Em outras palavras, Sandel (2020) explica:

> Não sabemos a que classe social ou gênero pertencemos e desconhecemos nossa raça ou etnia, nossas opiniões políticas ou crenças religiosas. Tampouco conhecemos nossas vantagens ou desvantagens — se somos saudáveis ou frágeis, se temos alto grau de escolaridade ou se abandonamos a escola, se nascemos em uma família estruturada ou em uma família desestruturada. Se não possuíssemos essas

> informações, poderíamos realmente fazer uma escolha a partir de uma posição original de equidade. Já que ninguém estaria em uma posição superior de barganha, os princípios escolhidos seriam justos. (p. 178)

Rawls defende que, sob o "véu de ignorância", ninguém levaria vantagens. Sabendo que certos "bens primários" (alguns direitos e liberdades, poderes e oportunidades, renda mínima e respeito próprio) são cruciais para uma vida decente e desejável, as partes buscariam um arranjo social que as favoreceria, independentemente da posição social que ocupassem. Ou seja, essas restrições garantiriam a imparcialidade e a equidade na escolha dos princípios de justiça, de modo que as pessoas se colocariam no lugar do outro, assegurando que ninguém levasse vantagens na escolha dos princípios de justiça. Isso pois, na visão do autor, o fato de desconhecer as informações sobre si mesmos conduz automaticamente as pessoas a buscarem um arranjo social que as favoreceria ou ampararia, independentemente da posição social que ocupem (Fortes, 2019; Merquior, 2016).

Essa espécie de "limbo social" conduziria os pactuantes a seguirem o princípio "maximínimo", isto é, os forçaria a agir com prudência e elencar princípios que não favoreçam um determinado grupo social às custas de outros. Em outras palavras, uma vez que os indivíduos estejam completamente inseguros em relação aos efeitos de suas escolhas, buscarão minimizar o perigo de serem prejudicados. Assim, considerariam "uma hipótese de risco *máximo*, garantindo que cada desigualdade beneficie os *menos favorecidos* entre os pactuantes. O "maximínimo" é, portanto, uma apólice de seguro" (Merquior, 2016, p. 185).

Dessa forma, a "estrutura básica da sociedade" seria constituída a partir do arranjo justo das principais instituições sociais e políticas, tendo a função de mitigar as desigualdades e injustiças entre os cidadãos, sem esquecer do valor das subjetividades

(Rawls, 2021). Em resumo, a teoria da justiça como equidade visa proteger de modo seguro o valor dos direitos e liberdades básicos de todos (Chung, 2020).

Nesse contexto proposto por Rawls, quais seriam, então, os princípios de justiça escolhidos? Uma vez que, na visão do autor, a doutrina utilitarista pode falhar em proteger os direitos e liberdades fundamentais na tentativa de maximizar o bem-estar social total, Rawls defende que as pessoas em uma situação inicial de equidade optariam pela concepção de justiça como equidade (Chung, 2020).

Mais especificamente, segundo a teoria da justiça como equidade, o contrato concebido na "posição original" seria constituído por princípios de justiça fundamentais, escolhidos racionalmente de forma consensual (Kyritsis, 2021). Desse modo, o primeiro princípio de justiça – "igualdade de direitos e liberdades" – sugerido na teoria rawlsiana assevera que "cada pessoa deve ter um direito igual ao mais extenso sistema de liberdades básicas que seja compatível com um sistema de liberdades idêntico para as outras" (Rawls, 2021, p. 67). Esse princípio concede, sobretudo, liberdades básicas a todos os que integram uma comunidade moral (Queralt & González-Ricoy, 2021). Rawls (2021) ressalta que é possível elencar as liberdades básicas atendidas pelo primeiro princípio de justiça, de modo que, na visão do autor, estão dentre as mais importantes:

> A liberdade política (direito de votar e de ocupar uma função pública) e a liberdade de expressão e de reunião; a liberdade de consciência e de pensamento; as liberdades da pessoa, que incluem a proibição da opressão psicológica e da agressão física (direito à integridade pessoal); o direito à propriedade privada e à proteção face à detenção e a prisão arbitrárias, de acordo com o princípio do domínio da lei. (p. 67)

Os direitos e as liberdades fundamentais referidas no primeiro princípio de justiça são definidos pelas normas públicas da "estrutura básica da sociedade". Assim, de acordo com o princípio da "igualdade de direitos e liberdades", entende-se que as leis que definem liberdades fundamentais devem ser aplicadas a todos (Fortes, 2019).

Ademais, destaca-se que parte das liberdades contidas no primeiro princípio de justiça rawlsiano parecem também servir aos interesses dos animais não humanos. Isto porque a manutenção da integridade e da proteção pessoal (proibição da opressão psicológica e da agressão física e o direito à proteção face à detenção e a prisão arbitrárias) apontadas por Rawls (2021, p. 67) vão ao encontro das liberdades para a o bem-estar animal indicadas na literatura, a saber: direito de não sentir medo, ansiedade ou estresse (liberdade psicológica); direito de expressar seu comportamento normal (liberdade comportamental); direito de não sentir fome ou sede (liberdade fisiológica); direito de não estar exposto a doenças, injúrias ou dor (liberdade sanitária); e direito de viver em ambientes adequados, com conforto (liberdade ambiental) (Nääs, 2008).

O segundo princípio de justiça, por sua vez, é dividido em duas partes, quais sejam: o "princípio da diferença" e a "igualdade de oportunidades" (Fortes, 2019). Dessa forma, para Rawls (2021, p. 67) "as desigualdades econômicas e sociais devem ser distribuídas de maneira que, simultaneamente: *a)* se possa razoavelmente esperar que elas sejam em benefício de todos; *b)* decorram de posições e funções às quais todos têm acesso". Esse princípio diz respeito, sobretudo, à equidade social e econômica (Sandel, 2020).

Ressalta-se que a teoria de Rawls não propõe extinguir todas as diferenças naturais e sociais homogeneizando indivíduos e sociedades. As desigualdades são admitidas, mas compete às instituições de um Estado bem ordenado, isto é, a "estrutura básica da sociedade", reduzir as disparidades (Fortes, 2019). Embora não requeira uma distribuição

igualitária de renda e riqueza (Sandel, 2020), o segundo princípio de justiça somente permite as desigualdades sociais e econômicas que possam beneficiar os membros menos favorecidos da sociedade (Mongin & Pivato, 2021; Merquior, 2016). Ademais, os desníveis sociais só são admitidos quando o acesso a cargos e posições que gerem ganhos econômicos e sociais é oferecido aos cidadãos de forma equitativa (Rawls, 2021).

Em resumo, observa-se que o primeiro princípio (o da "igualdade de direitos e liberdades") busca garantir o valor equitativo das liberdades fundamentais, não permitindo que se tornem meramente formais (Rawls, 2021). A primeira parte do segundo princípio (o "princípio da diferença"), por sua vez, tem o objetivo de assegurar que as disparidades sociais e econômicas associadas a cargos e posições devem ser ajustadas de maneira que, seja qual for o nível das desigualdades, devem resultar no maior benefício possível para os membros menos privilegiados da sociedade. Por último, a parte do final do segundo princípio (a "igualdade de oportunidades") visa proporcionar a igualdade equitativa de oportunidades a cargos e posições a todos os cidadãos. Assim, o primeiro princípio se aplica às estruturas constitucionais e às garantias dos sistemas políticos e legais; e o segundo ao funcionamento dos sistemas sociais e econômicos, isto é, políticas públicas (Fortes, 2019).

Destaca-se, ainda, uma importante característica da teoria da justiça como equidade: a primazia que o primeiro princípio tem sobre o segundo (Kyritsis, 2021). Do mesmo modo, a primeira parte do segundo princípio tem prioridade sobre a segunda parte (Fortes, 2019). Isso implica que as liberdades fundamentais não podem legitimamente ser sacrificadas ou limitadas com a finalidade de aumentar o bem-estar econômico e/ou social de um indivíduo ou de um grupo que já goze de um bem-estar mínimo (Pontara, 2008). Nas palavras de Rawls (2021, p. 67), a "ordenação serial" dos princípios de justiça "significa

que as violações das liberdades básicas iguais protegidas pelo primeiro princípio não podem ser justificadas, ou compensadas, por maiores vantagens econômicas e sociais". Assim, a filosofia de John Rawls concebeu uma influente teoria da justiça que busca preservar a justiça social e, ao mesmo tempo, a liberdade individual no âmbito da sociedade (Chambers & Forlin, 2021).

O pensamento de Rawls concede, em certa medida, algum grau de prioridade às liberdades básicas sobre outros aspectos da justiça. Isso porque o autor entende que as tais liberdades são pré-condições para ao desenvolvimento e exercício da razoabilidade e da racionalidade – aspectos considerados por Rawls como sendo "dois poderes morais" (Arnold, 2018). Nesse sentido, a perspectiva rawlsiana centraliza o conceito de justiça na ideia de equidade, buscando a igualdade e mantendo a liberdade dos indivíduos que integram a comunidade moral (Rawls, 2021).

Na ideia de justiça como equidade, entende-se a "personalidade moral" como uma propriedade que todos os seres humanos possuem por igual. A partir disso, sustenta-se que a personalidade moral é a base da igualdade humana, seguindo a perspectiva decorrente da abordagem contratualista da justiça – em que a ética é vista como um acordo mutuamente benéfico (Singer, 2018). Nesse sentido, a sociedade é considerada um empreendimento cooperativo para benefício mútuo, isto é, os indivíduos amparados pela justiça, na visão rawlsiana, devem ser capazes de oferecer algo em troca (Rawls, 2021).

Tal qual ocorre com o utilitarismo, a teoria da justiça rawlsiana não está isenta de objeções. Conforme aponta Merquior (2016), Rawls recebeu críticas tanto da esquerda (acusando-o de igualitarismo superficial) quanto do lado liberal (apontando que sua teoria teria postulado uma economia estacionária). Isto porque:

> Rawls trilha um terreno familiar tanto no primeiro princípio (em que a liberdade é definida como autonomia enquanto independência mais direitos políticos) quanto ao atribuir ao primeiro princípio prioridade sobre o segundo, a despeito de todo o espírito igualitário do último. Na segunda parte de *Uma Teoria da Justiça* [grifo do autor], que trata de instituições, é muito observável esse típico equilíbrio liberal americano, quando Rawls contempla uma democracia constitucional e uma economia livre – e, contudo, abre espaço para um regime liberal socialista (p. 185).

Além disso, pode-se citar o estudo de Arnold (2018), que critica a teoria da justiça como equidade a partir de dois principais aspectos. Em primeiro lugar, o autor assevera que Rawls superestima a contribuição da liberdade básica para a personalidade moral. Ademais, segundo a referida pesquisa, a perspectiva rawlsiana subestima a contribuição dos recursos não relacionados à liberdade (não somente as necessidades materiais básicas, mas também as oportunidades de cultura, educação, lazer e contribuição social) para a personalidade moral.

Referente ao contexto do presente estudo, vale mencionar que apesar de os animais não serem incluídos como membros na posição original ou como partes na cooperação social, existem alguns recursos na teoria de justiça de Rawls para lidar com essa questão (Zuolo, 2018). Nesse sentido, dois principais argumentos são empreendidos para justificar a defesa dos animais não humanos a partir da teoria da justiça de Rawls. O primeiro sugere que os animais poderiam ser protegidos por meio de um reino moral independentemente da justiça, ou como resultado da representação dos interesses dos não humanos por aqueles que participam do arranjo contratual. O segundo argumento, por sua vez, busca adaptar a teoria de Rawls, permitindo que os animais sejam incluídos como destinatários da justiça, seja alterando o véu de ignorância de forma a tornar desconhecida também a espécie, seja

negando que os animais não contribuem para a relação cooperativa da sociedade, seja desafiando a afirmação de Rawls de que a justiça só é devida àqueles que contribuem para o bem-estar coletivo (Garner, 2012).

Embora exista uma lacuna na tese de Rawls em relação aos animais não humanos no âmbito da justiça, alguns pontos devem ser levados em conta. Em primeiro lugar, como já indicado, o primeiro princípio de justiça rawlsiano pode, em certa medida, também ser aplicado aos animais não humanos, uma vez que busca salvaguardar liberdades fundamentais. Aliado à essa questão, Rawls (2021) assevera a prevalência das liberdades fundamentais sobre as demais liberdades, ou seja, não se poderia justificar a supressão da integridade física e/ou o encarceramento arbitrário em prol de certo desenvolvimento econômico (tal como costuma ocorrer na indústria cosmética, por exemplo).

Depois, como também já visto, Rawls (2021) indica que os indivíduos amparados pela justiça devem ser capazes de oferecer algo em troca. Sobre este ponto, embora os animais não humanos não contribuam no âmbito da economia, possuem um importante papel na manutenção do equilíbrio e sustentabilidade do mundo natural. Por este motivo, não parece exagero considerar que suas liberdades fundamentais deveriam também ser resguardadas.

Por fim, há aspectos da teoria da justiça como equidade (Rawls, 2021) que podem conferir um compromisso ético-político dos humanos em relação aos demais animais. O primeiro deles diz respeito ao fato de os humanos serem aparentemente os únicos intelectualmente capazes de formular princípios de justiça. Uma vez que tais princípios geram impacto em outras formas de vida, não deveriam os humanos ser os responsáveis morais por resguardar as liberdades básicas dos demais animais sencientes? Como será enfatizado no próximo tópico deste estudo a partir de Bentham (2017/1789) e Singer

(2018), o fato de não possuir um intelecto equivalente ao dos humanos não pressupõe qualquer inferioridade no campo moral, tampouco pode justificar o desrespeito às liberdades básicas de outros animais. Além disso, quando levada ao paroxismo, a negligência para com as demais formas de vida em prol do desenvolvimento da sociedade humana é uma condição que pode levar à morte e ao desequilíbrio natural do planeta. Isto pode conferir aos seres humanos a responsabilidade moral para com os demais seres vivos. Em resumo, embora Rawls não dê o devido espaço em sua obra ao tema dos animais, argumenta-se que os fundamentos da teoria da justiça rawlsiana podem também resguardá-los, de forma que a equidade implica em justiça aos humanos e indiretamente aos não humanos.

Contemporâneo de Rawls, o filósofo utilitarista Peter Singer problematiza o argumento rawlsiano que afirma que a personalidade moral implica na igualdade humana. Para Singer, algumas pessoas são mais sensíveis a questões de justiça e ética em relação a outras, de modo que há distintos níveis de personalidade moral. Para além disso, o autor assevera que nem todos os seres humanos podem ser considerados pessoas morais, a exemplo de bebês e indivíduos com graves deficiências mentais que, na visão do autor, "carecem do necessário senso de justiça". Portanto, para Singer, a posse de "personalidade moral" não é um argumento satisfatório para afirmar que todos os seres humanos são iguais. Ademais, "a sugestão de que ser uma pessoa moral é o mínimo necessário para se situar na esfera do princípio da igualdade ainda deixa em aberto a questão de saber onde se deve traçar a linha que delimita esse mínimo" (Singer, 2018, p. 42).

O pressuposto de que todos os seres humanos são iguais serve de argumento para outorgar arbitrariamente à espécie humana um status moral exclusivo. Nesse sentido, Felipe (2019, p. 49) assevera que, de certo modo, "a filosofia moral tradicional estabelece dois

pesos e duas medidas" no que diz respeito aos critérios utilizados na concessão de status moral. Segundo a autora, a filosofia moral tradicional frequentemente aborda a questão dos animais não humanos da seguinte forma:

> *Todos* [grifo do autor] os seres humanos, mesmo os incapazes das experiências mentais da linguagem que constituem a consciência, devem ser considerados semelhantes. *Todos* [grifo do autor] os seres não humanos devem ser desconsiderados, mesmo se apresentarem características semelhantes às dos humanos. Caso ocorram semelhanças, essas devem ser explicadas através de outras teorias, jamais através das mesmas que explicam o fenômeno em humanos. (p. 49)

Para Singer, o próprio conceito de "pessoa"[7] não é exclusivo dos indivíduos que pertencem à espécie *Homo sapiens*. Na visão do autor, tanto não humanos podem possuir características denotadoras de "pessoa", quanto seres humanos podem não as possuir (bebês e outros indivíduos com graves deficiências mentais, por exemplo). Nesse âmbito, Singer considera como "pessoas" todos os indivíduos que possuam não somente a capacidade de sentir dor ou prazer (senciência), ou mesmo consciência, mas que sejam capazes de possuir autoconsciência[8] (Carvalho, 2018). Em outras palavras, para Singer (2018), em níveis distintos, "pessoas" são seres (humanos ou não humanos) racionais e autoconscientes, que se reconhecem como entidades distintas que possuem um passado e um futuro. Embora o sofrimento tanto de seres meramente sencientes quanto de indivíduos autoconscientes deva ser igualmente levado em consideração, para Singer, tirar a vida de uma "pessoa" tem

7 Explica Singer (2018) que a palavra "pessoa" é originária do Latim e remete a um tipo de máscara utilizada por atores que representavam um papel teatral. Assim, ao longo do tempo, "pessoa" passou a denominar aquele que desempenha um papel na vida, isto é, alguém que é agente. O próprio termo person, equivalente a "pessoa" na língua inglesa, tem como um dos seus significados "ser autoconsciente ou racional".
8 De acordo com o dicionário Michaelis (2021), o termo "autoconsciência" remete à consciência sobre si mesmo, ou seja, a percepção ou o reconhecimento de características e condição de si próprio.

maior peso em termos morais, uma vez que suas preferências com relação ao futuro são frustradas e sua autonomia é violada (Carvalho, 2018).

Nesse sentido, Singer (2018) defende a aplicação do princípio da igualdade para além dos animais não humanos, alegando, por exemplo, que os ricos têm responsabilidade moral perante os pobres, uma vez que a pobreza absoluta é uma condição que pode levar à morte. Essa perspectiva indica, por exemplo, que a sociedade é responsável por garantir uma vida digna tanto aos povos indígenas historicamente oprimidos e discriminados, quanto aos cães e gatos que vivem em suas aldeias (não raro por terem sido abandonados em seu entorno) em condições precárias.

Singer recorre ao aspecto universalizante da ética, inferindo que, ao fazer qualquer juízo ético, necessita-se extrapolar o ponto de vista pessoal e levar em consideração os interesses de todos os envolvidos. Ou seja, os interesses próprios não constituem, em si mesmos, argumentos suficientes para prevalecer sobre os interesses alheios (Horta, 2017). No entanto, isso não implica na eliminação das relações pessoais ou das afeições parciais, mas exige a igual consideração das reivindicações morais daqueles que serão afetados por determinadas ações (Singer, 2018).

Esse pressuposto constitui a essência da filosofia de Singer, e emerge como uma proposta alternativa ao mero hedonismo (Horta, 2017). Singer (2018, p. 35) é influenciado pela doutrina utilitarista, entretanto, declara-se como utilitarista preferencial, uma vez que sua perspectiva ética defende que “devemos fazer aquilo que, no saldo geral, favorece as preferências dos que são afetados”. Para Singer e outros utilitaristas preferenciais, portanto, o que possui valor intrínseco são os desejos ou as preferências da condição do ser sensível, ou, mais especificamente, a satisfação dessas preferências. Em suma, a única obrigação moral dessa forma de utilitarismo é a de maximizar as satisfações (Pontara, 2008). Dessa

maneira, Singer agrega ao cálculo utilitarista um componente fortemente igualitário, uma vez que concede igual valor às preferências de todos os que podem ser afetados por determinada ação (Carvalho, 2018).

Concedendo à igualdade um status de princípio ético básico, Singer institui o "princípio da igual consideração de interesses". A partir desse princípio, o autor defende que nossas deliberações morais devem sempre levar em consideração os interesses de todos os afetados por elas, independentemente de espécie a que pertençam. Nesse sentido, o princípio da igual consideração assume que "um interesse é um interesse, seja lá de quem for" (Singer, 2018, p. 45).

Singer elege a senciência como critério suficiente para possuir interesses, sobrelevando-a em relação a outros aspectos como inteligência ou racionalidade. Com isso, fornece um princípio justificável para considerar moralmente os interesses dos animais não humanos, da mesma forma que os interesses dos humanos (Villanueva, 2018). Propondo que todos os seres sencientes devam ter seus interesses igualmente considerados, o autor rompe a barreira da espécie biológica (Carvalho, 2018).

Assim, Singer emprega o "princípio da igual consideração de interesses" para fundamentar a igualdade de tratamento e resolver o problema da base da igualdade, isto é, a questão de por que é preciso conceder tratamento igual a humanos e não humanos, ainda que haja variabilidade de características entre os seres humanos (como as diferenças culturais entre as comunidades urbanas e os povos indígenas, por exemplo), e destes em relação aos demais animais (Zuolo, 2017).

Embora crítico à Rawls, Singer resgata, em certo sentido, a ideia de justiça como equidade, uma vez que o princípio da igual consideração aponta para a igualdade como consequência desejada a partir de uma contemplação equitativa dos interesses de todos os

afetados por determinada ação (humanos e não humanos). Assim, sua perspectiva oferece uma importante contribuição para o campo da ética, da ética prática e também da bioética[9] e as ciências sociais, uma vez que considera os animais não humanos como integrantes da comunidade moral (Carvalho, 2018).

Entretanto, do mesmo modo que as teorias de Bentham e Rawls, o princípio da igual consideração não está livre de objeções. Nesse sentido, Carvalho (2018) alerta para possíveis inconsistências na abordagem de Singer. Segundo a autora, alguns críticos do utilitarismo poderiam entender que a defesa dos animais empreendida por Singer deveria ser mais intransigente. Isso porque, uma vez observado o comprometimento do autor para com o utilitarismo, a moralidade de ações depende dos resultados de um cálculo.

Por outro lado, o estudo de Allegri (2017) indica que os problemas advindos do utilitarismo não comprometem a validade do princípio da igual "consideração de interesses", tampouco reduzem a relevância dos principais resultados práticos que dele extrai o filósofo Peter Singer. Villanueva (2018) vai no mesmo sentido e argumenta em sua pesquisa que, devido à natureza direta e minimalista do utilitarismo preferencial de Singer, seus argumentos permaneceram suficientemente defensáveis e persuasivos.

O presente tópico abordou as perspectivas de três importantes pensadores da teoria ética e política, buscando evidenciar aspectos inerentes aos conceitos de igualdade e equidade. A partir da apresentação das teorias de Bentham, Rawls, e Singer, é possível observar certas conexões. Isso porque, como indicado, os três autores recorrem à

9 Diversas são as áreas que respondem à bioética. Dentre elas, as mais comuns são a medicina, enfermagem e odontologia. Entretanto, a bioética se estende a diversos campos de estudos biológicos, aproximando a ética médica à ética ambiental (Potter, 2016). Nesse sentido, a deliberação bioética é baseada na tentativa de determinar características moralmente relevantes para obter resultados moralmente justificáveis (Rogers & Scully, 2021). Em termos práticos, a bioética avalia, por exemplo, se o sofrimento de um rato de laboratório é moralmente justificável para o desenvolvimento de novos cosméticos ou medicamentos para humanos (Felipe, 2019).

universalidade da ética como pano de fundo para suas teorias. Isto é, embora existam distinções epistemológicas, os teóricos citados compreendem, em certo sentido, que a ética como construção social se encontra um nível acima das aspirações meramente privadas – como mencionado, isso não pressupõe destituir os indivíduos dos seus desejos particulares (Singer, 2018). Nesse sentido, é possível observar que Singer refina o cálculo utilitário de Bentham e, ao mesmo tempo, resgata a ideia de justiça como equidade de Rawls, dispondo a igualdade (entendida como consequência a partir da equidade) como princípio ético fundamental.

Resumidamente, a perspectiva de Bentham (2017/1789) aponta para uma ética que busca maximizar o prazer ou a felicidade e minimizar a dor ou o sofrimento; a teoria da justiça de Rawls (2021) apresenta princípios de justiça equitativos, em que princípios de liberdade e oportunidade se aplicam a todos; e o princípio da igual consideração de interesses de Singer (2018) exige a igual consideração das reivindicações morais de todos os afetados (humanos ou não humanos) por uma determinada ação.

Em termos epistemológicos, e levando em conta a análise das ações sociais promovidas pela Organização Bem-Animal e pela Ecopet, os preceitos éticos de Bentham, Rawls e Singer, calcados na ideia de igualdade e equidade, subsidiam a tese da responsabilidade da sociedade tanto em relação aos seres humanos que vivem marginalizados em aldeias indígenas e outras comunidades carentes, quanto aos cães e gatos que coexistem nesses ambientes em condições precárias. Refletindo sobre estas e outras questões do campo da ética, destaca-se, no tópico a seguir, a discussão acerca de certos limites da comunidade moral e como ela pode ser mais inclusiva – ponto central na definição das inovações sociais possivelmente geradas pelas organizações investigadas.

2.4 Comunidade Moral Inclusiva: Benefícios Mútuos

Este tópico buscará evidenciar alguns aspectos e limites da comunidade moral, de modo a indicar possibilidades para a inclusão de seres humanos que vivem à margem da sociedade e, para além disso, de animais não humanos sencientes. Uma vez que a outorga de status moral aos animais não humanos demande maior esclarecimento teórico – especialmente no campo dos estudos organizacionais, a discussão aqui proposta discorrerá de forma mais abrangente sobre esta temática. Entretanto, isto não pretende indicar que o tema dos animais não humanos tenha maior ou menor importância que as questões que envolvem os seres humanos.

Dito isto, destaca-se que o debate aqui proposto busca apontar para a possibilidade de mutualismo na relação humano-animal, em que tanto humanos quanto não humanos podem obter benefícios. Ou seja, busca-se indicar que a inclusão dos animais não humanos na comunidade moral e a manutenção da sua qualidade de vida pode resultar em diversos benefícios equivalentes às pessoas, à sociedade e ao meio ambiente. Especificamente nos casos aqui analisados, trata-se de duas organizações da sociedade civil, que promovem o bem-estar de cães e gatos tutelados por famílias carentes, podem gerar inovações sociais em termos de benefícios mútuos a humanos e animais não humanos por meio de práticas de igualdade e equidade (inclusão, educação, conscientização ambiental etc.).

O conhecimento e as atitudes em relação aos humanos mais vulneráveis e aos demais animais mudaram ao longo do tempo, de modo que a busca pelo que caracteriza o homem e o que o diferencia dos animais foi importante desde o mundo antigo. Na Antiguidade, Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) estabeleceu a base para o pensamento antropocêntrico sobre os animais, fortalecido ao longo do tempo como uma concepção

natural em que os humanos se encontram no mais alto degrau hierárquico. No século XVI, Michel de Montaigne (1533 – 1592) questionou a suposta superioridade dos humanos, enquanto algumas décadas depois, René Descartes (1596 – 1650) ainda via os animais como construções puramente mecânicas (De Ruyver, 2021).

Já no século XVIII, o escritor inglês Humphry Primatt (1735 – 1776) escreve *The Duty of Mercy* (O dever da misericórdia) em defesa da coerência moral humana na consideração da dor e do sofrimento de humanos e animais não humanos. A tese central de Primatt é resgatada por Bentham em uma extensa nota de rodapé na já mencionada obra *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (Felipe, 2006). Dirá Bentham (2017/1789):

> Os interesses da parte não humana da criação animal parecem ter recebido alguma atenção nas religiões hindu e maometana. Por que eles não foram atendidos tão completamente quanto os interesses das criaturas humanas (consideração feita para diferenças de sensibilidade)? Porque as leis existentes foram obra de medo mútuo, um sentimento que os animais menos racionais não tiveram os mesmos meios que o homem tem para prestar contas. Por que eles não deveriam? Nenhuma razão pode ser dada. Há uma razão muito boa pela qual devemos ter permissão para comer os animais não humanos que gostamos de comer: nós somos melhores por isso, e eles nunca são os piores. Eles não têm nenhuma daquelas longas antecipações da miséria futura que temos; e a morte que sofrem em nossas mãos geralmente é e sempre poderia ser mais rápida e, portanto, menos dolorosa do que a que os aguardaria no curso inevitável da natureza. Há também uma razão muito boa pela qual devemos ter permissão para matar aqueles que nos atacam: seríamos os piores para a vida deles, e eles não são os piores por estarem mortos. Mas há alguma razão pela qual

> devemos ter permissão para atormentá-los? Nenhuma que eu possa ver. Existem razões pelas quais não devemos atormentá-los? Sim, várias. Houve um tempo – lamento dizer que em muitos lugares ele ainda não passou – no qual a maior parte da nossa espécie, sob a denominação de "escravos", foi tratada pela lei exatamente no mesmo pé que, por exemplo na Inglaterra, as raças animais inferiores ainda são tratadas hoje. Pode chegar o dia em que a parte não humana da criação animal adquirirá os direitos que nunca poderiam ter sido negados a eles, exceto pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que a cor preta da pele não é razão para que um ser humano deva ser abandonado sem remédio aos caprichos de um algoz. Talvez algum dia se reconheça que o número de patas, a pelagem da pele ou a posse de cauda são motivos igualmente insuficientes para abandonar ao mesmo destino uma criatura que pode *sentir* [grifo do autor]? O que mais poderia ser usado para traçar a linha? É a faculdade da razão ou a posse da linguagem? Mas um cavalo ou cachorro adulto é incomparavelmente mais racional e conversável do que uma criança de um dia, ou uma semana, ou mesmo um mês de idade. Mesmo se não fosse assim, que diferença isso faria? A questão não é: *Eles podem raciocinar?* [grifo do autor] ou *Eles podem falar?* [grifo do autor] mas *Eles podem sofrer?* [grifo do autor]. (pp. 143-144, tradução nossa)

Nessa passagem, Bentham deixa claro que sua teoria da utilidade deve ser estendida a todos os seres (humanos e não humanos) capazes de sentir dor ou prazer (Rescigno, 2018). Mais especificamente, o autor aponta para a capacidade de sofrimento como característica vital que constitui argumento suficiente para conferir a um ser o direito à igual consideração (Singer, 2018).

Bentham foi o primeiro filósofo ocidental a transcender o antropocentrismo e reconhecer a responsabilidade humana para com os demais animais, concedendo aos não humanos uma igual consideração a partir de uma ética abrangente e não religiosa. Defensor das leis como meios para garantir o bem-estar de humanos e também de animais não humanos, Bentham é frequentemente considerado o criador da base para o movimento moderno de "libertação animal" (Kniess, 2019).

Rawls, por sua vez, propõe uma concepção de justiça como equidade, com vistas a mitigar as desigualdades socais. Apesar de não abarcar os animais não humanos em sua teoria, Rawls não descarta protegê-los contra tratamentos cruéis, mas para ele – como para outros teóricos políticos neocontratualistas – essa preocupação pertence a uma esfera moral mais ampla (Garner, 2012), isto é, transcende o espectro da justiça (Rawls, 2021). Contudo, como mencionado no tópico 2.3 (princípios ético-políticos de igualdade de equidade), há elementos na tese de Rawls que colocam a equidade como meio para alcançar a justiça a humanos e não humanos, e apontam para a responsabilidade moral dos primeiros em relação aos demais.

Embora crítico ao utilitarismo, Rawls recorre – do mesmo modo que Bentham e Singer – à senciência quando aborda a questão dos animais não humanos. Além disso, tal qual Bentham e Singer, Rawls (2021) reconhece a responsabilidade humana para com os demais animais. Dirá o autor:

> É certamente errado ser-se cruel para com os animais e a destruição das espécies pode constituir um grande mal. A capacidade para os sentimentos de prazer e de dor e para as formas de vida de que os animais são capazes impõe claramente, relativamente a eles, deveres de compaixão e humanidade. (p. 386)

As proposições de Bentham e Rawls contribuíram, em certa medida, para a formulação da teoria "neoutilitarista" (utilitarista preferencial) de Singer. Bastante popular no debate acerca da ética animal (Zuolo, 2017), a "igual consideração de interesses" de Singer se destaca como um princípio consistente e sistemático quando se trata de considerar o status moral dos animais não humanos (Carvalho, 2018). Isso porque promove, sobretudo, uma discussão acerca do valor intrínseco da vida (Horta, 2017). Outrossim, o "princípio da igual consideração de interesses" aponta para certas obrigações morais da sociedade em relação aos direitos subjetivos dos humanos mais vulneráveis e dos animais não humanos (Rescigno, 2018).

Em resumo, observa-se que, mesmo com distinções epistemológicas, as teorias de Bentham (2017/1789) e Rawls (2021) apontam, em certo sentido, para uma ética que leva em conta o valor intrínseco da vida senciente, do mesmo modo que reconhecem a responsabilidade humana para além da própria espécie. Singer (2018) vai na mesma direção e propõe uma ética ampla e unificada, em que um princípio de igualdade se aplica de maneira equitativa a humanos e não humanos.

Observa-se a senciência como atributo frequentemente utilizado para demarcar a linha divisória que indica se determinado ser vivo possui ou não o valor intrínseco necessário para integrar a comunidade moral (Cruise, 2018). Como indicado, Bentham e Singer elegeram a senciência para outorgar status moral aos animais não humanos. Rawls, embora não inclua os animais no âmbito da justiça, também observa a capacidade de sentir dor ou prazer como aspecto para que os não humanos sejam protegidos.

Singer (2018) explica que se um ser (humano ou não humano) é capaz de sofrer, não há como justificar moralmente a recusa da consideração do seu interesse em não sofrer. Por outro lado, quando um ser não pode experimentar dor ou prazer, não há o que ser

levado em consideração. Por essa razão, como assevera o autor, a senciência é "o único limite defensável da preocupação com os interesses alheios" (p. 88).

Se Singer estiver correto, é preciso considerar a senciência e os fenômenos subjetivos para melhor compreender os animais não humanos e, em certos casos, atribuir-lhes status moral. Isso é desafiador, uma vez que essas propriedades são privadas e não podem ser observadas diretamente. Determinadas motivações, emoções e estados internos relacionados podem ser inferidos em animais por meio de experimentos que envolvem escolha, aprendizado, generalização e tomada de decisão. No entanto, ainda que exista um significativo progresso na elucidação da neurobiologia da consciência humana, os limites da senciência e consciência animal permanecem nebulosos (Budaev, Kristiansen, Giske & Eliassen, 2020).

Nesse sentido, a questão de os animais não humanos possuírem ou não senciência, ou mesmo algum nível mental mais rebuscado como inteligência ou emoção, tem implicações éticas importantes. Em busca de respostas, pesquisas sobre comportamento aviário e neurociência cognitiva destacaram que as espécies aviárias, principalmente corvídeos e papagaios, têm um "kit de ferramentas cognitivas" comparável aos macacos e outros mamíferos de cérebro grande, ainda que existam diferenças biológicas (Baciadonna, Cornero, Emery & Clayton, 2021).

Há, além disso, uma quantidade crescente de evidências indicando que muitos animais invertebrados também possuem a capacidade de sentir dor (Villamor, 2021). Exemplo disso é um estudo no Reino Unido que concluiu que crustáceos decápodes (como lagostas e caranguejos) e moluscos cefalópodes (como lulas e polvos) devem ser tratados como seres sencientes, capazes de sentir ou perceber por meio dos sentidos (Birch, Burn, Schnell, Browning & Crump, 2021).

Destaca-se, por fim, uma pesquisa que aplicou o "véu de ignorância" rawlsiano em mangustos (animais da família dos suricatas), ocultando seu grau de parentesco a fim de verificar se esses animais alocariam o cuidado pós-natal com vistas a reduzir a desigualdade entre os filhos. Durante o período de gestação, um grupo de fêmeas foi bem alimentado, enquanto que outro grupo recebeu o mínimo de alimento possível, de forma que os filhotes nascidos do primeiro grupo nasceram mais bem desenvolvidos que os demais. Verificou-se que as fêmeas bem alimentadas prestavam cuidados extras aos filhos das outras fêmeas, e não aos seus próprios filhotes, o que nivelou as desigualdades de tamanho inicial entre os filhos e igualou sua sobrevivência na idade adulta. Isto é, a aplicação prática da equidade culminou na igualdade de oportunidades. Os resultados sugerem que o modelo rawlsiano de cooperação, em certa medida, também pode se aplicar à evolução da cooperação em alguns sistemas biológicos (Marshall et al., 2021).

Os referidos estudos revelam um dos grandes desafios das teorias éticas, em especial aquelas que buscam conceder status moral aos animais não humanos: a dificuldade de demarcar claramente quais atributos mínimos são necessários para integrar a comunidade moral (Singer, 2018). Os humanistas, muitas vezes, defendem a atribuição de um status moral mais elevado aos humanos em relação aos não humanos com base nas habilidades cognitivas humanas supostamente "superiores" (Figdor, 2021). Singer, por sua vez, condena essa suposição, e argumenta que tal postura constitui puro especismo (Carvalho, 2018).

O termo "especismo" foi cunhado para designar a discriminação contra animais não humanos, bem como o preconceito que tal discriminação expressa (Albersmeier, 2021). Nesse sentido, sua conceituação desempenhou um papel fundamental nos debates sobre a consideração moral dos animais não humanos (Horta & Albersmeier, 2020).

De modo geral, os especistas atribuem maior valor aos interesses de sua própria espécie quando há um conflito entre seus interesses e os interesses daqueles que pertencem a outras espécies. Assim, frequentemente utilizam características como a capacidade de raciocínio ou de linguagem (supostamente exclusiva dos seres humanos), para justificar uma posição preferencial. Singer (2018, p. 88) aponta que "os especistas humanos não admitem que a dor sentida por porcos ou ratos é tão má como quando sentida pelos seres humanos".

Não raro o especismo[10] é acompanhado do antropocentrismo, perspectiva que reserva arbitrariamente aos membros da espécie *Homo sapiens* lugar no topo da hierarquia do mundo natural. Essa posição, embora defendida por importantes pensadores como Aristóteles e Descartes, também é rejeitada por Singer, uma vez que condena os demais seres vivos a servirem de modo meramente instrumental aos interesses da espécie humana (Carvalho, 2018).

Uma das consequências do especismo se constitui a partir da naturalização de condutas controversas, como a exploração de animais para entretenimento em circos, vaquejadas e rodeios. Isso porque, comportamentos questionáveis que são percebidos como mais comuns tendem a ser julgados como mais moralmente justificados. Esse fenômeno foi analisado por um extenso estudo que contemplou 31 países e mais de 35.000 participantes. Os resultados apontam que associações morais são comuns e tendem a ocorrer mesmo

10 Há estudiosos que argumentam que o termo "especismo" é equivocado por definição, e que sua comparação com outras formas de preconceito como racismo, sexismo ou homofobia não pode ser suficientemente justificada. Contudo, a análise do termo a partir da sua utilização na discussão filosófica permite, em certa medida, discordar de tal posicionamento (Jaquet, 2019). No mesmo sentido, os resultados de uma pesquisa empírica com 275 participantes sugerem que pessoas leigas parecem intuitivamente cientes da conexão entre especismo e formas "tradicionais" de preconceito, inferindo traços de personalidade semelhantes e atitudes preconceituosas gerais de um especista, assim como fazem de um racista, sexista ou homófobo (Everett, Caviola, Savulescu & Faber, 2019).

quando se referem a atitudes moralmente contestáveis (Eriksson, Vartanova, Ornstein & Strimling, 2021). Isso pode indicar que, na concepção de uma sociedade majoritariamente especista e antropocêntrica, a atribuição de uma natureza meramente instrumental aos animais não humanos poderia ser corriqueira. De modo análogo, a concepção economicista predominante poderia conduzir à banalização de formas distintas de discriminação contra grupos sociais minoritários – a exemplo dos indígenas, destituindo-os do direito de ter seus interesses considerados.

Em certos casos, é possível haver um julgamento moral espontâneo de que um ser (humano ou não humano) é mais importante do que outro. Isso pode, por vezes, levar a "ilusões morais" como o especismo e outros tipos de discriminação (racismo, sexismo, etc.). Ilusões morais são julgamentos espontâneos persistentes que violam valores morais profundos e podem desviar da ética racional e autêntica. Um dos caminhos possíveis para combater o especismo e outras ilusões morais se constitui no desenvolvimento de princípios éticos, a fim de evitar arbitrariedades moralmente injustificáveis (Bruers, 2021).

Nesse sentido, práticas de igualdade e equidade podem se constituir como uma ferramenta de contraposição a determinadas formas de discriminação e, consequentemente, em prol da valorização da vida em si mesma, em um processo socialmente inovador que, no longo prazo, viabiliza a transformação cultural rumo à inclusão. Considerando o contexto desta pesquisa, admite-se que organizações da sociedade civil que atuam em prol dos animais não humanos em aldeias indígenas e outras comunidades carentes, promovendo práticas fundamentadas em preceitos ético-políticos de igualdade e equidade, possam ser agentes de transformação social. Isto porque, ações que promovem a interação entre sociedade civil organizada, grupos sociais vulneráveis e animais podem auxiliar na mudança de mentalidade e mitigação do especismo, que expropria os animais não humanos

de suas liberdades primordiais. Ademais, podem coibir outros tipos de discriminação, exclusão e instrumentalização, como frequentemente sofrem os povos indígenas e as populações carentes por parte da sociedade – em especial a urbana, que detém, na contemporaneidade, uma mentalidade predominantemente economicista (Merquior, 1983; Anderson, 1995; Matteucci, 2008; Dortier, 2010; Merquior, 2016; Dardot & Laval, 2017).

Grupos sociais minoritários e/ou fragilizados (indígenas, pobres, negros, mulheres, homossexuais...) são constituídos por indivíduos "diferentes" e, de modo geral, mesmo que correspondam a um valor numérico expressivo, possuem pouca representatividade política e/ou econômica. Não raro são expostos a uma condição de fragilidade moral e/ou material no contexto socioeconômico, e sua vulnerabilidade pode dificultar ou até mesmo vetar seu protagonismo político e social (Ninomiya et al., 2021).

Salienta-se, portanto, a necessidade de uma transformação cultural, no sentido de reconhecer, valorizar e incluir grupos minoritários, "diferentes", para que uma sociedade mais igualitária seja possível (Ninomiya et al., 2021). Em outras palavras, é crucial compreender que, tanto os seres humanos vulneráveis (e seus grupos sociais), quanto os animais não humanos, possuem direito à uma vida digna (salvaguarda de liberdades, direitos e oportunidades). Concomitantemente, como já mencionado, deve-se tem em conta que a sociedade é moralmente responsável em relação aos mais fragilizados (humanos e não humanos).

Tal mudança de visão de mundo passa pelo questionamento ético em relação ao paradigma instrumental/especista/economicista dominante, de maneira que as pessoas reflitam sobre as consequências de suas práticas de consumo e comportamentos no dia a dia. Isso pois, não raro, ações que parecem inofensivas, como comprar um animal de "raça

pura" ou ir a uma vaquejada com a família, podem sustentar atitudes cruéis contra os animais não humanos (Singer, 2018).

Há, ainda, estudiosos que defendem que a luta contra o especismo possa ser empreendida em conjunto com outras pautas, a exemplo do enfrentamento às injustiças raciais. Essa proposição sugere que a injustiça racial é parcialmente alimentada pelo "contrato de capacidade". O contrato de capacidade, por sua vez, tem relação com a forma como os humanos tratam os animais. Uma vez que o especismo alimenta o contrato que incita o racismo, considera-se instrumentalmente relevante abordar o especismo para superar as injustiças raciais (Cordeiro-Rodrigues, 2021). Isso indica que a superação do especismo pode não somente beneficiar os animais não humanos, mas ter outros reflexos importantes no próprio âmbito social humano, especialmente no combate às injustiças e às diversas formas de discriminação e exclusão, como as frequentemente sofridas pelos povos indígenas e outros grupos sociais fragilizados.

Benefícios mútuos podem também emergir a partir da relação humano-animal, apesar de que, ao longo da história, essa interação quase sempre foi marcada pela exploração animal, em que os seres não humanos foram submetidos a toda ordem de atrocidades físicas e psicológicas e tiveram, muitas vezes, suas vidas vilipendiadas (Felipe, 2019).

Mesmo na contemporaneidade, os excessos da cultura predominantemente instrumental, especista e consumista, aliado à falta de valores coletivos e à absolutização do âmbito meramente privado da vida, muitas vezes geram efeitos prejudiciais para os animais não humanos. Nesse sentido, dirá Serpell (2015):

> A falha nos vínculos humano-animal resulta em milhões de animais de estimação sendo abandonados, entregues a abrigos e/ou sacrificados prematuramente a cada

> ano, e muitos milhares são abusados, negligenciados ou maltratados por seus proprietários por vários motivos, que vão desde a ignorância até a crueldade deliberada. Muitos cães de raça pura são afetados por problemas de saúde dolorosos e debilitantes devido à consanguinidade ou linhagem ou seleção para padrões extremos de conformação física. A "criação" comercial de animais de estimação está aumentando à medida que a demanda por alguns animais de estimação excede a oferta, enquanto o comércio de animais de estimação exóticos causa sofrimento e morte generalizados entre animais selvagens durante a captura, transporte e subsequente aquisição por proprietários com pouco conhecimento de manejo e cuidados adequados. (p. 12, tradução nossa)

Com o objetivo de escrutinar a relação humano-animal, o campo da geografia animal busca propor uma reconstituição, a fim de que essa interação seja constituída a partir de bases mais éticas e sustentáveis (Fletcher & Platt, 2018). Em outras palavras, a geografia animal reconhece, a partir de um esforço ético, que o relacionamento humano-animal tem consequências. Nesse sentido, as pesquisas podem tanto colaborar com os não humanos, oferecendo-lhes uma posição moral, quanto apontar para uma ética ampliada e inclusiva no âmbito da sociedade (Buller, 2016).

Há estudos que indicam, por exemplo, o benefício mútuo como possível resultado da relação humano-animal (Serpell, 2015). Descobertas recentes de pesquisas arqueológicas e genéticas sobre a história da domesticação animal vão nessa direção, e revelam um tipo distinto de mutualismo na relação homem-animal, baseado em um processo co-evolutivo gradual com benefícios claros para ambas as partes no relacionamento (Aerni, 2021).

Não é raro, na contemporaneidade, observar casos práticos que evidenciam o benefício mútuo advindo da relação humano-animal. Na França, por exemplo, equipes humano-animais atuam nas denominadas “intervenções assistidas por animais” (Mignot, de Luca, Leboucher & Servais, 2021). Adverte-se, porém, que em algumas situações o trabalho multiespécie pode não se sustentar como parceria, tratando-se meramente do uso instrumental dos animais não humanos pelos seres humanos.

Entretanto, o uso de outras espécies não precisa ser necessariamente antropocêntrico e/ou utilitário. Exemplo disso é a “agricultura de cuidados”, que visa implantar práticas agrícolas como forma de intervenção terapêutica. Nela, as relações humano-animais são enquadradas como importantes oportunidades para a saúde humana. Tomando a agricultura de cuidados como objeto, um estudo no Reino Unido observou que os animais são parceiros ativos e subjetivos dentro dessas relações multiespécies, capazes de experimentar uma expansão das capacidades corporais como resultado das relações humano-animal de maneira semelhante aos humanos. Nesse sentido, as relações entre humanos e animais podem, às vezes, resultar em uma proliferação mútua de capacidades afetivas, reciprocamente benéficas (ainda que nem sempre igualmente benéficas). Esses resultados apontam, em certa medida, para novas possibilidades de políticas multiespécies, e provocam a reflexão no sentido de reconsiderar como a relação entre humanos e não humanos pode ter potencial para benefícios mútuos (Gorman, 2019).

O comportamento ético dos seres humanos em relação aos demais animais têm ganhado crescente relevância pública na contemporaneidade. Questões relacionadas ao abuso de animais, à exploração industrial de espécies para consumo ou aos termos da relação privada com animais de estimação parecem estar, mais do que nunca, no centro dos debates públicos (Vázquez & Valencia, 2016).

Não raro, o reconhecimento das consequências da relação humano-animal tem levado parte da sociedade a engajar-se na luta pelos direitos dos animais. Em certos casos, os cidadãos optam por não frequentar zoológicos, adotar animais em vez de comprá-los ou, ainda, não consumir produtos de origem animal (Buller, 2016).

A mobilização social em prol da causa animal também cresceu em popularidade, especialmente nas últimas décadas. Como indicado, a base da filosofia moral do movimento pelos direitos dos animais é, muitas vezes, atribuída ao pensamento de Bentham, uma vez que o autor foi pioneiro ao incluir os animais em sua teoria ética (Kniess, 2019). Entretanto, a publicação da obra *Animal Liberation* (Libertação animal) de Peter Singer em 1975 é, ao lado da Declaração Universal dos Direitos dos Animais de 1977, frequentemente considerada o marco inicial desse movimento (Fuentes, 2020).

Fortemente ligado à ética ambiental, o movimento pela causa animal busca, por meio da conscientização social e da pressão juntos aos governos, a extensão da preocupação moral para além dos indivíduos da espécie *Homo sapiens*. Nessa perspectiva, entende-se que todos os seres humanos e não humanos que merecem preocupação moral integram a comunidade moral. O merecimento de preocupação moral, por sua vez, está sujeito a certos critérios, ou seja, a uma linha divisória que inclui ou exclui um ser da comunidade moral. Contudo, como já mencionado, nem sempre há unanimidade em relação a extensão desses critérios (Sun, 2018), fazendo com que o debate entre abolicionistas e bem-estaristas[11] ganhe destaque (Shyam, 2018).

11 As abordagens bem-estarista e abolicionista possuem posições divergentes no movimento em torno da defesa da causa animal. De modo geral, a perspectiva bem-estarista se constitui a partir dos pressupostos utilitaristas de Bentham e Singer, ou seja, admite a possibilidade da exploração animal, desde que o bem-estar daqueles seres seja resguardado durante todo o processo. Por outro lado, os abolicionistas exigem que os mesmos direitos fundamentais que asseguram a integridade dos humanos, sejam também respeitados em relação aos animais não humanos (Felipe, 2019). Dentre os diversos pensadores abolicionistas, destacam-se de Tom Regan e Gary Francione (Carvalho, 2018).

Não obstante os limites de sua visão teórica utilitarista, boa parte da reflexão moral de Singer e Bentham sobre os animais não humanos se mostra convincente e encontra algumas conquistas na legislação de diversos países (Allegri, 2017). Nesse sentido, argumenta-se que a literatura em prol da causa animal colaborou, em certa medida, para ampliar os limites da simpatia em relação aos não humanos, promovendo comportamentos anti-crueldade que abrangiam humanos e animais não humanos vulneráveis e exigindo que essa mudança de sensibilidade fosse, em muitos casos, consagrada na legislação (Carey, 2020).

A codificação de bem-estar destinada a limitar a dor dos não humanos nos sistemas jurídicos não começou até a década de 1920, embora já em 1635 algumas leis na Irlanda tenham sido aprovadas para esse efeito. No Reino Unido, as chamadas "Cinco Liberdades de Bem-Estar Animal", aprovadas em 1979, incluíam liberdade de fome e sede, desconforto, dor, lesões e doenças, liberdade para expressar um comportamento normal, bem como a liberdade de ser livre de medo e angústia (Vázquez & Valencia, 2016).

A constituição Alemã de 2002 apresentou avanços no reconhecimento da dignidade animal, ao passo que as Constituições do Equador de 2008 e a Constituição Boliviana de 2009 reconheceram os Direitos da Natureza. Na mesma direção, houve o reconhecimento dos animais como seres sencientes no Código Civil Colombiano de 2016, além de regulamentações equatorianas sobre o assunto (Fuentes, 2020).

No contexto Brasileiro, destaca-se a Lei Federal nº 14.064/2020 (Lei Sansão), que trouxe uma alteração ao artigo 32 da Lei nº 9.605/1998 (Lei do Meio Ambiente), incluindo um capítulo sobre cães e gatos. Atualizada, a referida lei aumenta a punição para maus tratos, com pena que vai de 2 a 5 anos de reclusão, multa e perda da guarda do animal (Lei n. 14.064, 2020). Alguns Estados do Brasil também avançam na discussão, a exemplo de

Minas Gerais, que passou a reconhecer os animais como “seres sencientes, sujeitos de direito despersonificados, fazendo jus a tutela jurisdicional em caso de violação de seus direitos, ressalvadas as exceções previstas na legislação específica” (Lei n. 23.724, 2020).

Tais avanços legais vão ao encontro dos resultados obtidos em uma pesquisa realizada na Suécia, em que grande parte das pessoas consideram que o bem-estar animal deve, de fato, ter peso intrínseco na tomada de decisão pública e nas leis (Johansson-Stenman, 2018). A lei parece ser uma importante ferramenta quando se trata de implementar princípios de equidade na vida real, e não parece equivocado atribuir aos legisladores a responsabilidade de legislar para além da barreira das espécies, em uma abordagem abrangente dos direitos subjetivos fundamentais (Rescigno, 2018).

Contudo, ressalta-se o papel fundamental da sociedade civil nesse processo, especialmente na aplicação de pressão popular para a implementação de leis ligadas à causa animal. Entre 2015 e 2017, por exemplo, a Costa Rica testemunhou um período de mobilizações em favor das causas animais, a maioria delas voltada para a aprovação de uma lei que penaliza o abuso de animais não humanos, com ênfase nos animais de estimação. No caso Costarriquenho, o trabalho da sociedade civil obteve sucesso e culminou na aprovação da Lei nº 9458 (Rojas, 2021).

O presente tópico abordou alguns pressupostos teóricos que fundamentam o debate acerca da inclusão e da concessão de direitos aos humanos vulneráveis e aos animais não humanos. Foram descritas as contribuições de Bentham, Rawls e Singer sobre o tema, de modo que alguns conceitos primordiais do pensamento desses autores foram ressaltados. Em suma, buscou-se demonstrar que a mudança de mentalidade em relação aos seres humanos e não humanos desamparados passa pelo questionamento ético em relação ao paradigma instrumental/especista/economicista dominante. Assim, com base nas

concepções teóricas de Bentham (2017/1789), Singer (2018) e Rawls (2021), bem como de outras pesquisas, algumas categorias relevantes para o presente estudo foram destacadas, a saber: outorga de status moral a animais não humanos sencientes; aplicação equitativa do princípio de igualdade para humanos e não humanos; benefícios mútuos provenientes da relação humano-animal; superação da mentalidade instrumental/especista/economicista; e legislação como ferramenta inclusiva.

A partir desse espectro teórico, é possível admitir que práticas de igualdade e equidade em prol de uma cultura de respeito e integração da vida pode superar a visão de mundo instrumental/especista/economicista, materializando-se como inovação social, no sentido de promover uma coexistência mais harmoniosa e inclusiva entre os humanos e também destes em relação aos demais seres vivos. No âmbito do objeto aqui analisado, as ações da OBA e da Ecopet, visando o bem-estar de cães e gatos que vivem em aldeias indígenas e outras comunidades carentes ou abandonados, constituem-se em processos pedagógicos que possibilitam um questionamento ético em relação à indiferença, discriminação e exclusão sistemáticas sofridas por grupos sociais fragilizados e também pelos animais não humanos.

2.5 Estrutura Teórica e Pressupostos do Estudo

A presente pesquisa busca compreender como práticas de igualdade e equidade promovidas pela Organização Bem-Animal e pela Ecopet podem gerar inovações sociais. Parte-se do pressuposto que as práticas constitutivas das entidades investigadas podem ser socialmente inovadoras porque, ao se materializam em igualdade e equidade, possibilitam a mudança de visão de mundo dos atores envolvidos em relação aos humanos mais

vulneráveis e animais não humanos, gerando benefícios mútuos e fomentando uma coexistência mais inclusiva e sustentável.

A fim de analisar essa questão, constituiu-se um referencial teórico que abordou os seguintes temas: “dimensões da inovação social”, “sociedade civil organizada”, “preceitos ético-políticos de igualdade e liberdade” e “comunidade moral inclusiva: benefícios mútuos”. Permitiu-se, assim, fundamentar teoricamente os constructos relacionados a esta investigação.

Nesse sentido, o conceito de inovação social é relevante para este estudo. A partir do referencial teórico apresentado, considera-se que há “quatro aspectos primordiais da inovação social”. Assim sendo, a IS se refere a um fenômeno inovativo (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970) com motivações sociais (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008), construído a partir da ação coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010) e com potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016). A inovação social possui uma natureza ética e de justiça social (Moulaert et al., 2013), e está relacionada à promoção da equidade (Nicholls et al., 2015).

Em relação à sociedade civil, aceita-se a perspectiva gramsciana, em que a sociedade civil, uma vez pertencente à superestrutura, têm condições de exercer pressão junto ao Estado para a melhoria dos serviços de bem-estar social. Além disso, assume-se a ideia de que é no seio da sociedade civil que os indivíduos constroem uma subjetividade geral. Dessa forma, as organizações da sociedade civil são compreendidas como importantes meios para a mudança nos papéis sociais e, embora possuam funções distintas em relação ao Estado, ambos podem ter objetivos comuns (Fernández, 2019).

As organizações da sociedade civil frequentemente agem em contextos locais com características muito específicas, podendo implementar ações emergenciais no primeiro

momento, para que os resultados no longo prazo sejam mais frutíferos. Outrossim, essas instituições possuem algum grau de flexibilidade para operar em contextos de crise (Arslan et al., 2021; Mogollón et al., 2021; Schmid, 2021).

Ao responder às necessidades sociais, as organizações da sociedade civil possuem capacidade para criar novos relacionamentos colaborativos entre diferentes atores – voluntários, organizações da sociedade civil, setor público e privado (Baglioni et al., 2017; Elias & Barbero, 2021). Nesse contexto, os voluntários são, por vezes, motivados pela atitude moral altruísta (Rondeau, Stricker, Kozachenko & Parizeau, 2020), de modo que a troca voluntária e a promoção da dignidade e da emancipação dos beneficiários denotam o potencial transformador da sociedade civil organizada (Parekh & Klintman, 2021).

Neste estudo, considera-se fundamental o entendimento dos preceitos ético-políticos relacionados à igualdade e equidade, uma vez que tais noções fundamentam teoricamente as características das inovações sociais analisadas. Antes de tudo, destaca-se que, não obstante as diferenças teóricas entre os constructos, entende-se que a ética possui uma dimensão universalizante (Singer, 2018).

Admite-se que a ideia de "bom" (o comportamento moral aceitável), portanto, pode se constituir na imbricação de três caminhos distintos, a saber: a maximização do prazer ou felicidade e a minimização da dor ou sofrimento (Bentham, 2017/1789); a justiça como equidade, em que princípios de liberdade e oportunidade se aplicam a todos (Rawls, 2021); e a consideração dos interesses de todos os que podem ser afetados por determinada ação (Singer, 2018).

O comportamento moral aceitável é válido a todos os indivíduos que possuem status moral e, portanto, integram a comunidade moral. Nesta investigação, portanto, as noções de igualdade e equidade que constituem o "bom" necessitam possuir algum nível de

aplicabilidade a humanos e animais não humanos. Nos casos aqui investigados, as práticas promovidas pela OBA e pela Ecopet podem gerar inovações sociais em termos de benefícios mútuos, em que humanos e animais não humanos ganham em termos de bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Mais especificamente, para os seres humanos (em especial os que vivem em condições mais vulneráveis), práticas de igualdade e equidade podem se materializar em benefícios relacionados, dentre outros, à saúde e inclusão – redução de doenças causadas por animais de rua não saudáveis, melhoria de condições sanitárias e ambientais, bem-estar psicológico, acesso gratuito a bens e serviços veterinários de qualidade, educação etc. Em alguma medida, são oferecidas condições para mitigar certas desigualdades sociais.

No caso dos animais não humanos, práticas relacionadas à igualdade e equidade podem gerar, sobretudo, qualidade de vida e inclusão na comunidade moral. Por meio da castração, por exemplo, pode-se reduzir o risco de doenças como o câncer e, ao mesmo tempo, a superpopulação de animais de rua, fechando o ciclo de abandono. Para além disso, a conscientização gerada às pessoas envolvidas nas ações da OBA e da Ecopet pode não somente melhorar as condições ambientais, mas também auxiliar na inclusão dos animais não humanos na comunidade moral, de modo que as pessoas passam também a considerar seus interesses.

Em se tratando de inclusão na comunidade moral, aceita-se a senciência como critério apropriado para outorgar status moral a um determinado ser, tal como preconizado por Bentham (2017/1789), Singer (2018) e Rawls (2021). Contudo, ressalta-se a importância de reconhecer que os métodos científicos para identificar senciência em animais não humanos podem retratar uma perspectiva estritamente humana do que é sentir dor ou prazer. Dito isso, destaca-se que o presente estudo se coaduna com a perspectiva de

Singer (2018), que – a partir dos pensamentos de Bentham (2017/1789) e Rawls (2021) – propõe uma ética ampla e unificada, em que um princípio de igualdade se aplica de maneira equitativa a humanos e não humanos.

Além disso, admite-se que as relações humano-animais têm consequências (Buller, 2016) e podem resultar em mutualismo – situações em que humanos e animais não humanos são beneficiados (Serpell, 2015; Aerni, 2021). Por fim, entende-se que a mentalidade instrumental/especista/economicista se constitui como a principal barreira para alcançar a ética ampliada proposta por Singer (Carvalho, 2018; Singer, 2018), e que a legislação se constitui como uma importante ferramenta para garantir direitos e promover a inclusão de humanos e não humanos na comunidade moral (Rescigno, 2018).

Partindo das concepções apresentadas, viabiliza-se a análise das inovações sociais possivelmente geradas pelas organizações aqui investigadas a partir de práticas de igualdade e equidade. Em outras palavras, propõe-se analisar as ações promovidas pela Organização Bem-Animal e pela Ecopet, de modo a estabelecer conexões entre essas atividades e as categorias analíticas estabelecidas *a priori* (apresentadas na Figura 6).

Inovação social nas organizações da sociedade civil	**Preceitos ético-políticos de igualdade e equidade**	**Mutualismo**
Quatro aspectos primordiais da IS nas OSC: - Inovatividade; - Motivação social; - Construção coletiva; - Potencial transformador para a sociedade.	- Maximização o prazer ou felicidade e minimização a dor ou sofrimento; - Promoção da equidade a partir de princípios que visam a liberdade e a igualdade de oportunidades; - Consideração dos interesses de todos os afetados por determinada ação.	- Benefícios mútuos na relação humano-animal.

Figura 6. Categorias analíticas *a priori*
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Mais especificamente, busca-se evidenciar características comuns entre as ações dessas organizações e as dimensões da inovação social descritas no referencial teórico. Assim, as categorias de análise *a priori* referentes às inovações sociais nas organizações da sociedade civil são: inovatividade; motivação social; construção coletiva; e potencial transformador para a sociedade.

Como indicado, as práticas aqui investigadas são analisadas a partir das noções de igualdade e equidade constantes nas teorias ético-políticas de Bentham (2017/1789), Rawls (2021) e Singer (2018). Assim, busca-se identificar comportamentos morais que tenham relação com as seguintes categorias analíticas: maximização do prazer ou felicidade e minimização da dor ou sofrimento; promoção da equidade a partir de princípios que visam a liberdade e a igualdade de oportunidades; e consideração dos interesses de todos os afetados por determinada ação.

Considera-se também a compreensão dos benefícios gerados na interação entre os grupos humanos e animais não humanos envolvidos no processo (organizações da sociedade civil, populações carentes e animais não humanos em situação de vulnerabilidade), com a finalidade de identificar se a relação humano-animal pode, nos casos investigados, ser considerada mutuamente benéfica.

Em resumo, busca-se subsidiar a tese de que as quatro categorias da inovação social estão associadas às práticas de igualdade e equidade (Bentham, Rawls e Singer), de modo que geram benefícios mútuos a humanos e animais não humanos a partir de práticas de organizações da sociedade civil (vide síntese da pesquisa apresentada na Figura 1, localizada no tópico “1.1 Tema”).

Apresentada a estrutura teórica e os pressupostos da presente pesquisa, destaca-se o próximo capítulo para abordar as questões relacionadas aos procedimentos metodológicos.

3 Procedimentos Metodológicos

Este capítulo apresenta o percurso metodológico desta investigação, de modo a detalhar todas as fases que constituem a análise, bem como os protocolos, técnicas e instrumentos utilizados. Inicialmente, abordam-se os pormenores acerca da revisão de literatura que serviu de base para elaborar a pergunta de pesquisa. Em seguida, o delineamento do estudo é especificado quanto ao posicionamento ontológico e epistemológico, abordagem, enfoque, lógica, procedimentos e horizonte temporal. Depois, descreve-se o contexto da investigação, destacando as organizações que compõem o objeto analisado. Segue-se com a apresentação das técnicas e instrumentos utilizados na coleta de dados e com a técnica elencada para a análise desses dados. Por fim, expõe-se o *design* da presente pesquisa.

3.1 Revisão da literatura

A fim de identificar o problema de pesquisa desta investigação, foram realizadas duas revisões da literatura em junho de 2021, distintas, sobretudo, pela amplitude do escopo.

A primeira buscou observar a representatividade das discussões acadêmico-científicas acerca dos temas relacionados às inovações sociais e às organizações da sociedade civil. Recorreu-se, portanto, a um levantamento bibliográfico prévio de amplo escopo, por meio da base de dados *Scopus*. Assim, procurou-se estudos que contivessem no

título, resumo ou palavras-chave os termos “inovação social” ou “organização da sociedade civil” (termos no singular ou no plural). Para essa busca, foram utilizadas as seguintes *strings* de pesquisa (na língua inglesa): “*social innovation**” OR “*civil society organization**”. Obteve-se, então, 7.789 resultados. Entretanto, optou-se por inserir um critério de inclusão, de modo a refinar a busca por estudos referentes à área de Negócios, Gestão e Contabilidade. Dessa maneira, ao inserir esse filtro, restaram 1.771 documentos.

Contudo, para demonstrar que o objetivo da presente investigação está situado em uma lacuna que carece de maior exploração, uma segunda pesquisa bibliográfica foi realizada. Essa busca, embora abranja mais de uma base de dados, teve seu escopo estreitado.

Nesse levantamento, foram utilizadas duas bases de: *Scopus* e *Web of Science*. Em ambas, buscou-se identificar documentos científicos que abordassem os temas da inovação social e das organizações da sociedade civil concomitantemente. Para esse propósito, a busca foi realizada a partir da relação entre dois termos primordiais, quais sejam: “inovação social” e “organização da sociedade civil”.

Ressalta-se que há inúmeras expressões correlatas aos dois principais termos. Por esse motivo, outras nove pesquisas exploratórias foram feitas previamente, utilizando a língua inglesa, com o objetivo de identificar os termos de busca que gerassem os resultados mais pertinentes. Assim, observou-se que, além de “*social innovation*” (inovação social) e “*civil society organization*” (organização da sociedade civil), a busca deveria considerar também os termos “*non-profit*” (sem fins lucrativos) e “*third sector*” (terceiro setor).

No momento de operacionalizar a busca, portanto, utilizaram-se as seguintes *strings* de busca: "*social innovation**" AND "*civil society organization**" OR "*non-profit*" OR "*nonprofit*" OR "*third sector*". Desse modo, a pesquisa angariou estudos que abordassem o

tema da inovação social aliado a pelo menos um dos seguintes assuntos: organizações da sociedade civil, atividades sem fins lucrativos ou terceiro setor. Vale destacar, ainda, que as buscas se concentraram em captar pesquisas que contivessem os referidos termos em seus respectivos títulos, resumos ou palavras-chave.

Dadas as condições, a base de dados *Scopus* retornou 247 itens, enquanto a busca na *Web of Science* resultou em 198, totalizando 445 documentos. A partir de então, alguns critérios de inclusão foram estabelecidos, objetivando refinar os resultados. Mais especificamente, optou-se por incluir apenas artigos científicos e revisões de literatura publicados nos últimos cinco anos (2017 a 2021), na área temática de *Business, Management and Accounting*, preferencialmente nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa. Após os referidos critérios de inclusão, restaram 49 documentos na base *Scopus* e 28 na *Web of Science*, totalizando 77 itens.

Após a leitura dos títulos e resumos, foram identificados 18 itens repetidos, além de 4 estudos totalmente desalinhados com o tema aqui proposto. Dessa forma, restou um total de 55 trabalhos para leitura integral. Entretanto, 5 deles não se encontravam disponíveis para *download*, restando um total final de 50 pesquisas. A leitura completa desses documentos e a tabulação dos dados por meio de planilha eletrônica revelaram alguns pontos relevantes para a identificação do problema da presente investigação, conforme observado no primeiro capítulo deste trabalho.

3.2 Delineamento da Pesquisa

É importante que o pesquisador se aproprie, antes do processo investigatório, dos aspectos ontológicos e epistemológicos que guiarão o estudo acerca de determinado

fenômeno. Em outras palavras, deve-se considerar a forma com que o mundo social é percebido e a teoria do conhecimento que fundamenta o tema pesquisado. Contudo, não há consenso sobre as diferentes categorias ontológicas (Saldaña, 2011; Saldanha & O'Brien, 2014), e, para além disso, considera-se que o presente trabalho não se reduz aos modelos pré-estabelecidos frequentemente utilizados nas pesquisas em ciências sociais aplicadas como, por exemplo, os paradigmas sociológicos propostos por Burrel e Morgan (1979) – funcionalismo, estruturalismo radical, interpretacionismo e humanismo radical.

Alternativamente, é possível tomar as teses que fundamentam epistemologicamente o presente estudo como norte para essa questão, a saber: o utilitarismo preconizado por Bentham (2017/1789) e, posteriormente, reformulado por Singer (2018); e o contratualismo de Rawls (2021).

Considera-se como tese epistemológica do utilitarista Jeremy Bentham a ideia de que o conhecimento se constitui a partir da experiência, sem o auxílio de concepções transcendentais *a priori*. Isto é, segundo esse pensamento, o universo continha somente objetos físicos e impressões sensíveis. Assim, embora sejam elencados nomes para outras coisas como, por exemplo, relações como amizade, expressões de obrigações e direitos; estes são apenas nomes que se dão a entidades fictícias. Contudo, entende-se entidades fictícias não existem, de modo que o mundo é composto apenas de objetos individuais e concretos, além de impressões espaço-temporais e sensoriais. Em outras palavras, o pensamento utilitarista faz uso da tese epistemológica denominada tese empirista, a qual considera que todo conhecimento decorre da experiência (Dias, 2012; Moreso, 2013; Campregher & Longoni, 2017; Chiappin & Leister, 2018; Carvajal, 2022).

Depreende-se disto a tese ontológica que compreende o prazer, a dor e o indivíduo como entidades reais. O “todo”, entendido como a sociedade (não natural, mas artificial), é

a soma das “partes” que são os indivíduos. Isto é, para a análise política o que existe para os utilitaristas é o indivíduo capaz de experimentar prazer e dor, que são duas sensações também reais. Nesse sentido, os princípios da moral e da legislação propostos por Bentham são construídos a partir de ponderações acerca do indivíduo. Há, a partir dessa proposição ontológica, uma série de consequências metodológicas, dentre as quais a de que a sociedade ou comunidade, na visão benthamiana, nada mais é do que a soma dos indivíduos que a integram, ou seja, um corpo fictício. Assim, para Bentham, o interesse público não dizia respeito a uma estranha entidade espiritual que animava as sociedades humanas, mas se tratava simplesmente a soma dos interesses de indivíduos reais (Dias, 2012; Moreso, 2013; Campregher & Longoni, 2017; Chiappin & Leister, 2018; Carvajal, 2022).

Partindo da teoria do contrato social previamente abordada por Locke, Rousseau e Kant, a tese rawlsiana, por sua vez, compreende uma concepção epistemológica denominada de construtivismo político. De maneira geral, o modelo construtivista e contratualista assevera que as verdades morais são mais admissíveis se constituídas como verdades sobre uma ordem social ideal do que se construídas sob uma ordem natural de coisas. Isto implica a afirmação de uma ontologia social, em que se procura um ponto de vista objetivo, que seria intermediário entre uma realidade totalmente subjetiva (O'neill, 2006; Coitinho, 2017; Labayru, 2019; Gondim & Chingore, 2021; Schonardie & Campana, 2022).

Para o construtivismo contratualista, um ato é correto ou errado apenas no caso de uma ordem social permiti-lo ou proibi-lo, cujos quais podem ser escolhidos por contratantes racionais sob determinadas condições (idealizadas e/ou não-idealizadas). Isso corrobora com o construtivismo político de Rawls, uma vez que a justiça como equidade infere que os fatos morais são produtos de um processo de construção, em que agentes

racionais instituem um acordo sobre princípios que regularão suas relações. Nesse sentido, a objetividade dos princípios elencados se daria pela aceitabilidade racional que, por sua vez, de um ponto de vista social recíproco para a escolha das regras do contrato social (O'neill, 2006; Coitinho, 2017; Labayru, 2019; Gondim & Chingore, 2021; Schonardie & Campana, 2022).

Isto é, o construtivismo político rawlsiano analisa, diante do pluralismo razoável de crenças abrangentes, quais seriam os princípios de justiça que garantiriam os termos equânimes da cooperação social, postulados por pessoas livres e iguais, racionais e razoáveis em uma sociedade democrática. É possível notar que o processo construtivista determina princípios que indicam quais fatos são relevantes na deliberação política, ou seja, determina-se princípios pelo método de construção a fim de identificar os fatos que são assumidos como razões. Estes fatos não são construídos, são fatos sobre a possibilidade de construção (O'neill, 2006; Coitinho, 2017; Labayru, 2019; Gondim & Chingore, 2021; Schonardie & Campana, 2022).

Observa-se, portanto, que os aspectos ontológicos da presente investigação apontam para a tese empirista e o construtivismo político, embarcados nas teorias ético-políticas proclamadas por Bentham e Rawls, respectivamente. Isto posto, este estudo assume uma posição epistemológica mais aliada ao paradigma interpretativista. O interpretativismo prioriza, sobretudo, os entendimentos e interpretações subjetivas das pessoas dos fenômenos sociais. Além disso, está frequentemente ligada a abordagens qualitativas de pesquisa, em que os investigadores buscam analisar o mundo social do ponto de vista dos atores e refletir sobre suas próprias interpretações subjetivas (Saldaña, 2011; Saldanha & O'Brien, 2014). Nesse sentido, busca-se compreender a vida social sem a pretensão de predizê-la e controlá-la (Saldaña, 2011).

Considerando a complexidade dos aspectos sociais investigados, recorre-se à abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa abrange uma ampla variedade de abordagens e métodos para o estudo da vida social. Os dados coletados e analisados são principalmente (mas não exclusivamente) de caráter não quantitativo, consistindo em materiais textuais, como transcrições de entrevistas, notas de campo e documentos, e / ou materiais visuais, como fotografias, gravações de vídeo e *sites* na internet (Saldaña, 2011; Saldanha & O'Brien, 2014).

A abordagem qualitativa de pesquisa mostra-se adequada para este estudo, uma vez que busca obter detalhes intrincados sobre fenômenos que envolvem sentimentos, processos de pensamento e emoções. Isto é, são vislumbradas certas especificidades acerca de experiências pessoais, comportamentos, emoções, sentimentos, movimentos sociais, práticas organizacionais, fenômenos culturais, ou seja, a subjetividade que é própria do ser humano em sua relação com a sociedade e com o mundo natural (Strauss & Corbin, 2008; Saldaña, 2011).

Quanto ao enfoque, esta investigação pode ser caracterizada como descritiva e explicativa. Possui natureza descritiva porque busca elencar e elucidar dados por meio dos quais o fenômeno observado possa ser descrito em detalhes. Em outras palavras, determinados dados são observados e analisados sem que o pesquisador tenha o compromisso de explicá-los. Por outro lado, sua natureza explicativa busca identificar as causas do fenômeno estudado – neste caso, a inovação social gerada a partir de práticas de igualdade e equidade por duas organizações da sociedade civil (Saldaña, 2011; Saldanha & O'Brien, 2014).

Uma questão relevante em relação ao tipo de pesquisa é qual sistema lógico ela segue, ou seja, se está sendo conduzida a partir de um posicionamento indutivo ou

dedutivo. Esta investigação, por sua vez, adota conjuntamente as lógicas indutiva e dedutiva. Por um lado, observa situações reais particulares, faz inferências que relacionam os dados coletados à teoria e permite, assim, algum nível de generalização analítica. Isto é, a construção do conhecimento parte do empirismo em direção à teoria. Ao mesmo tempo, o estudo parte de um pressuposto, que seria a tese de que as inovações sociais podem ser geradas a partir de práticas de igualdade e equidade, de modo que passa de declarações gerais para instâncias mais específicas. Ou seja, avalia analiticamente um pressuposto a partir de dados coletados (Strauss & Corbin, 2008; Saldanha & O'Brien, 2014).

No que diz respeito à classificação em relação aos procedimentos, optou-se por empreender um estudo de caso múltiplo, concentrando-se em duas organizações da sociedade civil como unidades de análise. O objetivo dos estudos de caso não é necessariamente desenvolver um argumento sobre como o único caso representa ou reflete indivíduos ou locais comparáveis. Em vez de pesquisar um grande número de ambientes ou participantes para constituir um quadro mais abrangente e representativo de perspectivas, o estudo de caso é valorizado como uma unidade que permite um exame aprofundado (Saldaña, 2011; Saldanha & O'Brien, 2014).

Assim, os estudos de caso tratam as unidades de investigação como um todo (pesquisa holística). A exigência de profundidade significa que os estudiosos que trabalham com temas contemporâneos se beneficiam do uso de métodos qualitativos, como entrevistas e observação participante, que lhes permite ter uma rica noção do fenômeno. Os aspectos holísticos e contextualizados da pesquisa significam que várias fontes de informação são geralmente necessárias. O objetivo é cobrir o máximo de evidências relevantes e críticas, tendo em conta as perspectivas alternativas e respeitando a integridade dos dados (Strauss & Corbin, 2008; Saldaña, 2011).

Contudo, ressalta-se que a particularidade dos casos é outro elemento a ser respeitado e valorizado. Embora a profundidade de análise, aliada ao rigor da pesquisa, possam assegurar a relevância científica dos estudos de caso, seus resultados, em geral, não podem ser generalizados[12]. Assim, não é útil forçar os estudos de caso a representar realidades maiores do que eles próprios (Saldaña, 2011; Saldanha & O'Brien, 2014).

Por fim, destaca-se que esta pesquisa possui um corte transversal, uma vez que ocorre em um único ponto no tempo, com dados coletados, classificados e analisados em um período relativamente curto da história (Strauss & Corbin, 2008; Saldanha & O'Brien, 2014).

3.3 Contexto da Pesquisa

A fim de responder ao problema de pesquisa, este estudo de caso múltiplo analisa duas organizações da sociedade civil, cujas quais constituem o objeto investigado. Ressalta-se que a escolha dessas entidades se justifica pela integração de dois fatores. Primeiramente, destaca-se a singularidade das ações promovidas pelas instituições elencadas como fator determinante. Contudo, a questão da conveniência (disponibilidade de tempo e financeira do pesquisador) também teve seu peso. Considerando esses dois fatores, destaca-se que não foi possível localizar, no Estado de Santa Catarina, outras práticas organizacionais semelhantes às propostas das duas organizações da sociedade civil aqui elencadas.

[12] De passagem, vale mencionar que há autores que, em certos casos, admitem a generalização de estudos de caso. Exemplo disso, na obra "The art of case study research", Robert Stake indica a possibilidade de três modalidades de estudos de caso, dentre as quais, uma se presta a generalizar seus resultados (Stake, 1995).

Vale ressaltar que o presente estudo não pretende apresentar práticas promovidas por organizações da sociedade civil como boas em si mesmas, ou livres de quaisquer críticas ou questionamentos. Ao contrário, evidencia-se que as ações empreendidas pelas organizações que compõem o objeto desta pesquisa podem apresentar tanto limites quanto possibilidades.

Embora, como dito, haja espaço para a identificação de limites nos trabalhos efetivados pelas instituições aqui investigadas, sublinha-se a possibilidade de tais iniciativas irem na contramão do paradigma neoliberal. Isto porque, as experiências contidas nessas práticas não se explicam simplesmente pelo abandono de animais de companhia, ou seja, não se reduzem à lógica neoliberal de consumo ou das relações instrumentalizadas. Em outras palavras, não parecem se tratar de aparelhos de reciclagem e aperfeiçoamento do neoliberalismo, mas, ao contrário, podem ser ferramentas de resistência (Merquior, 1983; Anderson, 1995; Matteucci, 2008; Dortier, 2010; Merquior, 2016; Dardot & Laval, 2017).

3.3.1 Organização Bem-Animal

A primeira instituição que compõe o objeto deste estudo é a Organização Bem-Animal, sediada em Florianópolis (SC). Esta organização da sociedade civil atua desde 2007 por meio de dois principais projetos: Cão Terapia e Mutirão Mata-Fome. Sua missão é a proteção, conscientização e promoção de ações que visam o bem-estar dos animais, a partir da participação de voluntários e de doações de pessoas e empresas simpatizantes dessa causa (Organização Bem-Animal, 2021).

O projeto Cão Terapia ocorreu de 2007 a 2020, sendo que, nos últimos anos de atividade, atuou em parceria com a Diretoria de Bem-Estar Animal (DIBEA) – órgão da Prefeitura de Florianópolis. Nesse projeto, que ocorria aos sábados, os voluntários visitavam o Centro de Controle de Zoonoses de Florianópolis para amenizar a solidão e os traumas dos animais resgatados a partir de denúncias de maus-tratos, atropelamentos e outras situações emergenciais. Por meio dos passeios, das brincadeiras, da interação e do carinho, os animais podiam recuperar a confiança nos seres humanos e ser preparados para a adoção por novas famílias. O principal objetivo do projeto Cão Terapia era dar visibilidade para os animais e possibilitar a adoção consciente, mas também permitia que se desenvolvesse uma relação de aproximação entre pessoas e animais, tornando-se uma atividade terapêutica e um exercício de cidadania e solidariedade (Organização Bem-Animal, 2021).

O projeto Mutirão Mata-Fome, por sua vez, caracteriza-se por visitar semanalmente, com a participação de voluntários angariados via redes sociais, aldeias indígenas da Grande Florianópolis para alimentar e cuidar de cães e gatos famintos e/ou doentes. Em casos urgentes (quando um cão é picado por cobra, por exemplo), os indígenas comunicam a OBA, que encaminha o profissional adequado, independentemente do dia ou horário. Os animais também são encaminhados para castração, a fim de controlar sua população, fechar o ciclo de abandono e maus-tratos e evitar a proliferação de doenças nas aldeias (zoonoses). Porém, o objetivo maior dessa ação é educar e conscientizar as pessoas sobre o abandono de animais e sobre o compromisso e as responsabilidades de ter um animal e, ainda, envolver mais setores da sociedade na solução dos problemas existentes. Destaca-se, ainda, que as imediações das aldeias costumam ser pontos de abandono de animais (apesar das condições precárias em que vivem, os indígenas se sensibilizam e frequentemente os

acolhem), o que aumenta sua população naqueles locais e demanda esforços cada vez maiores para mantê-los. Assim, o Mutirão Mata-Fome é realizado desde 2008 e atinge, atualmente, 10 aldeias indígenas e beneficia diretamente aproximadamente 400 animais (Organização Bem-Animal, 2021).

Salienta-se que o espectro analítico do presente estudo focaliza o Mutirão Mata-Fome, pois, além deste projeto se encontrar em plena atividade, considera-se que suas ações inclusivas possuem maior alinhamento com os objetivos aqui propostos. Antes de tudo, essa iniciativa traduz uma relação de mais de uma década, o que denota a existência de uma confiança mútua entre a OBA e as aldeias indígenas atendidas, possibilitando ao pesquisador analisar um fenômeno a partir de percepções amadurecidas. Partindo para o espectro teórico, ao optar por auxiliar as aldeias indígenas no cuidado com os animais que lá vivem – em vez de atuar em outros ambientes sociais menos fragilizados, as práticas constitutivas da OBA, por meio do projeto Mutirão Mata-Fome, parecem ir ao encontro dos preceitos ético-políticos preconizados por Bentham, Rawls e Singer, possibilitando a geração, em termos práticos, de igualdade a partir da equidade. Isto pois, as ações do Mutirão Mata-Fome atendem aos mais necessitados e viabilizam o acesso a diversos produtos e serviços veterinários de qualidade, permitindo que os indígenas mantenham seus cães e gatos de forma digna. Consequentemente, isso pode contribuir com a redução da incidência de doenças causadas por animais (zoonoses) nas aldeias, beneficiando os próprios indígenas. Ademais, como será evidenciado, as práticas constitutivas da OBA podem gerar diversos outros benefícios, não somente aos cães e gatos, mas também aos indígenas, às aldeias e aos voluntários.

Para melhor contextualizar o objeto deste estudo e sua abrangência, cabe destacar alguns dados relevantes. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o censo

realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 revelou uma população de 817.963 indígenas, representando 305 diferentes etnias. Além disso, foram registradas no país 274 línguas indígenas distintas. Ainda conforme o referido censo, a região Sul do Brasil possuía à época um total de 74.945 indígenas, distribuídos em uma extensão territorial que representa 10% das terras indígenas regularizadas do país (FUNAI, 2022).

Referente ao estado de Santa Catarina, dados do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), indicam que, no ano de 2020, o estado possuía um total de 13.821 indígenas dos povos Guarani, Xokleng e Kaingang, distribuídos entre 57 aldeias localizadas em 20 municípios. Os Guaranis ocupam primordialmente terras localizadas na região litorânea, enquanto os Xoklengs vivem na região do Alto Vale do rio Itajaí e os Kaingangs, por sua vez, habitam a região oeste do estado (Bessa, 2020).

Ainda de acordo com o CEPIN (2022), embora o estado de Santa Catarina possua extensa diversidade cultural, os povos indígenas que há séculos ocupam esse território não têm recebido seu devido valor, de modo que, ao longo do tempo, passam por um processo que torna suas culturas e especificidades cada vez menos visíveis (Bessa, 2020).

A vulnerabilidade dos povos indígenas decorre de um processo histórico marcado por uma severa opressão, em que sua língua e sua história foram constantemente reprimidas. É possível, portanto, observar a fragilização indígena em todo o contexto histórico-político (Ninomiya, Peixoto, Da Silva & Moreira, 2021). Desde o período colonial, as riquezas culturais e humanitárias da América Latina foram subestimadas, ao passo que sua própria autonomia foi diluída. Assim, com auxílio da crescente dominação capitalista, perpetuou-se a hegemonia branca ocidental, que colonizou grande parte dos

grupos sociais “diferentes”, distintos em seus costumes, línguas, etc. Nesse contexto, os povos indígenas são vítimas seculares a nível econômico, social e epistêmico. Embora suas lutas tenham sido constantes, a escravidão e o racismo estrutural foram capazes de inferiorizar e minimizar as ações e existências de suas populações, sorrateiramente condenando seus modos de vida, territórios e línguas (Silva & Azevedo, 2020).

Tomando o Brasil contemporâneo como exemplo, os povos indígenas costumam ser lembrados quase que exclusivamente no dia 19 de abril, popularmente conhecido como “dia do índio”. Para além disso, são frequentemente apresentados a partir de estereótipos de senso comum, provenientes de uma visão eurocentrista. Dessa forma, muitas pessoas acreditam que não há mais indígenas – ou que os remanescentes não são verdadeiramente indígenas, pois esses povos já não são vistos vestindo cocares ou vivendo em ocas nas florestas (Wittman, Stefani & Schütz, 2018).

Observando essa questão, Silva e Azevedo (2020) analisaram comentários postados em redes sociais sobre notícias do impacto da pandemia de COVID-19 nas populações negras e indígenas. Dentre as postagens, foram evidenciados diversos ataques aos referidos grupos, em discursos caracterizados por traços de ignorância/desinformação, discriminação racial, ironia e racismo; buscando inferiorizá-los. Segundo os autores, a pesquisa revelou, em certa medida, a estruturação do racismo no Brasil, em que as populações negras e indígenas foram furtivamente submetidas à objetificação de seus corpos e à condenação reducionista de suas culturas como sendo saberes desnecessários e primitivos.

Isto posto, torna-se importante ressaltar que os efeitos perversos desse contexto histórico também são observados nas aldeias indígenas atendidas pela OBA, de forma que se tratam de comunidades muito carentes e socialmente fragilizadas, marcadas pela discriminação e exclusão sistemáticas. Por esse motivo, o presente estudo busca considerar

essas questões histórico-culturais em sua análise, observando os possíveis efeitos das ações da OBA de maneira sensível. Como asseveram Ninomiya et al. (2021), o combate à opressão pressupõe compreender as múltiplas formas de discriminação desferidas contra indivíduos que pertencem a grupos minoritários. Isto é, compreender a diversidade dos povos indígenas e sua condição no contexto histórico é crucial para que uma sociedade mais evoluída no âmbito intercultural seja possível (Wittman et al., 2018). Tendo isso em conta, busca-se captar como práticas que visam, em primeira instância, o bem-estar dos animais não humanos que vivem nas aldeias, refletem naqueles contextos sociais vulneráveis, beneficiando-os.

Destaca-se que a OBA, por meio do projeto Mutirão Mata-Fome, atende 10 aldeias indígenas, distribuídas entre quatro municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, a saber: Aldeias Itanhaem, Amâncio, Kuri'Y, Yynn Moroty Wherá e Tekoá Porã, no município de Biguaçu; Aldeia Tava'i, no município de Canelinha; Aldeia Tekoá Vy' A Porã, no município de Major Gercino; e Aldeias Cambirela, Itaty e Pirá Rupá, no município de Palhoça. Conforme dados do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN), essas aldeias compreendem uma população total de 763 indígenas (Bessa, 2020).

Para melhor ilustrar geograficamente, a Figura 7 apresenta o mapa de Santa Catarina contendo as aldeias indígenas atendidas pela OBA:

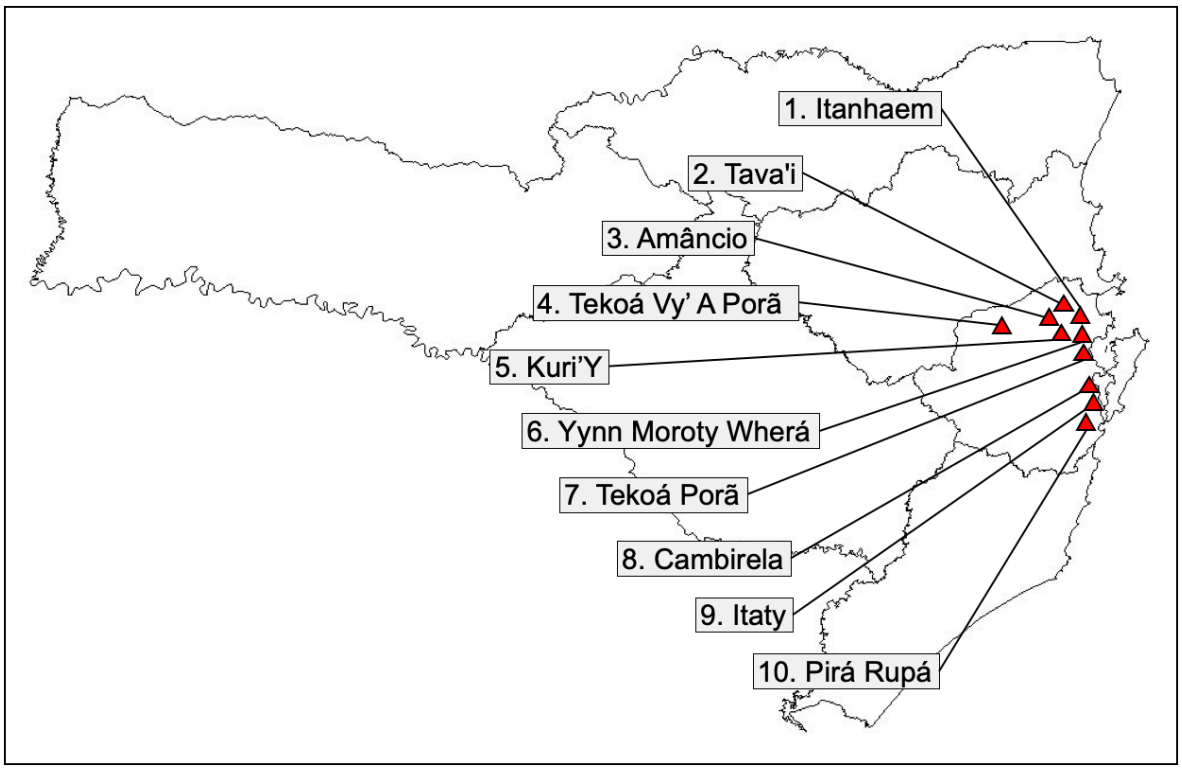

Figura 7. Aldeias atendidas pela OBA em Santa Catarina
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Como já mencionado, essa população de mais de 750 indígenas cuida de cerca de 400 cães e gatos, muitos acolhidos após serem abandonados no entorno das aldeias – esse aspecto pode, em certa medida, conferir uma função social às aldeias, uma vez que, apesar de todas as dificuldades, não negligenciam os animais abandonados. Somam-se, portanto, mais de 1.150 vidas humanas e não humanas em condição de vulnerabilidade impactadas pelas ações socialmente inovadoras da Organização Bem-Animal por meio do projeto Mutirão Mata-Fome.

Em termos de benefícios mútuos, as práticas da Organização Bem-Animal sugerem algumas possibilidades. Sem a pretensão de esgotá-las, alguns desses possíveis benefícios podem ser apontados.

Por exemplo, os cães e gatos que vivem nas aldeias são beneficiados em termos de qualidade de vida, obtendo assistência veterinária (vacinas, castrações que fecham o ciclo de abandono, tratamentos para os frequentes casos de picadas de cobras ou incidentes envolvendo ouriços do mato – em que as bocas e focinhos dos cães ficam cheias de espinho, etc.). Assim, os animais atendidos podem viver mais e melhor. Para além dos cães e gatos das aldeias, os demais seres vivos podem se beneficiar no longo prazo a partir da sensibilização e mudança de mentalidade dos humanos envolvidos no processo. Isto porque, ao incluir os não humanos na comunidade moral e disseminar uma visão de mundo não especista, uma cultura voltada a uma coexistência mais ética e respeitosa é possibilitada, para além dos valores culturais com relação aos animais. No mesmo sentido, crianças indígenas podem internalizar a perspectiva não especista e não instrumental, perpetuando-a ao longo de suas vidas. Em suma, os não humanos podem ser incluídos na comunidade moral.

Os indígenas, inicialmente, podem sentir o acolhimento da sociedade civil organizada, que, dentre as inúmeras demandas sociais, opta por oferecer-lhes assistência. Embora os cuidados prestados não sejam destinados diretamente aos indígenas (como assistência médica, por exemplo), a sensação de exclusão que acomete aquelas comunidades carentes, em certa medida, é minimizada. Outrossim, como já mencionado, a castração de cães e gatos promovida no Mutirão Mata-Fome é uma importante ferramenta para a redução de doenças potencialmente graves transmitidas por animais (zoonoses[13]) nas

[13] Destaca-se, entre as zoonoses transmitidas por cães e gatos aos humanos, doenças como a raiva, a leptospirose, a leishmaniose visceral canina, a brucelose, a febre maculosa brasileira, a toxoplasmose e diversas verminoses. Tais doenças, e tantas outras, podem ser transmitidas aos seres humanos tanto pelo contato direto com o animal infectado, como pelo contato com secreções ou excreções que contaminam a água e o ambiente. Portanto, locais sem saneamento básico e sem manejo ambiental adequado estão mais suscetíveis às zoonoses (Lima et al., 2017; Oliveira-Neto, 2018).

aldeias, o que impacta diretamente na condição sanitária dos indígenas. Além disso, mesmo não sendo uma finalidade da OBA, outras demandas emergenciais das aldeias podem ser comunicadas aos voluntários, de modo que estes podem auxiliar na busca por alguma ajuda, ou mesmo prestá-la. Sobretudo, a mudança de visão de mundo pode beneficiar os indígenas, uma vez que os voluntários e integrantes da OBA se sensibilizem com sua condição – gerada por séculos de opressão, discriminação e exclusão – e passem a melhor compreender seu valor social, respeitando seu modo de vida distinto (originalmente desvinculado da ideia mercantil), cultura e língua. Dessa forma, indivíduos que atuam voluntariamente nas aldeias podem vir a ser, de muitas maneiras, agentes disseminadores de uma perspectiva mais justa em relação aos povos indígenas frente a sociedade.

Por fim, a sociedade civil organizada – neste caso representada pela OBA e voluntários – pode, num primeiro plano, obter benefícios de ordem psicológica. Como indicado no tópico 2.2 (sociedade civil organizada), o trabalho sem motivações econômicas, além de contribuir com o desenvolvimento social, pode proporcionar aos voluntários a autossatisfação e o bem-estar mental (Gil-Lacruz et al., 2020; Han et al., 2020; Faletehan et al., 2021). Contudo, extrapolando o âmbito individual dos voluntários, admite-se que a sensibilização acerca das condições de vida dos povos indígenas e dos animais não humanos pode culminar em benefícios mais amplos. Isto porque o Mutirão Mata-Fome pode promover um processo pedagógico que viabiliza o questionamento ético por parte dos voluntários, culminando na quebra paradigmática em relação aos excessos da mentalidade instrumental/especista/economicista, permitindo uma maior sensibilidade nas relações com o outro (humano ou não humano) e com o planeta.

Entretanto, como já mencionado, não se pretende apresentar as ações da OBA como totalmente “boas em si mesmas”. Sem deixar de lado as possibilidades oferecidas pelo

projeto Mutirão Mata-Fome, destaca-se que suas práticas podem conter certos limites. Pode-se, por exemplo, questionar se os trabalhos realizados nas comunidades indígenas não geram a dependência daquelas comunidades em relação à OBA. Do mesmo modo, é possível pensar que, uma vez que a própria sociedade civil organizada atende às demandas indígenas relacionadas ao bem-estar de seus animais, o poder público pode protelar a criação de políticas públicas que deem conta dessas e outras questões.

Embora possam haver limites, uma possibilidade é que, no longo prazo, as ações da OBA contribuam para uma cultura de preservação da vida digna e do mundo natural, melhorando a condição ambiental no planeta e, assim, potencialmente beneficiando a todos: humanos e não humanos.

3.3.2 Ecopet

Ecopet é uma entidade sem fins lucrativos fundada em abril de 2017 que atua na região metropolitana de Florianópolis (SC). Esta organização da sociedade civil arrecada tampinhas plásticas descartáveis, vende os resíduos para reciclagem e reverte todo dinheiro obtido em castrações de animais de rua e de famílias carentes. As tampas podem ser de tipos e tamanhos variados e não apenas as de garrafa pet, que são mais populares. Desse modo, o projeto arrecada resíduos plásticos como tampas de shampoo, leite, amaciante, sabão líquido, embalagens de remédios etc. (Ecopet, 2023a).

Esta ação social foi inspirada pelo projeto “Engenharia Solidária”, que atua em Caxias do Sul (RS), porém opera de forma distinta. Ambos arrecadam recursos financeiros a partir de materiais recicláveis, mas enquanto o projeto da cidade gaúcha distribui os

recursos para diversas OSC de proteção animal, a Ecopet destina a verba arrecadada exclusivamente à castração animal (Ecopet, 2023a).

A Ecopet, por sua vez, também já inspira outras iniciativas, a exemplo do projeto "Tampatas", fundado em Goiânia (GO) em outubro de 2018. Este projeto atua da mesma forma que a Ecopet, ou seja, consiste em coletar tampinhas de plástico para que sua venda para a reciclagem seja revertida na castração dos animais de rua e/ou de famílias carentes. Desse modo, os projetos Ecopet e Tampatas, além de ajudar na proteção dos animais de rua, protegem o meio ambiente com a retirada de lixo plástico da natureza, dando uma destinação adequada (Vieira & Santana, 2020).

Segundo a Ecopet (2023a), cada castração custa, em média, R$ 90,00 (noventa reais), portanto, para que o referido valor seja arrecadado, faz-se necessária a coleta de cerca de 120 quilos de tampinhas plásticas. Para fins de comparação, essa quantidade de tampinhas possui um volume equivalente ao de um carro popular cheio, de modo que restaria lugar somente para o motorista.

Conforme indica a organização, trata-se de uma ação social que "faz a diferença", pois mobiliza as pessoas, conscientiza-as e demonstra de que não é necessário doar nenhum valor financeiro. Em vez disso, oferece-se a alternativa de recolher tampas plásticas. Desse modo, esta organização da sociedade civil consegue ajudar muitos animais e também o meio ambiente (Ecopet, 2023a).

Vale destaque, empreender ações de conscientização e castração vão ao encontro do que recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta entidade indica que, no longo prazo, a estratégia que mais gera efeitos positivos e eficazes para o controle das populações de rua canina e felina é a educação para a guarda responsável, aliada ao controle da reprodução desses animais por meio da castração (Lima & Luna, 2012).

Para definir os animais que serão beneficiados com a castração, a Ecopet utiliza um sistema de listas com critérios que auxiliam na priorização dos casos. As listas são gerenciadas pelo corpo de voluntários da Ecopet, que é responsável por avaliar a concessão do benefício da castração. O cadastramento dos animais nas listas contém, dentre outros, os dados do responsável, bem como algumas informações a respeito do próprio animal, foto do cão ou gato, além de comprovante de renda da família, caso seja de família carente. Dessa forma, a prioridade inicial é dos animais em situação de rua, especialmente as fêmeas. Esses animais frequentemente ficam com protetores (pessoas que atuam de maneira independente no recolhimento de animais de rua, oferecendo os cuidados necessários e lar temporário) até sua recuperação e adoção (Ecopet, 2023a).

Sendo concedido o benefício pela Ecopet, a dinâmica relacionada às castrações pode ocorrer de duas maneiras distintas. Uma das possibilidades é com os animais sendo levados até as clínicas veterinárias parceiras, que prestam o serviço veterinário (previamente autorizado) financiado pela Ecopet. O outro caminho, por sua vez, ocorre por intermédio dos mutirões de castração, em que uma carreta adaptada para servir como clínica móvel de castração (castramóvel) vai até as comunidades para castrar os animais sob tutela de famílias carentes previamente cadastradas (Ecopet, 2023a).

Por meio dessas iniciativas, de acordo com o levantamento realizado por organizadores da Ecopet, até o mês de maio de 2023, já são 10.134 animais contemplados com a castração e mais de 367 toneladas de plásticos retirados do meio ambiente e aterros sanitários, garantido o destino adequado à reciclagem. Estes dados podem ser observados na Figura 8, que trata da prestação de contas publicada pela Ecopet em mídia social na internet:

Figura 8. Resultados obtidos pela Ecopet
Nota Fonte: Ecopet (2023c)

No momento da realização deste estudo, a Ecopet conta com 42 voluntários, sendo que as ações desenvolvidas por esta organização são de total incumbência dessas pessoas. O projeto também tem o apoio de algumas empresas e escolas, cujas quais servem como pontos de coleta, onde os cidadãos (voluntários da Ecopet ou não) podem entregar as tampas recolhidas. São mais de 550 pontos de arrecadação distribuídos em diversas cidades Catarinenses, como Florianópolis (capital do Estado), São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Penha, Brusque, Itapema, Rancho Queimado, Rio do Sul, e Tubarão (Ecopet, 2023a).

Com o objetivo de ilustrar geograficamente, a Figura 9 apresenta o mapa de Santa Catarina contendo as cidades em que há pontos de coleta de tampas plásticas da Ecopet:

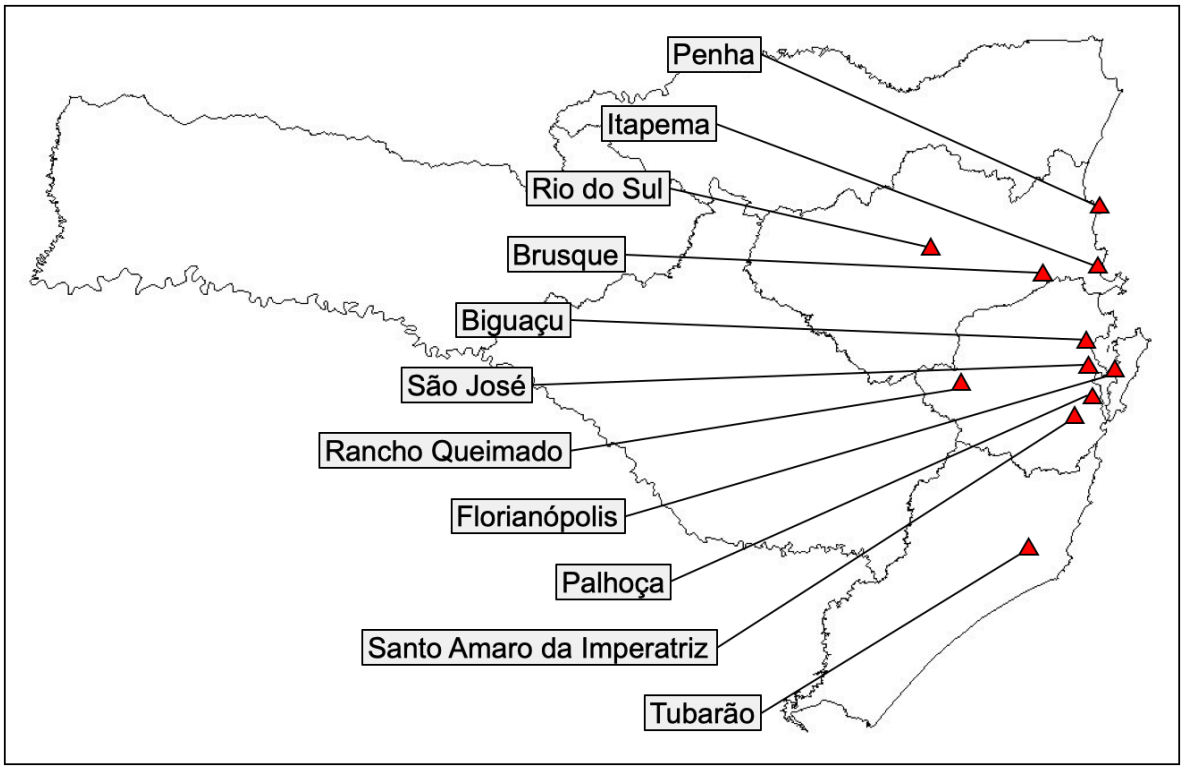

Figura 9. Cidades com pontos de coleta da Ecopet em Santa Catarina
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Vale ressaltar que a análise crítica aqui proposta considera que as ações empreendidas pela Ecopet estão alinhadas aos objetivos delineados neste estudo. Considerando o espectro teórico desta pesquisa, ao optar por atuar no cuidado de animais de rua ou tutelados por famílias de comunidades carentes e, com isto, poder gerar benefícios mútuos a humanos e animais não humanos, as práticas constitutivas da Ecopet parecem ir ao encontro dos preceitos ético-políticos preconizados por Bentham, Rawls e Singer. Nesse sentido, as ações efetivadas pela Ecopet podem ser geradoras de igualdade a partir da equidade, uma vez que não somente contribuem com a preservação do planeta,

mas atendem aos mais necessitados e oferecem acesso a um serviço de castração de qualidade e com segurança, permitindo que os cães e gatos contemplados desfrutem de uma melhor qualidade de vida. Uma vez que a castração reduz a superpopulação de animais de rua, consequentemente a incidência de zoonoses também é mitigada, beneficiando as pessoas. Trata-se, portanto, da possibilidade de melhorar a saúde coletiva, gerando benesses a humanos e animais não humanos.

No que diz respeito a benefícios mútuos, as ações promovidas pela Ecopet permitem pensar em algumas possibilidades. Por exemplo: os cães e gatos que vivem nas ruas ou sob tutela de famílias carentes são beneficiados em termos de qualidade de vida a partir da castração, de modo que passam a viver mais e melhor. Além dos cães e gatos atendidos pelo projeto da Ecopet, os demais seres vivos podem se beneficiar indiretamente a partir da sensibilização e mudança de mentalidade dos atores sociais envolvidos nas ações dessa iniciativa. Isto pois, ao evidenciar a importância da castração para a o bem-estar dos animais de companhia, incluindo-os na comunidade moral, contribui-se para a promoção de uma visão de mundo não especista e para uma cultura de coexistência mais inclusiva e respeitosa. Em outras palavras, é possível que haja uma contribuição para a preservação do planeta e para a melhoria da saúde coletiva.

Os tutores que vivem em comunidades carentes podem, em primeira instância, sentirem-se acolhidos pela sociedade civil organizada, que opta por oferecer-lhes assistência relacionada à qualidade de vida de seus animais domésticos. Desse modo, embora as ações da Ecopet não sejam destinadas diretamente aos tutores, é possível que a sensação de exclusão seja minimizada.

Como já indicado, a castração de cães e gatos promovida pela Ecopet é uma ação que contribui para a redução de zoonoses, o que impacta diretamente na condição sanitária

das localidades. Ademais, mesmo não sendo uma finalidade da Ecopet, outras demandas emergenciais das pessoas que vivem nas comunidades podem ser percebidas pelos voluntários, de modo que estes podem auxiliar na busca por alguma ajuda, ou mesmo prestá-la.

Por fim, a ação altruísta dos voluntários pode levar a benefícios de ordem psicológica. Conforme apontado no tópico 2.2 (sociedade civil organizada), o trabalho exercido sem motivações econômicas, além de contribuir com o desenvolvimento social, pode proporcionar aos voluntários a autossatisfação e o bem-estar mental (Gil-Lacruz et al., 2020; Han et al., 2020; Faletehan et al., 2021).

Outrossim, admite-se que a sensibilização em relação aos animais não humanos e às condições pelas famílias que vivem em comunidades carentes pode gerar benefícios mais abrangentes. Mais especificamente, sugere-se que a iniciativa da Ecopet pode promover um processo pedagógico que viabiliza o questionamento ético por parte dos voluntários, levando à quebra paradigmática em relação aos excessos da mentalidade instrumental/especista/economicista e, assim, contribuindo com uma maior sensibilidade nas relações com o outro (seja humano ou não humano) e com o meio ambiente – especialmente no que tange à conscientização sobre a importância da reciclagem de lixo e à preservação da vida de modo integral.

Como dito, não é pretensão desta pesquisa apresentar a Ecopet como uma organização que promove ações boas em si mesmas. Nesse sentido, sem desprezar suas potencialidades, destaca-se essa iniciativa pode ter limites. Uma indagação possível se refere à falta de políticas públicas que efetivamente deem conta do controle populacional de animais nas ruas, e de políticas educacionais que conscientizem os cidadãos acerca da guarda responsável de animais domésticos. Não estaria o poder público protelando as

discussões sobre esses temas pelo fato de organizações como a Ecopet atuarem em seu lugar?

Apesar de possíveis limites, ressalta-se a possibilidade de o projeto da Ecopet, por meio de ações que contribuem com a conscientização da população acerca da importância da manutenção do bem-estar animal e da reciclagem, gerar subsídios para uma mudança de visão de mundo, mais voltada ao consumo consciente e a uma relação mais empática e sustentável com todas as formas de vida e com o meio ambiente.

3.4 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

Para atender aos objetivos delineados neste trabalho, os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Segue-se com o detalhamento de cada uma das referidas técnicas de coleta de dados.

Inicialmente, foram coletados dados secundários por meio de pesquisa documental. Esses dados incluíram documentos das instituições, além de fotos, vídeos e outras mídias digitais como, por exemplo, publicações em redes sociais. Documentos dessa natureza são comumente usados em pesquisas com foco em instituições, e podem ser submetidos à análise pelo investigador. Do mesmo modo, podem ser usados como fontes de evidência em si mesmos. No entanto, é importante lembrar que todos os documentos, mesmo os registros oficiais, não contêm verdades absolutas. Deve-se considerar os documentos em seu contexto, levando em consideração quem os escreveu e com que finalidade (Saldanha & O'Brien, 2014). Ressalta-se que, a partir dos dados secundários, buscou-se atender ao primeiro objetivo específico, que é descrever as ações promovidas pela Organização Bem-Animal e pela Ecopet.

Em seguida, empreendeu-se a coleta de dados primários. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, de forma presencial e por meio de chamadas de vídeo (utilizando aplicativos de mensagens instantâneas), junto a gestores e voluntários envolvidos nas ações promovidas pelas organizações que constituem o objeto desta pesquisa.

Entrevistas semiestruturadas são comumente utilizadas em estudos de caso. As perguntas variam em algum grau, os entrevistados têm alguma ou muita liberdade para respondê-las. Tende-se a usar um cronograma de entrevista, mas há mais flexibilidade para variar a ordem em que as perguntas são feitas, bem como para introduzir novas questões (Saldanha & O'Brien, 2014).

A liberdade de expressão permitida aos participantes em entrevistas semiestruturadas pode resultar em citações interessantes para conectar o referencial teórico e os dados empíricos, quando combinadas de forma adequada. Idealmente, essas entrevistas devem permitir que os participantes falem por si próprios, de modo que o pesquisador atua como um editor, selecionando as partes mais relevantes. Dessa maneira, desloca-se o equilíbrio de poder do investigador para o participante da pesquisa, permitindo a construção conjunta do conhecimento. Como resultado, os participantes podem se sentir fortalecidos pelo papel que estão assumindo e mudar seu comportamento de acordo (Saldaña, 2011; Saldanha & O'Brien, 2014).

Destaca-se que a finalidade das entrevistas semiestruturadas foi, sobretudo, atender ao segundo, terceiro e quarto objetivos específicos (analisar como as práticas promovidas pela OBA e pela Ecopet podem se conectar com as inovações sociais; analisar como essas ações podem se materializar em práticas de igualdade e equidade; e analisar como as

práticas constitutivas das organizações estudadas podem gerar inovações sociais como benefícios mútuos a humanos e animais não humanos).

Assim, foram aplicadas 30 entrevistas semiestruturadas com gestores e voluntários das instituições investigadas, sendo 7 relacionadas ao Mutirão Mata-Fome e outras 23 referentes à Ecopet. Justifica-se a discrepância entre o número de entrevistas concedidas por cada organização pelo seguinte motivo: no momento da coleta de dados, enquanto a Ecopet possuía um total de 42 membros, a OBA, embora atenda uma grande quantidade de pessoas e animais nas aldeias indígenas, obtinha um total de 7 colaboradores. Sugere-se que isso reflete, em certa medida, uma diferença na disposição exigida das pessoas para que cada ação seja efetivada. Ou seja, mesmo que ambas as organizações realizem trabalhos sociais relevantes, tanto o acesso geográfico às aldeias indígenas quanto a dura realidade na qual estão inseridas (características enfrentadas no Mutirão Mata-Fome) parecem exigir um maior esforço físico e psicológico – se comparado às ações da Ecopet, o qual poucas pessoas estão dispostas a realizar integralmente.

As entrevistas foram aplicadas até o momento em que as informações nas falas dos participantes passaram a se repetir e não contribuir com novos subsídios empíricos, caracterizando o ponto de saturação teórica (Strauss & Corbin, 2008). As entrevistas não possuíram limite de tempo pré-definido, contudo, tiveram uma duração média de aproximadamente 26 minutos cada. Além disso, as conversas foram gravadas para posterior transcrição, o que gerou um total de 783 minutos (pouco mais de 13 horas) de áudio. Destaca-se, por fim, que os roteiros das entrevistas foram desenvolvidos pelo pesquisador com a colaboração do orientador e encontram-se nos apêndices A e B.

Como indicado, os dados primários também foram obtidos por meio de observação participante, com a atuação voluntária do pesquisador junto às organizações investigadas. A

observação participante é um método cujo objetivo é capturar as ações, reações e interações naturalísticas das pessoas e inferir suas formas de pensar e sentir. A documentação escrita desses processos humanos, tradicionalmente rotulados como notas de campo, é feita por um longo período de tempo para garantir que estejamos presentes para testemunhar os eventos típicos e os ocasionalmente extraordinários que compõem a vida humana. Deve-se reconhecer que não é possível documentar tudo o que acontece em um ambiente social, independentemente do tempo gasto no campo. Portanto, dá-se um foco seletivo com base nos objetivos da pesquisa (Saldaña, 2011).

Esse instrumento, por sua vez, de coleta auxiliou no atendimento do segundo, terceiro e quarto objetivos específicos. É importante ressaltar que, embora o pesquisador tenha participado das ações de ambas as instituições aqui investigadas, a coleta de dados por meio de observação participante ocorreu somente em relação à Ecopet. Isto porque as práticas da OBA ocorrem dentro de terras indígenas, e a coleta de dados nesses territórios é condicionada à autorização prévia da FUNAI. Assim, encaminhou-se a documentação necessária junto ao órgão competente, contudo, a autorização não foi emitida em tempo hábil para a execução desta pesquisa.

É importante lembrar que existem códigos morais e legais em vigor a respeito do tratamento ético e cuidado de pessoas envolvidas nas pesquisas. Dependendo da afiliação com universidades, organizações e/ou agências governamentais, as propostas de estudo estão sujeitas à revisão por conselhos estabelecidos que supervisionam tais questões para garantir o design seguro e a conduta ética de seu trabalho, especialmente com crianças e outras populações vulneráveis, indígenas ou pessoas em situação de rua. Assim, os pesquisadores precisam de uma sintonização intensificada durante todos os estágios do trabalho para garantir que nenhum dano e desconforto mínimo aconteça a ninguém

(Saldaña, 2011). Nesse sentido, destaca-se que, a fim de validar formalmente esta investigação, o presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unisul, sendo devidamente aprovado sob o CAAE (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética) nº 65639622.4.0000.0261.

Conforme indicam Saldanha e O'Brien (2014), o consentimento informado é um dos princípios básicos em trabalhos elaboradas com ética. É responsabilidade do pesquisador garantir que os participantes entendam plenamente o que estão consentindo em participar. Nesse sentido, foi apresentado aos participantes um formulário denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com informações, em linguagem simples, sobre a natureza e objetivos desta pesquisa, solicitando-lhes que assinem e datem o formulário. O TCLE (disponível no apêndice C) afirma quem está conduzindo a investigação e fornece o nome e dados completos de contato do orientador acadêmico. Quaisquer riscos e/ou benefícios potenciais para o participante também são descritos, bem como declara-se que a participação é voluntária e que os participantes poderão desistir a qualquer momento, sem qualquer repercussão. Do mesmo modo, o TCLE destaca que os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir do interesse do participante. Ademais, é detalhado como os dados serão gerenciados: se serão anônimos, como isso será garantido, onde os dados serão armazenados e como serão protegidos, quem terá acesso a eles e por quanto tempo será mantido em registro. Portanto, foi solicitado que os participantes confirmassem a leitura e a completa compreensão da declaração, bem como foi solicitada a permissão para que os áudios fossem gravados. Além disso, foi oferecida a oportunidade para fazerem perguntas e sanarem quaisquer dúvidas. O formulário original será mantido em arquivo pelo pesquisador, e foram entregues cópias assinadas do TCLE aos participantes.

Conforme previsto no TCLE, este estudo buscou não revelar as identidades dos entrevistados, de modo que foram utilizados códigos para preservar seu anonimato. Assim, as duas gestoras da OBA são citadas como OBAM01 e OBAM02, enquanto os cinco voluntários são identificados como OBAV01, OBAV02, OBAV03, OBAV04 e OBAV05. Seguindo a mesma lógica, os dois membros da gestão da Ecopet são citados como ECOM01 e ECOM02, enquanto os voluntários da organização são mencionados como ECOV01, ECOV02, ECOV03, ECOV04, ECOV05, ECOV06, ECOV07, ECOV08, ECOV09, ECOV10, ECOV11, ECOV12, ECOV13, ECOV14, ECOV15, ECOV16, ECOV17, ECOV18, ECOV19, ECOV20 e ECOV21.

Com o intuito de assinalar as relações entre as questões aplicadas no roteiro de entrevista semiestruturada e a estrutura teórica deste estudo – que envolvem os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade (Bentham, Rawls e Singer) e a inovação social (inovatividade, motivação social, construção coletiva e potencial transformador), destaca-se a Figura 10:

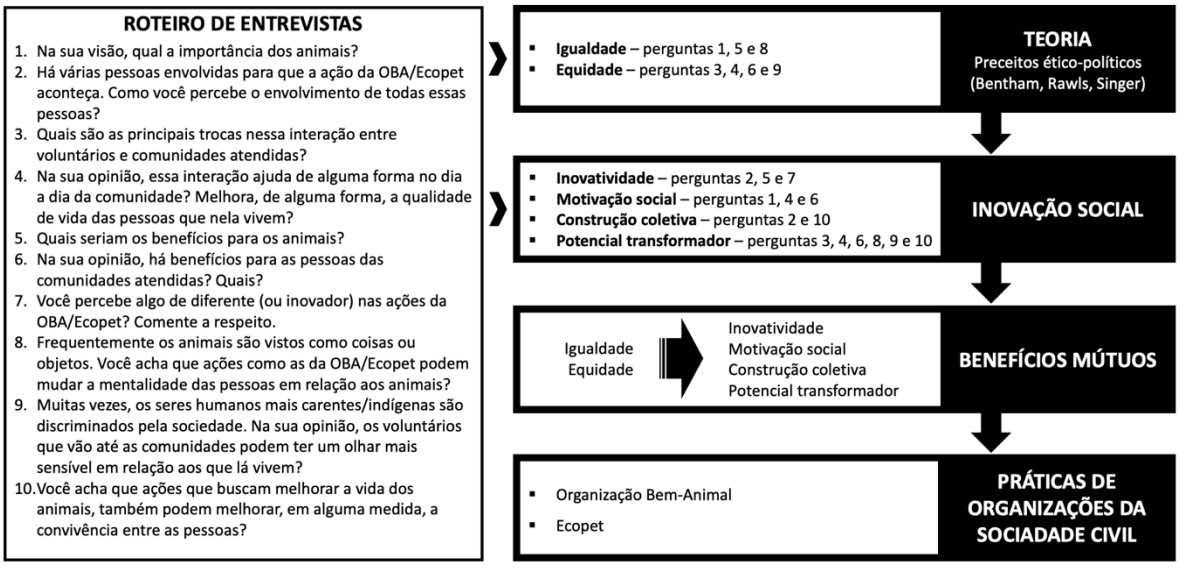

Figura 10. Relação entre roteiro de entrevista e estrutura teórica da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Destaca-se, por fim, que os protocolos de segurança em relação à pandemia de Covid-19 foram observados, com o objetivo de preservar a segurança sanitária de todos os participantes da pesquisa. Na prática, as entrevistas presenciais foram realizadas em ambientes abertos, onde manteve-se o distanciamento adequado, além da utilização de máscaras de proteção e álcool gel para higienização das mãos. A aquisição e custeio dos referidos materiais foram de responsabilidade do pesquisador.

3.5 Técnica de Análise dos Dados

Uma vez finalizada a etapa de coleta de dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016), a fim de explorá-los. A aplicação desse método de análise de dados consiste em três etapas, a saber: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Na pré-análise, foi organizado todo o material obtido por meio da pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante, com vistas a avaliar o que tem relevância para a investigação, sempre levando em conta os objetivos do estudo. O primeiro contato com o material foi por meio de uma "leitura flutuante", em que o pesquisador começou a ter conhecimento acerca dos documentos, entrevistas e anotações de campo. Em seguida, foram elencados os documentos que constituíram o *corpus* de análise, em que deveriam ser excluídos os materiais que não contribuiriam para a investigação (por exemplo: uma entrevista com áudio ininteligível). Observa-se que, neste caso, nenhum material foi descartado. Vale lembrar que, conforme orienta Bardin (2016), a

escolha dos dados a serem analisados obedeceu aos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. A partir da constituição do *corpus*, foram formulados os postulados[14] e objetivos da análise. Por fim, os áudios das entrevistas foram transcritos para meio eletrônico, o que gerou arquivos de texto que somaram 100.888 palavras.

Na fase de exploração do material, os dados foram codificados e categorizados, em que o pesquisador utilizou um software de planilha eletrônica. Os textos dos documentos, entrevistas e notas de campo foram recortados em unidades de registro (unidade a se codificar, podendo ser um tema, palavra ou frase) que, agrupadas tematicamente, culminaram em uma categorização inicial. Como indicado no referencial teórico (vide Figura 6), foram criadas categorias analíticas *a priori*, as quais forneceram indicativos para a categorização dos dados. Destaca-se que, embora fosse possível que o processo de codificação demandasse a elaboração de categorias *a posteriori*, isto não ocorreu na presente pesquisa (Bardin, 2016).

Na fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, foi empreendido o processo inferencial que buscou, alinhado ao objetivo do estudo, compreender o sentido das falas dos entrevistados, suas congruências e divergências em relação às anotações de campo, bem como as relações entre dados secundários e primários. Em outras palavras, o objetivo foi captar os conteúdos explícitos e implícitos de todo o material coletado (documentos, entrevistas e observação) e, assim, obter indícios para responder à pergunta de pesquisa (Bardin, 2016).

14 Bardin (2016) utiliza o termo “hipótese” tanto para pesquisas quantitativas quanto qualitativas.

Por fim, para assegurar que os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa estejam baseados na autenticidade, plausibilidade, criticabilidade e reflexibilidade, destaca-se que este estudo adota os critérios sugeridos por Pozzebon (2004). Desse modo, foi possível evitar que as inferências apresentadas caiam em mero subjetivismo.

A fim de apresentar um quadro de referência contendo os critérios de validação utilizados nesta investigação, destaca-se a Figura 11:

Critérios de Validação	**Descrição**	**Procedimentos**
Autenticidade	Fidedignidade do pesquisador com o resultado de sua presença no campo de pesquisa.	Foram apresentadas diversas referências personalizadas aos dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas; a interação com os atores foi realizada em momentos separados no tempo, o que permitiu um aprofundamento das questões e do processo de interpretação.
Plausibilidade	Habilidade do texto de se conectar com a visão de mundo do leitor.	O texto busca comunicar o processo de reflexão e investigação realizados por meio de quadros e figuras que expressem o esforço de síntese; oferece uma visão ampliada da literatura para subsidiar os conceitos e afirmações propostas; e busca identificar e superar as lacunas encontradas na literatura, de modo a propor contribuições teóricas e práticas.
Criticidade	Capacidade de organizar o texto de forma que o leitor reflita criticamente em relação ao fenômeno estudado.	Foram realizadas amplas discussões a fim de promover a reflexão crítica acerca de inovações sociais geradas por duas organizações da sociedade civil a partir de práticas de igualdade e equidade, de modo a superar a mentalidade instrumental/especista/economicista. A pesquisa oferece alternativas para a mentalidade dominante e propõe caminhos para que uma tratativa mais ética e equânime aos humanos e animais não humanos vulneráveis seja viável.
Reflexividade	Reflexão do pesquisador na produção do texto e no	Esta pesquisa busca fugir dos padrões instituídos de investigação, de modo a manifestar, por exemplo, a

	uso da linguagem utilizada; revela consciência e ambiguidade da linguagem.	viabilidade da inovação social a partir de práticas de igualdade e equidade. As opções teóricas e pontos de vista do pesquisador são evidenciados por meio de uma abordagem que revela seu papel pessoal e seus vieses e premissas.

Figura 11. Protocolo de pesquisa
Nota Fonte: Adaptado de Pozzebon (2004)

3.6 Critérios de Inclusão e Exclusão dos Participantes da Pesquisa

Para executar a coleta de dados em campo, alguns critérios são necessários para decidir quais participantes são ou não adequados para tal. Esse processo de seleção, por sua vez, leva em conta os objetivos do estudo aqui proposto, bem como os aspectos relacionados à ética na pesquisa. Com o objetivo de elucidar de forma detalhada como se deu o processo de seleção dos indivíduos elegíveis para participarem da coleta de dados de campo aqui empreendida, destacam-se os critérios de inclusão e exclusão.

Dessa maneira, a partir da apresentação do TCLE e do esclarecimento de todos os detalhes contidos no documento, os indivíduos que concordaram em participar da pesquisa foram considerados elegíveis caso atendessem a todos os seguintes critérios de inclusão:

a) Ser maior de idade, com pelo menos dezoito anos de vida completados até a data da pesquisa;
b) Ser membro, voluntário ou beneficiário de uma das organizações que constituem o objeto deste estudo (Organização Bem-Animal ou Ecopet Tampas).

Por outro lado, destaca-se que, mesmo estando de acordo com todos os termos contidos no TCLE, os indivíduos foram considerados inaptos a participarem da pesquisa caso atendessem a um ou mais dos seguintes critérios de exclusão:

a) Ser menor de idade, com menos de dezoito anos de vida completados até a data da pesquisa;
b) Pertencer a uma etnia indígena;
c) Encontrar-se em território indígena.

Uma vez esclarecidos os critérios de inclusão e exclusão relacionados aos participantes da presente investigação, destaca-se o próximo tópico para apresentar o desenho de pesquisa.

3.7 Design da Pesquisa

A partir das descrições do delineamento, contexto, técnicas e instrumentos de coleta de dados e técnica de análise de dados, destaca-se o *design* (desenho) do presente trabalho. O objetivo da apresentação do desenho da pesquisa é indicar a sequência lógica dos processos desta investigação.

O percurso foi iniciado com a identificação do problema de pesquisa a partir de uma revisão sistemática da literatura, que analisou estudos recentes a fim de detectar um *gap*, uma lacuna que necessita de maior escrutínio científico. A partir da pergunta de pesquisa, foram traçados os objetivos geral e específicos. O segundo passo foi montar a estrutura teórico-conceitual que deu suporte epistemológico à investigação. Isto é, os resultados do estudo se constituíram de inferências que conectam a teoria e os dados empíricos coletados. Como meio de organizar essas conexões, categorias analíticas *a priori* foram elencadas a partir da estrutura conceitual teórica.

Na sequência, planejou-se o estudo, ou seja, definiu-se de que forma e onde a etapa empírica seria empreendida. Para isso, a pesquisa foi metodologicamente delineada e as

duas organizações que constituem o objeto de investigação (OBA e Ecopet) foram elencadas, indicando onde os dados empíricos seriam coletados. Em seguida, as especificidades acerca da coleta de dados foram definidas, constituindo-se a partir da escolha das técnicas e instrumento a serem utilizados, bem como o protocolo de coleta.

Segue-se com o detalhamento da análise dos dados coletados. Inicialmente, definiu-se como se daria o tratamento dos dados e qual técnica seria utilizada para tal. A partir do tratamento dos dados angariados, que incluiu sua codificação e categorização (norteadas pelas categorias analíticas *a priori*), foi realizado o processo inferencial. Como indicado, as inferências visam apontar conexões entre os dados obtidos e a estrutura teórico-conceitual da investigação. Ao final do estudo, buscou-se responder à pergunta de pesquisa a partir dos resultados obtidos no processo inferencial. Outrossim, considerando que este trabalho busca oferecer uma perspectiva crítica em relação a um problema em vez de uma resposta definitiva, as limitações da pesquisa foram destacadas. Por fim, visando a construção do conhecimento, proposições para estudos futuros foram sinalizadas.

A fim de sintetizar o desenho de pesquisa, destaca-se a Figura 12:

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	Revisão da literatura	• Representatividade científica do tema. • Identificação da lacuna teórica. • Pergunta de pesquisa: como práticas de igualdade e equidade promovidas por organizações da sociedade civil podem gerar inovações sociais?
	Definição dos objetivos	• Geral: compreender como práticas de igualdade e equidade promovidas por organizações da sociedade civil podem gerar inovações sociais. • Específicos: (a) descrever as ações promovidas pela Organização Bem-Animal e pela Ecopet; (b) analisar como essas práticas podem se conectar com as inovações sociais; (c) analisar como as ações promovidas pela OBA e pela Ecopet podem se materializar em práticas de igualdade e equidade; e (d) analisar como as práticas constitutivas das organizações estudadas podem

		gerar inovações sociais como benefícios mútuos a humanos e animais não humanos
ESTRUTURA CONCEITUAL TEÓRICA	Referencial teórico	• Dimensões da inovação social. • Sociedade civil organizada. • Preceitos ético-políticos de igualdade e equidade. • Comunidade moral inclusiva: benefícios mútuos.
	Categorias analíticas *a priori*	• Inovação social: quatro aspectos primordiais da IS (inovatividade; motivação social; construção coletiva; e potencial transformador para a sociedade). • Preceitos ético-políticos de igualdade e equidade: maximização o prazer ou felicidade e minimização a dor ou sofrimento; promoção da equidade a partir de princípios que visam a liberdade e a igualdade de oportunidades; consideração dos interesses de todos os afetados por determinada ação. • Mutualismo: benefícios mútuos na relação humano-animal.
PLANEJAMENTO DO ESTUDO	Delineamento metodológico	• Posicionamento epistemológico interpretativista. • Abordagem qualitativa. • Enfoque descritivo e explicativo. • Lógicas indutiva e dedutiva. • Estudo de caso múltiplo. • Horizonte transversal.
	Escolha do objeto de pesquisa	• Organização Bem-Animal. • Ecopet.
	Escolha dos meios de coleta de dados	• Pesquisa documental. • Entrevistas semiestruturadas. • Observação participante.
COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	Protocolo para coleta de dados	• Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. • Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. • Protocolos de segurança sanitária. • Identificação do ponto de saturação teórica dos dados.
	Tratamento dos dados	• Técnica de análise de conteúdo: leitura flutuante; constituição do *corpus* de análise; formulação dos postulados da análise; transcrição do material; codificação e categorização; possível elaboração de categorias analíticas *a posteriori*.
	Inferências	• Interpretação dos sentidos implícitos e explícitos dos dados. • Relações entre dados primários e secundários. • Critérios de validação: autenticidade; plausibilidade; criticabilidade; reflexibilidade.
RESPOSTA AO PROBLEMA DE PESQUISA	Resultados	• Achados a partir do processo inferencial.
	Limitações	• Exposição das fragilidades teóricas e empíricas.
	Sugestões para estudos futuros	• Identificação de possíveis abordagens para o avanço da pesquisa acerca do tema.

Figura 12. *Design* da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

4 Apresentação e Análise de Dados

Este capítulo apresenta os dados obtidos na coleta de campo por meio de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Discutem-se, a partir de análises aprofundadas, os principais aspectos que vinculam as ações do projeto Mutirão Mata-Fome da OBA e da Ecopet às inovações sociais (quatro aspectos primordiais) e aos preceitos ético-políticos de igualdade e equidade (Bentham, Rawls e Singer). Por fim, são apresentados alguns dos possíveis benefícios mútuos gerados pelas práticas dos dois objetos de pesquisa.

Assim, o presente capítulo encontra-se dividido em dois tópicos, sendo que cada um aborda os aspectos relacionados a uma organização, iniciando pela OBA e finalizando com a Ecopet. Com vistas a uma melhor organização do conteúdo aqui apresentado, cada tópico está dividido em subtópicos, cujos buscam analisar um determinado grupo de categorias analíticas, de modo que se inicia com os aspectos relacionados às inovações sociais. Em seguida, analisa-se as características que vinculam as práticas das organizações aos preceitos ético-políticos de igualdade e equidade e, por fim, discutem-se alguns dos benefícios mútuos que decorrem dessas ações de organizações da sociedade civil.

Contudo, destaca-se que os relatos apresentados em cada subtópico podem também estar relacionados a categorias de outros grupos. Assim, no decorrer do texto, buscar-se-ia analisar as falas dos participantes da pesquisa para além do grupo de categorias ao qual o tópico se destina. Por exemplo, o subtópico que aborda os aspectos da inovação social, embora focado nesta discussão, poderá indicar, nos relatos, a presença (explícita ou

implícita) de categorias relacionadas às práticas de igualdade e equidade, bem como benefícios mútuos na relação humano-animal, entre outros aspectos.

4.1 Análise dos dados relacionados ao projeto Mutirão Mata-Fome da Organização Bem-Animal

Este tópico analisa os dados empíricos relacionados ao projeto Mutirão Mata-Fome da OBA, obtidos em campo por meio de pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Deste modo, a análise é dividida em três subtópicos que discutem respectivamente: os aspectos que relacionam as ações da OBA às inovações sociais; as características que vinculam as práticas dessa organização aos preceitos ético-políticos de igualdade e equidade; e alguns dos benefícios mútuos que decorrem dessas ações sociais.

4.1.1 Conexões entre as práticas da Organização Bem-Animal e as inovações sociais

No capítulo de fundamentação teórica deste estudo, sugeriu-se que a inovação social possui quatro aspectos primordiais, a saber: inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970), motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008), construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010) e potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016). Desse modo, o presente subtópico abordará cada um desses aspectos, a fim de indicar conexões entre as inovações sociais e as práticas constitutivas da OBA por meio do projeto Mutirão Mata-Fome.

Em relação à "inovatividade", inicia-se destacando os relatos das gestoras da organização: "A OBA trabalha com dois conceitos fundamentais: família multiespécie[15] e saúde única[16]" (OBAM02). O primeiro conceito amplia a noção de família para além dos membros dos humanos, isto é, entende-se que "os animais de companhia fazem parte da família multiespécie" (OBAM02). A saúde única, por sua vez, "é um conceito construído pela ONU, que diz que a saúde das pessoas está diretamente ligada à saúde dos animais (sejam eles de produção ou de companhia) e à saúde do meio ambiente" (OBAM02). OBAM01 aponta que "dessa forma, todos ganham". Observa-se, portanto, que o Mutirão Mata-Fome da OBA exibe uma certa "inovatividade" ao justificar suas práticas a partir de conceitos hodiernos não especistas, vinculando-se à inovação social. Em outras palavras, a OBA inova porque, por um lado, entende que os animais fazem parte das famílias humanas, não sendo somente um apêndice no núcleo familiar; por outro lado, compreende que a saúde de humanos e animais não humanos está interligada, isto é, ao cuidar da saúde dos animais que vivem nas aldeias, a OBA está também cuidando da saúde dos próprios indígenas.

As ideias de família multiespécie e saúde única, trazidas pelas gestoras da OBA, também apontam para outros aspectos da inovação social, a exemplo da "motivação social". Isto porque, a partir desses conceitos, o Mutirão Mata-Fome entende que a questão dos animais não humanos tem implicações no bem-estar social (familiar e ambiental).

---

[15] Segundo a Câmara dos Deputados do Brasil, a Família Multiespécie pode ser entendida como "aquela formada pelo núcleo familiar humano em convivência compartilhada com seus animais" (Agência Câmara de Notícias, 2023).

[16] De acordo com o Ministério da Saúde (2023), a Saúde Única é uma "abordagem global multisetorial, transdisciplinar, transcultural, integrada e unificadora que visa equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde de pessoas, animais e ecossistemas. Reconhece que a saúde de humanos, animais domésticos e selvagens, plantas e o meio ambiente (incluindo ecossistemas) estão intimamente ligados e são interdependentes".

Os relatos também indicam um “potencial socialmente transformador” (característica fundamental da inovação social) contido nas ações da OBA, pois a noção de família multiespécie pode fomentar um sentimento de coletividade entre humanos e demais espécies e, a partir do conceito de saúde única, é possível contribuir para uma mudança prática na preservação da saúde dos animais, das pessoas e do meio ambiente.

Além disso, a OBA pode não apenas melhorar a saúde física dos animais, mas também promover o bem-estar emocional e o fortalecimento dos laços sociais entre humanos, animais não humanos e meio ambiente. Ressalta-se que o comprometimento em trabalhar em prol do bem-estar geral e do desenvolvimento sustentável da sociedade a partir de conceitos como família multiespécie e saúde única, pressupõe uma mentalidade organizacional que supera a visão instrumental e especista.

Isso sugere, ainda, que o projeto Mutirão Mata-Fome contribui para o desenvolvimento de uma relação de mutualismo entre humanos e animais não humanos, promovendo o bem-estar para ambos e para o meio ambiente. Ao abarcar os conceitos de família multiespécie e saúde única, a OBA oferece uma perspectiva inovadora e coletivista para a promoção do bem-estar tanto da população indígena quanto dos animais não humanos que vivem nas aldeias.

Dito isto, destaca-se outro ponto inovador levantado pelos participantes da pesquisa: o atendimento a animais em comunidades indígenas até então negligenciadas. Nesse sentido, OBAV01 afirma que o Mutirão Mata-Fome “é inovador por dar assistência para uma comunidade que muitas vezes é negligenciada na sociedade”. OBAV02 assevera que “ninguém tinha pego e assumido de frente esse B.O.”, e OBAV05 afirma que o projeto “atende um grupo (...) com poucas condições de zelar integralmente pelo bem-estar dos cachorros”. Corroborando com os referidos relatos, dirá OBAV03:

> Eu acho que o inovador seja isso, o fato de ir lá na aldeia (...). É se dispor e ir até lá na aldeia, lá no meio do mato, entrar numa comunidade que é diferente da que você convive, com modos diferentes, visões diferentes da vida, né? (...) Então acho que o diferencial é isso, (...) principalmente pela grande quantidade de animais que tem nessas aldeias.

Os relatos de OBAV01, OBAV02, OBAV05 e OBAV03 indicam que a "inovatividade" da OBA reside no fato de concentrar seus esforços em uma demanda antes não atendida. Assim, o Mutirão Mata-Fome não somente proporciona uma melhor qualidade de vida aos cães e gatos vulneráveis, mas oferece às comunidades indígenas uma oportunidade de, em algum grau, pertencerem à sociedade. Em outras palavras, promove (gratuitamente e com qualidade) ações de proteção e cuidado com animais vulneráveis em aldeias indígenas e ainda contribui, em certa medida, para a inclusão social. Nesse sentido, o projeto contém uma abordagem socialmente inovadora, prestando serviços a comunidades indígenas negligenciadas.

Para dar conta de alimentar os mais de 500 animais que vivem nas aldeias atendidas pelo Mutirão Mata-Fome, são utilizados mensalmente cerca de 1.300 quilos de ração (OBAM01). Segundo a Organização Bem-Animal (2023d), um saco de ração premium de 15Kg para cachorros custa em torno de R$ 78,00, enquanto que um saco de 10Kg de ração premium para gatos custa R$ 114,00. Sendo assim, o custo médio por quilo de ração é de R$ 5,20 para cachorros e de R$ 11,40 para gatos.

Se, hipoteticamente, houvesse apenas cachorros nas aldeias (o que não é verdade), o custo mensal da OBA com ração seria de R$ 6.760,00. Contudo, considerando que também há muitos gatos e que o preço médio do quilo de ração para felinos é mais do que o dobro que a ração para cachorros, pode-se concluir que o custo mensal do projeto apenas com

ração pode ser bem maior. Sublinha-se o fato de o projeto da OBA oferecer alimento de qualidade (premium) aos cães e gatos das aldeias, o que indica o cuidado e o comprometimento do projeto com a saúde de longo prazo e com a qualidade de vida daqueles animais.

Depreende-se disso que o custo apenas para alimentar adequadamente os animais que vivem nas aldeias não é desprezível, podendo ser inacessível para os indígenas aldeados – que já vivem em condições muito precárias. Somente a aldeia Itaty, por exemplo, possui cerca de 160 cães e gatos (Organização Bem-Animal, 2023e), o que pode representar um custo mensal de mais de R$ 2.000,00 somente com ração. Além disso, deve-se considerar que os animais das aldeias atendidas pela OBA também podem demandar custos adicionais com medicamentos, vacinas, cirurgias, internações etc.

No caso dos cachorros, por exemplo, somente duas das principais vacinas (V8 e Antirrábica) que devem ser aplicadas para garantir sua saúde (e consequentemente a saúde da aldeia) já têm potencial para representar um custo significativo para o projeto da OBA. A vacina V8 (óctupla) protege contra Cinomose, Parvovirose Canina, Parainfluenza, Coronavirose, Adenovirose 2, Hepatite Infecciosa Canina e duas cepas de Leptospirose canina. Esta vacina deve ser aplicada em três doses mais um reforço anual, e custa entre R$ 60,00 e R$ 90,00 por dose. A vacina Antirrábica, por sua vez, protege contra a Raiva canina – infecção viral que pode ser transmitida também para humanos, devendo ser aplicada anualmente e custando entre R$ 60,00 e R$ 80,00 por dose (Doglife, 2023a).

Os felinos, tal qual ocorre com os cães, também devem ser imunizados por meio de duas principais vacinas, a saber: V3 (polivalente) e Antirrábica. A vacina V3 protege contra Panleucopenia (causada pelo mesmo vírus que a Parvovirose Canina), Calicivirose Felina e Rinotraqueíte Viral Felina. A vacina Antirrábica, como já indicado, protege contra a Raiva.

Do mesmo modo que as vacinas caninas, a proteção aos felinos deve ser reforçada anualmente, sendo que cada dose pode custar de R$ 60,00 a R$ 250,00, dependendo da clínica veterinária (Doglife, 2023b).

Desse modo, considerando os mais de 500 animais que vivem nas aldeias atendidas pelo Mutirão Mata-Fome, o custo anual mínimo com vacinas (levando em conta que cada uma das duas vacinas custe o menor valor, ou seja, R$ 120,00 por animal) é de R$ 60.000,00, isto é, uma média de R$ 5.000,00 por mês.

Há ainda cirurgias ortopédicas, por exemplo, que podem custar R$ 2.500,00, como indicado pela Organização Bem-Animal (2023h). Em alguns casos, os animais precisam ficar internados por muitos dias, o que acarreta em custos ainda mais altos para a OBA. Em uma situação de atropelamento em que um cachorro da aldeia indígena Itaty ficou paraplégico, por exemplo, além da internação clínica de 33 dias, houve a necessidade de cuidados especializados de uma cuidadora com experiência em animais com dificuldades motoras, custando um valor mensal de R$ 600,00 (Organização Bem-Animal, 2023i).

Portanto, nota-se que o custo básico para manter os mais de 500 cães e gatos das aldeias atendidas alimentados e vacinados chega, como estimativa mínima, ao valor de R$ 11.760,00. Observando os altos custos financeiros que envolvem a manutenção adequada da saúde dos animais e a impossibilidade de os indígenas darem conta dessa demanda, a OBA vem há anos pressionando o poder público para que o cuidado com os animais que vivem em aldeias indígenas sejam responsabilidade de órgãos oficiais do governo. Um exemplo desse tipo de cobrança pode ser observado na Figura 13:

Figura 13. Entrega de documento solicitando políticas públicas em aldeias indígenas
Nota Fonte: Organização Bem-Animal (2023a)

Ainda considerando o relato de OBAV03, destaca-se que a OBA gera não apenas benefícios diretos, como alimentar, medicar e cuidar dos animais, mas também proporciona o contato entre culturas e/ou realidades diferentes. Assim, é possível sugerir uma "inovatividade" da OBA ao realizar uma ação social que pode ir além dos benefícios imediatos, promovendo o respeito e o reconhecimento social e político das culturas indígenas. Esta possibilidade, vale ressaltar, indica também um "potencial socialmente transformador" do projeto.

Para OBAV03 e OBAV04, há outro ponto que também pode ser considerado "inovativo" nas ações da OBA: a divulgação, em redes sociais na internet, da situação

precária dos animais que vivem nas aldeias indígenas, visando gerar conscientização quanto a responsabilidade humana ante a vida animal. Dirá OBAV03: “Ela realmente promove muita divulgação sobre os animais. (...) Eu acho que a divulgação dessas ações com certeza também ajuda para que as pessoas pensem diferente e olhem diferente para os animais”.

O relato evidencia uma estratégia utilizada pela OBA para divulgar a situação de vulnerabilidade dos cães e gatos nas aldeias indígenas. Contudo, tal prática implica em também expor a precária condição de vida dos indígenas aldeados. Isso indica que, além das iniciativas diretas no campo, a OBA tem desenvolvido trabalhos de conscientização e sensibilização da população sobre a importância de cuidar bem daqueles animais. Tal estratégia pode contribuir, no longo prazo para criar um ambiente mais empático e sustentável, agindo inclusive na mudança de mentalidades. Isso sugere, por exemplo, um “potencial para a transformação social” do Mutirão Mata-Fome, vinculando o projeto às inovações sociais inclusivas.

Essa abordagem pode contribuir para a superação da mentalidade especista, mudando a visão de mundo de parte da sociedade que, assim sendo, outorgaria status moral aos animais não humanos. Isto é, as pessoas, uma vez sensibilizadas, podem experimentar um processo de mudança paradigmática no qual passam a agir de acordo com uma perspectiva moral mais inclusiva.

A “motivação social” como característica das inovações sociais também é evidenciada nos relatos de alguns participantes da pesquisa. Nesse sentido, a discussão sobre esse aspecto pode ser iniciada a partir da percepção dos entrevistados acerca da importância dos animais não humanos para a manutenção da vida no planeta. OBAV01 afirma que “os animais são muito importantes para o equilíbrio da natureza, tanto no controle de populações de espécies quanto na dispersão de sementes no meio ambiente”, e

OBAV02 vai na mesma direção: “acredito que sua importância seja o equilíbrio na natureza e na cadeia alimentar”.

Estas falas indicam a relevância e o valor dos animais para o equilíbrio ecológico, fundamental não somente para o bem-estar dos não humanos, mas também para a própria espécie humana e seu convívio em sociedade. Pode-se pressupor, a partir dos relatos, que um ambiente natural mais saudável proporciona uma melhor qualidade de vida a todos (humanos e não humanos). Nesse sentido, é possível inferir que a luta pelo bem-estar dos animais não humanos (a exemplo das ações empreendidas no Mutirão Mata-Fome) é também a luta por melhores condições humanas no ecossistema, ou seja, trata-se de uma questão que tem implicações nas esferas social e ambiental. Nesse sentido, a “motivação social” (aspecto primordial da inovação social) é evidenciada pelo projeto da OBA.

Essa interdependência entre humanos e animais não humanos pode, portanto, ser observada como um mecanismo de equilíbrio biológico, no qual as espécies trocam benefícios mútuos ao sobreviverem e se manterem saudáveis. Nesse sentido, ações focadas na melhoria das condições de vida dos animais e dos humanos, como no caso do Mutirão Mata-Fome, são importantes para o estabelecimento e manutenção de uma relação equilibrada, sustentável e respeitosa entre ambos e para com o meio ambiente.

Embora corrobore com os relatos de OBAV01 e OBAV02, o voluntário OBAV05 adiciona que, na sua percepção, “os animais são parte essencial da nossa natureza e de nossa realidade, atendem as nossas necessidades humanas e emocionais”. Esta fala, por um lado, pode indicar que a importância dos animais não humanos vai além das questões biológicas do meio ambiente, chegando ao âmbito psicológico humano. Isto corrobora com a ideia de uma dimensão social intrínseca na causa animal.

Contudo, é possível abordar esse relato a partir de outra perspectiva, em que o voluntário estaria revelando uma mentalidade, em certa medida, instrumental em relação aos animais não humanos, no sentido de que, embora sejam importantes para o equilíbrio natural, esses seres "servem" às necessidades humanas (fisiológicas e/ou psicológicas). De todo modo, ao afirmar que os animais são parte essencial da natureza e da realidade humana e valorizar a conexão e a dependência entre humanos e não humanos, o relato aponta tanto para uma relação humano-animal mutualista quanto para a importância da promoção do bem-estar animal e da proteção animal no âmbito da sociedade – reforçando a tese de que o Mutirão Mata-Fome possui uma "motivação social" e, com isto, uma certa relação com a inovação social.

Sublinha-se que, apesar da possibilidade de dupla interpretação do relato de OBAV05, voluntariar-se em um projeto da natureza do Mutirão Mata-Fome (que luta pelo bem-estar de animais em situações vulneráveis em comunidades indígenas carentes) pressupõe uma visão de mundo calcada em princípios éticos não especistas, que considera os humanos fragilizados e os não humanos como sujeitos morais.

Para além de corroborar com a questão da importância dos animais para a manutenção da vida no planeta, dirá OBAV03:

> Eles são fundamentais para a minha vida, e eu penso também que para o mundo, né? Eu acho que o animal faz parte da nossa vivência: eles são nossos companheiros, eles são nossos amigos, eles são nossos protetores, enfim, eles têm que fazer parte desse mundo, porque o mundo não é só do ser humano, né? Como ser vivo, eles devem ter o seu espaço nesse nosso universo. E devem ser tratados como seres vivos, com direito à vida, direito à dignidade, direito à alimentação, direito a ter um lar...

Esta fala indica uma percepção abrangente e integrada acerca dos animais não humanos. Para o voluntário, esses seres não apenas são necessários para o equilíbrio do meio ambiente, mas também para o convívio social. Na mesma direção, OBAM01 afirma que tem "uma visão holística sobre os animais e a sua convivência com as pessoas".

Essas perspectivas reforçam a ideia de que um projeto como o Mutirão Mata-Fome, que visa o bem-estar animal, pode gerar impactos no seio social. Isto é, a motivação pelos animais não humanos é, ao mesmo tempo, uma motivação pelos humanos, o que indica a "motivação social" da OBA, vinculando-a às inovações sociais. Outrossim, de acordo com essa visão, promover uma melhor qualidade de vida aos animais não humanos constitui uma relação mutuamente benéfica.

Buscando contextualizar brevemente a estreita relação entre humanos e demais animais, OBAM02 assevera:

> Os animais sempre fizeram parte da história da humanidade. Nos primórdios eles eram apenas predadores, depois passaram a ser domesticados, alguns passaram a ser animais de companhia, no caso os lobos, e outros passaram a ser criados como fonte de proteína, como alimento. Mas sempre teve aquela afinidade entre algumas pessoas e alguns animais.

A afinidade existente na relação humano-animal destacada neste relato subsidia a ideia da interdependência entre humanos e não humanos, reforçando a tese de que o bem-estar dos animais gera impacto na sociedade. Assim sendo, é possível sugerir que a causa defendida pela OBA, e seu consequente impacto positivo na vida dos animais em situação de vulnerabilidade, parte de uma "motivação social" da organização e seus voluntários. Sendo este um dos quatro aspectos primordiais da inovação social, pode-se associar o projeto da OBA ao fenômeno das inovações sociais.

A “motivação social” que visa proporcionar uma melhor qualidade de vida aos animais não humanos resulta na constituição de um grupo de atores sociais que, coletivamente, efetivam as ações da OBA por meio do Mutirão Mata-Fome de forma voluntária. Nesse sentido, o projeto “acontece basicamente com o voluntariado (...) com pessoas de todas as profissões, de todas as idades, muitas com muita disponibilidade, outras com pouquíssima disponibilidade, mas esse fazer o bem num projeto já estruturado faz muita diferença” (OBAM02). Dirá OBAV03 que “todos trabalham pela mesma causa, há uma cumplicidade”.

Observa-se a importância do voluntariado para a efetividade do Mutirão Mata-Fome, tal qual frequentemente ocorre com as organizações da sociedade civil (Gil-Lacruz et al., 2020; Han et al., 2020; Miller et al., 2020; Rondeau et al., 2020; Faletehan et al., 2021). Ao que indica, esse envolvimento em prol do bom andamento do projeto é permeado por um sentimento de conexão e cumplicidade entre os atores sociais, onde todos trabalham pela mesma causa, em um processo de “construção coletiva” (característica da inovação social) que viabiliza o desenvolvimento de práticas socialmente inovadoras.

Ademais, a união de pessoas de diversos setores da sociedade e níveis de disponibilidade frente a um objetivo comum, proporciona um ambiente que estimula a colaboração, possibilitando que os indivíduos construam, com algum nível de autonomia, certas alterações na comunidade. Em outras palavras, um projeto como o Mutirão Mata-Fome pode ter efeitos positivos para além do bem-estar animal, desenvolvendo, em certa medida, a solidariedade coletiva entre os atores sociais que dele participam. Desse modo, as práticas constitutivas do projeto da OBA refletem uma relação de benefícios mútuos, em que não somente os animais têm sua qualidade de vida aumentada, mas a própria sociedade ganha com cidadãos mais comprometidos e engajados em causas sociais. Portanto, há

também uma dimensão “potencialmente transformadora para a sociedade”, vinculando o projeto às inovações sociais.

Contudo, essas ações não acontecem somente com a união de voluntários, até porque o Mutirão Mata-Fome “depende cem por cento de doações” (OBAV02). Dessa forma, o projeto da OBA conta com diversos modos de participação, “desde sendo voluntário no mutirão mata-fome até uma simples curtida no Instagram para melhorar nosso engajamento” (OBAV01). Na mesma direção, dirá OBAV02: “aqui a gente vê um papel de várias pessoas, seja a pessoa que comprou a ração numa agropecuária, a pessoa que se responsabiliza por buscar a ração e entregar (...), e assim vai. Tipo, vai passando por várias pessoas esse envolvimento”.

Como já indicado, somente para alimentar os cães e gatos das aldeias atendidas, o projeto da OBA tem uma demanda mensal de aproximadamente 1.300 quilos de ração. Além dos custos relacionados à alimentação, a OBA também castra, vacina e fornece cirurgias aos animais, de modo que, em termos financeiros, o Mutirão Mata-Fome exige um considerável engajamento dos seus apoiadores. Somente os custos mensais fixos da organização, por exemplo, ultrapassam os R$ 2.000,00 (Organização Bem-Animal, 2023f).

Os relatos de OBAV01 e OBAV02 evidenciam a importância da “construção coletiva” para a manutenção do projeto, de modo que, além de voluntários que vão nas aldeias, há as pessoas que fazem doações (em dinheiro ou ração), os que se voluntariam para transportar materiais e também aqueles que potencializam o alcance da divulgação da OBA em redes sociais. Assim, a efetividade do Mutirão Mata-Fome resulta da cooperação entre os diversos atores sociais (construção coletiva), permitindo que o projeto seja correlacionado com as inovações sociais.

Nesse sentido, a gestora OBAM01 destaca que “boas parcerias são fundamentais para que o projeto tenha vida longa, e um exemplo disso é contar com o suporte de uma clínica veterinária que realiza as prestações de socorro, internações e castrações a preço diferenciado”. A gestora destaca o potencial das parcerias para a efetividade do projeto, de modo que, no caso relatado, essa estratégia permite que a OBA conte com um serviço veterinário profissional e de qualidade a preços que otimizam os custos da organização. Por meio da redução dos gastos associados às internações, castrações e outros cuidados diversos com os animais, consegue-se direcionar mais recursos provenientes das doações para atender as necessidades de cuidado e bem-estar dos animais em áreas indígenas. Além da vantagem econômica, parcerias como essa aumentam a visibilidade do projeto, ampliam a rede de contatos que podem contribuir para sua sustentabilidade e potencializam as ações constantes de cuidado para com aqueles cães e gatos. Cabe destaque que todos os cuidados realizados pelo projeto da OBA nas aldeias são de qualidade e não apresentam qualquer custo econômico aos indígenas.

Há também outras empresas privadas que eventualmente colaboram com o projeto, como um supermercado pertencente a uma rede atacadista da região de Florianópolis. Este parceiro, por exemplo, doou à OBA um total de 190Kg de ração no mês de julho de 2023 (Organização Bem-Animal, 2023g). Contudo, destaca-se que não se trata de uma colaboração regular, mas ocasional, o que não garante, por si só, a segurança alimentar dos animais que vivem nas aldeias.

Deve-se mencionar ainda a participação de outras organizações da sociedade civil nas ações da OBA. Isto é, organizações que colaboram com a doação de castrações aos animais atendidos pelo Mutirão Mata-Fome em aldeias indígenas. Tais parcerias podem ser

observadas nas mídias sociais, como na Figura 14, em que a OBA faz um agradecimento à Ecopet pelo apadrinhamento das castrações de alguns de seus animais:

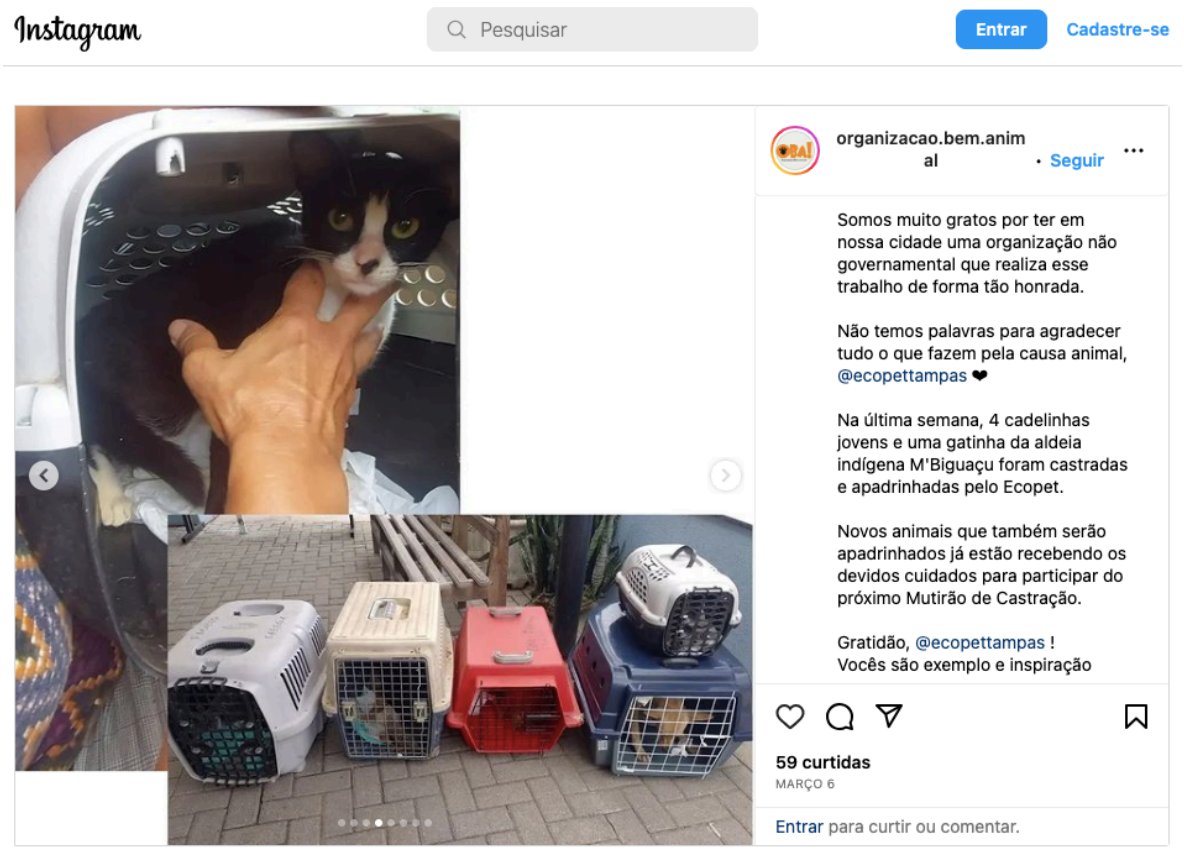

Figura 14. Parceria entre OBA e Ecopet
Nota Fonte: Organização Bem-Animal (2023b)

Portanto, é possível observar que a colaboração dos diversos participantes é fundamental para que o Mutirão Mata-Fome consiga alcançar seu objetivo de incrementar o bem-estar dos animais que vivem nas aldeias. Nota-se o comprometimento de pessoas comuns que, no dia a dia, se engajam e se mobilizam para promover ações positivas que não somente melhoram as vidas dos animais das aldeias, mas também contribuem para a

mudança local. Assim, esses atores sociais desenvolvem a solidariedade coletiva, superando o individualismo e se colocando como parte do coletivo.

Para além dos diversos colaboradores do projeto Mutirão Mata-Fome já mencionados, destaca-se a participação dos próprios indígenas nesse processo, como pode ser observado na Figura 15:

Figura 15. Participação indígena nas ações da OBA
Nota Fonte: Organização Bem-Animal (2023c)

OBAM02 explica como se dá esse processo de interação:

A gente também sensibiliza os voluntários para que eles mobilizem os indígenas. Então os indígenas seguram os animais, nos ajudam, a gente ri junto. É muito bom!

> Então a pessoa vê como eles gostam que chegue alguém que os ajude com seus animais.

Ao mobilizar os indígenas, os voluntários podem construir relacionamentos sociais colaborativos, trabalhando lado a lado com os tutores aldeados em benefício daqueles animais e, consequentemente, dos próprios indígenas. Com isto, é possível cultivar uma maior consciência coletiva sobre a responsabilidade que temos uns com os outros e com nosso meio ambiente. Outrossim, o projeto oportuniza a criação de relacionamentos de respeito e solidariedade entre seus diversos participantes, o que reforça os laços sociais e contribui para eliminar preconceitos, gerar cooperação e contribuir para uma sociedade mais inclusiva. Nesse sentido, o projeto busca alcançar não apenas um resultado prático do trato dos animais não humanos, mas também desenvolver um novo laço de solidariedade entre todos os atores envolvidos. “É uma troca absurda”, menciona OBAV02.

A integração da organização com os indígenas tem um impacto positivo nas vidas de todos os envolvidos (indígenas, voluntários e cães e gatos). Os voluntários se sentem satisfeitos por saber que estão ajudando a aliviar o sofrimento animal, os cães e gatos passam a ter melhores condições de vida, e os indígenas também são beneficiados ao receberem atenção e estarem efetivamente envolvidos naquilo que é um projeto de solidariedade. Trata-se de um processo inclusivo, em que os membros da aldeia, partilhando de emoções geradas pela experiência conjunta, também se sentem participantes do processo.

Nesse sentido, o Mutirão Mata-Fome tem promovido a equidade ao incentivar parcerias e construir relações de confiança entre voluntários e comunidades indígenas. De um lado, há a contribuição dos indígenas no local, tornando-se parte dessa ação de melhoria do bem-estar animal e mostrando engajamento com a causa. Por outro lado, há a

importância da humanização deste projeto, onde não somente os animais se beneficiam com melhores condições de saúde, alimentados e vacinados contra doenças; mas também os indígenas, que, sobretudo, ganham melhores condições sanitárias e de saúde por terem seus animais mais saudáveis e com menores chances de transmitirem doenças; e os voluntários, que se beneficiam com bem-estar mental por contribuírem com a melhoria das condições de vida dos indígenas e seus animais. Ademais, ao participarem das ações, os indígenas aprendem a cuidar melhor da qualidade de vida dos cães e gatos da aldeia, num processo pedagógico com "potencial transformador" para aquela comunidade[17].

Nesse sentido, a OBA contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais empática e altruísta, promovendo redes de colaboração e transformando positivamente a realidade dos cães e gatos das aldeias, dos seus tutores indígenas e, consequentemente, da própria sociedade.

Entretanto, os participantes ressaltam que todo o trabalho do Mutirão Mata-Fome é feito de um jeito respeitoso e não impositivo, o que se coaduna com preceitos da inovação social: participação e respeito a todos os atores, dentre estes os beneficiados. Dirá OBAV01: "a gente está levando informação, mas ao mesmo tempo eles têm que aceitar isso". OBAV02 indica que esse processo deve ocorrer "de uma forma sem ser agressiva e intrusa (...), com o devido espaço para que eles não se sintam violados".

Esses relatos, além de evidenciarem a flexibilidade que o contexto local exige da OBA, demonstram a preocupação da organização em respeitar a cultura e visão de mundo

[17] Os entrevistados OBAM01 e OBAV03 apontam que, embora os indígenas atendidos pelo Mutirão Mata-Fome, de modo geral, acolham os cães e gatos que são abandonados nos entornos de suas aldeias, frequentemente observava-se um certo desinteresse por parte dos aldeados em cuidar da saúde desses animais, de modo que apenas os alimentavam conforme as condições permitiam. Desse modo, algumas aldeias não deram acesso para que os voluntários da OBA pudessem implementar as ações do projeto.

daqueles indígenas. A conduta respeitosa e não impositiva em relação às diferenças culturais é determinante para o andamento do projeto – além de refletir o reconhecimento social e político daquela cultura indígena. Isto porque, como afirma OBAM01, "na cultura Guarani, os animais são vistos como anteparos para doenças". Esta distinta percepção indígena de que os animais servem instrumentalmente para protegê-los de possíveis doenças, implica que, "se tiver alguém que defende os animais, mas que não tem o ferramental e o conhecimento para ajudar, cria conflitos internos gravíssimos" (OBAM02). Isto é, OBAM02 adverte que conhecer e respeitar a cultura dos indígenas é fundamental para que a OBA evite conflitos nas aldeias e possa obter resultados positivos em suas ações com o Mutirão Mata-Fome. Além disso, como indica OBAV03, essa perspectiva cultural vai de encontro à visão romântica que parte da sociedade tem acerca da relação dos indígenas para com os animais. Conforme afirma OBAV02, "a visão que indígenas e animais são melhores amigos é muito idealizadora, mas na prática não é nada assim".

Desse modo, embora haja diferenças culturais em relação ao tratamento para com os animais não humanos, a "construção coletiva" efetivada de modo respeitoso pelo Mutirão Mata-Fome indica uma dimensão pedagógica "potencialmente transformadora", vinculando o projeto às inovações sociais. Nas palavras de OBAM02, "cuidando dos animais, sempre aliados aos indígenas, transforma-se a aldeia com um todo".

No que diz respeito ao "potencial transformador" do Mutirão Mata-Fome, os participantes OBAM01, OBAV01, OBAV02, OBAV03, OBAV04 e OBAV05 apresentaram relatos salientando que a OBA trabalha fortemente na conscientização dos tutores indígenas em relação aos cães e gatos das aldeias. Dirá OBAM01:

> Os voluntários da OBA são agentes de transformação, empoderando os tutores nos cuidados básicos com seus animais, reforçando a guarda responsável (...).

> Procuramos sensibilizar os indígenas para que façam a seguinte reflexão: “não é o que os animais podem fazer por nós, mas o que nós podemos fazer por eles”. Desta forma, deixamos de ter um olhar especista, e passamos a ter um olhar amoroso, nos tornando guardiões que zelam e protegem esta vida”.

Observa-se que o projeto da OBA está ajudando a promover os cuidados básicos para cães e gatos que vivem em aldeias indígenas, ampliando a consciência dos tutores locais para que assumam responsabilidades em relação aos cuidados com seus animais. Essas iniciativas contribuem não somente para um melhor bem-estar de todos os envolvidos no projeto, mas também estimulam a mudança de visão de mundo nas comunidades indígenas, aumentando a consciência sobre a guarda responsável de animais. Nesse sentido, OBAV01 afirma: “podemos mostrar como eles demonstram afeto, sentem dor, ficam felizes quando chegamos e tristes quando saímos e isso prova que eles sentem e que não são objetos”. Ao impulsionar o respeito à vida como um todo, o Mutirão Mata-Fome tem o “potencial de promover uma importante transformação social” nas aldeias, pois educa os indígenas quanto a condição e aos cuidados com os animais, mudando a forma como veem e lidam com os mesmos.

Apesar de algumas barreiras culturais enfrentadas para convencer alguns indígenas a permitirem as ações do Mutirão Mata-Fome, o processo pedagógico instituído pelo projeto da OBA também indica uma “inovatividade” da organização, visto que a conscientização voltada à melhoria da qualidade de vida dos animais não era, até então, promovida. Além disso, o relato de OBAM01 ilustra a “construção coletiva” no Mutirão Mata-Fome, pois a ampliação do conhecimento dos indígenas em relação aos cuidados com seus animais resulta do envolvimento ativo das aldeias. Considerando que “inovatividade”

e “construção coletiva” são dois aspectos fundamentais da inovação, é possível associar as práticas do projeto à inovação social.

Os voluntários da OBA atuam de forma ativa para ajudar e educar os tutores indígenas, incentivando-os a adotarem hábitos responsáveis no cuidado de seus animais. Essa iniciativa, além de fomentar o desenvolvimento da solidariedade coletiva dos atores envolvidos (indígenas e voluntários) contribui para estabelecer um novo padrão de relacionamento entre os tutores e seus animais, com base na responsabilidade, respeito e afeto. A partir disso, os indígenas podem desenvolver comportamentos mais conscientes no trato com seus cães e gatos, outorgando-lhes status moral.

A efetiva mudança de visão de mundo alcançada pelo trabalho de conscientização do Mutirão Mata-Fome foi relatada pelos participantes OBAM01, OBAM02, OBAV01, OBAV02 e OBAV04. Dentre os aspectos observados, o reconhecimento da importância da castração para a saúde controle populacional dos cães e gatos foi destacada pelas gestoras OBAM01 e OBAM02. Sobre este ponto, dirá OBAM01:

> Ao longo desses anos testemunhamos uma quebra de paradigmas e mudança cultural com relação ao controle populacional de cães e gatos. A castração foi um tabu que foi vencido pela persistência e resiliência dos voluntários, e hoje é bem aceita em todas as comunidades visitadas pela OBA.

A mudança no tratamento dado pelos indígenas aos seus animais também foi mencionada. Nesse sentido, OBAV02 afirma que já teve oportunidade de observar “famílias indígenas que mudaram seu ponto de vista e começaram a cuidar da melhor forma que podiam” (OBAV02). No mesmo sentido, OBAM02 destaca que, a partir das ações da OBA há “vários indígenas que sabem fazer os primeiros socorros dos seus animais” (OBAM02).

Essa transformação ocorrida a partir do Mutirão Mata-Fome também foram observadas nas crianças indígenas, de maneira que foram destacadas por OBAV01 e OBAV02. Dirá OBAV01: A gente vê as crianças (...), crianças que quando a gente foi eram bem menores (...), e hoje em dia já são adultos, já são mães, já são pais, e eles têm esse outro olhar de cuidado com o animal.

Assim, ao incentivar os indígenas a pensarem os animais de um modo não instrumental e integrado à sociedade e ao ambiente, contribui-se para que os tutores criem uma ligação maior com seus cães e gatos de estimação e experimentam um maior senso de responsabilidade. Ao mudarem suas percepções sobre os animais, passam a valorizar mais a vida não humana. No caso das crianças, estas podem passar esse olhar de empatia para suas famílias, perpetuando a ideia de que os animais não humanos merecem respeito e cuidados. Dessa forma, o Mutirão Mata-Fome consegue criar um impacto positivo na vida animal e na consciência ética e qualidade de vida das pessoas.

Esta abordagem de sensibilização, que prioriza ações de proteção e zelo por parte dos indígenas aos animais que vivem em suas aldeias, tem o objetivo de mitigar a mentalidade instrumental, em que animais são considerados apenas como uma fonte de benefícios para os humanos (no caso da etnia Guarani, mais especificamente, como anteparo para doenças). Ao invés disso, a OBA incentiva a formação de um laço de simpatia e amor entre as partes, o que também leva a benefícios recíprocos para todos.

Ao capacitar os tutores indígenas sobre os cuidados básicos para com seus animais, o Mutirão Mata-Fome está criando condições para que eles desenvolvam uma atitude mais alinhada à guarda responsável. Ou seja, busca-se aumentar o senso de solidariedade, responsabilidade e empatia em relação aos animais não humanos, desenvolvendo um olhar de equidade que contribui para um ambiente mais justo para os animais de aldeias

indígenas. Isso melhora não somente a qualidade de vida dos cães e gatos, mas também contribui para a sensibilização do tutor sobre a importância do bem-estar animal, e potencialmente serve como um meio de promover a liberdade e a igualdade. Outrossim, a conscientização dos tutores indígenas visa transformar o olhar instrumental em um olhar empático e inclusivo. Ou seja, ao invés de ver os animais como seres meramente úteis aos humanos, os indígenas passam a ter uma visão menos instrumental e especista, sentindo-se mais responsáveis por garantir seu bem-estar.

Outro ponto relevante apontado pelos entrevistados foi a sensibilização dos voluntários a partir da participação no Mutirão Mata-Fome, de modo que tal sentimento é desenvolvido tanto em relação aos animais das aldeias quanto em relação às comunidades indígenas. Nesse sentido, OBAV05 aponta que os voluntários da causa animal já possuem uma mentalidade não especista, contudo, "o fato de ser um trabalho em regiões vulneráveis pode ter um maior apelo". Como indica OBAV02, a partir das trocas culturais implícitas nas ações do projeto, "os voluntários passam a ter um olhar mais sensível em relação aos indígenas". Isto é, "o voluntário sai da bolha, vê as pessoas com uma outra visão, o que acontece lá nas aldeias, o que não acontece" (OBAV01).

Observa-se claramente a natureza "potencialmente transformadora" que vincula o projeto Mutirão Mata-Fome às inovações sociais. Isto porque, além de potencializar a sensibilidade em relação aos animais, o projeto pode ajudar a quebrar barreiras culturais, permitindo aos voluntários experimentar novas perspectivas sobre as questões humanas e ambientais enfrentadas nas aldeias indígenas. Ao ter a oportunidade de conhecer a realidade das aldeias, como a falta de acesso a bens e serviços básicos, o voluntário não somente tem a possibilidade de ampliar seu próprio conhecimento sobre essa questão, como também de contribuir diretamente para o bem-estar humanos e animal nessas comunidades. No limite,

ao contribuir, por exemplo, com a saúde das aldeias, auxilia na redução da vulnerabilidade social.

Os dados analisados neste subtópico fornecem algumas pistas para compreender o projeto Mutirão Mata-Fome como uma ação relacionada às inovações sociais. A fim de sintetizar os achados aqui contidos, destaca-se a Figura 16:

Categoria	Características identificadas	Sustentação empírica
Inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970)	Práticas fundamentadas nos conceitos de família multiespécie e saúde única	OBAM01; OBAM02
	Atendimento a uma demanda negligenciada	OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV05
	Promoção de ações que podem fomentar o respeito e o reconhecimento social e político das culturas indígenas	OBAV03
	Estímulo à sensibilização por meio da divulgação das ações em redes socais	OBAV03; OBAV04
	Conscientização dos indígenas em relação ao bem-estar animal	OBAM01; OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV04; OBAV05
Motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008)	Práticas fundamentadas nos conceitos de família multiespécie e saúde única	OBAM01; OBAM02
	Interdependência entre as diversas espécies para o equilíbrio ambiental	OBAM01; OBAV01; OBAV02; OBAV05
	Dependência psicológica humana em relação aos animais de companhia	OBAM01; OBAV03; OBAV05
	Relação humano-animal mutualista	OBAM01; OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV05
	Afinidade ancestral entre humanos e animais não humanos	OBAM02
Construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010)	Engajamento voluntário pela causa animal a partir da cumplicidade	OBAM02; OBAV03
	Colaboração em diversos níveis (voluntários, doadores individuais, apoiadores de mídias sociais, clínica veterinária e empresas privadas)	OBAM01; OBAV01; OBAV02
	Participação indígena nas ações	OBAM02; OBAV02
	Parcerias com outras organizações da sociedade civil	Pesquisa documental
	Conscientização dos indígenas em relação ao bem-estar animal	OBAM01; OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV04; OBAV05
Potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016)	Práticas fundamentadas nos conceitos de família multiespécie e saúde única	OBAM01; OBAM02
	Desenvolvimento de ações que podem promover o respeito e o reconhecimento social e político das culturas indígenas	OBAV03
	Estímulo à sensibilização por meio da divulgação das ações em redes socais	OBAV03; OBAV04

	Promoção de ações que podem desenvolver a solidariedade coletiva	OBAM02; OBAV03
	Participação indígena nas ações	OBAM02; OBAV02
	Conscientização dos indígenas em relação ao bem-estar animal	OBAM01; OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV04; OBAV05

Figura 16. Conexões entre as práticas da OBA e as inovações sociais
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Contudo, destaca-se que as similitudes entre as ações empreendidas pela OBA e os quatro aspectos fundamentais das inovações sociais também podem ser associadas aos preceitos ético-políticos de igualdade e equidade preconizados por Bentham, Rawls e Singer. Isto porque, a partir de práticas fundamentadas em conceitos não especistas como "saúde única" e "família multiespécie", a ação coletiva desta organização da sociedade civil atende a uma demanda negligenciada por meio de práticas que promovem a mudança de visão de mundo em relação aos mais vulneráveis, gerando bem-estar a humanos e animais não humanos de forma mútua.

Mais especificamente, o mutualismo nessa relação humano-animal se constitui, por um lado, pela melhoria da saúde dos cães e gatos das aldeias a partir da castração, alimentação adequada, vacinação e outros e cuidados veterinários (preventivos e emergenciais). Por outro lado, incrementa-se a saúde das próprias aldeias, de modo que os indígenas que nelas vivem passam a ter menos chances de contraírem doenças potencialmente graves como, por exemplo, a raiva e a leptospirose – zoonoses transmitidas por animais em más condições.

Desse modo, o projeto da OBA é útil para "aumentar a felicidade" e "reduzir o sofrimento" dos indígenas e dos cães e gatos que vivem nas aldeias atendidas, corroborando com o princípio da utilidade de Bentham (2017/1789); segue a lógica da equidade

rawlsiana (Rawls, 2021), oferecendo acesso igualitário aos benefícios da saúde e bem-estar, tanto para os animais das aldeias quanto para os indígenas que lá vivem; e, assim, considera os interesses de todos (sejam humanos ou animais não humanos) em relação a ter uma vida digna, superando o especismo e promovendo a aplicação do princípio da igualdade de Singer (2018).

Como pôde ser observado a partir da análise aqui empreendida, os dados reforçam a ideia de que o projeto Mutirão Mata-Fome, desenvolvido pela OBA, vai além de medidas emergenciais paliativas para cuidar dos animais vulneráveis em aldeias indígenas. Trata-se de um serviço de saúde pública inovador, constituído na coletividade e com evidente potencial para mudar visões de mundo. Calcado em preceitos ético-políticos de igualdade e equidade, o Mutirão Mata-Fome, além de aumentar (no curto e no longo prazo) o bem-estar dos animais, dos indígenas e suas comunidades, gera mudanças nos papéis sociais, num processo em que os atores envolvidos desenvolvem sua solidariedade coletiva. Nesse sentido, é possível inferir que a análise do referido projeto indica diversos pontos de convergência entre as ações da OBA e as características fundamentais da inovação social – inovatividade, motivação social, construção coletiva e potencial transformador para a sociedade.

Dado o exposto, o próximo subtópico buscará relacionar as ações da OBA, por meio do projeto Mutirão Mata-Fome, e os preceitos ético-políticos de Bentham, Rawls e Singer.

4.1.2 Relações entre as ações da Organização Bem-Animal e os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade

No capítulo teórico, observou-se que os constructos dos pensamentos de Bentham, Rawls e Singer apontam para preceitos ético-políticos calcados nas ideias de igualdade e equidade. Essencialmente, o utilitarismo hedonista de Jeremy Bentham (2017/1789) aborda uma ética fundamentada no princípio da utilidade, que busca maximizar o prazer ou a felicidade e minimizar a dor ou o sofrimento; a teoria da justiça como equidade de John Rawls (2021) apresenta princípios de justiça equitativos, em que princípios de liberdade e oportunidade se aplicam a todos; e o princípio da igualdade do utilitarista preferencial Peter Singer (2018), por sua vez, exige a igual consideração das reivindicações morais de todos os afetados (humanos ou não humanos) por uma determinada ação.

Com isso em mente, buscar-se-á neste subtópico refletir analiticamente sobre as ações da OBA e o projeto Mutirão Mata-Fome, indicando possíveis conexões entre suas práticas constitutivas e os preceitos ético-políticos de Bentham, Rawls e Singer.

Destaca-se, inicialmente, que os relatos de OBAM01, OBAM02, OBAV02 e OBAV04 apontam para elaboração de visões de mundo que parecem superar o paradigma instrumental e especista, corroborando com o princípio da utilidade (Bentham, 2017/1789), a ideia de justiça como equidade (Rawls, 2021) e o princípio da igualdade (Singer, 2018).

Mais especificamente, OBAV04 afirma: “Os animais, para mim, têm a mesma importância que as pessoas, são seres vivos”. OBAV04 reconhece a dignidade dos animais e o direito que eles têm de serem tratados com o mesmo respeito que as pessoas, outorgando-lhes status moral e considerando os interesses de todos (Bentham, 2017/1789;

Singer, 2018). Além disso, essa visão de mundo busca garantir liberdade e igualdade de oportunidades para todos, independentemente das diferenças entre eles (Rawls, 2021).

OBAM02, por sua vez, afirma lutar para que "em processos de violência doméstica, de desapropriação, de tragédia, de desastres, a família seja vista como um todo, em que os humanos e os animais sejam tratados com o mesmo respeito e consideração". A gestora mostra, com este relato, aderência com os preceitos anteriormente indicados, visto que luta para que as famílias sejam reconhecidas como famílias multiespécie e, desse modo, que a dignidade, o bem-estar e a minimização do sofrimento dos animais não humanos também sejam considerados em casos calamitosos (Bentham, 2017/1789; Singer, 2018). Ademais, reflete a preocupação com a preservação da equidade de tratamento nos processos que envolvam vulnerabilidade. Isso se coaduna com teoria da justiça como equidade, pois, de acordo com Rawls (2021), o objetivo da justiça deve ser promover a liberdade e a igualdade de oportunidades para que todos sejam tratados da mesma forma, sem qualquer tipo de discriminação.

No mesmo sentido, OBAM01 destaca que, em sua opinião, "nada é mais gratificante do que ser a diferença na vida do próximo – considerando que tudo o que vive é nosso próximo". Além de demonstrar uma mentalidade ampliada em relação à vida, aos seres vivos e seus direitos, a gestora, ao mencionar "ser a diferença", refere-se a promover a "minimização do sofrimento" e a "maximização da felicidade" do seu próximo (Bentham, 2017/1789). Não obstante, sua ideia de "próximo" vai explicitamente na direção do princípio da igualdade de Singer (2018), ou seja, considera os interesses dos humanos e dos demais seres vivos. A partir da perspectiva da equidade, o relato destaca a importância da solidariedade e da colaboração para promover um mundo mais igualitário. O relato sublinha a necessidade de estabelecer laços de união e consideração entre todos os seres

vivos, o que está em sintonia com o princípio da liberdade e da igualdade de oportunidades proposto por Rawls (2021).

A partir desses relatos, observa-se que os participantes do projeto da OBA possuem uma mentalidade inclusiva ampliada, isto é, calcada em princípios ético-políticos de igualdade e equidade. Desse modo, é possível admitir a possibilidade de que, uma vez atuantes no Mutirão Mata-Fome, esses participantes possam praticar (direta ou indiretamente e em diversos níveis) essas concepções de mundo para as ações do projeto.

O contexto no qual ocorre a atuação do projeto da OBA, como já mencionado, pode ser considerado uma "inovatividade" (aspecto fundamental da inovação social), uma vez que atende a uma demanda até então negligenciada. Contudo, este ponto também vincula as ações do Mutirão Mata-Fome aos pensamentos de Bentham, Rawls e Singer, de modo que isto pode ser observado nas falas de OBAM01, OBAM02, OBAV01, OBAV02 e OBAV05. Nesse sentido, dirá OBAM02:

> A terra indígena é federal, certo? É uma área federal, mas que está inserida dentro de um município, de um estado. Então ninguém sabe quem vai cuidar dessas questões básicas, se é o governo federal, o estado ou o município. Aí fica um empurra-empurra, então a maioria são muito, muito pobres. A maioria com questões de lixo, saneamento básico inadequado (...). Mas também a aldeia não é uma ilha, a aldeia está localizada nos municípios que não têm programa nenhum de educação ambiental, de educação para guarda responsável, não tem programas contínuos e periódicos de castração.

Este relato evidencia a desigualdade socioeconômica que afeta os povos indígenas e coloca em evidência a negligência enfrentada pelas comunidades indígenas atendidas pela OBA. De acordo com a teoria rawlsiana, todos devem ter igualdade de oportunidades no

que diz respeito ao acesso a bens básicos, à educação, aos serviços básicos subjacentes à vida e à saúde. O Mutirão Mata-Fome vem contribuir para a promoção da equidade, ajudando cães e gatos que vivem em situação de vulnerabilidade nas aldeias indígenas, contribuindo para uma maior igualdade de oportunidades (Rawls, 2021) no que se diz respeito às questões básicas de saúde daqueles animais e, consequentemente, dos seus tutores indígenas e da própria aldeia. Para além disso, o projeto trabalha no sentido de conscientizar os indígenas em relação à importância dos cuidados com a saúde dos cães e gatos que coexistem nas aldeias, de modo que promovem ações pedagógicas que contribuem com a guarda responsável e com a educação ambiental.

Ao atuar nesse contexto, o Mutirão Mata-Fome promove um trabalho social que contribui para que os indígenas possam ter uma melhor qualidade de vida, regularizando a alimentação dos animais e proporcionando mais saúde e bem-estar para todos nas aldeias. Isto é: por meio da alimentação, castração e cuidados veterinários com os cães e gatos das aldeias, o projeto da OBA promove não somente a saúde e o bem-estar desses animais, mas também contribui para melhorar a saúde da própria aldeia, reduzindo, por exemplo, as chances de transmissão de doenças graves como a raiva, leptospirose e outras zoonoses. Conforme OBAV02, muitos animais "têm pulgas, carrapatos, sarna (...), doenças de pele (...). Num ambiente insalubre, com falta de limpeza, é difícil realmente de manter o controle desses parasitas e tal. Mas há, sim, uma melhora na qualidade de vida deles". Dessa maneira, o projeto tem um papel fundamental na "ampliação do prazer e da felicidade" e na "minimização da dor e do sofrimento" tanto dos indígenas quanto dos animais abrigados nessas comunidades, estando em conformidade com o princípio da utilidade (Bentham, 2017/1789).

Para além disso, o projeto está considerando os interesses não somente dos cães e gatos vulneráveis, mas também de povos oprimidos e excluídos secularmente que vivem em condições de fragilidade, sem políticas públicas de manejo ambiental como programas de castração de animais domésticos, vacinação, sanitização e saneamento básico (Singer, 2018). Nesse sentido, corroborando com os relatos anteriores, OBAV05 afirma que o trabalho da OBA "humaniza os moradores da aldeia, já bastante esquecidos e negligenciados. A interação, comunicação e contato faz perceber que ainda existem pessoas por eles". E mais, permite que seus animais domésticos tenham tratamento e cuidados gratuitos e de qualidade.

Isso evidencia que a opção da OBA em destinar recursos para atender animais em situação de vulnerabilidade dentro de territórios indígenas está ligada à inclusão social, minimização do sofrimento e consideração dos interesses daqueles que mais necessitam (humanos e não humanos). Em outras palavras, pode-se dizer que o próprio contexto de atuação do projeto reflete princípios ético-políticos de igualdade e equidade.

Os entrevistados OBAM01, OBAM02, OBAV01, OBAV02, OBAV03 e OBAV04 destacaram os serviços oferecidos e os resultados alcançados pelo projeto em relação à melhoria da qualidade de vida dos animais, de modo que seus relatos possuem certas similitudes.

A gestora OBAM01 destaca que "os animais sob a guarda das famílias indígenas recebem suporte nutricional, são vacinados, são castrados, e recebem periodicamente produtos para controle de endo e ectoparasitas, além das prestações de socorro". Conforme discutido previamente, todas essas medidas citadas pela gestora da OBA são empreendidas por meio da "construção coletiva", ou seja, a partir da união de diversos atores sociais. Tais ações representam benefícios que "maximizam o bem-estar e felicidade" dos animais e

“minimizam o sofrimento” a que poderiam estar sujeitos se não fossem socorridos por este projeto. Isso mostra que o Mutirão Mata-Fome contribui para o bem-estar dos animais nas aldeias, coadunando-se com o princípio da utilidade (Bentham, 2017/1789).

Como indica OBAV03, a partir do suporte alimentar e veterinário, os cães e gatos das aldeias são beneficiados diretamente com a melhoria na qualidade de vida. Este é um dos principais objetivos do Mutirão Mata-Fome, e a importância desta ação é reforçada por OBAV02, que aponta para o fato de que os indígenas aldeados, dada a sua condição econômica, dependem da OBA para que os animais tenham ração e medicamentos. Como já mencionado, o custo somente com alimentação dos cães e gatos pode somar milhares de Reais, de modo que os indígenas, que já vivem em condições precárias de vida, não têm condições para pagar. Além disso, ainda há os custos adicionais (que não são pequenos) com vacinas, castrações, internações, cirurgias diversas, etc. Nesse sentido, destaca-se o protagonismo da OBA como uma organização da sociedade civil em termos de impacto nas localidades onde atua.

Ao ter um impacto significativo na qualidade de vida dos animais, o projeto da OBA, além de exprimir certa proximidade com a perspectiva ética proposta por Bentham, denota o status moral outorgado àqueles animais. Isto é, a partir da superação da mentalidade especista e da consequente inclusão dos animais não humanos na comunidade moral, a OBA contribui para “aumentar a felicidade” dos animais (Bentham, 2017/1789), proporcionando saúde e bem-estar a partir da alimentação e cuidados veterinários adequados. Além disso, a iniciativa também protege os animais dos parasitas, o que ajuda a minimizar o sofrimento que eles podem experimentar devido a parasitose e outras doenças. Ao fazer isso, o projeto também beneficia os próprios indígenas em termos de saúde, uma

vez que mitiga as possibilidades de transmissão de diversas doenças (zoonoses como a raiva, leptospirose, doenças de pele, verminoses etc.).

Ao fornecer alimentos, vacinas, castrações e controles de parasitas – todos gratuitamente, a iniciativa fomenta a equidade oferecendo igualdade de oportunidades para os tutores indígenas, permitindo que seus animais sejam tratados e cuidados com a mesma qualidade de animais domésticos de outros ambientes mais privilegiados economicamente. Dessa forma, o projeto se vincula à ideia de justiça como equidade de Rawls (2021).

Outrossim, esses relatos refletem a ideia de que o Mutirão Mata-Fome, além de fornecer o alimento essencial aos cães e gatos nessas aldeias, também se preocupa com o bem-estar dos animais num sentido mais amplo, verificando se eles estão saudáveis ou se precisam de ajuda. Esta é uma manifestação do princípio da igual consideração de interesses (Singer, 2018), que estipula que considerações éticas devem ser dadas aos seres humanos e não humanos. O Mutirão Mata-Fome está fornecendo alimento e minimizando o imediato problema da fome daqueles cães e gatos, mas também está fornecendo cuidados de saúde, cujos quais podem ajudar a garantir que os animais permaneçam saudáveis e livres da fome e das doenças, tendo uma maior qualidade de vida no longo prazo (longevidade com qualidade).

Vê-se, portanto, que as próprias ações do projeto da OBA podem ser compreendidas como práticas ético-políticas de igualdade e equidade, uma vez que resultam, a partir da inclusão das comunidades indígenas, em melhoria da qualidade de vida dos animais que vivem nas aldeias, no curto e no longo prazo.

Contudo, não somente os animais se beneficiam, de maneira que há, também, reflexos das práticas da OBA na qualidade de vida dos indígenas e das aldeias, como apontam as falas de OBAV03, OBAV05 e OBAM01. Como já mencionado, a relação

humano-animal que constitui o Mutirão Mata-Fome pode gerar uma série de benefícios mútuos. Nesse sentido, OBAV05 destaca que iniciativa do projeto é "extremamente relevante, inclusive pelo fato de ser uma região negligenciada pelos agentes de governo, o trabalho melhora o bem-estar dos animais e protege os indígenas de zoonoses". Na mesma direção, a gestora OBAM01 questiona: "O que seria da população indígena se estes animais não estivessem sendo castrados ou não estivessem recebendo produtos para controle de parasitas periodicamente?"

Observa-se, com essas falas, que as ações do projeto contribuem para melhorar o bem-estar dos animais e proteger os indígenas de zoonoses, "maximizando seu prazer/felicidade" e "minimizando sua dor/sofrimento". Isto é, ao fornecer alimentos e assistência veterinária aos cães e gatos que vivem nas aldeias, o trabalho realizado pelos voluntários contribui para o bem-estar desses animais e, além disso, reduz o risco de doenças (por exemplo: raiva, leptospirose, leishmaniose, toxoplasmose, etc.) para os indígenas. Portanto, os relatos ilustram como o Mutirão Mata-Fome podem trazer benefícios reais para a maximização do prazer e minimização da dor, de acordo com o princípio da utilidade de Bentham (2017/1789).

Ademais, os relatos apontam, em certa medida, para os princípios da equidade propostos por John Rawls. O projeto promovido pela OBA representa uma iniciativa consciente de prover um nível de justiça e equidade aos animais e indígenas que vivem em situações vulneráveis. Os relatos também indicam certa preocupação acerca da negligência sofrida por essas comunidades e os desequilíbrios que a falta de cuidado por parte do governo e sociedade podem gerar na saúde humana e animal. Assim, ao buscarem melhorar o bem-estar dos animais e proteger os indígenas de zoonoses, o Mutirão Mata-Fome está

apoiando princípios de liberdade e igualdade de oportunidades, corroborando com a ideia de justiça como equidade de Rawls (2021).

Também fica claro, por meio dos relatos, que o projeto está alinhado ao princípio da igualdade de Singer (2018). Isto porque, além de considerar os animais não humanos, o Mutirão Mata-Fome está preocupado com a saúde e qualidade de vida de um grupo étnico que, historicamente, foi invisibilizado pelas políticas públicas. Nesse sentido, os relatos indicam que o projeto é essencial não apenas para promover o controle populacional e o bem-estar dos cães e gatos das aldeias, mas também para prevenir os indígenas aldeados de possíveis doenças que podem ser transmitidas pelos animais. Assim, o projeto contribui para o bem-estar dos animais e de pessoas vulneráveis, elegendo a perspectiva do princípio da igual consideração de interesses.

Com isto, é possível observar que os efeitos benéficos do Mutirão Mata-Fome, ao irem além da melhoria do bem-estar dos animais e impactarem na qualidade de vida dos indígenas e das próprias aldeias, estão relacionados a princípios ético-políticos de igualdade e equidade. Isto, por sua vez, aponta também para o "potencial transformador" do projeto, o que é uma característica da inovação social.

Como visto anteriormente, o processo pelo qual se constituem as práticas do projeto da OBA não é passivo por parte dos indígenas, de modo que são encorajados a participarem ativamente das ações com os voluntários. Essa interação promove uma troca de informações entre os atores, ou seja, um processo pedagógico pelo qual os indígenas aprendem a cuidar melhor de seus animais de estimação, como indicam OBAM02 e OBAV02. Esse aprendizado pode ter um "potencial transformador" (aspecto primordial da inovação social) não somente para os animais das comunidades indígenas, que passam a ter maiores cuidados, mas também para as próprias aldeias, que passam a ter animais mais

saudáveis e com menores chances de transmitirem doenças (benefícios mútuos). Nesse sentido, os indígenas podem "ver como os mínimos cuidados fazem diferença, principalmente para os animais e também para eles, né, porque se for um carrapato que tenha doença (que é o carrapato estrela, que transmite doença), eles podem se contaminar também" (OBAV02). Na mesma direção, dirá OBAM02: "a gente vai lá, dá atenção, cuida e demonstra, com ações práticas, que esse animal, sim, merece respeito e merece cuidado".

Este relato se refere à capacidade que o projeto da OBA tem de transmitir informação de maneira orgânica aos indígenas. Mostra a importância de que os tutores indígenas recebam informação adequada sobre cuidados básicos para com seus animais, proporcionando-lhes bem-estar e qualidade de vida. Com isso, as informações transmitidas têm o potencial de "maximizar o prazer ou a felicidade" e "minimizar a dor ou o sofrimento" dos animais. Além disso, o caráter ético-político desta ação de disseminação de informação também contribui para o respeito aos direitos e bem-estar dos animais, além de impactar na saúde dos indígenas e das aldeias onde vivem. Portanto, a iniciativa da OBA visa promover, a partir do processo pedagógico, o bem-estar e a saúde dos animais e dos indígenas ao detectar e eliminar doenças que poderiam ser transmitidas por carrapatos, o que reduz o sofrimento de ambos. Isto é, contribui para a "maximização da felicidade" e "minimização da dor", corroborando com a ética utilitarista hedonista de Bentham (2017/1789).

O relato também está de acordo com a teoria da justiça como equidade de Rawls (2021), pois reforça a ideia de que a igualdade de oportunidades deve ser promovida. Ao informar os tutores indígenas sobre como cuidar de seus animais, o Mutirão Mata-Fome reforça a possibilidade de que os tutores exerçam seus direitos e tenham acesso igualitário à informação necessária para melhorar o bem-estar dos animais com os quais se relacionam.

Desta forma, o projeto está contribuindo em benefício da igualdade de oportunidades, o que reforça o valor da equidade nas suas ações de promoção do bem-estar animal.

Outrossim, a fala de OBAV02 mostra que a consideração dos interesses de todas as partes envolvidas (indígenas e seus cães e gatos) permite que o melhor cuidado para os animais seja alcançado, pois ensinam sobre como oferecer um melhor alimento, recreação ou monitorar os sinais de saúde dos animais é tão importante quanto oferecer comida. Nesse sentido, o Mutirão Mata-Fome está de acordo com o princípio da igual consideração de Singer (2018), uma vez que envolve os tutores indígenas nas ações pelo bem-estar de seus animais, fornecendo-lhes conhecimento que os ajuda a prover melhor bem-estar e cuidado os cães e gatos das aldeias.

Assim, é possível compreender o processo pedagógico instituído pelo Mutirão Mata-Fome como práticas ético-políticas de igualdade e equidade, em que os tutores indígenas absorvem conhecimentos e superam a mentalidade instrumental/especista, de modo que podem, autonomamente, cuidar um pouco melhor do bem-estar de seus animais. Isto

A sensibilização dos voluntários em relação à condição de vida dos indígenas aldeados a partir da participação no Mutirão Meta-Fome foi indicada nas falas de OBAM01, OBAV01, OBAV03 e OBAV04, podendo também ser associada aos preceitos ético-políticos de Bentham, Rawls e Singer. Na visão de OBAV01, “quando podemos ver de perto a realidade de outras pessoas e saímos da nossa bolha, isso pode estimular nossa empatia com o outro, sendo ele humano ou não”. No mesmo sentido, a fala de OBAV03 é reveladora:

> Você, participando desse mutirão, passa a conhecer e realmente tem um olhar diferente em relação aos indígenas. Talvez um olhar positivo, talvez um olhar

> negativo, né? Eu acho que um olhar positivo, digo, mais fraterno, em relação à falta de compreensão e o pré-julgamento que se faz em relação a eles. Vendo as dificuldades em que vivem, a falta de trabalho, a falta de moradia digna, né? Enfim, isso realmente faz com que a gente se sensibilize e, talvez assim, passe a olhar para eles de uma forma diferente. Por outro lado, eu vejo que é muito difícil você conseguir fazer com que os povos indígenas tenham um olhar diferente para os seus animais. Então a gente vê que, apesar de eles quererem os animais e não viverem sem animais (não tem uma casa que não tem animal), falta um carinho, um afeto dos indígenas em relação aos animais, né? Então acho que é um trabalho que, aos poucos, a OBA está conseguindo fazer: mostrar que os animais também precisam de carinho; mostrar que nenhum animal, nenhum cachorro foge de você se você dá carinho para ele. Então eu acho que ali, pelo menos para mim, eu tive esses dois olhares: um olhar realmente muito mais sensível em relação a eles como pessoas; mas também uma certa inquietação em relação ao trato deles com os animais, pois, às vezes, um pouco mais de cuidado com certeza evitaria várias complicações nesses animais.

Estes relatos mostram que a participação no projeto pode ser transformadora. No caso de OBAV03, a participação no Mutirão Mata-Fome fez despertar um olhar mais humano e compreensivo com relação às dificuldades vivenciadas pelos povos indígenas. Ao mesmo tempo, o voluntário evidencia a mentalidade, em certa medida, instrumental e especista de parte dos indígenas. De acordo com o relato, os indígenas precisam ser sensibilizados para se identificarem com a situação dos animais e, desse modo, poderem compreender que aqueles cães e gatos merecem carinho e cuidado. Nesse sentido, a experiência do projeto, que leva à compaixão e ao respeito, atende ao princípio da utilidade

de Bentham (2017/1789). Isto pois, ao gerar uma maior sensibilidade nos voluntários, a iniciativa da OBA estimula o direcionamento de ações para o bem-estar do próximo (humano ou não humano), de forma a "maximizar a felicidade" e, consequentemente, "minimizar o sofrimento" desse outro.

A fala de OBAV03 também destaca a importância da participação no Mutirão Mata-Fome para repensar a perspectiva em relação às comunidades indígenas, desconstruindo pré-conceitos e olhando não apenas a dificuldade que essas pessoas enfrentam, mas também como os construtos culturais influenciam suas decisões e ações. Ou seja, a participação no projeto permite que as pessoas experimentem e compreendam com maior profundidade a realidade dos animais vulneráveis e dos próprios indígenas aldeados. Esta experiência tem potencial para estimular a empatia tanto com os indígenas quanto com seus animais, o que contribui para a promoção da equidade. Assim, a iniciativa da OBA visa promover a igualdade de oportunidades, a liberdade e a dignidade tanto dos tutores indígenas, quanto dos seus cães e gatos que estão em situações de vulnerabilidade (Rawls, 2021).

No mesmo sentido, o relato indica que a participação no projeto estimula a consideração dos interesses de todos os seres vivos, humanos e não humanos. O voluntário teve contato direto com as difíceis condições em que os povos indígenas vivem, o que o fez ter um olhar mais empático em relação à situação dos membros das aldeias. Ao mesmo tempo, o voluntário também identificou a necessidade dessas comunidades adotarem uma postura de cuidado maior para com os animais. Com isto, a OBA parece contribuir para a mudança de olhar, promovendo a consideração equânime entre interesses humanos e não humanos (Singer, 2018).

Assim, observa-se que a sensibilização em relação à condição indígena, estimulada pela participação no projeto Mutirão Mata-Fome, diz respeito a um dos efeitos da iniciativa promovida pela OBA, em que a prática de preceitos ético-políticos de igualdade e equidade contribui para a quebra paradigmática em relação aos mais fragilizados (humanos ou não humanos).

A partir dos dados analisados neste subtópico, foi possível observar que o Mutirão Mata-Fome possui algumas similitudes com os preceitos ético-políticos preconizados por Bentham, Rawls e Singer. Com o intuito de sintetizar os achados aqui contidos, destaca-se a Figura 17:

Categoria	Características identificadas	Sustentação empírica
Preceitos ético-políticos de igualdade e equidade: • Maximização o prazer ou felicidade e minimização a dor ou sofrimento (Bentham, 2017/1789); • Promoção da equidade a partir de princípios que visam a liberdade e a igualdade de oportunidades (Rawls, 2021); e • Consideração dos interesses de todos os afetados por determinada ação (Singer, 2018).	Mentalidade não instrumental/especista dos voluntários	OBAM01; OBAM02; OBAV02; OBAV04
	Contexto vulnerável no qual ocorre o projeto	OBAM01; OBAM02, OBAV01; OBAV02; OBAV05
	Serviços oferecidos e resultados alcançados	OBAM01; OBAM02; OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV04
	Reflexos na qualidade de vida dos indígenas	OBAM01; OBAV03; OBAV05
	Processo pedagógico em que indígenas aprendem a cuidar melhor dos animais	OBAM02; OBAV02
	Sensibilização dos voluntários em relação aos indígenas	OBAM01; OBAV01; OBAV03; OBAV04

Figura 17. Relações entre as ações da OBA e os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A análise realizada neste subtópico revelou, portanto, que as ações empreendidas pela OBA, por meio do Mutirão Mata-Fome, constituem-se de práticas ético-políticas de igualdade e equidade que, a partir da consideração dos interesses e da promoção da igualdade de oportunidades, visam, no curto e no longo prazo, a "minimização do

sofrimento" e a "maximização da felicidade" de todos os membros (humanos e não humanos) das aldeias indígenas atendidas pelo projeto.

Assim, o próximo subtópico abordará a questão dos benefícios mútuos promovidos a partir das ações do Mutirão Mata-Fome.

4.1.3 Benefícios mútuos contidos na relação humano-animal promovida pela Organização Bem-Animal

O capítulo teórico indicou que, apesar do tratamento predominantemente instrumental dos seres humanos para com os animais não humanos ao longo da história, a relação humano-animal tem consequências (Buller, 2016), podendo resultar em benefícios mútuos – situações em que humanos e animais não humanos são favorecidos mutuamente (Serpell, 2015; Aerni, 2021). A partir dessa perspectiva, este subtópico buscará evidenciar possíveis traços de mutualismo nas relações humano-animais promovidas pelas ações do Mutirão Mata-Fome.

Antes de tudo, vale relembrar que a OBA trabalha a partir de dois conceitos: família multiespécie e saúde única (OBAM01; OBAM02), no qual este último remete mais intensamente à ideia de benefícios mútuos. Nesse sentido, dirá a gestora OBAM01: "As ações executadas através do Mutirão Mata-Fome estão fortemente baseadas sob a visão do conceito de Saúde Única, em que a saúde humana, animal, vegetal e do meio ambiente estão interligadas. Desta forma, todos ganham".

Uma vez que esta abordagem adotada pela OBA compreende que a saúde de todos os seres vivos (humanos e não humanos) e do meio ambiente estão interconectadas, sugere-se que a própria concepção do projeto Mutirão Mata-Fome se refere à noção de que os

benefícios vão além daqueles proporcionados diretamente aos cães e gatos que vivem em situação de vulnerabilidade nas aldeias, e podem, portanto, gerar impacto positivo nas vidas dos demais envolvidos, no meio ambiente e na própria sociedade. Como já mencionado, tanto o conceito de família multiespécie quanto o de saúde única remetem à "motivação por causas sociais" do projeto da OBA (vinculando-o às inovações sociais).

Dito isto, destaca-se inicialmente que os todos os entrevistados da OBA (OBAM01; OBAM02; OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV04; OBAV05) mencionaram os benefícios diretos aos animais das aldeias. Nas palavras de OBAV01, "Os animais se beneficiam com a alimentação, auxilio veterinário, castração e na interação com voluntários onde incentivamos a socialização deles".

O relato destaca a relevância do projeto para a melhoria das condições de vida dos cães e gatos que vivem em situação de vulnerabilidade dentro das aldeias indígenas, uma vez que são fornecidos recursos como alimentação, auxílio veterinário e castração. Além disso, a fala de OBAV01 deixa clara a importância da parceria entre humanos e animais, na qual a socialização dos animais não humanos é incentivada a partir da interação que ocorre entre voluntários e os cães e gatos das aldeias.

Conforme previamente mencionado, o foco da OBA no contexto indígena é uma "inovatividade" da organização, e a atuação dos voluntários indica que esta iniciativa é fruto de uma "construção coletiva", de modo que é possível notar similitudes entre o Mutirão Mata-Fome e as inovações sociais nesses dois aspectos.

Entretanto, como indica a proposta de discussão deste subtópico, os benefícios diretos aos cães e gatos das aldeias atendidas não esgotam as possibilidades de impacto do projeto da OBA. Como indicaram OBAM01, OBAM02, OBAV01, OBAV03 e OBAV05, o trabalho do Mutirão Mata-Fome também protege os indígenas aldeados de possíveis

doenças causadas pelos animais (zoonoses). Nesse sentido, como consequência do projeto da OBA, "animais mais saudáveis significam também o povo indígena, o povo da aldeia, mais saudável" (OBAV03).

Este relato evidencia um dos benefícios mútuos da iniciativa da OBA. O Mutirão Mata-Fome exerce o papel de melhorar o bem-estar dos animais e, com isto, aumenta o bem-estar dos indígenas aldeados, protegendo-os de possíveis doenças advindas dos animais. Isto aponta para o importante papel que animais não humanos desempenham na saúde humana. Isto é, a partir de uma perspectiva de mutualismo, é possível perceber que o bem-estar dos animais, como cães e gatos, contribui para o bem-estar das aldeias indígenas, uma vez que a saúde dos animais traz benefícios diretos para a saúde humana e vice-versa. Assim, a alimentação adequada e os cuidados veterinários proporcionam um ambiente de bem-estar para amenizar o sofrimento dos animais e contribuir positivamente para a qualidade de vida dos tutores indígenas.

O fato de subsidiar uma vida mais saudável também aos indígenas vincula o projeto às inovações sociais, pois uma melhor saúde impacta positivamente para que aquelas comunidades possam buscar soluções para outras questões e, assim, desenvolverem-se. Ou seja, o impacto na saúde indígena possui uma dimensão "potencialmente transformadora" para as aldeias indígenas.

Outro benefício para os indígenas, a partir das ações do Mutirão Mata-Fome, diz respeito ao impacto econômico do projeto. Como menciona OBAV05, os indígenas se beneficiam do "fornecimento da alimentação dos bichos, que muitas vezes acaba não sendo atendida". Isto é, o fornecimento de alimentos, atendimentos veterinários e castrações dos animais da aldeia são bens e serviços gratuitos e de qualidade, cujos quais os indígenas teriam dificuldade de acesso, não fosse o trabalho da OBA. Ao falar da condição financeira

dos indígenas, OBAM02 ressalta que “as condições são muito difíceis, eles são muito pobres, muito, muito pobres”. Como já indicado, os custos mensais somente com alimentação e vacinação básica para os mais de 500 animais que vivem nas aldeias podem facilmente se aproximar dos R$ 12.000,00 (considerando R$ 6.760,00 para ração e R$ 5.000,00 para vacinas). Esta iniciativa, portanto, permite que os indígenas possam utilizar seus limitados recursos financeiros para outras finalidades. Isso, por sua vez, revela a dimensão inclusiva do projeto da OBA, que dá acesso a bens e serviços de qualidade a comunidades que não teriam condições de pagar por eles.

A melhoria da dimensão da saúde das aldeias indígenas também foi alvo de apontamentos dos entrevistados da OBA. Nesse sentido, OBAM02 e OBAV03 indicam que a melhoria da qualidade de vida dos cães e gatos contribui para o bem-estar das aldeias. Dirá OBAM02: “Então tu percebes, quando tu chegas em uma aldeia e vê todos os animais bonitos, com escore corporal bom, com pelinho brilhante, sem parasitas externos; tu percebes que isso muda o visual da aldeia e muda o bem-estar das pessoas”. Na mesma direção, dirá OBAV03: “Melhora o ambiente que eles vivem. Um cachorro saudável, sem dúvida, tem outro aspecto, tem outra energia”.

Esses relatos reforçam a ideia de que há benefícios para ambos os lados quando o Mutirão Mata-Fome aborda a saúde e bem-estar dos animais não humanos. Ou seja, quando o projeto melhora a saúde e condição física dos animais, permite que estes fiquem com uma melhor aparência, o que reflete de forma positiva no bem-estar das aldeias atendidas, que podem interagir de modo saudável com os animais domésticos. Nesse sentido, é possível observar um “potencial transformador” para as aldeias atendidas pela OBA, vinculando seu projeto às inovações sociais.

O projeto da OBA também gera impacto na vida dos voluntários do Mutirão Mata-Fome, como indicam OBAM01, OBAM02, OBAV01, OBAV02, OBAV03 e OBAV04. O espírito altruísta que motiva a participação dos voluntários é reforçado pelas ações promovidas nas aldeias indígenas, de modo que gera bem-estar a estes atores. Como indica OBAV02, "você volta outra pessoa dos mutirões, você se sente útil por aquela ajuda, seja levando ração, passando remédio, pedindo água para os cachorros". No mesmo sentido, dirá OBAM02: "eu estou indo lá, às vezes dispondo do meu domingo, mas eu estou transformando a vida dos animais e das suas famílias". OBAV01 vai mais a fundo, e afirma o seguinte: "para mim, era muito de estar buscando ajuda. Acho que era isso, assim, eu fui em busca de ajuda e não para ajudar alguém e, no fim, acabou que eu ajudo e eles também me ajudam muito, né?".

Estas falas apontam para a dimensão transformadora do projeto nas vidas de seus participantes, trazendo elementos de relação mutuamente benéfica entre humanos e animais não humanos promovida pela participação voluntária no Mutirão Mata-Fome. Os relatos evidenciam a abordagem mutualista do projeto, pois destacam como as atividades de voluntariado contribuem para o benefício mútuo – ou seja, o voluntário se sente útil ao proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cães e gatos das aldeias, enquanto os animais recebem suporte para sua sobrevivência, gerando bem-estar e saúde também aos indígenas.

Esta prática evidencia um intercâmbio de benesses, que pode trazer benefícios sociais (saúde), ambientais e psicológicos tanto para o humano quanto para os animais atendidos pela OBA. Nesse sentido, o voluntariado no Mutirão Mata-Fome é um intercâmbio de benesses: o voluntário dedica sua energia para auxiliar os animais das aldeias, e tem como retorno a troca de afetos com eles e seus tutores indígenas,

beneficiando-se emocionalmente ao contribuir para uma causa na qual acredita ser relevante.

Nesse sentido, os voluntários da OBA recebem benefícios de ordem emocional que podem estimulá-los a exercer sua solidariedade coletiva, o que denota um "potencial transformador para a sociedade" e vincula essa iniciativa às inovações sociais. Outrossim, a própria ação voluntária do projeto indica a "construção coletiva" dessas práticas, sendo este outro aspecto das inovações sociais que, neste caso, gera benefícios mútuos a todos os envolvidos (voluntários, indígenas e animais domésticos).

Os dados analisados neste subtópico permitem observar algumas possibilidades de benefícios mútuos do projeto Mutirão Mata-Fome que vão além do fornecimento de alimentos e cuidados veterinários aos cães e gatos que vivem nas aldeias indígenas atendidas. Nesse sentido, a Figura 18 destaca, de modo resumido, essas possibilidades mencionadas pelos entrevistados:

Categoria	Características identificadas	Sustentação empírica
Benefícios mútuos na relação humano-animal (Serpell, 2015; Buller, 2016; Aerni, 2021)	Projeto: concepção a partir da ideia de saúde única	OBAM01; OBAM02
	Animais: alimentação, auxílio veterinário, castração, atendimentos emergenciais e socialização	OBAM01; OBAM02; OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV04; OBAV05
	Indígenas: proteção contra zoonoses, economia de recursos financeiros	OBAM01; OBAM02; OBAV01; OBAV03; OBAV05
	Aldeias: saúde e bem-estar	OBAM02; OBAV03
	Voluntários: bem-estar altruísta	OBAM01; OBAM02; OBAV01; OBAV02; OBAV03; OBAV04

Figura 18. Benefícios mútuos na relação humano-animal promovida pela OBA
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A partir da discussão aqui empreendida, é possível inferir que o projeto Mutirão Mata-Fome gera benefícios não somente para os animais que vivem em situação de vulnerabilidade nas aldeias indígenas, que recebem atenção, carinho, alimentação adequada e tratamentos veterinários preventivos e emergenciais, bem como são castrados para melhorar sua qualidade de vida e fechar o ciclo de abandono. As práticas da OBA geram benefícios também para os indígenas ao protegê-los de possíveis doenças diversas e com potencial de risco à vida (vide nota de rodapé nº 13, p. 131), para a própria aldeia ao prover um ambiente mais saudável e aos voluntários do projeto, que se sentem atuantes e comprometidos por poderem ajudar os animais, seus tutores indígenas e meio ambiente.

Dada a análise contida no presente tópico, destaca-se que é possível inferir que há elementos suficientes para associar as práticas constitutivas do projeto Mutirão Mata-Fome da OBA aos quatro aspectos primordiais da inovação social – inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970), motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008), construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010) e potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016). Outrossim, como já mencionado, considera-se que as ações da OBA por meio do Mutirão Mata-Fome podem ser vinculadas a preceitos ético-políticos de igualdade e equidade, alinhando-se ao princípio da utilidade (Bentham, 2017/1789), à noção de justiça como equidade (Rawls, 2021) e ao princípio da igualdade (Singer, 2018). As entrevistas subsidiaram a tese de que as quatro categorias da inovação social estão associadas às práticas de igualdade e equidade (Bentham, Rawls e Singer), de modo que geram benefícios mútuos em termos de saúde, educação e bem-estar a humanos e saúde e bem-estar aos animais domésticos das aldeias.

Em outras palavras, as práticas promovidas pelo Mutirão Mata-Fome são socialmente inovadoras porque, ao se efetivarem como ações que contribuem positivamente

em termos de igualdade e equidade, mudam a mentalidade dos diversos atores envolvidos, tanto em relação aos humanos mais fragilizados quanto acerca dos animais não humanos, gerando benefícios mútuos e sentimentos associados à inclusão, empatia, saúde e preservação ambiental.

Isto posto, destaca-se o próximo tópico para abordar os aspectos relacionados às ações promovidas pela Ecopet.

4.2 Análise dos dados relacionados à Ecopet

No presente tópico, serão analisados os dados relacionados às práticas constitutivas da Ecopet, obtidos em campo por meio de pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Dessa maneira, a análise aqui empreendida será dividida em três subtópicos, cujos quais discutem respectivamente: os aspectos que relacionam as ações da Ecopet às inovações sociais; as características que vinculam as práticas dessa organização aos preceitos ético-políticos de igualdade e equidade; e alguns dos benefícios mútuos possíveis que decorrem das relações humano-animais promovidas por essas ações sociais.

4.2.1 Conexões entre as práticas da Ecopet e as inovações sociais

Como indicado no capítulo teórico desta pesquisa, considera-se que a inovação social possui quatro características primordiais, quais sejam: inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970); motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008); construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010); e potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016). Assim, este subtópico abordará

cada uma das referidas propriedades, com o intuito de apontar conexões entre as inovações sociais e as ações empreendidas pela Ecopet.

Inicia-se esta discussão destacando que a vinculação entre reciclagem de materiais e a promoção do bem-estar animal por meio de castrações foi amplamente apontada como "inovativa" pelos participantes. Desse modo, esta a ideia de a Ecopet vender tampas plásticas para financiar a castração de animais foi indicada como uma solução inovadora por ECOM02, ECOV01, ECOV02, ECOV03, ECOV04, ECOV08, ECOV10, ECOV12, ECOV13, ECOV15, ECOV17 e ECOV19. Nesse sentido, dirá ECOV19:

> Acredito que a diferença está na ligação entre reciclagem e castração, né? Então, pensando no sentido de que através da reciclagem é possível obter as castrações (...). Porque ao pensar em castração, geralmente a gente pensa em ter um dinheiro, só que esse é um dinheiro vindo de algo que acaba sendo benéfico também, que é a reciclagem.

O relato desse voluntário destaca a ligação entre reciclagem e castração como um aspecto inovativo da Ecopet, vinculando as práticas desta organização às inovações sociais. Por meio desse trabalho voluntário, a organização traz benefícios significativos para duas problemáticas encontradas nos meios ambiente e social: o bem-estar animal e a reciclagem de lixo plástico. Ao associar a reciclagem como forma de arrecadação monetária para a castração dos animais, a Ecopet apresenta uma solução inovadora de como alcançar resultados benéficos tanto para os animais, quanto para a sociedade e o meio ambiente. Isto é: por um lado, a Ecopet castra cães e gatos, reduzindo as chances de doenças graves como o câncer nesses animais e mitigando as crias indesejadas que frequentemente são abandonadas nas ruas; por outro lado, estimula o hábito da reciclagem nas pessoas, o que

reduz a quantidade de lixo no planeta, melhorando as condições ambientais para todos os seres (humanos e não humanos).

Ao oferecer benefícios mútuos a partir de práticas voltadas ao bem-estar animal e à sustentabilidade do planeta, a Ecopet novamente apresenta similitudes com as inovações sociais, uma vez que suas ações possuem uma "motivação social". Ao estimular as pessoas a reciclarem materiais plásticos e promoverem o bem-estar animal, contribui-se para o desenvolvimento da solidariedade coletiva, dos relacionamentos colaborativos e, no limite, incentiva-se a mudança nos papéis sociais, revelando outro aspecto primordial das inovações sociais, que é o "potencial transformador para a sociedade".

Ressalta-se o benefício de associar reciclagem e castração, que pode promover um resultado positivo tanto para os animais quanto para os seres humanos e o meio ambiente (benefícios mútuos). Essa abordagem, na medida em que permite que o dinheiro arrecadado pela reciclagem seja revertido em castrações de cães e gatos de famílias carentes, também possibilita a redução da desigualdade entre as pessoas, promovendo, em certa medida, a equidade social.

Outro indício de "inovatividade" (aspecto primordial das inovações sociais) da Ecopet está relacionado ao envolvimento dos voluntários. Nessa direção, dirá ECOV16:

> Esse projeto é diferente porque tem muitas pessoas envolvidas. Precisa de muitas pessoas envolvidas, desde a pessoa de casa que coleta tampinhas, até a reciclagem. Coleta, leva em um ponto de coleta, depois tem a pessoa que vai no ponto de coleta e pega as tampinhas, em seguida vai para uma separação onde a gente tira os acrílicos, metais, enfim… e, por fim, vai para reciclagem.

Contudo, vale destacar a fala de ECOV04, asseverando que “cada voluntário escolhe como quer participar das atividades dentro de sua disponibilidade de tempo, a partir das necessidades e das regras da instituição”.

Os relatos indicam que o projeto da Ecopet busca envolver diversas partes interessadas em tornar possível as ações, possibilitando atingir seus objetivos sociais. Isto é, a iniciativa consegue envolver membros da comunidade para trabalhar voluntariamente com o intuito de arrecadar e reciclar materiais, levantando recursos financeiros a serem revertidos em castrações de animais de rua e de famílias carentes. Em outras palavras, a Ecopet estimula a “construção coletiva” e o engajamento cidadão, contribuindo para a construção da solidariedade coletiva e dos relacionamentos colaborativos em prol do bem-estar animal e da sustentabilidade ambiental.

Destaca-se, além disso, que cada participante tem a liberdade de contribuir da melhor maneira possível, de acordo com a sua disponibilidade de tempo. Esta abordagem também pode ser considerada inovativa, pois revela a flexibilidade que a Ecopet possui ao gerenciar sua força de voluntariado, deixando os participantes do projeto à vontade para trabalharem de acordo com suas possibilidades. Como indicado anteriormente, a Ecopet possui, no momento desta pesquisa, 42 voluntários. Sendo a “inovatividade” uma característica das inovações sociais, pode-se dizer que, nesse sentido, as práticas da Ecopet possuem similitudes com as ações socialmente inovadoras.

O voluntário ECOV16 ainda destaca a clínica móvel utilizada nos mutirões de castração como uma inovatividade da Ecopet. Dirá o entrevistado: “inovador também eu acho o castramóvel (...). É um exemplo para todos os locais, para qualquer cidade, qualquer estado, de que o negócio funciona. Então, acho que isso é inovador também, porque é uma coisa diferente que dá certo”.

A partir da observação participante, o pesquisador, ao cooperar como voluntário nos mutirões de castração, pôde testemunhar a utilização da unidade móvel de castração. Trata-se de uma carreta convertida em clínica veterinária, onde diversos voluntários (membros da comunidade, integrantes da Ecopet e veterinários) atuam em conjunto para castrar animais de rua ou de famílias carentes. Em um mutirão realizado no município de Biguaçu (SC), por exemplo, foram realizadas 197 castrações de cães e gatos em um único dia.

Assim, o desenvolvimento da clínica móvel de castração pode ser considerado uma "inovatividade" (característica da inovação social), pois busca garantir o acesso aos serviços para famílias que não teriam a oportunidade de castração. Isto é, trata-se de um serviço de castração de qualidade e totalmente gratuito (financiado pela venda de tampas plásticas para reciclagem) que vai até as comunidades carentes. Além de potencializar o número de animais castrados pela Ecopet, a clínica móvel de castração dá acesso a um serviço de saúde pública às famílias que não teriam condições de pagar.

Como indicado pelo pesquisador na condição de observador participante, o castramóvel funciona a partir participação de diversos atores, ou seja, atende ao aspecto da "construção coletiva" das inovações sociais. Outrossim, o desenvolvimento de uma ferramenta como a clínica móvel de castração se dá a partir de uma "motivação social", contrapondo-se à lógica neoliberal comumente observado nas inovações tecnológicas.

Os voluntários ECOV05 e ECOV06, por sua vez, destacam a divulgação das ações da Ecopet como uma "inovatividade" da organização. Nesse sentido, ECOV06 assevera que "eles focam bastante na divulgação da ONG, na divulgação das ações, principalmente no Instagram. Mesmo quem não sabe o que é a Ecopet, sabe que tem as tampinhas para castração".

Esta abordagem inovativa relacionada ao *marketing*, especificamente na plataforma de mídia social *Instagram*, moderniza o trabalho da Ecopet em promover o seu objetivo. Prova disso, como menciona o voluntário, é o fato de que muitas pessoas não sabem o que é a Ecopet, mas sabem que tampinhas plásticas podem ser recolhidas e entregues nos pontos de coleta para serem revertidas em castrações de animais. Nesse sentido, a Ecopet traz algo novo para as ações em prol do bem-estar animal e da sustentabilidade, pois aproveita as funções da plataforma de mídia social para expandir sua abrangência.

Além disso, a divulgação em mídias sociais pode sensibilizar mais pessoas para a questão do abandono e maus-tratos de animais, dando condições para que reflitam acerca desse assunto e questionem seus hábitos. Da mesma forma, promove o engajamento voltado á reciclagem de materiais, de modo que é possível "inspirar mais cidades a fazer o mesmo" (ECOV05). Em outras palavras, a divulgação das ações nas mídias sociais digitais pode contribuir com a mudanças nos papéis sociais. Nesse sentido, essa prática da Ecopet vincula a organização às inovações sociais, uma vez que há uma dimensão "potencialmente transformadora" para a sociedade.

Em relação à "motivação social" como pano de fundo para as práticas da Ecopet, destaca-se que a característica mais latente observada é a interdependência entre humanos e os demais seres vivos, sendo destacada por ECOV01, ECOV02, ECOV04, ECOV05, ECOV07, ECOV12, ECOV16, ECOV18, ECOV19 e ECOV21. Nesse sentido, dirá ECOV18: "vivemos todos integrados. Se não dermos atenção para os animais, cuidar e proteger, estamos colocando em risco nossa própria existência". Na mesma direção, ECOV02 aponta que "os animais são o grande complemento indispensável de vida no planeta. E aqui importa entender a abrangência desses seres na continuação da vida humana. É pela conservação e cuidado com eles que a humanidade se mantém no planeta.

Portanto, não é somente uma causa animal (cachorros e gatos) a que me refiro, e sim uma causa de sobrevivência planetária, de um ecossistema equilibrado".

Os relatos apontam para uma clara motivação por causas sociais, pois é possível notar que os voluntários da Ecopet acreditam na necessidade de se preservar a vida animal para manter o equilíbrio ambiental. Esse sentimento de preocupação pelo bem-estar dos animais está ligado ao reconhecimento da interdependência entre seres humanos e os demais seres vivos. Assim, na visão dos entrevistados, compreende-se que não cuidar dos animais não humanos implica em arriscar a própria existência humana. Portanto, essa motivação social que fundamenta as ações da Ecopet se alinha com as inovações sociais, pois busca colaborar com a preservação ambiental e do direito a um tratamento digno para os animais, refletindo em qualidade de vida também para os seres humanos.

A interdependência entre humanos e não humanos evidencia o aspecto mutualista inerente nas relações humano-animais, de maneira que, ao preservar a vida de modo integral (isto é, a vida humana e não humana) e o meio ambiente, todos ganham. Além disso, ao compreender a relação humana para com os demais seres vivos e o planeta por essa perspectiva, denota-se uma mentalidade que se contrapõe à visão instrumental/especista/economicista que parte da sociedade possui.

Contudo, a interdependência humano-animal não se reduz ao espectro do equilíbrio ambiental. Como indicam ECOM01, ECOV03, ECOV06, ECOV08, ECOV10, ECOV11, ECOV17 e ECOV20, a importância de se garantir o bem-estar dos animais não humanos também gera reflexos nas relações sociais. Nessa direção, o gestor ECOM01 afirma que "os animais fazem parte da família multiespécie, e são de extrema importância para o equilíbrio familiar". ECOV03, por sua vez, assevera:

> Os animais são muito importantes, pois são parte da sociedade, tem seu papel muito importante tanto no seio familiar como em atividades relativas às capacidades deles, como nas terapias, nas atividades de busca, de polícia. Para mim são companheiros e participam do dia a dia.

Estas falas sublinham a "motivação por causas sociais" nas ações da Ecopet, de modo a vinculá-las às inovações sociais. Isto por que, a partir dos relatos, é possível observar a existência de uma ligação emocional entre os humanos e os animais não humanos – neste caso, mais relacionada aos animais de companhia. Essa conexão faz perceber a importância dos animais para o convívio social, apontando para uma relação mutuamente benéfica, em que salvaguardar o bem-estar dos animais não humanos também resulta em bem-estar e equilíbrio emocional na sociedade. Isto evidencia a motivação social de ações como as promovidas pela Ecopet, vinculando as práticas desta organização às inovações sociais.

Outro fator que aponta para as "motivações sociais" contidas nas ações da Ecopet é a questão da reciclagem de materiais, em que, como já explicado, a organização vende tampas plásticas para financiar a castração de animais de rua ou sub tutela de famílias carentes. Este ponto, por sua vez, foi mencionado por ECOM01, ECOM02, ECOV01, ECOV02, ECOV03, ECOV04, ECOV08, ECOV10, ECOV12, ECOV13, ECOV15, ECOV17 e ECOV19. Nesse sentido, dirá ECOV02:

> A ideia de reciclar tampinhas, incluir isso no cotidiano das pessoas, e culminar na castração de animais acaba por ser uma ação que envolve não somente as crianças em idade escolar (que, diga-se de passagem, são nossas melhores apoiadoras) mas pessoas de todas as idades e culturas. Envolve conhecimento partilhado, e preocupação com o que acontece no nosso entorno (por exemplo: as pessoas

> envolvidas na ação dificilmente olham indiferentes quando veem animais abandonados, materiais recicláveis soltos pelas ruas...).

O relato destaca como a campanha da Ecopet tem mobilizado pessoas de diversas idades e culturas. Esta motivação impulsiona relações sociais colaborativas para o alcance de objetivos comuns: a castração de animais e a reciclagem de lixo plástico. O voluntário também aponta que o trabalho voluntário na Ecopet resulta em uma maior preocupação com o meio ambiente, de modo que os atores envolvidos no processo se tornam mais sensíveis em relação aos animais e ao meio ambiente. Assim, a relação entre bem-estar animal e reciclagem promovida pelas práticas da Ecopet apontam para a "motivação social" da organização (aspecto primordial das inovações sociais), uma vez que preservar o meio ambiente implica em preservar todas as formas de vida (humanas e não humanas).

Essa fala também aponta para a "construção coletiva" inerente às ações da Ecopet, em que o conhecimento partilhado dos voluntários contribui com a viabilização das práticas da organização em prol do bem-estar animal e da sustentabilidade ambiental. Além disso, observa-se um "potencial para a transformação no âmbito da sociedade", uma vez que o voluntariado gera sensibilização e promove a solidariedade coletiva dos atores envolvidos na iniciativa. Assim, a construção coletiva por trás das ações da Ecopet e seu potencial transformador vinculam a organização às inovações sociais.

Como mencionado anteriormente, as ações da Ecopet são o resultado do envolvimento de diversas pessoas, ou seja, são "construídas coletivamente". Dentre os diversos atores envolvidos, a participação dos voluntários dessa iniciativa foi citada por ECOV01, ECOV02, ECOV05, ECOV06, ECOV07, ECOV08, ECOV09, ECOV10, ECOV11, ECOV12, ECOV13, ECOV15, ECOV16, ECOV17, ECOV18, ECOV19, ECOV20 e ECOV21.

Nesse sentido, dirá ECOV06: “esse projeto não existiria se não fosse o trabalho voluntário das pessoas, e cada um contribui da maneira que pode, com o tempo que tem e com os recursos que tem”. Na visão de ECOV21, a Ecopet é formada por “pessoas que doam seu tempo para fomentar através das ações voluntárias, promovendo uma cultura de paz”. ECOV02, por sua vez, assevera que se trata de “um grande quebra cabeça, no qual as peças são diferentes entre si, mas que se encaixam e por fim completam uma grande e única peça (...). É uma grande rede que movimenta algo muito maior”.

Esses relatos destacam a importância do trabalho coletivo para a execução de ações da Ecopet, e revelam como múltiplos atores contribuem de diferentes maneiras (dentro das possibilidades de cada um) para a realização de um objetivo comum. Além disso, as falas sublinham a motivação das pessoas que se envolvem nesta iniciativa. Os voluntários se reúnem não pelo interesse de ganhar algum tipo de recompensa financeira, mas sim pela intenção altruísta de servir a uma causa, de fazer o bem e de contribuir de alguma forma para o bem-estar animal e para a sustentabilidade. Assim, essa capacidade de agregar indivíduos de diferentes origens e meios contribui para a conscientização da população para a proteção e preservação dos animais e do meio ambiente. Desse modo, a Ecopet se vincula às inovações sociais, pois é um exemplo de como o trabalho construído coletivamente pode resultar em construções potencialmente transformadoras, que reúnem a contribuição de indivíduos muito diferentes, mas que são unificados pela força da causa comum.

Embora seja possível observar o engajamento dos colaboradores no caso da Ecopet, os entrevistados ECOV15 e ECOV18 denunciam que, em certos casos, as pessoas se cadastram como voluntários junto à organização, mas não exercem, de fato, as atividades contributivas. Nas palavras de ECOV18, “as pessoas que se envolvem com o projeto

apresentam dois perfis; aquelas que querem de fato ajudar e as que gostam de fazer mídia". No mesmo sentido, dirá ECOV15:

> Nós temos muitas pessoas que fazem parte da Ecopet, que são inscritas como voluntários e tal. Só que tem um pouco do status, de saber que faz parte. Alguns até a nível de trabalho, quando se exige que tenham alguma coisa de voluntário, então eles se inscrevem.

Assim, é possível observar que há um grupo menor de pessoas que estão interessadas apenas no status que a causa pode oferecer. Isso pode ser um indicativo de que a Ecopet precisa melhorar seu trabalho de informação sobre a importância da causa e a real extensão dos benefícios colhidos na motivação para aderir ao projeto. Nesse sentido, a organização deve estimular aqueles que estão motivados a envolver seus amigos e familiares para garantir a sustentabilidade dos seus projetos.

Apesar disso, observa-se que a Ecopet tem conseguido envolver diferentes pessoas na causa da reciclagem e castração de animais. Demonstra, outrossim, como o projeto consegue promover a construção coletiva (aspecto primordial das inovações sociais) na nas suas ações, uma vez que distintas pessoas se reúnem em prol de um objetivo comum.

Para além do corpo de voluntários, ECOV01, ECOV02 e ECOV13 apontam que a Ecopet necessita de outros participantes para que suas práticas tenham resultados efetivos. Nesse sentido, ECOV01 destaca: "para conseguirmos realizar nosso trabalho junto à causa animal, necessitamos que a população faça a doação de tampas de plástico".

Esta fala evidencia a necessidade de engajar os cidadãos para que recolham tampas plásticas e, com isso, os fundos necessários para a castração dos animais de rua ou sob tutela de famílias carentes possam ser angariados. Nesse sentido, ECOV13 afirma que "a

arrecadação de tampinhas também acaba sendo uma forma de incentivar a reciclagem e, talvez, trazer um propósito para a vida de algumas pessoas".

Esta fala indica que a Ecopet tem se mostrado uma iniciativa que possui o poder de despertar colaboração e solidariedade na população, oferecendo uma oportunidade para que pessoas em diferentes situações socioeconômicas ou profissionais possam agir em prol de um propósito comum. Em outras palavras, possibilita, por meio da conscientização sobre reciclagem e bem-estar animal, uma mudança nos papéis sociais. Isto evidencia não somente a "construção coletiva" que fundamenta as ações da Ecopet, mas também seu "potencial transformador para a sociedade" (duas características fundamentais das inovações sociais).

Para que a população possa entregar as tampas plásticas recolhidas, necessita-se de pontos de coleta. Assim, como indicam ECOM01, ECOV03, ECOV09, ECOV13 e ECOV21, torna-se importante a participação dos estabelecimentos comerciais nesse processo, atuando como pontos para que as pessoas possam entregar as tampinhas coletadas, que são posteriormente recolhidas pelos voluntários da Ecopet. Conforme relata ECOV21, esses pontos de coleta podem ser pet shops, escolas de natação, farmácias de manipulação, massoterapeutas, restaurantes, dentre outros. Como aponta OBAM01, a Ecopet possui, em maio de 2023, mais de 550 pontos de coleta, distribuídos pela região metropolitana de Florianópolis e algumas outras cidades do estado de Santa Catarina.

Dentre os variados pontos de coleta, ECOV03 e ECOV13 destacam a participação efetiva das escolas. Nesse sentido, dirá ECOV13:

> Muitas vezes a gente coleta em escolas que tem algum projeto, algum projeto social, algum vínculo para conseguir ajudar. Então eles criam metas, às vezes com as crianças, com os alunos ou com os funcionários, para poder arrecadar as tampinhas.

> E também mostram a importância de castrar o seu animalzinho, né? É até uma questão de saúde pública, isso, e é muito bom ser disseminado. Então, com as ações da Ecopet, eles nos ajudam arrecadando as tampinhas e acabam aprendendo um pouco mais sobre o movimento.

Esta fala indica que, por meio da ação conjunta com escolas, a Ecopet consegue não somente estimular a reciclagem de tampas, mas também espalhar informações sobre a importância de se castrar animais. Essas parcerias geram trocas mútuas, permitindo que crianças, alunos e funcionários se sintam parte desta causa, contribuindo para a conscientização sobre questões de saúde pública e reciclagem. Além disso, o trabalho voluntário comunitário é reforçado como importante para atingir os objetivos desta iniciativa social.

A participação de centenas de estabelecimentos comerciais e escolas como pontos de coleta da Ecopet denota a força da organização para engajar a população em suas ações. Esse envolvimento, por um lado, evidencia a dinâmica de "construção coletiva" dessa iniciativa, em que, a partir da conscientização ambiental, há a participação de múltiplos atores sociais. Por outro lado, a participação das escolas e o desenvolvimento de práticas que estimulam, nas crianças e em outros membros das comunidades escolares, uma visão de mundo voltada à sustentabilidade integral da vida e do planeta, reflete o "potencial transformador" das práticas da Ecopet na sociedade.

Ainda relacionado à construção coletiva no âmbito das ações da Ecopet, ECOV06 e ECOV16 destacam a participação dos veterinários que colaboram com seus serviços profissionais. Como afirma ECOV06, os veterinários "prestam serviço a preço de custo" para a Ecopet. Como já mencionado, os mutirões de castração envolvem a unidade móvel

de castração e uma série de atores sociais, dentre os quais, destaca-se os profissionais da medicina veterinária.

Estas pessoas utilizam seu conhecimento técnico de forma altruísta, cobrando apenas pelos materiais utilizados nos procedimentos de castração. Dessa maneira, potencializam a utilização dos recursos arrecadados pela Ecopet para que sejam convertidos em um maior número de animais castrados. Ademais, fornecem um serviço de qualidade nos procedimentos cirúrgicos, garantindo a segurança dos animais de rua ou de famílias carentes.

Há de se destacar, ainda, a participação comunitária nas ações da Ecopet, em que os tutores levam seus animais para serem castrados nos mutirões. Conforma indicam ECOM02 e ECOV20, é nos mutirões de castração que a Ecopet atende os animais sob tutela de famílias carentes e, ao mesmo tempo, conscientiza-os sobre a questão animal e ambiental. “Recebemos nossas tampinhas e doamos as castrações”, diz a gestora ECOM02. ECVO20, por sua vez, aponta que há, nos mutirões, a conscientização das comunidades da importância da castração, cuidados e da necessidade de ajudar nas campanhas”.

Vale mencionar que os esforços para conscientizar os membros das comunidades sobre o bem-estar animal e a importância da reciclagem para a sustentabilidade do planeta aponta para um “potencial transformador” da Ecopet, considerando que a conscientização pode sensibilizar mais pessoas a colaborarem com essas causas em algum nível.

Há, além de todos os atores sociais já mencionados, parcerias com outras organizações da sociedade civil. Por meio de pesquisa documental e observação participante, viu-se que esse processo ocorre de duas maneiras. Por um lado, há uma OSC que colabora com a Ecopet financiando algumas castrações, economizando os recursos angariados a partir da venda de tampas plásticas e aumentando o número de animais

atendidos. Por outro lado, a Ecopet destina algumas castrações a animais atendidos por outras organizações da sociedade civil, como o já mencionado exemplo da OBA. Estas interações entre organizações da sociedade civil podem ser observadas na Figura 19:

Figura 19. Parceria entre Ecopet e outras organizações da sociedade civil
Nota Fonte: Ecopet (2023b)

Observa-se, portanto, o envolvimento de diversos atores sociais nas ações da Ecopet, indicando que "é o trabalho de cada uma dessas pessoas, voluntários diretos ou não, que permite o projeto acontecer" (ECOV06). Trata-se, sobretudo, de uma "construção coletiva", o que vincula essa iniciativa às inovações sociais.

Nesse sentido, é possível sugerir que a Ecopet contribua com o desenvolvimento da solidariedade coletiva e dos relacionamentos sociais colaborativos no âmbito da sociedade. Essa possibilidade aponta para o "potencial transformador" dessa organização, uma vez que as atitudes dos atores envolvidos se contrapõem à mentalidade instrumental e especista.

A pesquisa de campo deste estudo também trouxe indicativos de que as práticas da Ecopet têm uma dimensão "potencialmente transformadora para a sociedade", vinculando a iniciativa desta organização da sociedade civil às inovações sociais. Assim, os relatos dos entrevistados ECOM01, ECOV01, ECOV02, ECOV03, ECOV04, ECOV05, ECOV06, ECOV07, ECOV08, ECOV10, ECOV12, ECOV14, ECOV16, ECOV18, ECOV19 e ECOV21 apontam para a importância da troca de conhecimento entre esta organização e as comunidades, especialmente durante os mutirões de castração.

Nesse sentido, dirá ECOV01: "quando estamos nas comunidades, frisamos para a população a importância da retirada desse material plástico da natureza, e em contrapartida fizemos a castração de cães e gatos sem custo algum. Ajudamos a natureza e atendemos os animais". Na mesma direção, ECOV18 destaca:

> Essa troca é bastante enriquecedora para a comunidade, porque leva a educação ambiental de forma leve para dentro da casa das pessoas, mostrando para elas o impacto que elas causam no meio ambiente e mostrando que elas podem diminuir esse impacto através de ações sociais. O projeto mostra a importância de castrar os animais domésticos e de separar o lixo, o que traz bem-estar para a localidade e as famílias que ali residem.

Os relatos indicam que a Ecopet pode estar contribuindo, em certa medida, para a transformação social, na medida em que incentiva o recolhimento de resíduos plásticos para reciclagem, promovendo a conservação ambiental, enquanto ajuda os animais das

comunidades carentes a receber os serviços de castração gratuitamente. Esse trabalho pode contribuir para a construção de um futuro mais sustentável e para a melhoria do bem-estar e dos direitos dos animais. Assim, com o projeto, as pessoas são incentivadas a adotar boas práticas ecológicas, como separar o lixo e castrar animais domésticos. Além disso, as comunidades locais são beneficiadas economicamente, já que todo o valor arrecadado com a venda das tampas plásticas é revertido para a castração de animais de forma gratuita. Nesse sentido, as práticas da Ecopet se destacam como um meio para melhorar a qualidade de vida das pessoas locais e de seus animais.

As ações que visam à conscientização, no entanto, não estão restritas aos mutirões de castração. Como apontam ECOV01, ECOV07, ECOV13, ECOV16, ECOV18 e ECOV21, as práticas pedagógicas da Ecopet ocorrem também em escolas. Nessa direção, ECOV21 afirma que "quando vamos dar palestras em escolas, por exemplo, a organização está preocupada em comunicar o cuidado que temos que ter com o meio ambiente, com os seres viventes e uns com os outros". Assim, "envolvem os pais dos alunos (...), que se tornam multiplicadores dessas ações". Com isto, como aponta ECOV01, estimula-se o "despertar desses alunos, aliados importantíssimos para o bem comum. É o início de um mundo melhor, mais consciente e mais evoluído".

Estas falas indicam que, além de arrecadar recursos para a realização de castrações de animais de rua ou sob tutela de famílias carentes, a Ecopet busca também a sensibilização da comunidade escolar sobre a preservação ambiental e o bem-estar dos animais. A ação tem o objetivo de criar uma nova consciência ambiental, estimulando o desenvolvimento de escolhas sustentáveis, o que pode contribuir para um mundo mais saudável e justo para todos os que compartilham o planeta (humanos e não humanos). Desse modo, promove o bem-estar animal, contribuindo para a redução dos índices de

abandono dos cães e gatos. Com isto, observa-se que a Ecopet promove uma conscientização ambiental que tem o potencial de alcançar diferentes públicos, oriundos de diferentes esferas sociais, como alunos das escolas, seus pais, ou proprietários de estabelecimentos comerciais, por meio da propagação de ações voltadas ao bem-estar animal e à preservação ambiental. Isto reforça a dimensão transformadora da Ecopet, visto que esta organização da sociedade civil tem potencial para encorajar as pessoas a se engajarem na criação de um mundo mais sustentável e equitativo.

As práticas pedagógicas da Ecopet, empreendidas tanto nas comunidades durante os mutirões de castração quanto nas escolas, evidenciam a preocupação desta organização em mudar a mentalidade das pessoas em relação ao bem-estar dos animais e à preservação do meio ambiente. Assim, as ações da Ecopet relacionadas à conscientização podem ser observadas como potencialmente transformadoras nas falas de ECOV02, ECOV03, ECOV04, ECOV06, ECOV08, ECOV10, ECOV14 e ECOV21. Corroborando com essa perspectiva, dirá ECOV06 que a chave para possibilitar uma transformação social "é uma questão de orientação e de conscientização da população". Na mesma direção, destaca-se a fala de ECOV02:

> O movimento que a Ecopet faz, integra a partir do conhecimento (o porquê da castração, o cuidado com as comunidades carentes, protetores, o apoio em transmitir saberes, as intervenções escolares). E isso acopla ideias e pessoas, portanto, não é somente reciclar tampinhas, é também dizer o motivo pelo qual essa ação acontece.

Esses relatos ressaltam importância da conscientização para a promoção de uma sociedade mais sustentável em relação aos animais não humanos e ao meio ambiente. Nesse sentido, a dimensão pedagógica da Ecopet tem o potencial de despertar a solidariedade coletiva da população e mostrar que, por meio de relacionamentos sociais colaborativos, é

possível contribuir para uma mudança na sociedade e para a preservação animal e ambiental. Isto subsidia o "potencial transformador" da Ecopet, vinculando-a às inovações sociais.

Outro "potencial transformador" relacionado às ações da Ecopet é a sensibilização dos voluntários em relação às comunidades carentes atendidas nos mutirões de castração. Essa mudança de perspectiva por parte dos voluntários foi mencionada por ECOV01, ECOV10, ECOV12 e ECOV14. Nesse sentido, ECOV12 aponta que "essas ações despertam a coletividade e chamam a atenção para os animais e comunidades em situação de maior vulnerabilidade". ECOV10, por sua vez, afirma que "muitas vezes não percebemos certas realidades", portanto, a partir da participação nos mutirões de castração em comunidades carentes, o voluntário "terá outro olhar para aquele assunto".

Por meio do trabalho voluntário, pode-se desenvolver uma consciência social que pode contribuir para o desenvolvimento de sua solidariedade coletiva, passando a se preocupar não somente com o bem-estar dos animais não humanos, mas também em relação à condição de vida dos seus tutores, membros de comunidade carentes. Assim, a partir da sensibilização dos voluntários frente à realidade enfrentada pelas famílias carentes que levam seus animais para serem castrados, evidencia-se o potencial transformador da iniciativa da Ecopet, em que se desenvolve não somente a responsabilidade ambiental, mas também a responsabilidade social. Isto, portanto, revela similitudes entre as práticas dessa organização e as inovações sociais.

O potencial da Ecopet para mudar as relações sociais e transformar a forma como as pessoas lidam umas com as outras, com os animais não humanos e com a sustentabilidade do planeta é reforçado pelas falas de ECOV02, ECOV05, ECOV06, ECOV07, ECOV09, ECOV13, ECOV14, ECOV16 e ECOV20. De acordo com ECOV05, ações como as

promovidas pela Ecopet fazem com que as pessoas "se tornam mais cooperativas, mas conscientes com tudo". Na mesma direção, dirá ECOV06: "eu acho que, a partir do momento que você se torna uma pessoa mais consciente (...), direcionada a fazer o bem, você muda tudo à tua volta, não só na sua relação com os animais".

Os relatos, portanto, indicam o "potencial transformador" da Ecopet, uma vez que, por meio de suas ações, contribui-se para que as pessoas não apenas se tornem mais conscientes sobre questões ambientais, mas que, para além disso, se sensibilizem em relação aos seus semelhantes e à própria sociedade, desenvolvendo uma mentalidade que questiona o paradigma das relações fundamentadas na instrumentalização do outro, no especismo e no economicismo.

Os dados analisados no presente subtópico permitem observar as práticas promovidas pela Ecopet como ações que possuem similitudes com as inovações sociais. Com o objetivo de sintetizar os achados aqui contidos, destaca-se a Figura 20:

Categoria	Características identificadas	Sustentação empírica
Inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970)	Vinculação entre bem-estar animal e reciclagem de lixo	ECOM02; ECOV01; ECOV02; ECOV03; ECOV04; ECOV08; ECOV10; ECOV12; ECOV13; ECOV15; ECOV17; ECOV19
	Envolvimento de diversos atores sociais, respeitando as possibilidades de cada indivíduo	ECOV04; ECOV16
	Desenvolvimento e utilização de uma clínica móvel de castração	ECOV16; Observação participante
	Utilização de mídias sociais para potencializar os resultados	ECOV05; ECOV06
Motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008)	Interdependência entre humanos e demais seres vivos	ECOV01; ECOV02; ECOV04; ECOV05; ECOV07; ECOV12; ECOV16; ECOV18; ECOV19; ECOV21
	Bem-estar social e equilíbrio emocional resultantes da promoção do bem-estar animal	ECOM01; ECOV03; ECOV06; ECOV08; ECOV10; ECOV11; ECOV17; ECOV20
	Promoção da sustentabilidade por meio da reciclagem de lixo	ECOM01; ECOM02; ECOV01; ECOV02; ECOV03; ECOV04; ECOV08; ECOV10; ECOV12; ECOV13; ECOV15; ECOV17; ECOV19

Construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010)	Engajamento voluntário pelas causas animal e ambiental em prol de um objetivo comum	ECOV01; ECOV02; ECOV05; ECOV06; ECOV07; ECOV08; ECOV09; ECOV10; ECOV11; ECOV12; ECOV13; ECOV15; ECOV16; ECOV17; ECOV18; ECOV19; ECOV20; ECOV21
	Colaboração em diversos níveis (voluntários, doadores de tampas plásticas, pontos de coleta, escolas e veterinários)	ECOM01; ECOV01; ECOV02; ECOV03; ECOV05; ECOV06; ECOV07; ECOV08; ECOV09; ECOV10; ECOV11; ECOV12; ECOV13; ECOV15; ECOV16; ECOV17; ECOV18; ECOV19; ECOV20; ECOV21
	Conscientização em relação ao bem-estar animal e ambiental	ECOM02; ECOV20
	Participação comunitária nos mutirões de castração	ECOM02; ECOV20
	Parcerias com outras organizações da sociedade civil	Pesquisa documental; Observação participante
Potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016)	Práticas pedagógicas em comunidades e escolas	ECOM01; ECOV01; ECOV02; ECOV03; ECOV04; ECOV05; ECOV06; ECOV07; ECOV08; ECOV10; ECOV12; ECOV13; ECOV14; ECOV16; ECOV18; ECOV19; ECOV21
	Sensibilização dos voluntários em relação às comunidades	ECOV01; ECOV10; ECOV12; ECOV14
	Melhoria das relações sociais	ECOV02; ECOV05; ECOV06; ECOV07; ECOV09; ECOV13; ECOV14; ECOV16; ECOV20

Figura 20. Conexões entre as práticas da Ecopet e as inovações sociais
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Esses achados, por sua vez, também apontam para o alinhamento entre as práticas constitutivas da Ecopet e os preceitos ético-políticos de Bentham, Rawls e Singer, na medida em que promovem a "maximização da felicidade" e a "minimização do sofrimento" (Bentham, 2017/1789), consideram os interesses dos humanos e não humanos (Singer, 2018) e promovem a equidade no acesso à qualidade de vida e bem-estar (Rawls, 2021).

Mais especificamente, ao trabalhar junto a comunidades carentes e escolas para promover o bem-estar o bem-estar animal e a preservação do meio ambiente, a Ecopet contribui para que as pessoas mudem suas visões de mundo – contrapondo-se à mentalidade instrumental e especista, promovendo a outorga de status moral aos animais não humanos e preservando o meio ambiente por meio da reciclagem. Desse modo, o

projeto é útil para “minimizar o sofrimento” e “maximizar a felicidade” (Bentham, 2017/1789) tanto dos humanos quanto dos animais não humanos.

Além disso, uma vez que promove não somente uma melhor qualidade de vida aos animais castrados, mas também subsidia mutuamente benefícios aos seres humanos em termos de saúde e de condições ambientais mais equilibradas, a Ecopet promove a igualdade de oportunidades, pois contribui para o bem-estar dos animais e do meio ambiente como um todo de forma equânime (Rawls, 2021).

Por fim, as práticas da Ecopet consideram os interesses de todos (humanos e não humanos), estando de acordo com o princípio da igualdade de Singer (2018). Nesse sentido, a organização entende que o bem-estar tanto dos seres humanos quanto dos animais é importante e dissemina essa ideia na sociedade. Assim, a partir de práticas que estimulam o respeito à vida de modo integral e a preservação do meio ambiente, essa iniciativa oferece um meio efetivo para que humanos e não humanos possam, a partir de relações mais sustentáveis, ser mutuamente beneficiados.

É possível observar, a partir da discussão aqui realizada, que os dados coletados em campo geram subsídios suficientes para inferir que as ações da Ecopet não se resumem ao controle populacional de animais de rua. Esta iniciativa, que trata de uma questão de saúde pública, contém elementos que parecem contribuir para o desenvolvimento da solidariedade coletiva e das relações sociais colaborativas, em que, num processo de construção conjunta, diferentes atores sociais trabalham em prol da melhoria da qualidade de vida dos animais e dos seres humanos, gerando impacto positivo no seio social e no meio ambiente. Outrossim, possui um potencial transformador fundamentado em preceitos ético-políticos de igualdade e equidade, que viabiliza o questionamento acerca dos processos de exclusão gerados pela mentalidade instrumental/especista/economicista. Dito isto, é possível inferir

que a análise das práticas constitutivas da Ecopet indica similitudes em relação às inovações sociais – inovatividade, motivação social, construção coletiva e potencial transformador para a sociedade.

Assim, o próximo subtópico relacionará as ações da Ecopet e os preceitos ético-políticos preconizados por Bentham, Rawls e Singer.

4.2.2 Relações entre as ações da Ecopet e os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade

Na fundamentação teórica desta pesquisa, sublinhou-se que as bases dos pensamentos de Bentham, Rawls e Singer apontam para preceitos ético-políticos apoiados na ideia de igualdade e equidade. Dessa maneira, a tese do utilitarista hedonista Jeremy Bentham (2017/1789) defende uma ética embasada no princípio da utilidade, cujo qual busca maximizar o prazer ou a felicidade e minimizar a dor ou o sofrimento de todos os membros da comunidade moral; a teoria da justiça como equidade de John Rawls (2021) apresenta princípios de justiça equitativos, em que princípios de liberdade e igualdade de oportunidades se aplicam a todos; e, por fim, o princípio da igualdade na consideração de interesses, defendido pelo utilitarista preferencial Peter Singer (2018), exige a igual consideração das reivindicações morais de todos os afetados (humanos ou não humanos sencientes) por uma determinada ação.

A partir da confluência desses pensamentos, este subtópico buscará refletir analiticamente sobre as ações da Ecopet, apontando para possíveis similitudes entre suas práticas constitutivas e os preceitos ético-políticos contidos nas teses de Bentham, Rawls e Singer.

Destaca-se, inicialmente, que as visões de mundo dos gestores e voluntários da Ecopet parecem estar diametralmente opostas ao paradigma instrumental/especista, como pode ser observado nas falas de ECOM01, ECOM02, ECOV01, ECOV02, ECOV04, ECOV05, ECOV07, ECOV12, ECOV16, ECOV18, ECOV19 e ECOV21. Nesse sentido, dirá ECOV16:

> Para mim, os animais são extremamente importantes em relação ao mundo, desde a abelha que dispersa o pólen. É o equilíbrio geral da natureza. Há os animais que controlam as populações de outras espécies. Então a gente tem que ser muito grato a eles, em toda sua extensão. Acredito que cada animal tem uma função aqui, assim como a gente. A gente é um animal racional, e cada um tem uma função aqui. E é isso! Essa é a importância do animal, né? Para mim, é espiritual também. Não falando em religião, pois cada um tem a sua, mas eles nos transmitem carinho, paz, amor… aquele olhar deles. Então eu sou muito, muito grata, né? É gratidão pelos animais.

Este relato apresenta uma visão mutualista da relação entre humanos e animais, uma vez que ressalta a importância de todos os seres vivos (humanos e não humanos) para o equilíbrio da natureza. Ao mesmo tempo, ele também destaca os sentimentos de carinho, paz e amor que os animais não humanos transmitem. Essa visão positiva, baseada na ideia de troca mútua de benefícios, indica que a questão do bem-estar animal representa não somente a maximização do prazer e minimização do sofrimento para os não humanos, mas para todos os seres vivos e para o meio ambiente como um todo, estando em consonância com o princípio da utilidade de Bentham (2017/1789).

Além disso, o relato mostra como o voluntário da Ecopet compreende a necessidade de promover a equidade na relação entre os humanos e os animais, dado o papel de cada um

no equilíbrio da natureza. Assim, esta fala aponta para a ideia rawlsiana de justiça como equidade, compreendendo que, para salvaguardar a qualidade de vida humana, não humana e do planeta, deve-se promover igualdade de oportunidades para todas as partes envolvidas (Rawls, 2021). Isto é, deve-se buscar garantir o bem-estar na vida de todos os seres vivos.

Outrossim, o relato indica que o voluntário da Ecopet tem consciência da importância dos animais não humanos no mundo, uma vez que reconhece seus papéis na preservação do equilíbrio da natureza. Desse modo, assume a importância de serem considerados de forma igualitária e tratados com respeito. Essa visão demonstra que é preciso estar comprometido com o princípio da igual consideração de interesses proposto por Singer (2018), promovendo e apoiando o direito à qualidade de vida de todos os seres (humanos e não humanos) que, juntos, compõem a vida no planeta.

Para além disso, ao apresentar uma compreensão de que, respeitados os preceitos ético-políticos que promovem a igualdade e a equidade, a relação humano-animal é mutuamente benéfica, a fala de ECOV16 sublinha a "motivação social" por trás de sua atuação voluntária junto à Ecopet. Isto é, ao promover ações junto a uma organização da sociedade civil em prol do bem-estar animal, pode-se gerar reflexos positivos para a própria sociedade, o que vincula a iniciativa desta organização às inovações sociais.

A proposta da Ecopet de promover ações que visam o bem-estar animal a partir da reciclagem também vai ao encontro do preceitos ético-políticos de Bentham, Rawls e Singer, como pode ser observado a partir dos relatos de ECOV03, ECOV14, ECOV15, ECOV18, ECOV20 e ECOV21. Nessa direção, ECOV18 afirma que o objetivo das ações da Ecopet a partir das castrações é "a melhora de qualidade de vida dos animais". Corroborando com essa ideia, ECOV20 destaca:

> Castrar é um ato de amor. Animais castrados se multiplicam menos, diminuindo assim o número de cachorros e gatos que venham ser abandonados. Além disso, menos animais permite que os tutores deem uma melhor qualidade de vida para os seus bichinhos. É importante destacar também que durante uma gestação a fêmea sofre muito, seja por complicações seja por falta de alimento.

Além da melhoria da qualidade de vida dos animais, destaca-se que há reflexos para a própria comunidade, como afirma ECOV19: "separar tampinhas é um passo a mais para que haja a separação de lixo reciclável, né? Então, acho que é um início de uma educação com relação a isso".

Os relatos abordam formas pelas quais castrar animais pode levar à "maximização do prazer ou felicidade", bem como à "minimização da dor ou sofrimento". Primeiramente, ao explicar que castrar proporciona bem-estar aos animais, uma vez que a população é reduzida, o que significa menos animais sofrendo nas ruas. Desse modo, permite também que os tutores possam oferecer uma melhor qualidade de vida aos seus animais, culminando em maior qualidade de vida aos não humanos. Castrar, portanto, evita uma série de complicações para os animais e, ao mesmo tempo, gera efeitos de longo prazo, na medida em que reduz o número de animais que venham a ser futuramente abandonados. Por outro lado, a separação de tampinhas promovida pela Ecopet é um passo importante para ajudar a promover a educação ambiental. Esse trabalho da Ecopet, portanto, pode ser considerado útil segundo o princípio da utilidade, pois contribui para minimizar entendimentos destrutivos quanto à preservação do meio ambiente e possibilita a realização de ações que "maximizam a felicidade" de animais de rua e de famílias carentes. Ao considerar que a relação humano-animal é mutualista, reflexos positivos também são gerados aos seres humanos e à sociedade. É possível, assim, afirmar que as ações da Ecopet, por meio da

reciclagem de tampas plásticas para gerar capital para castração, refletem o princípio da utilidade de Bentham (2017/1789), pois buscam maximizar o bem-estar e minimizar o sofrimento de humanos e animais não humanos.

As falas dos voluntários também indicam que a Ecopet parece estar promovendo a equidade, contribuindo para o bem-estar dos animais não humanos, de seus tutores e da própria sociedade, seguindo os princípios propostos pela teoria da justiça como equidade de Rawls (2021). Por um lado, a castração, além de diminuir o número de cães e gatos abandonados, evita que os animais sofram por complicações durante a gestação e/ou por falta de alimento. Isto também beneficia os tutores, que podem sentir-se bem por terem, dentro de suas casas, animais mais saudáveis. Além disso, gera-se igualdade de oportunidades às famílias carentes, que passam a ter acesso a um serviço veterinário de qualidade. Por outro lado, a reciclagem de material plástico beneficia não somente aos animais e aos seres humanos, mas também a sociedade e o meio ambiente. Desse modo, a Ecopet promove a igualdade de oportunidades para o acesso ao bem-estar e à qualidade de vida, o que, por sua vez, gera liberdade de desenvolvimento a humanos e animais não humanos.

Ao promover o bem-estar dos animais por meio da castração e, ao mesmo tempo, contribuir com a reciclagem de lixo plástico, fica evidente que a Ecopet gera benefícios mútuos, o que aponta para a consideração dos interesses humanos e não humanos. A Ecopet contribui para a preservação ambiental, estimulando a separação de tampinhas para que elas possam ser recicladas, e promove a sustentabilidade ao conscientizar as pessoas sobre a importância da separação do lixo reciclável. Além disso, demonstra uma preocupação com os interesses dos animais não humanos, já que o dinheiro arrecadado com a venda das tampinhas é revertido para castrações de cães e gatos de famílias carentes ou de animais de

rua, gerando qualidade de vida àqueles animais. Assim, a Ecopet está promovendo a consideração dos interesses de todos, sejam humanos ou não humanos, como proposto por Singer (2018).

Por fim, destaca-se que esses relatos evidenciam a preocupação com a conscientização da comunidade para a importância da separação de lixo reciclável. A iniciativa de arrecadar tampinhas para reciclagem, com o objetivo de ajudar os animais, tem implicações sociais positivas que não podem ser ignoradas, pois possibilita a educação de crianças, jovens e famílias sobre a importância de praticar a reciclagem, a partir de suas próprias ações. Isto, de certa forma, contribui para o desenvolvimento da solidariedade coletiva e das relações sociais colaborativas. Além disso, demonstra como as práticas promovidas pela Ecopet possuam um "potencial transformador para a sociedade" (aspecto primordial das inovações sociais) por meio da conscientização e troca de conhecimentos.

Essa dimensão pedagógica da Ecopet, em que se busca conscientizar as pessoas acerca da importância de se preservar o bem-estar animal e o meio ambiente, também pode ser destacada como uma característica que alinha a iniciativa desta organização com os preceitos ético-políticos preconizados por Bentham, Rawls e Singer. Tal similitude pode ser observada nas falas de ECOM01, ECOV01, ECOV13, ECOV15, ECOV16, ECOV18, ECOV19, ECOV20 e ECOV21. Exemplo disso é a fala de ECOV01, que sublinha, nas ações da Ecopet, a promoção da "conscientização nas causas sociais e ambientais. Tira-se esse material plástico da natureza e ajuda-se os animais". No mesmo sentido, destaca-se o relato de ECOV21: "além de mostrar às pessoas a importância de respeito a todas formas de vida, estamos construindo uma cultura de paz e uma comunidade mais justa".

As falas demonstram que, a partir das práticas da Ecopet, criam-se condições para a promoção da paz e da justiça, com a mentalidade de que toda forma de vida merece ser

respeitada – superando o paradigma instrumental/especista. Isto reflete o "potencial transformador" dessa iniciativa, vinculando-a às inovações sociais. Dessa forma, considerando-se o princípio da utilidade de Bentham (2017/1789), pode-se inferir que o trabalho realizado pela Ecopet contribui para "aumentar a felicidade" e "diminuir o sofrimento", pois a conscientização acerca da importância da reciclagem de tampas plásticas e da castração de animais contribui para um mundo mais saudável para humanos e não humanos.

Isto também aponta para a possibilidade de uma sociedade mais equitativa, pois a Ecopet, por meio da "construção coletiva" (aspecto fundamental das inovações sociais), realiza uma troca de benefícios. Ou seja, retirando o material plástico da natureza e castrando os animais, a organização acaba beneficiando mutuamente humanos e não humanos. Nesse sentido, ao buscar mudar a visão de mundo das pessoas sobre as questões animal e ambiental, promove-se a justiça como equidade (Rawls, 2021), na medida em que o atendimento às necessidades fundamentais (bem-estar, saúde etc.) de todos os integrantes da comunidade moral (em especial, os mais vulneráveis) é estimulado por meio da conscientização.

Outrossim, as falas indicam que a Ecopet tem buscado gerar consciência socioambiental de maneira a promover um mundo melhor para todas as formas de vida. Nesse sentido, a Ecopet se esforça para proteger o direito à vida digna tanto dos seres humanos quanto dos seres não humanos, promovendo ações que geram a conscientização acerca da importância da reciclagem para a sustentabilidade do planeta. Com a conscientização das pessoas, pode-se também aumentar o engajamento para a arrecadação de tampas plásticas, o que gera mais recursos à Ecopet, e possibilita ampliar o bem-estar das famílias carentes, oferecendo assistência veterinária aos seus mais de estimação, bem

como minimizando o sofrimento de animais de rua. Dessa forma, por meio dessas ações que geram conscientização, a Ecopet contribui para a construção de uma sociedade mais empática e solidária para com todos os seres vivos. Em outras palavras, esta organização considera os interesses de todos (humanos e não humanos), corroborando com o princípio da igualdade de Singer (2018).

As falas de ECOM02, ECOV02, ECOV04, ECOV06, ECOV08, ECOV15, ECOV19 e ECOV20, por sua vez, indicam que as ações da Ecopet estão alinhadas a preceitos ético-políticos de igualdade e equidade a partir da sensibilização dos voluntários em relação às comunidades carentes atendidas pelos mutirões de castração. Como indica ECOV02, a partir das práticas da Ecopet, "há uma solidariedade, um entender o lugar do outro, seja ele da comunidade ou mesmo entre os voluntários". No mesmo sentido, dirá ECOV08: "quando vemos determinadas situações nas comunidades, somos solidários à causa daquelas pessoas. O fato deles ter alguém dando atenção aos seus bichinhos, muitas vezes faz eles se sentirem importantes e cuidados".

As narrativas destacam a importância da solidariedade no trabalho voluntário da Ecopet, bem como seu potencial de integração entre os atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento da solidariedade coletiva e das relações sociais colaborativas. Isto é, suas práticas são promovidas a partir da integração entre voluntários e comunidade, indicando sua "construção coletiva" e, nesse sentido, vinculando-se às inovações sociais. Para além disso, o processo de sensibilização dos voluntários em relação aos mais necessitados também se conecta com as inovações sociais porque reflete o "potencial transformador" das práticas promovidas pela Ecopet.

Os relatos dão indícios de que a atuação da Ecopet vem ao encontro do princípio da utilidade proposto por Bentham (2017/1789), já que o trabalho voluntário contribui, a partir

da sensibilização, para o desenvolvimento de sentimentos como empatia e respeito mútuo, cujos quais podem estimular outras práticas sociais por parte dos participantes do projeto. Nesse sentido, reforça-se a importância da sensibilização em relação ao próximo gerada pela Ecopet – tanto em relação aos animais quanto em relação aos humanos vulneráveis, uma vez que isto pode contribuir para o "aumento do prazer ou felicidade" dos integrantes de comunidades carentes e de seus animais ao propor soluções para seus diversos problemas, e para a "minimização da dor ou sofrimento", pois os voluntários são motivados a buscar e estimular ações que possam gerar benefícios para todos (humanos e não humanos).

Do mesmo modo, a sensibilização dos voluntários se conecta com a noção de justiça como equidade de Rawls (2021) na medida em que estimula a ação coletiva com fins a oferecer igualdade de oportunidades e liberdade para aqueles que mais necessitam. Esta abordagem de justiça como equidade é o que torna possível o desenvolvimento de um ambiente justo e inclusivo, no qual todos são tratados com equidade e são oferecidos iguais direitos e oportunidades. No caso da Ecopet, oferece-se igualdade de oportunidades na medida em que membros de comunidades carentes têm acesso ao serviço de castração de seus animais e dos animais de rua. Isto é, trata-se de um serviço veterinário gratuito e seguro, com a mesma qualidade das clínicas particulares, pelas quais aquelas pessoas não teriam condições de pagar.

Na mesma direção, as narrativas revelam a importância da solidariedade e da compreensão das condições de vida do outro (humano ou não humano). Esta visão reflete o princípio da igual consideração de interesses, que significa que o bem-estar e os direitos tanto de humanos quanto de animais não humanos devem ser considerados com igual peso e importância, possibilitando criar um ambiente mais justo e sustentável. Ao gerar a

sensibilização dos voluntários a partir de ações sociais em comunidades carentes, a Ecopet está promovendo a consideração pelos interesses do outro – humano ou não humano, vinculando-se ao princípio da igualdade de Singer (2018).

As ações da Ecopet também geram efeitos positivos nas comunidades onde ocorrem os mutirões de castração. Tais reflexos podem indicar similitudes com os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade, como pode ser observado nas falas de ECOM02, ECOV01, ECOV03, ECOV08, ECOV09, ECOV14, ECOV17, ECOV18 e ECOV21. Primeiramente, como aponta ECOV18, "o controle da quantidade de animais naquele ambiente reflete em higiene, saúde e bem-estar para toda a comunidade". Por outro lado, de acordo com ECOV03, a comunidade de beneficia com a "redução de despesas em alimentar muitos animais, redução de despesas com castração e diminuição até de lixo, com a reciclagem. E conscientização sobre saúde animal e meio ambiente".

Essas narrativas oferecem subsídios para vincular as práticas da Ecopet tanto às inovações sociais quanto aos preceitos ético-políticos contidos nos pensamentos de Bentham, Rawls e Singer. Tangencia as inovações sociais na medida em que os benefícios gerados para as comunidades (higiene, saúde, bem-estar e economia de recursos) possuem, em certa medida, um "potencial para transformar" aquelas localidades.

Em relação aos princípios contidos no princípio da utilidade de Bentham (2917/1789), é possível inferir que os reflexos que a Ecopet gera às comunidades carentes proporcionam a "maximização da felicidade" e a "minimização do sofrimento" das pessoas e animais que lá vivem. Ou seja, enquanto os animais ganham uma melhor qualidade de vida ao serem castrados, seus tutores e demais moradores das comunidades podem desfrutar de espaços públicos mais limpos e saudáveis, além da economia de recursos financeiros, que podem ser destinados à outras finalidades. Isto, além de corroborar com a

tese benthamiana, destaca a característica mutualista contidas nas relações humano-animais promovidas pela Ecopet.

Promover ambientes comunitários mais salutares também vincula as práticas da Ecopet à teoria rawlsiana, uma vez que a organização está, nesse processo, promovendo a igualdade de oportunidades. Com a redução de custos com a alimentação, castração e diminuição do lixo, a comunidade se coloca em uma situação mais equânime, pois acarreta maior economicidade e um ambiente mais saudável. A reciclagem, por sua vez, possibilita o aproveitamento dos recursos da natureza, o que contribui para a preservação do meio ambiente. Além disso, as ações da Ecopet educam para a saúde dos animais, conscientizando as pessoas sobre as necessidades e cuidados com todos os seres vivos (humanos e não humanos). Dessa forma, a organização incentiva a promoção da equidade social e ambiental, preservando os direitos à liberdade e igualdade de oportunidades, de acordo com a teoria da justiça como equidade proposta Rawls (2021). Em outras palavras, trata-se de uma iniciativa que proporciona, por meio de ações sociais, economia de recursos, residências e ruas visualmente mais agradáveis, mais limpas e com menores possibilidades de transmissão de doenças provenientes dos animais (zoonoses).

Outrossim, os relatos indicam que as práticas da Ecopet levam em consideração os interesses de ambos os públicos envolvidos (seres humanos e animais), havendo a compreensão de que a saúde e o bem-estar de todos estão interligados. Assim, ao gerar equilíbrio entre os interesses da sociedade humana e os interesses dos animais não humanos – como a arrecadação de tampas plásticas e a castração de cães e gatos, a Ecopet está contribuindo para o aumento da igualdade entre todas as partes envolvidas, corroborando com o princípio da igualdade de Singer (2018). Nesse sentido, diversas vantagens são proporcionadas ao reduzir as despesas com alimentação e castração de animais não

humanos, além de contribuir para a preservação do meio ambiente por meio da reciclagem. Ademais, o trabalho voluntário contribui para a disseminação de conhecimento sobre bem-estar animal e conscientização quanto à preservação ambiental, o que reflete tanto a geração de benefícios mútuos na relação humano-animal quanto o "potencial transformador para a sociedade" (aspecto primordial das inovações sociais).

Assim, a partir dos dados analisados no presente subtópico, é possível observar que as práticas promovidas pela Ecopet possuem diversas conexões com os preceitos ético-políticos preconizados pelos pensadores Bentham, Rawls e Singer. Com o intuito de abreviar os achados aqui contidos, destaca-se a Figura 21:

Categoria	Características identificadas	Sustentação empírica
Preceitos ético-políticos de igualdade e equidade: • Maximização o prazer ou felicidade e minimização a dor ou sofrimento (Bentham, 2017/1789); • Promoção da equidade a partir de princípios que visam a liberdade e a igualdade de oportunidades (Rawls, 2021); e • Consideração dos interesses de todos os afetados por determinada ação (Singer, 2018).	Mentalidade não instrumental/especista dos voluntários	ECOM01; ECOM02; ECOV01; ECOV02; ECOV04; ECOV05; ECOV07; ECOV12; ECOV16; ECOV18; ECOV19; ECOV21
	Serviços oferecidos e resultados alcançados	ECOV03; ECOV14; ECOV15; ECOV18; ECOV20; ECOV21
	Conscientização da sociedade em relação ao bem-estar animal	ECOM01; ECOV01; ECOV13; ECOV15; ECOV16; ECOV18; ECOV19; ECOV20; ECOV21
	Sensibilização dos voluntários em relação às comunidades carentes	ECOM02; ECOV02; ECOV04; ECOV06; ECOV08; ECOV15; ECOV19; ECOV20
	Reflexos na qualidade de vida das comunidades	ECOM02; ECOV01; ECOV03; ECOV08; ECOV09; ECOV14; ECOV17; ECOV18; ECOV21.

Figura 21. Relações entre as ações da Ecopet e os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como pode ser observado, portanto, a análise empreendida neste subtópico revela indícios de que as práticas constitutivas da Ecopet são fundamentadas em práticas ético-políticas de igualdade e equidade na medida em que, a partir da consideração dos interesses e da promoção da igualdade de oportunidades, buscam "minimizar a dor ou o sofrimento" e

“maximizar o prazer ou a felicidade” de todos os membros (humanos e não humanos) das comunidades carentes atendidas pela iniciativa.

Dito isto, o próximo subtópico abordará a questão dos benefícios mútuos gerados a partir das relações humano-animais promovidas pela Ecopet.

4.2.3 Benefícios mútuos contidos na relação humano-animal promovida pela Ecopet

A fundamentação teórica da presente pesquisa indicou que, apesar do tratamento majoritariamente instrumental dado ao longo da história pelos seres humanos aos animais não humanos, a relação humano-animal gera consequências (Buller, 2016), potencialmente resultando em benefícios mútuos – casos em que humanos e animais não humanos são favorecidos mutuamente (Serpell, 2015; Aerni, 2021). A partir dessa perspectiva mutualista, este subtópico buscará evidenciar alguns dos possíveis benefícios mútuos nas relações humano-animais promovidas pelas ações da Ecopet.

Inicialmente, serão citados os benefícios diretos e indiretos aos animais atendidos pela Ecopet, sejam aqueles que vivem nas ruas ou sob a tutela de famílias carentes. As vantagens aos cães e gatos castrados foram mencionadas pelos entrevistados ECOM01, ECOM02, ECOV02, ECOV03, ECOV04, ECOV05, ECOV06, ECOV07, ECOV08, ECOV09, ECOV10, ECOV12, ECOV13, ECOV14, ECOV16, ECOV17 e ECOV20. Estes gestores e voluntários da Ecopet citaram os seguintes benefícios obtidos pelos animais a partir das ações da organização: redução da superpopulação; redução do abandono e maus-tratos; maiores chances de adoção responsável; proteção contra doenças como o câncer;

aumento da longevidade; redução das fugas e brigas nos períodos de cio; habitat menos poluído; e outorga de status moral a partir da conscientização das pessoas.

Assim, destaca-se a fala de ECOV03, na qual afirma que as interações promovidas pela Ecopet culminam na "redução de crias indesejadas, diminuição de abandonos, redução de doenças próprias dos animais e várias outras situações, como a diminuição de fugas, animais atropelados, maus tratos...". Na mesma direção, ECOV10 aponta que há, além dos benefícios diretos, os não humanos ganham com a "conscientização das pessoas em relação aos animais".

A Ecopet presta um serviço social ao castrar animais de rua ou tutelados por famílias carentes a partir da venda de tampas plásticas para a reciclagem. Ao efetivar suas ações, a organização não somente beneficia o meio ambiente, que fica menos poluído, como também os humanos e as outras formas de vida que nele habitam. Como foi evidenciado pelos relatos, os animais domésticos obtêm diversos benefícios ao serem castrados, resultando, sobretudo, em uma melhor qualidade de vida. Para além disso, os animais não humanos ganham, no longo prazo, com a conscientização da população acerca da importância de preservar seu bem-estar.

Estes aspectos não ressaltam somente a relação mutuamente benéfica promovida pela Ecopet, mas também indicam que as práticas desta organização possuem uma "motivação social", isto é, trata-se de ações que contribuem para uma sociedade mais respeitosa com os seres humanos mais vulneráveis e com as demais formas de vida. Do mesmo modo, apontam para o "potencial transformador" dessa iniciativa para a sociedade, uma vez que promovem a conscientização para práticas mais sustentáveis. Estas duas características (motivação social e potencial transformador para a sociedade), por sua vez, vinculam as práticas da Ecopet às inovações sociais.

Conforme já indicado, as práticas da Ecopet, além de proporcionar bem-estar a cães e gatos que vivem nas ruas ou sob a tutela de famílias carentes por meio da castração, geram outros benefícios. Nesse sentido, as narrativas de ECOM01, ECOM02, ECOV01, ECOV03, ECOV07, ECOV08, ECOV12, ECOV13, ECOV14, ECOV15, ECOV17, ECOV18, ECOV19 e ECOV21 destacam alguns benefícios gerados pelas ações da Ecopet aos seres humanos, quais sejam: controle de zoonoses; controle populacional de animais de rua; bem-estar em relação à saúde do animal castrado; bem-estar em relação ao acolhimento e cuidado recebidos; economia de recursos financeiros; e redução da poluição.

Dentre os diversos relatos, destaca-se a fala de ECOV08, em que o voluntário afirma haver, a partir da atuação da Ecopet, a "diminuição do número de animais nas ruas e conscientização para a reciclagem". Assim, como indica ECOV18, "o controle da quantidade de animais naquele ambiente reflete em higiene, saúde e bem-estar para toda a comunidade". Para além disso, ECOV12 aponta que "a comunidade se sente acolhida e amparada de alguma forma. Percebe que existem esforços para ajudar de alguma maneira".

Os relatos indicam que, ao arrecadar tampas plásticas para reciclagem, a Ecopet gera recursos para castrações gratuitas, diminuindo o número de animais nas ruas. Esse controle da quantidade de animais, portanto, permite melhorar a higiene, a saúde e o bem-estar das comunidades, reforçando as relações de reciprocidade entre humanos e seus companheiros animais. Além disso, o trabalho voluntário promove a conscientização sobre reciclagem e bem-estar animal entre a população, gerando também um benefício ambiental. Outrossim, enquanto os animais se beneficiam do serviço de castração, as famílias carentes e cães e gatos de rua são acolhidos e amparados.

A venda das tampas plásticas também é benéfica, pois é uma forma de trabalhar com materiais recicláveis e, concomitantemente, conseguir dinheiro para financiar os

serviços de castração. Ao reverter o valor arrecadado em castrações, reforça-se a abordagem mutualista, pois gera-se o bem-estar dos animais não humanos e, ao mesmo tempo, ajuda-se os tutores que vivem em comunidades carentes de maneira inclusiva. Dessa forma, as ações da Ecopet buscam não somente auxiliar essas comunidades, mas também proporcionar bem-estar às relações entre humanos e animais, buscando, assim, a construção de uma sociedade em que o cuidado com o meio ambiente e o respeito mútuo sejam fundamentais.

Ao gerar benefícios aos seres humanos por meio de ações que visam o bem-estar animal a partir da reciclagem de lixo plástico, a Ecopet não apenas reforça a tese de que as relações humano-animais podem ser mutuamente vantajosas, mas também indica que suas práticas podem estar conectadas às inovações sociais. Isto porque, além de propor ações "inovativas", os ganhos humanos obtidos a partir das interações promovidas por esta organização também apontam para sua "motivação social" (aspectos fundamentais das inovações sociais). Além disso, certos benefícios podem ser "potencialmente transformadores" para as localidades, como, por exemplo, a contribuição para melhoria da questão sanitária e ambiental ou a economia de recursos financeiros.

A iniciativa de buscar conscientizar as pessoas acerca da importância do bem-estar animal e da preservação ambiental também gera reflexos para o próprio meio-ambiente e, por conseguinte, à sustentabilidade do planeta – conforme já indicado, até o mês de maio de 2023 a Ecopet já havia castrado mais de 10.000 animais e recolhido 367 toneladas de tampas plásticas. As narrativas de ECOV01, ECOV02, ECOV06, ECOV09, ECOV10, ECOV15 e ECOV16 apontam nessa direção, ressaltando o mutualismo nas relações humano-animais promovidas pela Ecopet. Nesse sentido, dirá ECOV02:

> Os benefícios vão para além das castrações dos animais e da saúde deles. Porque quando as ações acontecem, elas também são o resultado da coleta de tampinhas, o que é uma ação de reciclagem para o planeta; e há também as interações com a comunidade entre trocas de saberes, apoio e orientações.

Esta fala reflete a multiplicidade de benefícios gerados pela Ecopet, que revelam práticas de igualdade e equidade indicando que a organização atua de forma holística, contribuindo para a sustentabilidade da vida humana, não humana e do planeta. Por meio da coleta e reciclagem de tampinhas, evidencia-se a preocupação ambiental dessa iniciativa, enquanto que as castrações de cães e gatos de famílias carentes e de animais de rua trazem consigo benefícios indiretos para a saúde animal, como redução do número de abandonos e diminuição de doenças transmitidas por animais (zoonoses). Além disso, ressaltam-se também as interações desenvolvidas junto à comunidade, que acabam por gerar a troca de conhecimentos, além de apoio emocional e orientação. Nesse sentido, a Ecopet está gerando benefícios mútuos, que vão além das castrações e ganhos para a comunidade, traduzindo-se também em práticas ambientais mais sustentáveis.

Desse modo, as ações da Ecopet que promovem igualdade e equidade se vinculam das inovações sociais, uma vez que são práticas “inovativas” e “motivadas por questões pertinentes à sociedade”, construídas a partir da “construção coletiva” (interação entre voluntários e comunidade) e com “potencial transformador” nos níveis pessoal, comunitário e ambiental.

Contudo, há também benefícios para os voluntários da organização, como mencionado por ECOV01, ECOV08, ECOV09, ECOV12, ECOV13, ECOV14, ECOV15, ECOV18 e ECOV19. Nesse sentido, destaca-se a fala de ECOV15:

> Não tenho dúvida do quanto eu ganho. A Ecopet pode ganhar, os cachorros podem ganhar, a comunidade carente pode ganhar, mas a pessoa que mais ganha dentro desse processo realmente sou eu, quando me disponho a me colocar à disposição para estar servindo, né? Então isso eu acho que é a grande maravilha.

Esta narrativa aponta para a "construção coletiva" nas ações da Ecopet, vinculando essa iniciativa às inovações sociais. Além disso sugere que a contribuição ao trabalho voluntário não deve ser considerada como uma obrigação, mas como uma prática social e ambiental que traz satisfação pessoal e bem-estar emocional para quem o realiza.

Isto é, o trabalho realizado pela Ecopet não se esgota nas vantagens aos beneficiários (pessoas da comunidade e animais domésticos), mas estende-se até os voluntários que promovem as ações sociais. Isto denota o mutualismo na relação humano-animal promovida pela Ecopet, uma vez que a prestação de serviços em prol do bem-estar animal e da reciclagem de lixo, fundamentada em preceitos ético-políticos de igualdade e equidade, pode gerar impactos positivos para todos os envolvidos.

Dessa forma, os dados analisados neste subtópico levantam algumas possibilidades de benefícios mútuos gerados pela inciativa da Ecopet. Isto é, trata-se de ações que vão além da castração de cães e gatos que vivem nas ruas ou sob tutela de famílias carentes. Nesse sentido, a Figura 22 destaca, de modo resumido, as possibilidades mencionadas pelos entrevistados:

Categoria	Características identificadas	Sustentação empírica
Benefícios mútuos na relação humano-animal (Serpell, 2015; Buller, 2016; Aerni, 2021)	Animais: redução da superpopulação; redução do abandono e maus-tratos; maiores chances de adoção responsável; proteção contra doenças como o câncer; aumento da longevidade; redução das fugas e brigas nos períodos de cio; habitat menos poluído; e	ECOM01; ECOM02; ECOV02; ECOV03; ECOV04; ECOV05; ECOV06; ECOV07; ECOV08; ECOV09; ECOV10; ECOV12; ECOV13; ECOV14; ECOV16; ECOV17; ECOV20

	outorga de status moral a partir da conscientização das pessoas.	
	Humanos: controle de zoonoses; controle populacional de animais de rua; bem-estar em relação à saúde do animal castrado; bem-estar em relação ao acolhimento e cuidado recebidos; economia de recursos financeiros; redução da poluição.	ECOM01; ECOM02; ECOV01; ECOV03; ECOV07; ECOV08; ECOV12; ECOV13; ECOV14; ECOV15; ECOV17; ECOV18; ECOV19; ECOV21
	Meio ambiente: conscientização ambiental; respeito à vida de modo integral; redução da poluição.	ECOV01; ECOV02; ECOV06; ECOV09; ECOV10; ECOV15; ECOV16
	Voluntários: bem-estar altruísta.	ECOV01; ECOV08; ECOV09; ECOV12; ECOV13; ECOV14; ECOV15; ECOV18; ECOV19

Figura 22. Benefícios mútuos na relação humano-animal promovida pela Ecopet
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A partir da análise e discussão deste subtópico, é possível inferir que as práticas da Ecopet geram, de modo socialmente inovador e, assim, promotor de igualdade e equidade, benefícios não somente para os animais de rua ou tutelados por famílias carentes, cujos quais são castrados para melhorar sua qualidade de vida e fechar o ciclo de abandono. Essa iniciativa gera benefícios também para as pessoas das localidades atendidas ao protegê-las de possíveis doenças (zoonoses), para as próprias comunidades carentes ao prover um ambiente mais saudável e aos voluntários da organização, que têm ganhos relacionados ao bem-estar emocional por colaborarem com as causas animal e ambiental.

Por fim, a partir da análise deste tópico, é possível inferir que há elementos suficientes para associar as ações da Ecopet aos quatro aspectos primordiais da inovação social – inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970), motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008), construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010) e potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016). Do mesmo modo, como indicado anteriormente, considera-se que as práticas constitutivas da Ecopet podem ser vinculadas a preceitos ético-políticos de igualdade e equidade, base teórica das

categorias da inovação social analisadas, corroborando com o princípio da utilidade (Bentham, 2017/1789), com a noção de justiça como equidade (Rawls, 2021) e com o princípio da igual consideração de interesses (Singer, 2018). Os dados coletados em campo subsidiaram a tese de que as quatro categorias da inovação social estão associadas às práticas de igualdade e equidade (Bentham, Rawls e Singer), gerando benefícios mútuos em termos de saúde, educação, sustentabilidade ambiental e bem-estar a humanos e saúde e bem-estar aos animais domésticos das comunidades atendidas pela Ecopet.

Isto é, o conjunto de práticas efetivadas pela Ecopet pode ser considerado uma inovação social na medida em que contribuem positivamente em termos de igualdade e equidade, fomentando o questionamento ético e a mudança de visão de mundo das pessoas em relação aos humanos mais vulneráveis e aos animais não humanos, e gerando benefícios mútuos e sentimentos associados à inclusão, empatia e preservação ambiental. Como mostrado na Figura 22, são diversos os benefícios mútuos gerados pelas práticas de igualdade e equidade promovidas pela Ecopet.

Dito isto, destaca-se o próximo capítulo para abordar as considerações finais desta pesquisa, em que serão discutidos os principais achados do estudo, suas limitações, bem como sugestões para trabalhos futuros.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa buscou analisar as ações sociais promovidas pela Organização Bem-Animal, por meio do Mutirão Mata-Fome, e da Ecopet, de modo a investigar se tais práticas podem ser vinculadas às inovações sociais. Mais especificamente, busca-se observar se é possível que estas duas organizações da sociedade civil gerem inovações

sociais (as quatro categorias trabalhadas) a partir da prática de preceitos ético-políticos fundamentados nas ideias de igualdade e equidade, utilizando as teses de Jeremy Bentham, John Rawls e Peter Singer como base teórica. Para além disso, busca-se, por meio deste estudo, apontar os benefícios mútuos gerados nas relações humano-animais promovidas pelas duas instituições investigadas.

Como dito, o projeto Mutirão Mata-Fome, promovido pela OBA, caracteriza-se por visitar semanalmente, com a participação de voluntários, aldeias indígenas da Grande Florianópolis para alimentar e cuidar de cães e gatos famintos e/ou doentes (Organização Bem-Animal, 2021). A Ecopet, por sua vez, é uma organização da sociedade civil que, por meio do voluntariado, arrecada tampas plásticas descartáveis, vende os resíduos para reciclagem e reverte o dinheiro obtido em castrações de animais de rua e de famílias carentes (Ecopet, 2023a).

Assim, para verificar como se configuram as possíveis inovações sociais geradas por essas duas organizações, quatro objetivos específicos foram delineados, a saber: descrever as ações promovidas pela Organização Bem-Animal e pela Ecopet; analisar como essas práticas podem se conectar com as inovações sociais; analisar como as ações promovidas pela OBA e pela Ecopet podem se materializar em práticas de igualdade e equidade; e analisar como as práticas constitutivas das organizações estudadas podem gerar inovações sociais como benefícios mútuos a humanos e animais não humanos.

O primeiro objetivo específico buscou descrever o projeto Mutirão Mata-Fome da OBA e a Ecopet, objetos deste estudo de caso múltiplo. Para contemplá-lo, foram levantados dados secundários por meio de pesquisa documental (documentos institucionais e publicações em redes sociais digitais), cujos quais permitiram descrever detalhadamente as práticas das instituições investigadas, bem como suas ações sociais em prol do bem-estar

animal. As descrições da OBA e da Ecopet podem ser encontradas no capítulo 3 deste estudo, mais especificamente nos subtópicos 3.3.1 e 3.3.2, respectivamente.

O segundo objetivo específico, por sua vez, configurou-se em analisar como as ações promovidas pela OBA e pela Ecopet podem se conectar com as inovações sociais. Como indicado no referencial teórico, a discussão acerca das características que compõem o fenômeno das inovações sociais ainda está em construção, de modo que não se constitui, até o presente momento, como uma teoria. Portanto, como já mencionado, a análise a partir do estado da arte deste campo de estudos permitiu observar quatro aspectos fundamentais que o configuram, a saber: inovatividade (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970); motivação social (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008); construção coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010); e potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016). A análise das ações aqui investigadas, portanto, passa pelo escrutínio dessas quatro características, articuladas com as noções de igualdade e equidade a partir dos preceitos ético-políticos de Bentham, Rawls e Singer.

Assim, observou-se que o projeto Mutirão Mata-Fome, promovido pela OBA, conecta-se com a característica inovativa da inovação social a partir dos seguintes pontos: fundamenta suas práticas nos conceitos de família multiespécie e saúde única, isto é, concepções hodiernas não especistas que fogem à lógica segregacionista da vida; atende a uma demanda negligenciada, que é assistência a animais em situação de vulnerabilidade dentro de aldeias indígenas; promove ações que parecem ir além de benefícios imediatos aos cães e gatos que vivem nas aldeias, potencialmente fomentando o respeito e o reconhecimento das comunidades indígenas; estimula, por intermédio das redes sociais digitais, a sensibilização da sociedade sobre as questões relacionadas às condições

enfrentadas pelos indígenas e seus animais; e, por fim, busca conscientizar os indígenas aldeados sobre a importância da manutenção da saúde e do bem-estar dos seus cães e gatos.

No que diz respeito ao aspecto da motivação social, as similitudes entre as ações do projeto da OBA e a inovação social se dão pelo seguinte: o Mutirão Mata-Fome é fundamentado nas ideias de família multiespécie e saúde única, concepções que pressupõem que a questão dos animais não humanos tem implicações no bem-estar social (familiar e ambiental); possui um corpo de voluntários e gestores com visões de mundo que compreendem não apenas a interdependência entre os humanos e as demais espécies para a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental, mas também uma certa dependência psicológica humana em relação a diversos animais no âmbito do convívio social, apontando para a compreensão da existência de benefícios mútuos na relação humano-animal; e trata de uma causa que busca melhorar a qualidade de vida de seres humanos e não humanos, cujos quais possuem entre si uma afinidade ancestral, reforçando a tese de que o bem-estar animal reflete no seio social.

Em relação à construção coletiva na concepção do fenômeno socialmente inovador, observou-se que o Mutirão Mata-Fome: possui um engajamento de voluntários que buscam um objetivo comum, que é melhorar a condição de vida dos animais não humanos; é constituído pela colaboração em diversos níveis, dentre os quais pode-se destacar voluntários, doadores, apoiadores de mídias sociais e clínica veterinária parceira; promove a participação e engajamento dos indígenas aldeados em suas práticas; desenvolve parcerias com outras organizações da sociedade civil para potencializar seu impacto social; e estimula a participação dos indígenas aldeados nas ações que envolvem os cães e gatos.

O potencial transformador para a sociedade (característica primordial da inovação social), por sua vez, pode ser observado na iniciativa da OBA a partir dos seguintes

aspectos: a noção de família multiespécie pode fomentar um sentimento de coletividade entre a humanidade e demais espécies e, a partir do conceito de saúde única, é possível contribuir para uma mudança prática na preservação da saúde dos animais, das pessoas e do meio ambiente; gera-se não apenas benefícios diretos, como alimentar, medicar e cuidar dos animais, mas também se proporciona o contato entre culturas e/ou realidades diferentes; divulga-se, por meio das redes sociais digitais, a situação de vulnerabilidade dos cães e gatos nas aldeias indígenas e a precária condição de vida dos indígenas aldeados, potencialmente sensibilizando as pessoas e, com isto, contribuindo para criar um ambiente social mais empático, inclusivo e sustentável; os voluntários atuam de forma ativa para ajudar e educar os tutores indígenas, incentivando-os a adotarem hábitos responsáveis no cuidado de seus animais, fomentando a solidariedade coletiva dos envolvidos (indígenas e voluntários); e, ao participarem das ações, os indígenas aprendem a cuidar melhor da qualidade de vida dos cães e gatos da aldeia, num processo pedagógico em que a mudança de mentalidade acerca da importância da manutenção do bem-estar animal é desenvolvida.

A partir disso, os dados indicam que o projeto Mutirão Mata-Fome, desenvolvido pela OBA, vai além de medidas emergenciais e paliativas para cuidar dos animais vulneráveis que vivem em aldeias indígenas. Trata-se de um serviço social e de saúde pública que é inovador, é constituído na coletividade e possui potencial para mudar visões de mundo. Assim, o Mutirão Mata-Fome, além de aumentar (no curto e no longo prazo) o bem-estar dos animais, dos indígenas e suas comunidades, gera mudanças nos papéis sociais, num processo em que os atores envolvidos desenvolvem sua solidariedade coletiva. Com isto, é possível inferir que há diversos pontos de convergência entre as ações da OBA e as quatro características fundamentais da inovação social.

As ações desenvolvidas pela Ecopet, por sua vez, conectam-se com a característica inovativa da inovação social a partir dos seguintes pontos: vinculam a promoção do bem-estar animal com a questão da reciclagem e sustentabilidade, beneficiando não apenas os cães e gatos com castrações, mas também os seres humanos e o planeta com um meio ambiente mais limpo (menos lixo, menor propagação de doenças etc.); envolvem distintos atores sociais, cujos quais podem colaborar com a iniciativa de acordo com suas possibilidades individuais, respeitando seus limites e vontades; desenvolveram uma clínica móvel de castração, que é utilizada nos mutirões realizados em comunidades carentes, oferecendo um serviço veterinário profissional a quem não teria condições financeiras de acessá-lo; e utilizam as redes sociais digitais como ferramenta para divulgar as práticas do projeto, gerando engajamento social e, assim, potencializam seus resultados.

No que tange à motivação social, as conexões entre as ações da iniciativa da Ecopet e a inovação social se dão pelo seguinte: os voluntários e gestores da organização possuem uma mentalidade que compreende a interdependência entre os seres humanos e os demais seres vivos e o meio ambiente, ou seja, reconhecem que a promoção do bem-estar animal reflete positivamente para a sociedade e para o equilíbrio ambiental do planeta; os atores envolvidos nas ações dessa instituição entendem que, para além da questão ambiental, a importância de se garantir o bem-estar dos animais não humanos também gera reflexos nas relações sociais, contribuindo para o equilíbrio emocional no âmbito familiar e da sociedade; e, por fim, ao estimular a reciclagem de lixo plástico para angariar recursos financeiros, as práticas desse projeto promovem, além do bem-estar dos animais não humanos, hábitos que apontam para uma relação mais sustentável e respeitosa com a vida (humana e não humana) e o planeta.

Em relação à construção coletiva, os resultados indicam que as ações promovidas pela Ecopet se vinculam às inovações sociais pelos seguintes motivos: o engajamento dos voluntários se constitui a partir do comum reconhecimento acerca da importância de agir em prol das causas animal e ambiental; há a colaboração de diversos atores sociais em diferentes níveis, de forma que a ação coletiva se dá pela soma desses esforços (voluntários, doadores de tampas plásticas, comércios e escolas que servem como pontos de coleta, veterinários etc.); promove-se a conscientização da população em relação à importância da manutenção do bem-estar animal e da reciclagem de materiais, sensibilizando as pessoas e contribuindo para que haja um questionamento ético em relação a esses temas, o que pode estimular a participação de novos atores sociais; envolve a comunidade nos mutirões de castração, em que as famílias das comunidades atendidas levam seus animais para serem castrados; e desenvolvem parcerias com outras organizações da sociedade civil, de modo que contribuem e recebem auxílio dessas instituições, potencializando os resultados advindos das ações pelo bem-estar animal.

O potencial transformador para a sociedade (aspecto primordial da inovação social), por sua vez, pode ser observado no projeto da Ecopet a partir das seguintes características: a troca de conhecimento entre a organização e sociedade é promovida, seja pelas interações com as comunidades carentes nos mutirões de castração, seja por meio de ações em escolas, de modo que esse processo pedagógico contribui tanto para a superação da mentalidade instrumental e especista, quanto para a adoção de hábitos mais sustentáveis; a atuação dos voluntários nas comunidades carentes expõe a vulnerabilidade e outras adversidades enfrentadas naqueles espaços, sensibilizando-os, de forma que passam a se preocupar não somente com o bem-estar dos cães e gatos que lá vivem, mas também em relação à condição de vida dos seus tutores; e, por último, as práticas do projeto contribuem com o

desenvolvimento da solidariedade coletiva, tendo potencial para mudar as relações sociais e transformar a forma como as pessoas lidam umas com as outras, com os animais não humanos e com a sustentabilidade do planeta.

Com isto, nota-se que os resultados obtidos fornecem subsídios suficientes para inferir que as ações da Ecopet não se resumem à melhoria, por meio da castração, das condições de vida de animais de rua ou tutelados por famílias carentes. Trata-se de uma iniciativa inovadora que aborda questões de saúde pública (bem-estar animal e reciclagem), contendo elementos que contribuem para o desenvolvimento da solidariedade coletiva e das relações sociais colaborativas. Assim, em um processo de construção conjunta, diferentes atores sociais trabalham em prol da melhoria da qualidade de vida dos animais e também dos seres humanos, gerando impacto positivo no seio social e no meio ambiente. Ademais, possui um potencial transformador que viabiliza o questionamento acerca das diversas formas de exclusão proporcionadas pela mentalidade instrumental/especista/economicista. Dito isto, é possível notar que as práticas constitutivas da Ecopet possuem similitudes em relação aos quatro aspectos primordiais da inovação social.

Observa-se, portanto, que as práticas de igualdade e equidade de ambas as organizações aqui investigadas possuem elementos que apontam, à luz dos preceitos ético-políticos de Bentham, Rawls e Singer, para a inovatividade, motivação social, construção coletiva e potencial transformador para a sociedade. Em outras palavras, infere-se que as ações promovidas pelo projeto Mutirão Mata-Fome da OBA e pela Ecopet podem ser associadas às inovações sociais. Cumpre-se, assim, o segundo objetivo específico deste estudo, que analisou como as ações destas duas organizações da sociedade civil podem se materializar com as inovações sociais.

Como indicado no referencial teórico desta pesquisa, os constructos dos pensamentos de Jeremy Bentham, John Rawls e Peter Singer apontam para preceitos ético-políticos fundamentados concepções de igualdade e equidade. Essencialmente, o utilitarismo hedonista de Bentham (2017/1789) aborda uma ética fundamentada no princípio da utilidade, que busca maximizar o prazer ou a felicidade e minimizar a dor ou o sofrimento; a teoria da justiça como equidade de Rawls (2021) apresenta princípios de justiça equitativos, em que princípios de liberdade e oportunidade se aplicam a todos; e o princípio da igualdade do utilitarista preferencial Singer (2018), por sua vez, exige a igual consideração das reivindicações morais de todos os afetados (humanos ou não humanos) por uma determinada ação. Considerando as teses de Bentham, Rawls e Singer, buscou-se, por meio do terceiro objetivo específico, analisar como as práticas promovidas pela OBA e pela Ecopet podem se materializar em práticas de igualdade e equidade.

No caso do Mutirão Mata-Fome, promovido pela OBA, os preceitos ético-políticos de igualdade e equidade puderam ser relacionados às seguintes características: os voluntários e gestores da organização possuem uma mentalidade que se contrapõe ao paradigma instrumental/especista, de modo que reconhecem a importância da outorga de status moral aos animais não humanos; as ações dessa iniciativa são efetivadas em aldeias indígenas vulneráveis, de forma que incluem seus membros na comunidade moral, melhorando sua qualidade de vida e, em alguma medida, contribuindo para mitigar os efeitos perversos da exclusão, opressão e discriminação seculares sofridos pelos indígenas no Brasil; a partir da inclusão dos tutores indígenas e de seus animais, o suporte alimentar e veterinário aos cães e gatos resultam em melhoria da qualidade de vida dos animais que vivem nas aldeias, no curto e no longo prazo; além de incrementar o bem-estar dos animais não humanos, também são gerados reflexos positivos na qualidade de vida dos próprios

indígenas e nas aldeias, protegendo-os, por exemplo, de zoonoses; as interações ocorridas durante as ações promovem uma troca de informações entre os atores, ou seja, um processo pedagógico pelo qual os indígenas aprendem a cuidar melhor de seus animais de estimação e, com isto, passam a incluí-los na comunidade moral; e a sensibilização dos voluntários em relação à condição indígena, a partir da participação no projeto Mutirão Mata-Fome, contribui para a quebra paradigmática em relação aos mais fragilizados, sejam eles humanos ou não humanos.

Dito isto, observa-se que as ações empreendidas pela OBA, por meio do Mutirão Mata-Fome, podem ser associadas a práticas ético-políticas de igualdade e equidade. Isto porque, a partir da promoção da equidade por meio da geração de igualdade de oportunidades, essas práticas consideram os interesses de todos os membros das comunidades indígenas (humanos e não humanos) e visam, no curto e no longo prazo, a "minimização do sofrimento" e a "maximização da felicidade" tanto dos cães e gatos quanto dos indígenas que vivem nas aldeias atendidas pelo projeto.

As práticas promovidas pela Ecopet, por sua vez, podem ser relacionadas a preceitos ético-políticos de igualdade e equidade a partir dos seguintes pontos: as visões de mundo dos gestores e voluntários da Ecopet encontram-se diametralmente opostas à visão de mundo instrumental e especista, reconhecendo o mutualismo na relação humano-animal e outorgando status moral aos animais não humanos; a proposta da Ecopet de promover ações que visam o bem-estar animal a partir da reciclagem de materiais tem implicações sociais positivas que vão além dos benefícios diretos aos cães e gatos castrados, pois possibilita a educação de crianças, jovens e famílias sobre a importância de praticar a sustentabilidade; a dimensão pedagógica da Ecopet, em que se busca conscientizar as pessoas acerca da importância de se promover o bem-estar animal e preservar o meio

ambiente, cria condições para a promoção da igualdade a partir da equidade, uma vez que contribui para o entendimento de que toda forma de vida merece ser respeitada – superando a mentalidade instrumental e especista; a participação nos mutirões de castração estimula a sensibilização dos voluntários em relação às comunidades carentes, o que pode contribuir para o desenvolvimento de sentimentos como empatia e respeito mútuo (inclusão dos mais necessitados na comunidade moral), cujos quais podem estimular outras práticas sociais por parte dos participantes do projeto; e, por fim, gera-se reflexos nas localidades pois, enquanto os animais ganham uma melhor qualidade de vida ao serem castrados, seus tutores e demais moradores das comunidades carentes podem desfrutar de espaços públicos mais limpos e saudáveis, além da economia de recursos financeiros, que podem ser destinados à outras finalidades.

É possível asseverar, portanto, que as práticas constitutivas da Ecopet são fundamentadas em práticas ético-políticas de igualdade e equidade na medida em que, a partir da consideração dos interesses e da promoção da igualdade de oportunidades, buscam "minimizar a dor ou o sofrimento" e "maximizar o prazer ou a felicidade" de todos os membros (humanos e não humanos) das comunidades carentes atendidas pela iniciativa.

Com isto, observa-se que as práticas efetivadas pelas duas instituições que compõem o objeto deste estudo vão ao encontro do princípio da utilidade de Bentham (2017/1789), da ideia de justiça como equidade de Rawls (2021) e do princípio da igual consideração de interesses de Singer (2018). Isto é, considerando as teses desses três pensadores, infere-se que as ações promovidas pelo projeto Mutirão Mata-Fome da OBA e pela Ecopet podem ser associadas a preceitos ético-políticos de igualdade e equidade. Deste modo, cumpre-se o terceiro objetivo específico da presente pesquisa, que analisou como as

atividades dessas duas organizações podem se materializar em práticas de igualdade e equidade.

O quarto (e último) objetivo específico, por sua vez, buscou analisar como as práticas constitutivas do projeto Mutirão Mata-Fome e da Ecopet podem gerar inovações sociais como benefícios mútuos a humanos e animais não humanos. Como indicado no referencial teórico, apesar do tratamento predominantemente instrumental dos seres humanos para com os animais não humanos ao longo da história, a relação humano-animal tem consequências (Buller, 2016) e pode resultar em benefícios mútuos – em que humanos e animais não humanos são favorecidos mutuamente a partir de suas relações (Serpell, 2015; Aerni, 2021).

Observou-se, no caso da OBA, que as principais conexões com o mutualismo na relação humano-animal se dão das seguintes maneiras: a concepção do Mutirão Mata-Fome, fundamentada nos conceitos de família multiespécie e saúde única, indica que os benefícios vão além daqueles proporcionados diretamente aos cães e gatos que vivem nas aldeias, de modo que geram impacto positivo nas vidas dos demais envolvidos (indígenas, voluntários etc.), no meio ambiente e na própria sociedade; gera-se melhoria nas condições de vida dos cães e gatos que vivem nas aldeias indígenas, uma vez que, além do fornecimentos de recursos como alimentação, auxílio veterinário (preventivo e emergencial) e castração, incentiva-se a socialização dos animais não humanos a partir da interação que ocorre entre voluntários, indígenas e seus cães e gatos; a alimentação adequada e os cuidados veterinários fornecidos aos animais não somente contribuem positivamente para a qualidade de vida dos tutores indígenas, protegendo-os de possíveis doenças causadas pelos animais (zoonoses), mas também têm impacto econômico, gerando economia de recursos aos integrantes das aldeias; quando o projeto melhora a saúde e

condição física dos animais, permite que estes fiquem com uma melhor aparência, o que reflete de forma positiva no visual das aldeias atendidas; e, enquanto os animais recebem suporte para sua sobrevivência e bem-estar, os voluntários se sentem úteis ao proporcionar-lhes uma melhor qualidade de vida, ou seja, a partir da ação altruísta, os participantes do projeto obtêm benefícios em termos de bem-estar pessoal.

É possível observar que o Mutirão Mata-Fome gera benefícios não apenas para os animais que vivem em situação de vulnerabilidade nas aldeias indígenas, que recebem atenção, carinho, alimentação adequada e tratamentos veterinários preventivos e emergenciais, bem como são castrados para melhorar sua qualidade de vida e fechar o ciclo de abandono. Para além disso, as práticas da OBA geram benefícios também para os indígenas ao protegê-los de possíveis doenças (zoonoses), para a própria aldeia ao prover um ambiente mais agradável e aos voluntários do projeto, que se sentem bem por poderem ajudar os animais e seus tutores.

Em relação à associação das práticas promovidas pela Ecopet e a relação mutualista entre humanos e animais não humanos, destacam-se os seguintes pontos: os cães e gatos atendidos obtêm benefícios diretos e indiretos, como redução da superpopulação, redução do abandono e maus-tratos, maiores chances de adoção responsável, proteção contra doenças como o câncer, aumento da longevidade, redução das fugas e brigas nos períodos de cio, habitat menos poluído e outorga de status moral a partir da conscientização das pessoas; os seres humanos, por sua vez, são beneficiados pelo controle de zoonoses, controle populacional de animais de rua, bem-estar em relação à saúde do animal castrado, bem-estar em relação ao acolhimento e cuidado recebidos, economia de recursos financeiros e redução da poluição; a iniciativa de buscar conscientizar as pessoas acerca da importância do bem-estar animal e da preservação ambiental gera reflexos para o próprio

meio-ambiente e, por conseguinte, à sustentabilidade do planeta, na medida em que tal mudança de mentalidade aponta para a redução da poluição e o respeito à vida de modo integral; e a ação altruísta dos voluntários gera bem-estar pessoal, de forma que os participantes do projeto se sentem úteis ao contribuir com a promoção do bem-estar animal e com a sustentabilidade.

É possível notar que as práticas da Ecopet geram benefícios não somente para os animais de rua ou tutelados por famílias carentes, cujos quais são castrados para melhorar sua qualidade de vida e fechar o ciclo de abandono. Essa iniciativa gera benefícios também para as pessoas das localidades atendidas ao protegê-las de possíveis doenças (zoonoses), para as próprias comunidades carentes ao prover um ambiente mais agradável e aos voluntários da organização, que têm ganhos relacionados ao bem-estar emocional por colaborarem com as causas animal e ambiental.

Desse modo, observa-se que as práticas de igualdade e equidade promovidas pelas organizações aqui investigadas geram benefícios não apenas aos animais atendidos, mas também às pessoas, suas comunidades e ao meio ambiente. Pode-se, portanto, inferir que as ações promovidas pela OBA, por meio do projeto Mutirão Mata-Fome, e pela Ecopet corroboram com a tese de que a relação humano-animal pode ser mutualista, uma vez que as práticas destas instituições geram benefícios a todos os envolvidos. Assim, cumpre-se o quarto objetivo específico desta pesquisa, que analisou como as práticas constitutivas das organizações estudadas podem gerar inovações sociais como benefícios mútuos a humanos e animais não humanos.

Considerando os indícios observados no cumprimento dos objetivos específicos delineados para atender ao objetivo geral deste estudo, e sem a pretensão de esgotar o assunto, destaca-se, em resposta à pergunta de pesquisa, que as ações constitutivas do

Mutirão Mata-Fome e da Ecopet são socialmente inovadoras porque, ao se materializarem em práticas de igualdade e equidade, mudam a visão de mundo dos atores envolvidos em relação aos humanos mais vulneráveis e animais não humanos, gerando benefícios mútuos (saúde, educação, bem-estar...) e fomentando uma coexistência mais inclusiva, empática e sustentável.

Mais especificamente, as iniciativas aqui investigadas geram inovações sociais a partir de práticas de igualdade e equidade na medida em que as ações destas organizações da sociedade civil são inovativas (Schumpeter, 1942; Taylor, 1970), apresentam motivações sociais (Moulaert et al., 2005; Phills et al., 2008), são construídas de maneira coletiva (Mulgan et al., 2007; Murray et al., 2010) e possuem potencial transformador para a sociedade (Bignetti, 2011; Howaldt et al., 2016), corroborando com o princípio da utilidade (Bentham, 2017/1789), com a ideia de justiça como equidade (Rawls, 2021) e com o princípio da igual consideração de interesses (Singer, 2018), e gerando, com isto, múltiplos benefícios aos animais não humanos, aos humanos, à sociedade e ao meio ambiente.

Entretanto, os indícios aqui obtidos não significam que as ações da OBA e da Ecopet estejam isentas de conter certos limites. Apesar de não haver, no roteiro semiestruturado de entrevistas, nenhuma questão direta acerca dos limites das organizações investigadas, alguns pontos vieram à tona durante a coleta de dados empíricos.

No caso da OBA, por exemplo, embora a organização exerça pressão sobre o governo acerca da criação de políticas públicas que atendam às diversas demandas relacionadas às aldeias indígenas, os resultados não geram argumentos suficientes para garantir que as ações empreendidas pelo projeto (que dão conta de parte do problema) não induzam a postergação de tais políticas. Além disso, embora os achados apontem que a

organização gera algum nível de autonomia aos indígenas por meio da troca de conhecimentos, as famílias aldeadas parecem continuar dependentes de auxílio externo para, por exemplo, poder oferecer alimentos adequados e vacinas aos seus animais. Ademais, como indicado, a OBA depende de doações para exercer seu papel social, de modo que não possui uma fonte de recursos sustentável para manter suas atividades. Outro limite organizacional a ser destacado é o fato de a OBA ser uma instituição com poucos voluntários ativos, além de uma gestão centralizada nas idealizadoras do projeto. Não fica claro se há alguma perspectiva de sucessão institucional em termos de gestão, o que pode ser um risco à continuidade das ações desta organização.

Em relação à Ecopet, pode-se destacar que não fica claro se a castração de animais de rua (que é uma questão de saúde pública), uma vez exercida pela sociedade civil organizada, induz o poder público a buscar políticas públicas efetivas ou o contrário. Ademais, como indicado, há voluntários que estão inscritos na Ecopet por motivações que não se coadunam com as práticas da instituição, ou seja, pessoas que buscam primordialmente elevar seus *status* em redes mídias digitais e afins.

Dito isto, destaca-se que a principal distinção entre as duas organizações estudadas se refere à estrutura institucional. Embora a OBA possua 10 anos de atividade a mais em relação à Ecopet, observa-se que esta última possui, no momento em que se realiza esta pesquisa, uma estrutura mais adequada em termos de gestão e sustentabilidade organizacional.

Contudo, a identificação desses limites organizacionais pode ser também uma contribuição desta pesquisa, de modo a permitir que outras entidades realizem uma autoavaliação e, com isto, reduzam os riscos de incorrerem nas mesmas limitações.

Embora possuam limites, as ações desenvolvidas pelos projetos da OBA e da Ecopet parecem estar diametralmente opostas aos excessos do neoliberalismo que tantas vezes reduzem as relações com humanos, demais animais e com a natureza à instrumentação do "outro" (Merquior, 1983; Anderson, 1995; Matteucci, 2008; Dortier, 2010; Merquior, 2016; Dardot & Laval, 2017). No caso dos indígenas atendidos pela OBA, embora a cultura Guarani adote uma visão voltada à utilidade instrumental dos animais domésticos (em que servem como anteparos para doenças), não significa que tal mentalidade se coadune com a lógica neoliberal. Isto porque a relação entre indígenas e animais não parece se aproximar do hodierno fenômeno da "cultura pet", em que os animais não humanos são meios para atingir certos objetivos (*status*, carência afetiva, entretenimento etc.). Ao contrário, os animais fazem parte da vida ativa desses indígenas. As famílias carentes atendidas pela Ecopet, por sua vez, não parecem estar em busca de algum tipo de utilidade instrumental com a castração de seus animais domésticos, de modo que parecem se interessar pelo bem-estar dos cães e gatos. Ainda, o projeto permite que, mesmo aqueles que se importam menos com a questão dos animais não humanos, mas, ao mesmo tempo, têm alguma preocupação ambiental, contribuam com a iniciativa recolhendo tampas plásticas e promovendo a sustentabilidade.

Sublinha-se que todos os objetivos deste estudo foram atendidos, bem como a pergunta de pesquisa foi respondida. A análise crítica aqui proposta permite, em alguma medida, compreender um caminho para a geração de inovação social a partir de práticas ético-políticas de igualdade e equidade que visam, em primeira instância, o bem-estar animal. Nesse sentido, a presente investigação pode ser uma modesta, porém honesta, contribuição científica para outros estudos organizacionais que busquem compreender

ações socialmente inovadoras relacionadas à promoção da ética, da justiça social, dos direitos e do respeito mútuo.

Contudo, é primordial reconhecer as limitações deste estudo, uma vez que foi concebido a partir de dados empíricos de duas organizações da sociedade civil, em meio a um universo que contém diversas entidades e atores sociais que buscam resguardar o bem-estar e os direitos dos animais não humanos e/ou dos humanos mais fragilizados. Nesse sentido, os dados coletados fornecem diversos indícios, mas não dão conta de atender nenhuma das categorias de forma plena, de maneira que há limites na materialização da igualdade e equidade e dos quatro aspectos da inovação social. Ademais, o presente trabalho foi desenvolvido a partir das percepções do pesquisador, sujeitando-se, mesmo que involuntariamente, às suas limitações teóricas e/ou analíticas. Dito isto, ressalta-se que não se pretende esgotar o tema aqui discutido, mas contribuir, em alguma medida, com o debate científico e social sobre a temática no campo organizacional.

Com vistas a estimular a produção de outros estudos dessa natureza e, assim, debater a questão dos seres humanos e não humanos mais vulneráveis com maior frequência no meio acadêmico, recomenda-se que pesquisas mais aprofundadas sejam elaboradas a partir da investigação de outras experiências promovidas por organizações da sociedade civil. Dentre as diversas possibilidades, estudos futuros podem, por exemplo, investigar como a colaboração mútua entre organizações da sociedade civil que visam o bem-estar animal podem gerar inovações sociais. Também pode ser relevante observar se e como o fenômeno socialmente inovador pode emergir a partir das redes constituídas por protetores de animais individuais. Outrossim, é possível avaliar como as políticas públicas que visam o bem-estar dos animais não humanos (ou a falta delas) podem interferir no desenvolvimento de inovações sociais pelas organizações da sociedade civil.

Ressalta-se, por fim, a importância do debate científico no campo organizacional acerca das questões ético-políticas relacionadas ao bem-estar social, à preservação da vida de modo integral e ao meio ambiente. Isto pois, a ciência, embora não detenha todas as respostas, pode oferecer subsídios para a construção de uma sociedade com uma mentalidade mais ética, inclusiva e empática em relação ao "outro", seja ele humano ou não humano.

Referências

Aerni, P. (2021). The Ethics of Farm Animal Biotechnology from an Anthropological Perspective. *Sustainability*, *13*(7), 3674. http://doi.org/10.3390/su13073674

Agência Câmara de Notícias. (2023). *Projeto regulamenta a família multiespécie, formada por animais domésticos e seus tutores.* Retrieved from https://www.camara.leg.br/noticias/939334-projeto-regulamenta-a-familia-multiespecie-formada-por-animais-domesticos-e-seus-tutores/

Ahmed, J. U., Tinne, W. S., Al-Amin, M. & Rahanaz, M. (2018). Social innovation and SONO filter for drinking water. *Society and Business Review*, 13(1), 15-26. http://doi.org/10.1108/SBR-08-2017-0060

Albersmeier, F. (2021). Speciesism and speciescentrism. *Ethical Theory and Moral Practice*, *24*(2), 511-527. http://doi.org/10.1007/s10677-021-10168-6

Allegri, F. (2017). Peter Singer and the moral status of animals. A critical assessment. *Ragion pratica*, (1), 117-140. http://doi.org/10.1415/86440

Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E., & Gentili, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 205-205.

Andion, C., & Serva, M. (2004). Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. *Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social*, *4*(7), 7-24.

Aoo, K., Abe, N., & Kano, M. R. (2019). To be supported, or not to be: images of older people in policy and the reality in local communities in Japan. *Frontiers in Sociology*, 4, 16. http://doi.org/10.3389/fsoc.2019.00016

Arnold, S. (2018). Putting liberty in its place: Rawlsian liberalism without the liberalism. *European Journal of Philosophy*, *26*(1), 213-237. http://doi.org/10.1111/ejop.12215

Arslan, A., Kamara, S., Golgeci, I., & Tarba, S. Y. (2021). Civil society organisations' management dynamics and social value creation in the post-conflict volatile contexts pre and during COVID-19. *International Journal of Organizational Analysis*. http://doi.org/10.1108/IJOA-01-2021-2573

Avelino, F., Dumitru, A., Cipolla, C., Kunze, I., & Wittmayer, J. (2019). Translocal empowerment in transformative social innovation networks. *European Planning Studies*, *28*(5), 955-977. http://doi.org/10.1080/09654313.2019.1578339

Ayob, N., Teasdale, S., & Fagan, K. (2016). How social innovation 'came to be': tracing the evolution of a contested concept. *Journal of Social Policy*, *45*(4), 635-653. http://doi.org/10.1017/S004727941600009X

Baciadonna, L., Cornero, F. M., Emery, N. J., & Clayton, N. S. (2021). Convergent evolution of complex cognition: Insights from the field of avian cognition into the

study of self-awareness. *Learning & Behavior*, *49*(1), 9-22. http://doi.org/10.3758/s13420-020-00434-5

Baglioni, S., De Pieri, B., & Tallarico, T. (2017). Surplus food recovery and food aid: the pivotal role of non-profit organisations. Insights from Italy and Germany. *Voluntas*, *28*(5), 2032-2052. http://doi.org/10.1007/s11266-016-9746-8

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Barros, A., & Taylor, S. (2020). Think tanks, business and civil society: The ethics of promoting pro-corporate ideologies. *Journal of Business Ethics*, *162*(3), 505-517. http://doi.org/10.1007/s10551-018-4007-y

Bauman, Z. (2018). *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus (ano de publicação do livro original; 1997).

Bauman, Z., & Donskis, L. (2014). *Moral blindness: The loss of sensitivity in liquid modernity*. Polity Press.

Bekkers R., Konrath S., Smith D. (2016) Physiological Correlates of Volunteering. In: *The Palgrave Handbook of Volunteering, Civic Participation, and Nonprofit Associations*. Palgrave Macmillan. http://doi.org/10.1007/978-1-137-26317-9_26

Bentham, J. (2017). *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (ano de publicação do livro original; 1789). Retrieved from http://www.earlymoderntexts.com/assets/pdfs/bentham1780.pdf

Bessa, I. (2020). Indígenas aldeados que vivem em Santa Catarina. Retrieved from: https://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/cepin/pesquisas

Bezerra, W. C., Pereira, B. P., & Braga, I. F. (2021). Estado e sociedade civil em Gramsci: notas para discutir a institucionalização das demandas sociais no capitalismo e a

dimensão social da terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, *29*. http://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN2048

Bhattacharyya, S. S., & Verma, S. (2020). Firm–civil society organizational collaborations in the context of corporate social responsibility (CSR) initiatives; development of collaboration typology. *World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, 16(4), 359-375. http://doi.org/10.1108/WJEMSD-12-2019-0101

Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, *47*(1), 3-14. http://doi.org/10.4013/1040

Birch, J., Burn, C., Schnell, A., Browning, H., & Crump, A. (2021). Review of the evidence of sentience in cephalopod molluscs and decapod crustaceans. Retrieved from https://www.lse.ac.uk/News/News-Assets/PDFs/2021/Sentience-in-Cephalopod-Molluscs-and-Decapod-Crustaceans-Final-Report-November-2021.pdf

Bobbio, N. (2007). *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política (14ª ed.)*. São Paulo: Paz e Terra.

Bobbio, N. (2008). Sociedade civil. In: Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (orgs.). *Dicionário de política (13ª ed.)*. Brasília: UNB, 1206-1211.

Boughzala, Y. (2020). Towards a collective approach of social innovation: the case of the social entrepreneurship in Tunisia. *Innovations*, 62, 161-189. http://doi.org/10.3917/inno.062.0161

Bozic, A. (2020). Global trends in a fragile context: public–nonpublic collaboration, service delivery and social innovation. *Social Enterprise Journal*, 17(2), 260-279. http://doi.org/10.1108/SEJ-12-2019-0100

Bruers, S. (2021). Speciesism, Arbitrariness and Moral Illusions. *Philosophia*, *49*(3), 957-975. http://doi.org/10.1007/s11406-020-00282-7

Budaev, S., Kristiansen, T. S., Giske, J., & Eliassen, S. (2020). Computational animal welfare: towards cognitive architecture models of animal sentience, emotion and wellbeing. *Royal Society open science*, *7*(12), 201886. http://doi.org/10.1098/rsos.201886rsos201886

Buller, H. (2016). Animal geographies III: ethics. *Progress in Human Geography*, *40*(3), 422-430. http://doi.org/10.1177%2F0309132515580489

Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis: Elements of the sociology of corporate life*. London: Heinemann.

Campregher, G., & Longoni, L. S. (2017). A natureza humana do comportamento individual nos primórdios do pensamento econômico: uma comparação entre Hume, Smith e Bentham. *Economia e Sociedade*, *26*, 111-139. https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n1art4

Carey, B. (2020). Abolishing cruelty: the concurrent growth of anti-slavery and animal welfare sentiment in British and colonial literature. *Journal for Eighteenth-Century Studies*, *43*(2), 203-220. http://doi.org/10.1111/1754-0208.12686

Carvajal, F. M. (2022). El Utilitarismo Clásico de Jeremy Bentham: Una discusión y revisión historiográfica alrededor del utilitarismo, su oposición a la filosofía de los derechos naturales y su postura frente a la redistribución de la riqueza. *Praxis Filosófica*, (55), 169-188. https://doi.org/10.25100/pfilosofica.v0i55.12360

Carvalho, M. C. M. (2018). In: Rouanet, L. P., & Carvalho, M. C. M. (orgs.). *Ética e direitos dos animais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 13-27.

Casini, A., Bensliman, R., Fossati, E. C., Degavre, F., & Mahieu, C. (2018). Is social innovation fostering satisfaction and well-being at work? Insights from employment in social enterprises providing long-term eldercare services. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *29*(6), 1244-1260. http://doi.org/10.1007/s11266-018-0001-3

CBEO. (2023a). *Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*. Retrieved from https://even3.blob.core.windows.net/geral/3ConvocatoriaVIICBEOdivulgao-novasdatas.578c84a596514c10884b.pdf

CBEO. (2023b). *Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*. Retrieved from https://www.sbeo.org.br/sbeo/wp-content/uploads/2015/08/Programa%C3%A7%C3%A3o-de-GTs-IV-CBEO.pdf

Chambers, D., & Forlin, C. (2021). An historical ethnography of the enactment of Rawl's Theory of Justice as applied to the education of learners with disability in Western Australia. *International Journal of Inclusive Education*, 1-18. http://doi.org/10.1080/13603116.2021.1941322

Chiappin, J. R. N., & Leister, A. C. C. C. (2018). O programa utilitarista de Hobbes a Bentham no desenho e construção de uma nova imagem do mundo e do Estado: das origens da desigualdade, da Civil Law, e dos modelos de estados de desenvolvimento. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, *113*, 151-185. https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v113i0p151-185

Chung, H. (2020). Rawls's self-defeat: a formal analysis. *Erkenntnis*, 85(5), 1169-1197. http://doi.org/10.1007/s10670-018-0079-4

Coitinho, D. (2017). Razoabilidade e ontologia social em John Rawls. *Sofia*, 6(1), 48-61.

Colombelli, A., Grilli, L., Minola, T., & Mrkajic, B. (2020). To what extent do young innovative companies take advantage of policy support to enact innovation appropriation mechanisms?. *Research Policy*, *49*(10), 103797. http://doi.org/10.1016/j.respol.2019.05.006

Cordeiro-Rodrigues, L. (2021). Connecting racial and species justice: towards an Afrocentric animal advocacy. Philosophy & Social Criticism, 0191453721999693. http://doi.org/10.1177%2F0191453721999693

Courtney, P. (2018). Conceptualising social value for the third sector and developing methods for its assessment. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *29*(3), 541-557. http://doi.org/10.1007/s11266-017-9908-3

Crisafulli, B., Dimitriu, R., & Singh, J. (2020). Joining hands for the greater good: examining social innovation launch strategies in B2B settings. *Industrial Marketing Management*, *89*, 487-498. http://doi.org/10.1016/j.indmarman.2019.11.012

Cruise, W. (2018). Take a bow: Art and dog communication. *Tydskrif vir letterkunde*, *55*(3), 10-20. http://doi.org/10.17159/2309-9070/tvl.v.55i3.5503

Dagnino, E. (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp.

Dagnino, E. (2004) "¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?". In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

Dalla Torre, C., Ravazzoli, E., Dijkshoorn-Dekker, M., Polman, N., Melnykovych, M., Pisani, E., Gori, F., Da Re, R., Vicentini, K., & Secco, L. (2020). The role of agency in the emergence and development of social innovations in rural areas. Analysis of

two cases of social farming in Italy and the Netherlands. *Sustainability*, 12(11), 4440. http://doi.org/10.3390/su12114440

Dandurand, L. (2005). Reflexion autour du concept d'innovation sociale, approche historique et comparative. *Revue Francaise d'administration publique*, *115*(3), 377–382. http://doi.org/10.3917/rfap.115.0377

Dardot, P., & Laval, C. (2017). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo editorial.

De Ruyver, C. (2021). From Genesis to Animal rights: thinking about animals throughout western history Part 1: from Genesis to the bête-machine of Descartes. *Vlaams Diergeneeskundig Tijdschrift*, *90*(1), 3-9. http://doi.org/10.21825/vdt.v90i1.17765

Dias, M. C. L. C. (2012). A medida da ética em Bentham. *Cadernos de ética e filosofia política*, 1(20), 6-21.

Dortier, J. F. (2010). *Dicionário de ciências humanas*. Martins Fontes.

Dog Life. (2023a). *Vacina para cachorro: Guia completo das 6 principais.* Retrieved from https://www.doglife.com.br/blog/vacina-para-cachorro-principais-entenda-como-agem-5ed11402a211314890c054a7/#:~:text=exige%20refor%C3%A7o%20anual.-,Quanto%20custa%20a%20vacina%20para%20cachorro%20contra%20Leishmaniose%3F,escolhida%2C%20assim%20como%20as%20demais.

Dog Life. (2023b). *Vacinas para gatos: Conhece as 4 principais? Informe-se.* Retrieved from https://www.doglife.com.br/blog/vacinas-gatos-conhece-4-principais-informe-5ecffdad6af01b5fa7bed5dc/

Dwivedi, A., & Weerawardena, J. (2018). Conceptualizing and operationalizing the social entrepreneurship construct. *Journal of Business research*, 86, 32-40. http://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.01.053

Ecopet. (2023a). *Pontos de coleta - Ecopet*. Retrieved from https://docs.google.com/document/u/1/d/e/2PACX-1vTL5UWTKmCRrlJa1SgV63BiPBMDRnUrTxIVF2ZIdh4NLhD5RutsYBumlMNbJv_Ung/pub

Ecopet [@ecopettampas]. (2023b, 3 de abril). *Começar a semana com resultados positivos renovam nossas energias e recarregam nossas esperanças. Para transformar a realidade dos animais abandonados* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/reel/Cqkf1H3AhLD/

Ecopet [@ecopettampas]. (2023c, 3 de abril). *Nossa prestação de contas de maio de 2023. Obs: lembrando que balancete detalhado fica disponível para consulta pública no Registro* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CtccpsIvEKd/

Edwards-Schachter, M., & Wallace, M. L. (2017). 'Shaken, but not stirred': sixty years of defining social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 119, 64-79. http://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.03.012

Elias, S., & Barbero, A. C. (2021). Social innovation in a tourist coastal city: a case study in Argentina. *Social Enterprise Journal*, 17(1), 44-62. http://doi.org/10.1108/SEJ-02-2020-0011

EnANPAD. (2023a). *Encontro da ANPAD*. Retrieved from http://anpad.com.br/pt_br/theme/list

EnANPAD. (2023b). *Encontro da ANPAD*. Retrieved from http://anpad.com.br/pt_br/article_search/?search%5Bq%5D=inova%C3%A7%C3%A3o+social&search%5Bsubmit%5D

EnANPAD. (2023c). *Encontro da ANPAD*. Retrieved from http://anpad.com.br/pt_br/article_search/?search%5Bq%5D=inova%C3%A7%C3%B5es+sociais&search%5Bsubmit%5D

ENGEMA. (2023). *Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*. Retrieved from https://engema.org.br/25/areas-tematicas/

Eriksson, K., Vartanova, I., Ornstein, P., & Strimling, P. (2021). The common-is-moral association is stronger among less religious people. *Humanities and Social Sciences Communications*, *8*(1), 1-8. http://doi.org/10.1057/s41599-021-00791-0

Everett, J. A., Caviola, L., Savulescu, J., & Faber, N. S. (2019). Speciesism, generalized prejudice, and perceptions of prejudiced others. *Group Processes & Intergroup Relations*, *22*(6), 785-803. http://doi.org/10.1177%2F1368430218816962

Faletehan, A. F., van Burg, E., Thompson, N. A., & Wempe, J. (2021). Called to volunteer and stay longer: the significance of work calling for volunteering motivation and retention. *Voluntary Sector Review*. http://doi.org/10.1332/204080520X15929332587023

Farinha, L., Sebastião, J.R., Sampaio, C., & Lopes, J. (2020). Social innovation and social entrepreneurship: discovering origins, exploring current and future trends. *Int Rev Public Nonprofit Mark*, 17, 77–96. http://doi.org/10.1007/s12208-020-00243-6

Felipe, S. T. (2006). Fundamentação ética dos direitos animais. O legado de Humphry Primatt. *Revista brasileira de direito animal*, *1*(1).

Felipe, S. T. (2019). *Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas (2ª ed.)*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Fernández, A. G. (2019). Trincheras y estructuras. Gramsci, Althusser y la cuestión de la sociedad civil. *Daimon Revista Internacional de Filosofia*, (77), 183–196. http://doi.org/10.6018/daimon/300291

Figdor, C. (2021). The psychological speciesism of Humanism. *Philosophical Studies*, *178*(5), 1545-1569. http://doi.org/10.1007/s11098-020-01495-y

Fletcher, T., & Platt, L. (2018). (Just) a walk with the dog? Animal geographies and negotiating walking spaces. *Social & Cultural Geography*, 19(2), 211-229. http://doi.org/10.1080/14649365.2016.1274047

Fortes, R. O. (2019). *A teoria da justiça de John Rawls e as ações afirmativas: reparar as contingências em direção à igualdade*. Porto Alegre: Fi.

Fox, J. I. (2021). Two Pessimisms in Mill. *Utilitas*, 1-16. http://doi.org/10.1017/S0953820821000212

Fraser, J. L., Alimi, Y. H., Varma, J. K., Muraya, T., Kujinga, T., Carter, V. K., Schultsz, C., & Del Rio Vilas, V. J. (2021). Antimicrobial resistance control efforts in Africa: a survey of the role of civil society organisations. Global health action, 14(1), 1868055. http://doi.org/10.1080/16549716.2020.1868055

Fridhi, B. (2021). Social entrepreneurship and social enterprise phenomenon: toward a collective approach to social innovation in Tunisia. *Journal of Innovation and Entrepreneurship*, *10*(1), 1-21. http://doi.org/10.1186/s13731-021-00148-6

Fuentes, M. L. (2020). Los derechos de los animales: una aproximación a los Derechos de la Naturaleza en el Ecuador. *Derecho Animal: Forum of Animal Law Studies* , 11(3), 78-97. http://doi.org/10.5565/rev/da.488

FUNAI. (2022). *Fundação Nacional do Índio*. Retrieved from https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao

García-Flores, V., & Martos, L. P. (2019). Social innovation: key factors for its development in the territories. *CIRIEC-Espana. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 97, 245-278. http://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.97.14148

Garner, R. (2012). Rawls, animals and justice: New literature, same response. Res Publica, 18(2), 159-172. http://doi.org/10.1007/s11158-011-9173-z

Garrone, P., Groppi, A., & Nardi, P. (2018). Social innovation for urban liveability. Empirical evidence from the Italian third sector. *Industry and Innovation*, *25*(6), 612-631. http://doi.org/10.1080/13662716.2017.1388217

Gil-Lacruz, A., Gil-Lacruz, M., & Saz-Gil, M. I. (2020). Socially active aging and self-reported health: building a sustainable solidarity ecosystem. *Sustainability*, *12*(7), 2665. http://doi.org/10.3390/su12072665

Goi, H. C., & Tan, W. L. (2021). Design thinking as a means of citizen science for social innovation. *Frontiers in sociology*, 6, 629808. http://doi.org/10.3389/fsoc.2021.629808

Gondim, E., & Chingore, T. T. (2021). John Rawls: a razoabilidade como demarcação de objetividade. *OXÍMORA Revista Internacional de Ética y Política*, 141-152. https://doi.org/10.1344/oxi.2021.i18.32546

Gonsalves, A. K. R., & Andion, M. C. M. (2019). Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. *Organizações & Sociedade*, *26*(89). http://doi.org/10.1590/1984-9260892

Gorman, R. (2019). What's in it for the animals? Symbiotically considering 'therapeutic'human-animal relations within spaces and practices of care

farming. *Medical humanities*, *45*(3), 313-325. http://doi.org/10.1136/medhum-2018-011627

Gregoire, M. (2016). Exploring various approaches of social innovation: a francophone literature review and a proposal of innovation typology. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, *17*(6), 45-71. http://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p45-71

Han, H., Ariza-Montes, A., Tirado-Valencia, P., & Lee, S. (2020). Volunteering attitude, mental well-being, and loyalty for the non-profit religious organization of volunteer tourism. *Sustainability*, *12*(11), 4618. http://doi.org/10.3390/su12114618

Hansen, A. V., Fuglsang, L., Gallouj, F., & Scupola, A. (2021). Social entrepreneurs as change makers: expanding public service networks for social innovation. *Public Management Review*, 1-20. http://doi.org/10.1080/14719037.2021.1916065

Häyry, M. (2021). Just better utilitarianism. *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics*, *30*(2), 343-367. http://doi.org/10.1017/S0963180120000882

Hernández-Ascanio, J., & Rich-Ruiz, M. (2020). Caracterización de organizaciones del tercer sector desde el enfoque de la innovación social. Discusión a partir de un estudio de caso. *Innovar*, *30*(75), 71-86. http://doi.org/10.15446/innovar.v30n75.83258

Hernández-Ascanio, J., Valle, J. A., López, R. R., & Viruel, M. J. M. (2021). Medir la capacidad de innovación social en organizaciones complejas del tercer sector. *Empiria: Revista de metodología de ciencias sociales*, (51), 153-182. http://doi.org/10.5944/empiria.51.2021.30811

Hinna, A., & Monteduro, F. (2017). Boards, governance and value creation in grant-giving foundations. *Journal of management & governance*, *21*(4), 935-961. http://doi.org/10.1007/s10997-016-9370-4

Horta, O., & Albersmeier, F. (2020). Defining speciesism. *Philosophy Compass*, *15*(11), 1-9. http://doi.org/10.1111/phc3.12708

Horta, R. J. (2017). *Por uma ética não especista: Peter Singer e a questão do estatuto moral dos animais não humanos*. São Paulo: Loyola.

Hossein, C. S. (2020). Racialized people, women, and social enterprises: politicized economic solidarity in Toronto. *Feminist Economics*, 1-30. http://doi.org/10.1080/13545701.2020.1821078

Howaldt, J., Domanski, D., & Kaletka, C. (2016). Inovação social: em direção a um novo paradigma de inovação. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, *17*(6), 20-44. http://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p20-44

Jaquet, F. (2019). Is speciesism wrong by definition?. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, *32*(3), 447-458. http://doi.org/10.1007/s10806-019-09784-1

Johansson-Stenman, O. (2018). Animal welfare and social decisions: Is it time to take Bentham seriously?. *Ecological Economics*, *145*, 90-103. http://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.08.019

Justen, G. S., Morais-da-Silva, R. L., Takahashi, A. R. W., & Segatto, A. P. (2020). Inovação social e desenvolvimento local: uma análise de metasíntese. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 14(1), 56-73. http://doi.org/10.24857/rgsa.v14i1.1902

Kniess, J. (2019). Bentham on animal welfare. *British Journal for the History of Philosophy*, *27*(3), 556-572. http://doi.org/10.1080/09608788.2018.1524746

Koh, T. Y. (2019). Bentham and the pleasures of cruelty. *History of Political Thought*, *40*(4), 699-716.

Krajewska, A., & Makowski, G. (2017). Law regarding civil society organisations in Poland. In: T. Van der Ploeg, W. Van Veen, & C. Versteegh (Authors), *Civil Society in Europe: Minimum Norms and Optimum Conditions of its Regulation* (pp. 486-507). Cambridge: Cambridge University Press. http://doi.org/10.1017/9781316536407.016

Krlev, G., & Lund, A. B. (2020). Social innovation ignored: framing nonprofit activities in European news media. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *31*(5), 949-965. http://doi.org/10.1007/s11266-020-00224-7

Kumasaka, J. M. V. C., Cruz, B. B., dos Santos, S. M., & Cabral, A. C. A. (2020). Analysis of the dimensions of social innovation in projects seeking for social transformation of children and young people. *RISUS: Journal on Innovation and Sustainability*, *11*(3), 138-155. http://doi.org/10.23925/2179-3565.2020v11i3p138-155

Kyritsis, D. (2021). Williams and Rawls in Philadelphia. *Res Publica*, *27*(2), 203-218. http://doi.org/10.1007/s11158-020-09453-5

Labayru, C. M. (2019). Recuperación del debate liberal-comunitario. Sus aspectos nucleares y la conformación teórica de un concepto de la "identidad política". *Ideas y valores*, 68(171), 279-303. https://doi.org/10.15446/ideasyvaiores.v68n171.63565

Lee, E. K. M., Lee, H., Kee, C. H., Kwan, C. H., & Ng, C. H. (2021). Social impact measurement in incremental social innovation. *Journal of Social Entrepreneurship*, *12*(1), 69-86. http://doi.org/10.1080/19420676.2019.1668830

Lei n. 14.064, de 29 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14064.htm

Lei n. 23.724, de 18 de dezembro de 2020. Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 22.231, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências. Retrieved from https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23724&comp=&ano=2020

Lindberg, M. & Hylander, J. (2016). Boundary dimensions of social innovation: negotiating conflicts and compatibilities when developing a national agenda. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 30, 1-14. http://doi.org/10.1080/13511610.2016.1204534

Lima, A. F. M., & Luna, S. P. L. (2012). Algumas causas e consequências da superpopulação canina e felina: acaso ou descaso?. *Revista de educação continuada em medicina veterinária e zootecnia do CRMV-SP*, *10*(1), 32-38. https://doi.org/10.36440/recmvz.v10i1.258

Lima, M. D. C. F., Mittestainer, J. C., Rocha, P. B., Carvalho, E. R., do Prado Verotti, B., Pellicciari, P. R., Victori, C., & Langoni, H. (2017). Principais zoonoses em pequenos animais: breve revisão. *Veterinária e Zootecnia*, *24*(1), 84-106. https://doi.org/10.35172/rvz.2017.v24.708

Littlewood, D., & Khan, Z. (2018). Insights from a systematic review of literature on social enterprise and networks: where, how and what next?. *Social Enterprise Journal*, 14(4), 390-409. http://doi.org/10.1108/SEJ-11-2018-068

Lombardi, M., & Costantino, M. (2020). A social innovation model for reducing food waste: the case study of an Italian non-profit organization. *Administrative Sciences*, *10*(3), 45. http://doi.org/10.3390/admsci10030045

Mannarini, T., Talò, C., ßD'Aprile, G., & Ingusci, E. (2018). A psychosocial measure of social added value in non-profit and voluntary organizations: findings from a study in the south of Italy. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *29*(6), 1315-1329. http://doi.org/10.1007/s11266-018-00061-9

Marshall, H. H., Johnstone, R. A., Thompson, F. J., Nichols, H. J., Wells, D., Hoffman, J. I., Kalema-Zikusoka G., Sanderson J.L., Vitikainen E.I.K., Blount J.D., & Cant, M. A. (2021). A veil of ignorance can promote fairness in a mammal society. *Nature communications*, 12(1), 1-8. http://doi.org/10.1038/s41467-021-23910-6

Martel, A., Reilly-King, F., & Baruah, B. (2021). Next generation of knowledge partnerships for global development. Introduction. *Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement*, 1-21. http://doi.org/10.1080/02255189.2021.1919065

Martin, R., Kusev, P., Teal, J., Baranova, V., & Rigal, B. (2021). Moral decision making: from Bentham to veil of ignorance via perspective taking accessibility. *Behavioral Sciences*, *11*(5), 66. http://doi.org/10.3390/bs11050066

Martínez, M.I., Guilló, N. & Santero, R. (2019). La economía social en el emprendimiento de base tecnológica en España. Un análisis cualitativo. *CIRIEC-Espana. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 96, 65-90. http://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.96.12969

Matteucci, N. (2008). Liberalismo. In: Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (orgs.). *Dicionário de política (13ª ed.)*. Brasília: UNB, 686-705.

Meijs, L., Handy, F., Simons, F. J., & Roza, L. (2020). A social innovation: addressing relative food insecurity and social exclusion. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 31(5), 894-906. http://doi.org/10.1007/s11266-019-00105-8

Meinema, E. (2021). Countering 'Islamic'violent extremism? The implementation of programs to prevent radicalization by Muslim-led civil society organizations in Malindi, Kenya. *Religion*, *51*(2), 259-279. http://doi.org/10.1080/0048721X.2021.1865603

Mens, J., van Bueren, E., Vrijhoef, R., & Heurkens, E. (2021). A typology of social entrepreneurs in bottom-up urban development. *Cities*, 110, 103066. http://doi.org/10.1016/j.cities.2020.103066

Merquior, J. G. (1983). *O argumento liberal*. Nova Fronteira.

Merquior, J. G. (2016). *O liberalismo-antigo e moderno (3ª ed.)*. É Realizações Editora.

Michaelis. (2021). Retrieved from http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/autoconsci%C3%AAncia/

Mignot, A., de Luca, K., Leboucher, G., & Servais, V. (2021). French handlers' perspectives on Animal-Assisted Interventions. *Complementary Therapies in Clinical Practice*, *44*, 101356. http://doi.org/10.1016/j.ctcp.2021.101356

Mildenberger, G., Schimpf, G., & Streicher, J. (2020). Social innovation assessment? Reflections on the impacts of social innovation on society - Outcomes of a systematic literature review. *European Public & Social Innovation Review*, 5(2), 1-13. http://doi.org/10.31637/epsir.20-2.1

Miller, R., Ong, K. I. C., Choi, S., Shibanuma, A., & Jimba, M. (2020). Seeking connection: a mixed methods study of mental well-being and community

volunteerism among international migrants in Japan. *BMC public health*, *20*(1), 1-11. http://doi.org/10.1186/s12889-020-09381-2

Ministério da Saúde. (2023). *Saúde única*. Retrieved from https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-unica

Mogollón, L. D., Eisele, O., & Paschou, M. (2021). Applied solidarity in times of crisis: exploring the contexts of civil society activities in Greece and Germany. *Acta Politica*, *56*(2), 308-329. http://doi.org/10.1057/s41269-020-00154-8

Mohan, M., Rue, H. A., Bajaj, S., Galgamuwa, G. P., Adrah, E., Aghai, M. M., Broadbent, E. N., Khadamkar, O., Sasmito, S. D., Roise, J., Doaemo, W., & Cardil, A. (2021). Afforestation, reforestation and new challenges from COVID-19: thirty-three recommendations to support civil society organizations (CSOs). *Journal of Environmental Management*, 112277. http://doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.112277

Molloy, C., Bankins, S., Kriz, A., & Barnes, L. (2020). Making sense of an interconnected world: how innovation champions drive social innovation in the not-for-profit context. *Journal of Product Innovation Management*, 37(4), 274-296. http://doi.org/10.1111/jpim.12527

Molnár, G. (2017). Capability building combined with microcredit: the loan alone is insufficient. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(3), 354-374. http://doi.org/10.1080/19420676.2017.1371632

Mongin, P., & Pivato, M. (2021). Rawls's difference principle and maximin rule of allocation: a new analysis. *Economic Theory*, *71*(4), 1499-1525. http://doi.org/10.1007/s00199-021-01344-x

Montgomery, T., & Mazzei, M. (2021). Two paths of social innovation in the post-pandemic world. *Social Enterprise Journal*, 17(3), 450-458. http://doi.org/10.1108/SEJ-03-2021-0018

Moreso, J. J. (2013). Jeremy Bentham: luces y sombras. *In Anales de la Cátedra Francisco Suárez* (Vol. 47, pp. 221-248). https://doi.org/10.30827/acfs.v47i0.2165

Moulaert, F., MacCallum, D., & Hillier, J. (2013). Social innovation: intuition, precept, concept. In: *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, pp. 13-24.

Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & Gonzalez, S. (2005). Towards alternative model (s) of local innovation. *Urban studies*, *42*(11), 1969-1990. https://doi.org/10.1080/00420980500279893

Mulgan, G. (2010). Measuring social value. *Stanford Social Innovation Review*, *8*(3), 38-43. Retrieved from https://eurodiaconia.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/09/Briefing_-_Measuring_Social_Value.pdf

Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). *Social Innovation: what it is, why it matters, how it can be accelerated*. The Young Foundation.

Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation* (Vol. 24). London: Nesta.

Nääs, I. A. (2008). Princípios de bem-estar animal e sua aplicação na cadeia avícola. *Biológico, São Paulo*, *70*(2), 105-106.

Nandan, M., Singh, A., & Mandayam, G. (2019). Social value creation and social innovation by human service professionals: Evidence from Missouri, USA. *Administrative Sciences*, *9*(4), 86. http://doi.org/10.3390/admsci9040086

Nicholls, A., & Murdock, A. (2012). The nature of social innovation. In: *Social innovation* (pp. 1-30). Palgrave Macmillan, London. http://doi.org/10.1057/9780230367098_1

Nicholls, A., Simon, J., & Gabriel, M. (2015). *New frontiers in social innovation research*. Springer Nature. http://doi.org/10.1057/9781137506801

Ninomiya, B. L., Peixoto, I. C., Da Silva, L. D. C. P., & Moreira, A. J. (2021). Indígenas sob um contexto vulnerável de seguridade social em meio à crise sanitária. *Campo Jurídico*, 9(1), 676.

Noor, N. H. M., Ng, B. K., & Hamid, M. J. A. (2020). Forging researchers-farmers partnership in public social innovation: a case study of Malaysia's agro-based public research institution. *International Food and Agribusiness Management Review*, *23*(4), 579-597. http://doi.org/10.22004/ag.econ.307605

Oliveira-Neto, R. R., Souza, V. F., Gubulin Carvalho, P. F., & Rodrigues Frias, D. F. (2018). Nível de conhecimento de tutores de cães e gatos sobre zoonoses. *Revista de Salud Pública*, *20*, 198-203. https://doi.org/10.15446/rsap.V20n2.68155

O'neill, O. (2006). Constructivismo en Rawls y Kant. *Estudios públicos*, (103), 383-418.

Organização Bem-Animal. (2021). *Organização Bem-Animal*. Retrieved from http://www.obafloripa.org/

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023a, 15 de junho). *Agradecemos a receptividade do Deputado Estadual @marquito.sc e sua assessora Beatriz em ouvir as demandas que estamos encontrando nas comunidades* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CtcwYNqszli/

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023b, 6 de março). *Começar a semana com resultados positivos renovam nossas energias e recarregam nossas*

esperanças. Para transformar a realidade dos animais abandonados [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/Cpd2CopseR7/

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023c, 17 de abril). *Neste mês do nosso 15° aniversário, colabore, doe, coopere para que nosso trabalho continue, amplie, fortifique e se expanda* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CrI8Q7gMcpu/

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023d, 14 de julho). *MUTIRÃO MATA-FOME 16/07 Colabore com a vaquinha para compra de ração para o Mutirão Mata-Fome do próximo domingo, ação que* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CuraotQAFRz/

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023e, 14 de julho). *Ajude, por favor! PIX: 09.454.046/0001-55 (CNPJ) Banco do Brasil (banco 001) Agência: 1453-2 Conta Corrente: 36.798-2 Titular: Organização Bem-Animal* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CusKglPAO64/

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023f, 19 de julho). *DIA 20 - CONTAS A PAGAR! Nesta data temos agendado o pagamento de algumas despesas fixas. Se você que acompanha* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/Cu4NJ6jgwqA/

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023g, 23 de julho). *MUTIRÃO MATA-FOME 22/07/2023 Mais uma ação inspiradora desse time de Luz, que juntos ativam a máxima potência de seus corações* [Fotografia]. Instagram https://www.instagram.com/p/CvCryjvAPow/?img_index=1

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023h, 9 de janeiro). *Amigos, ainda não mobilizamos o valor total da cirurgia ortopédica da Lessie. Ela tem*

apenas 1 ano, é absurdamente alegre [Fotografia]. Instagram https://www.instagram.com/p/CnM7hsTLHOL/?img_index=1

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023i, 25 de junho). *EU VEJO VOCÊ EU SINTO VOCÊ Aladdin foi atropelado na BR 101 há pouco mais de um mês, sofreu fratura* [Fotografia]. Instagram https://www.instagram.com/p/Ct6dUbEAUK8/?img_index=1

Organização Bem-Animal [@organizacao.bem.animal]. (2023j, 11 de julho). *Precisamos de ajuda para manter nosso trabalho social. Além dos 40 animais sob nossa responsabilidade, visitamos toda semana comunidades indígenas* [Fotografia]. Instagram https://www.instagram.com/p/CujzVe3gRpg/

Ozdemir, S., & Gupta, S. (2021). Inter-organizational collaborations for social innovation and social value creation: towards the development of new research agenda and theoretical perspectives. *Industrial Marketing Management*, 97, 134-144. http://doi.org/10.1016/j.indmarman.2021.06.013

Öze, N., & Soyer, F. (2021). Civil society organizations in socio-cultural building of identity in social networks: Northern Cyprus Alewite Associations. *Turkish Culture & Haci Bektas Veli Research Quarterly*, (97). http://www.doi.org/10.34189/hbv.97.003

Parekh, V., & Klintman, M. (2021). The practice approach in practice: lessons for civil society organizations (CSOs) that work towards sustainable food consumption in Sweden. *Sustainable Production and Consumption*, *26*, 480-492. http://doi.org/10.1016/j.spc.2020.12.011

Pel, B., Wittmayer, J., Dorland, J., & Søgaard Jørgensen, M. (2020). Unpacking the social innovation ecosystem: an empirically grounded typology of empowering network

constellations. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 33(3), 311-336. http://doi.org/10.1080/13511610.2019.1705147

Perera, D., Agnihotri, J., Seidou, O., & Djalante, R. (2020). Identifying societal challenges in flood early warning systems. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, *51*, 101794. http://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2020.101794

Perlik, M. (2021). Impacts of social innovation on spatiality in mountain–lowland relationships—Trajectories of two Swiss regional initiatives in the context of new policy regimes. *Sustainability*, *13*(7), 3823. http://doi.org/10.3390/su13073823

Phills, J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, *6*(4), 34-43.

Pontara, G. (2008). Utilitarismo. In: Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (orgs.). *Dicionário de política (13ª ed.)*. Brasília: UNB, 1274-1284.

Potter, V. R. (2016). *Bioética: ponte para o futuro*. São Paulo: Loyola.

Poulin M. J., & Holman E. A. (2013). Helping hands, healthy body? Oxytocin receptor gene and prosocial behavior interact to buffer the association between stress and physical health. *Hormones and Behavior*, 63(3), 510-517. http://doi.org/10.1016/j.yhbeh.2013.01.004

Pozzebon, M. (2004). Conducting and evaluating critical interpretive research: Examining criteria as a key component in building a research tradition. In *Information systems research* (pp. 275-292). Springer, Boston, MA. https://doi.org/10.1007/1-4020-8095-6_16

Queralt, J., & González-Ricoy, I. (2021). The ballot and the wallet: self-respect and the fair value of political liberties. *European Journal of Philosophy*, *29*(2), 410-424. http://doi.org/10.1111/ejop.12581

Rawls, J. (2021). *Uma teoria da justiça (5ª ed.)*. Lisboa: Editorial Presença.

Rescigno F. (2018). Animal subjectivity between philosophy and law: an appraisal. *Notizie di Politeia*, 34(132), 210-213.

Rigoni, R., Tammi, T., van der Gouwe, D., & Schatz, E. (2021). Harm reduction in Europe: a framework for civil society-led monitoring. *Harm Reduction Journal*, *18*(1), 1-13. http://doi.org/10.1186/s12954-020-00451-7

Rogers, W. A., & Scully, J. L. (2021). Activism and Bioethics: Taking a Stand on Things That Matter. *Hastings Center Report*, *51*(4), 32-33. http://doi.org/10.1002/hast.1270

Rojas, L. D. V. (2021). El Movimiento Animalista en Costa Rica y la lucha por la ley para penalizar el maltrato animal: oportunidades y representaciones simbólicas. *Derecho Animal: Forum of Animal Law Studies* (Vol. 12, No. 1, pp. 63-81). http://doi.org/10.5565/rev/da.511

Rondeau, S., Stricker, S. M., Kozachenko, C., & Parizeau, K. (2020). Understanding motivations for volunteering in food insecurity and food upcycling projects. *Social Sciences*, *9*(3), 27. http://doi.org/10.3390/socsci9030027

Roundy, P. T., & Bonnal, M. (2017). The singularity of social entrepreneurship: untangling its uniqueness and market function. *The Journal of Entrepreneurship*, *26*(2), 137-162. http://doi.org/10.1177%2F0971355717708068

Rovati, G. (2017). The contribution of food banks to social solidarity and positive peace. The Italian case. *Business, Peace and Sustainable Development*, 9 JUNE, 65-75. http://doi.org/10.9774%2FT%26F.8757.2017.ju.00007

Saldaña, J. (2011). *Fundamentals of qualitative research*. Oxford University Press.

Saldanha, G., & O'Brien, S. (2014). *Research methodologies in translation studies*. Routledge.

Sandel, M. J. (2020). *Justiça: o que é fazer a coisa certa (31ª ed.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Savulescu, J., Persson, I., & Wilkinson, D. (2020). Utilitarianism and the pandemic. *Bioethics*, *34*(6), 620-632. http://doi.org/10.1111/bioe.12771

Schmid, H. (2021). Reflections on the relationship between the government and civil society organizations during the Covid-19 pandemic: the Israeli case. In: *Nonprofit Policy Forum* (Vol. 12, No. 1, pp. 189-197). http://doi.org/10.1515/npf-2021-0003

Schonardie, E. F., & Campana, K. M. (2022). As contribuições do construtivismo político e da razão pública rawlsiana para a construção de cidades inteligentes e inclusivas. *Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC*, 17 (1). https://doi.org/10.46560/meritum.v17i1.8849

Schumpeter, J. A. (1942). *Socialism, capitalism and democracy*. Harper and Brothers.

Semeraro, G. (1999). Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. Educação & Sociedade, 20, 65-83. http://doi.org/10.1590/S0101-73301999000100004

Serpell, J. A. (2015). The human-animal bond. *The Oxford handbook of animal studies*, 81-102.

Shier, M.L., & Handy, F. (2020). Leadership in nonprofits: social innovations and blurring boundaries. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 31**,** 333-344. http://doi.org/10.1007/s11266-018-00078-0

Shier, M. L., Handy, F., & Jennings, C. (2019). Intraorganizational conditions supporting social innovations by human service nonprofits. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 48(1), 173-193. http://doi.org/10.1177%2F0899764018797477

Shyam, G. (2018). Is the classification of animals as property consistent with modern community attitudes? *University of New South Wales Law Journal*, *41 (4)*, 1418-1444.

Silva, A. F., & Azevedo, P. A. (2020). Pandemia(s) na era digital: o novo coronavírus e o velho racismo – a população negra e indígena no alvo da discriminação racial. In: Ishii, R. A., & Luckner, J. M. V. (orgs.). *Letramentos e práticas de ensino*, pp. 71-87. Rio Branco: Nepan Editora.

Singer, P. (2018). *Ética prática (4ª ed.)*. São Paulo: Martins Fontes.

Sivasubramaniam, S., Dlabolová, D. H., Kralikova, V., & Khan, Z. R. (2021). Assisting you to advance with ethics in research: an introduction to ethical governance and application procedures. *International Journal for Educational Integrity*, 17(1), 1-18. http://doi.org/10.1007/s40979-021-00078-6

Soma, K., van den Burg, S. W., Hoefnagel, E. W., Stuiver, M., & van der Heide, C. M. (2018). Social innovation–A future pathway for Blue growth?. *Marine Policy*, 87, 363-370. http://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.10.008

Sondermann, E., & Ulbert, C. (2021). Transformation through 'meaningful'partnership? SDG 17 as metagovernance norm and its global health implementation. *Politics and Governance*, *9*(1), 152-163. http://doi.org/10.17645/pag.v9i1.3656

Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Sage.

Stanziani, A. (2021). Utilitarianism and the question of free labor in Russia and India, in the eighteenth and nineteenth centuries. *International Journal of Asian Studies*, *18*(2), 153-171. http://doi.org/10.1017/S1479591420000583

Strauss, A. L., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada (2ª ed.)*. São Paulo: Artmed.

Suchá, L. Z., Bartošová, E., Novotný, R., Svitáková, J. B., Štefek, T., & Víchová, E. (2021). Stimulators and barriers towards social innovations in public libraries: qualitative research study. *Library & Information Science Research*, 43(1), 101068. http://doi.org/10.1016/j.lisr.2020.101068

Sun, Y. (2018). The Edge of "Animal Rights". *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, *31*(5), 543-557. http://doi.org/10.1007/s10806-018-9744-5

Svensson, P. G., Andersson, F. O., Mahoney, T. Q., & Ha, J. P. (2020). Antecedents and outcomes of social innovation: A global study of sport for development and peace organizations. *Sport Management Review*, *23*(4), 657-670. http://doi.org/10.1016/j.smr.2019.08.001

Tardif, C., & Harrison, D. (2005). Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. *Les Cahiers du CRISES*. Collection Études Théoriques, ET0513. Québec: Centre de Recherche sur les Innovations Sociales.

Taylor, J. B. (1970). Introducing social innovation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 6(1), 69–77. http://doi.org/10.1177/002188637000600104

Taylor, R., & Arundel, A. (2020). Organizational pathways for social innovation and societal impacts in disability nonprofits. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *31*(5), 995-1012. http://doi.org/10.1007/s11266-019-00113-8

Teasdale, S., Roy, M. J., Ziegler, R., Mauksch, S., Dey, P., & Raufflet, E. B. (2020). Everyone a changemaker? Exploring the moral underpinnings of social innovation discourse through real utopias. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1-21. http://doi.org/10.1080/19420676.2020.1738532

Tracey, P., & Stott, N. (2017). Social innovation: a window on alternative ways of organizing and innovating. *Innovation*, *19*(1), 51-60. http://doi.org/10.1080/14479338.2016.1268924

Tsai, J. M., Hung, S. W., & Yang, T. T. (2020). In pursuit of goodwill? The cross-level effects of social enterprise consumer behaviours. *Journal of Business Research*, *109*, 350-361. http://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.11.051

Turpin, A., & Shier, M. L. (2020). Social entrepreneurial orientation in human service organizations: A scoping review. *Human Service Organizations: Management, Leadership & Governance*, *44*(2), 144-168. http://doi.org/10.1080/23303131.2019.1700580

Unceta, A., Castro-Spila, J., & Garcia Fronti, J. (2017). The three governances in social innovation. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, *30*(4), 406-420. http://doi.org/10.1080/13511610.2017.1279537

Vassallo, J. P., Prabhu, J. C., Banerjee, S., & Voola, R. (2019). The role of hybrid organizations in scaling social innovations in bottom-of-the-pyramid markets: Insights from microfinance in India. *Journal of Product Innovation Management*, *36*(6), 744-763. http://doi.org/10.1111/jpim.12504

Vázquez, A. S. (2018). *Ética (38ª ed.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Vázquez, R., & Valencia, Á. (2016). La creciente importancia de los debates antiespecistas en la teoría política contemporánea: del bienestarismo al abolicionismo. *Revista Española de Ciencia Política*, (42), 147. http://doi.org/10.21308/recp.42.06

Vergara d'Alençon, L. M. (2020). El rol de la sociedad civil en la gestión de vivienda y barrios vulnerables en Chile. *Revista INVI*, *35*(100), 62-90. http://doi.org/10.4067/S0718-83582020000300062

Vieira, J. B., & Santana, L. M. (2020). Uma relação entre a Pachamama e o Direito achado na rua: Análise da atuação Estatal na Defesa dos Animais em situação de abandono. *Brazilian Journal of Development*, *6*(11), 85137-85148. http://doi.org/10.34117/bjdv6n11-072

Vijay, D., & Ghosh, D. (2018). The Sabar Shouchagar Project (toilets for everyone): making Nadia District the first open-defecation-free district in India. *Emerald Emerging Markets Case Studies*, 8(1). http://doi.org/10.1108/EEMCS-03-2017-0061

Villamor, A. (2021). The suffering of invertebrates: an approach from animal ethics. *Topicos*, *61*, 403-420. http://doi.org/10.21555/TOP.V0I61.1197

Villanueva, G. (2018). Against animal liberation? Peter Singer and his critics. *Sophia*, *57*(1), 5-19. http://doi.org/10.1007/s11841-017-0597-6

Vretenar, N., Antonić, J. J., & Gulam, M. (2020). Steering the volunteering–Data envelopment analysis of volunteers' retention efficiency in civil society units. *Problems and Perspectives in Management*, *18*(2), 219. http://doi.org/10.21511/ppm.18(2).2020.19

Vrontis, D., Morea, D., Basile, G., Bonacci, I., & Mazzitelli, A. (2021). Consequences of technology and social innovation on traditional business model. *Technological Forecasting and Social Change*, *170*, 120877. http://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120877

Webb, A., Richelieu, A., & Cloutier, A. (2019). From clipboards to annual reports: innovations in sport for development fact management. *Managing Sport and Leisure*, *24*(6), 400-423. http://doi.org/10.1080/23750472.2019.1684838

White, L. (2018). A Cook's tour: Towards a framework for measuring the social impact of social purpose organisations. *European Journal of Operational Research*, *268*(3), 784-797. http://doi.org/10.1016/j.ejor.2017.06.015

William, L., & Cunningham, I. (2018). Evaluating the role of trade unions and civil society organisations in supporting graduate educated disabled workers. *Economic and Industrial Democracy*, 0143831X18799899. http://doi.org/10.1177%2F0143831X18799899

Wittman, L. T., Stefani, D. I. A. S., & Schütz, K. R. (2018). O papel da universidade no ensino de história indígena: Uma análise dos cursos de história em Santa Catarina. *História e Diversidade*, 10(1), 152-165.

Zainol, N., Zainol, F., Ibrahim, Y., & Afthanorhan, A. (2019). Scaling up social innovation for sustainability: the roles of social enterprise capabilities. *Management Science Letters,* 9(3), 457-466. http://doi.org/10.5267/j.msl.2018.12.005

Zuolo, F. (2017). Equality, its basis and moral status: challenging the principle of equal consideration of interests. *International Journal of Philosophical Studies*, *25*(2), 170-188. http://doi.org/10.1080/09672559.2017.1286679

Zuolo, F. (2018). Political liberalism and the issue of disagreement on animal treatment. *Notizie di Politeia*, 35(134), 70-75.

Apêndices

Apêndice A – Roteiro de Entrevista (Organização Bem-Animal)

Roteiro de entrevista semiestruturada:

1. Na sua visão, qual a importância dos animais?
2. Há várias pessoas envolvidas para que a ação da OBA aconteça. Como você percebe o envolvimento de todas essas pessoas?
3. Quais são as principais trocas nessa interação entre voluntários e aldeias indígenas atendidas?
4. Na sua opinião, essa interação ajuda de alguma forma no dia a dia da aldeia? Melhora, de alguma forma, a qualidade de vida dos indígenas?
5. Quais seriam os benefícios para os animais?
6. Na sua opinião, há benefícios para os indígenas das aldeias atendidas? Quais?
7. Você percebe algo de diferente (ou inovador) nas ações da OBA? Comente a respeito.
8. Frequentemente os animais são vistos como coisas ou objetos. Você acha que ações como as da OBA podem mudar a mentalidade das pessoas em relação aos animais?
9. Muitas vezes, os indígenas são discriminados pela sociedade. Na sua opinião, os voluntários que vão até as aldeias podem ter um olhar mais sensível em relação aos indígenas que lá vivem?
10. Você acha que ações que buscam melhorar a vida dos animais, também podem melhorar, em alguma medida, a convivência entre as pessoas?

Apêndice B – Roteiro de Entrevista (Ecopet)

Roteiro de entrevista semiestruturada:

1. Na sua visão, qual a importância dos animais?
2. Há várias pessoas envolvidas para que a ação da Ecopet aconteça. Como você percebe o envolvimento de todas essas pessoas?
3. Quais são as principais trocas nessa interação entre voluntários e comunidades atendidas?
4. Na sua opinião, essa interação ajuda de alguma forma no dia a dia da comunidade? Melhora, de alguma forma, a qualidade de vida das pessoas que nela vivem?
5. Quais seriam os benefícios para os animais?
6. Na sua opinião, há benefícios para as pessoas das comunidades atendidas? Quais?
7. Você percebe algo de diferente (ou inovador) nas ações da Ecopet? Comente a respeito.
8. Frequentemente os animais são vistos como coisas ou objetos. Você acha que ações como as da Ecopet podem mudar a mentalidade das pessoas em relação aos animais?
9. Muitas vezes, os seres humanos mais carentes são discriminados pela sociedade. Na sua opinião, os voluntários que vão até às comunidades podem ter um olhar mais sensível em relação aos que lá vivem?
10. Você acha que ações que buscam melhorar a vida dos animais, também podem melhorar, em alguma medida, a convivência entre as pessoas?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Participação do estudo

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada "A Inovação Social por meio das Práticas de Igualdade e Equidade de Duas Organizações da Sociedade Civil: Benefícios Mútuos na Relação Humano-Animal", coordenada por Alexandre Zawaki Pazetto. O objetivo deste estudo é compreender como práticas de igualdade e equidade promovidas por organizações da sociedade civil podem gerar inovações sociais.

Caso você aceite participar, você terá que responder a algumas questões sobre a Organização Bem-Animal ou sobre a Ecopet, o que deve levar cerca de 30 minutos. Além disso, haverá gravação de voz para registrar toda a entrevista.

Riscos e Benefícios

Com sua participação nesta pesquisa, você estará exposto a riscos como desconfortos que, embora mínimos, poderão ocorrer. Dentre eles estão o nervosismo para responder às perguntas da entrevista e/ou, dependendo do indivíduo, certa ansiedade devido a lembranças evocadas durante a entrevista. Caso eles venham a ocorrer, serão tomadas as seguintes providências: caso seja do desejo do voluntário, o mesmo poderá interromper o processo da pesquisa.

Esta pesquisa tem como benefício direto ao participante a devolutiva dos resultados que serão gerados a partir dos dados obtidos com a aplicação de entrevistas, possibilitando um maior amparo e conhecimento científico relacionado às inovações sociais geradas pelas práticas de igualdade e equidade.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

As gravações serão armazenadas pelo pesquisador responsável e não serão compartilhadas com nenhuma outra pessoa. Posteriormente, todas as entrevistas serão transcritas e seus conteúdos também terão seu sigilo assegurado. O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Se com a sua participação na pesquisa for detectado que você apresenta alguma condição que precise de tratamento, você receberá orientação da equipe de pesquisa, de forma a receber um atendimento especializado. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir do interesse do participante, sendo realizada de modo presencial, com agendamentos via contato telefônico ou e-mail. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa – por meio de gravação de voz – somente poderão ser utilizados

para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Ressarcimento e Indenização

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos a você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido do valor gasto pelo pesquisador responsável. Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme determina a lei.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

Consentimento de Participação

Eu, _____,
concordo em participar voluntariamente da pesquisa intitulada "A Inovação Social por meio das Práticas de Igualdade e Equidade: Benefícios Mútuos na Relação Humano-Animal" conforme informações contidas neste TCLE.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Pesquisador responsável: Alexandre Zawaki Pazetto
E-mail para contato: alexpazetto@gmail.com
Telefone para contato: (48) 98422-5157
Assinatura do pesquisador responsável: _____

Orientador: Nei Antonio Nunes
E-mail para contato: nei.nunes@animaeducacao.com.br
Telefone para contato: (48) 99190-1800
Assinatura do orientador: _____

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética da UNISUL pelo telefone (48) 3279-1036 entre segunda e sexta-feira das 13h às 17h e 30min ou pelo e-mail cep.contato@unisul.br.